

Márcia Santana Tavares
Josimara Delgado
ORGANIZADORAS

Diálogos Transversais no Serviço Social

sobre rupturas e continuidades



Diálogos Transversais no Serviço Social

sobre rupturas e continuidades

Universidade Federal da Bahia

Reitor João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-Reitor Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor Paulo Costa Lima



E D U F B A

Editores da Universidade Federal da Bahia

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninó El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Márcia Santana Tavares

Josimara Delgado

ORGANIZADORAS

Diálogos Transversais no Serviço Social

sobre rupturas e continuidades

Salvador

EDUFBA

2019

2018, autores

Direitos para esta edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa e Projeto Gráfico

Gabriel Cayres

Revisão e Normalização

Hilário Mariano dos Santos Zeferino

Emmanoella Ferreira

SISTEMA DE BIBLIOTECAS - UFBA

Diálogos transversais no Serviço Social : sobre rupturas e continuidades / Márcia Santana

Tavares, Josimara Delgado, organizadoras. - Salvador : EDUFBA, 2019.

328 p.

ISBN 978-85-232-1897-3

1. Serviço social - Brasil. 2. Assistentes sociais - Formação. 3. Abordagem interdisciplinar do conhecimento na educação. I. Tavares, Márcia Santana. II. Delgado, Josimara.

CDD - 361.30981

Elaborada por Evandro Ramos dos Santos – CRB-5/1205

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo

s/n – Campus de Ondina

40170-115 – Salvador – Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164

SUMÁRIO

- 7 **Prefácio**
Maria Helena Santana Cruz
- 13 **Apresentação**
- 23 **CAPÍTULO 1**
Reflexões sobre a dimensão investigativa
na formação do assistente social
Ana Taynara do Rosario Silva, Livia Roberta Silva Teles Costa
e Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves
- 49 **CAPÍTULO 2**
Trabalhando gênero, corpo e sexualidade com
adolescentes e jovens do Centro Cultural Escrava
Anastácia, em Florianópolis
Teresa Kleba Lisboa e Raissa Nothafft
- 63 **CAPÍTULO 3**
Apontamentos sobre pesquisa na formação
em serviço social na região Nordeste
Vera Núbia Santos, Marcia Ribeiro Silva, Édsina Izabel de Almeida Melo,
Daniela dos Santos Gouveia e Laura Oliveira Costa
- 101 **CAPÍTULO 4**
Serviço social no Brasil e questões de raça/etnia, gênero,
geração e direitos humanos: uma aproximação necessária
Magaly Nunes de Gois, Tereza Cristina Santos Martins e Vera Núbia Santos
- 127 **CAPÍTULO 5**
Feminismo, gênero e serviço social:
uma conexão possível e necessária
Márcia Santana Tavares

155	CAPÍTULO 6 A cidadania feminista e a luta das mulheres nos marcos da sociedade capitalista-patriarcal: desconstruindo o sujeito “universal” <i>Andrea Pacheco de Mesquita</i>
185	CAPÍTULO 7 Trabalho e assistência social em Salvador: explorando caminhos de análise sobre o trabalho do Serviço Social <i>Josimara Delgado e Jane Soares</i>
217	CAPÍTULO 8 Serviço social e famílias negras: uma abordagem decolonial <i>Angela Ernestina Cardoso de Brito e Henrique Cunha Junior</i>
243	CAPÍTULO 9 Políticas públicas para as mulheres em situação de violência: desafios para a construção da igualdade de gênero <i>Fernanda Marques de Queiroz e Maria Ilidiana Diniz</i>
263	CAPÍTULO 10 A necessidade das transversalidades de gênero e raça: um estudo sobre a violência institucional no âmbito dos serviços de saúde do Recôncavo da Bahia <i>Flávia da Silva Clemente, Márcia da Silva Clemente e Valéria dos Santos Noronha</i>
	CAPÍTULO 11 Participação e controle social na construção das políticas públicas em educação do campo <i>Magaly Nunes de Gois</i>

SOBRE AS(OS) AUTORAS(ES)

Prefácio

MARIA HELENA SANTANA CRUZ¹

Início este prefácio agradecendo por ter tido a possibilidade de uma leitura tão rica de conteúdos, de posturas políticas consolidadas e concepções críticas da questão social. As organizadoras desta obra, dedicadas à pesquisa e à formação acadêmica na área dos estudos das relações de gênero, Márcia Santana Tavares, companheira de longa data, comprometida com a militância dos movimentos sociais, com a construção do conhecimento e a qualidade da formação acadêmica na área de gênero; Josimara Delgado, que traz o importante olhar da dimensão política e crítica das desigualdades sociais, engajando-se na produção de conhecimentos que oportuniza um (re)pensar das práticas que produzem instituições, sujeitos e corpos marcados pelo gênero e pelas experiências. Assim como as demais autoras convidadas desta coletânea, vinculadas a instituições públicas do país, militantes de diversas concepções críticas disciplinares trazem significativas reflexões que contribuem, neste desvelar e desnudar de situações concretas que se apresentam nos tempos atuais. O objetivo das autoras é compartilhar suas experiências exitosas na medida em que é possível perceber que as discussões produzidas durante o percurso acadêmico,

1 Prof.^a da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

instigaram a construir um caminho de dúvidas e reflexões, tensionando e re-
troalimentando a realização de ações nas próprias trajetórias.

Uma sociedade que, em seu “progresso”, implantou um padrão relacional
de dominação e exploração para consolidar um modo de produção e consumo,
tem de fato, como resultado histórico, a intensificação de diversas formas de
exclusão. A gênese da “questão social”² encontra-se no caráter coletivo da pro-
dução e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições
necessárias à sua realização. Trabalho e acumulação são duas dimensões do
mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população tra-
balhadora, como já alertou Marx³ (1985).

Uma organização societária inspirada em um modelo de desenvolvimento
do sistema capitalista globalizado nas dimensões política e econômica de
forma intervencionista tem levado a profundos, e cada vez mais rápidos pro-
cessos de deterioração cultural e social e exploratória sobre outras culturas e a
natureza. Em sua racionalidade instrumental, tal modelo de desenvolvimento
tem a competente capacidade de geração de riquezas, porém, concentrada na
mão de poucos e que, reciprocamente, mantém excluída deste “desenvolvi-
mento” do modo de organização social.

De um ponto de vista econômico, a globalização é a forma como os mer-
cados de diferentes países interagem e aproximam pessoas e mercadorias.
O complexo fenômeno da globalização resulta da consolidação do capitalismo,
dos grandes avanços tecnológicos nas áreas das telecomunicações e da infor-
mática (especialmente com a internet), a necessidade de expansão do fluxo
comercial mundial condicionando a construção de um mundo globalizado.⁴
Neste contexto, em linhas gerais, o projeto de uma sociedade democrática

2 No âmbito do Serviço Social, a questão social é situada como elemento central na relação
entre profissão e realidade ao colocá-la como referência para a ação profissional.

3 É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua
força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. Trabalho e acumulação são
duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população
trabalhadora. (MARX, 1985)

4 Nas palavras do historiador inglês, Eric Hobsbawm (2007, p. 11): “A globalização, acompanhada
de mercados livres, atualmente tão em voga, trouxe consigo uma dramática acentuação das
desigualdades econômicas e sociais, no interior das nações e entre elas. Não há indícios de que
essa polarização não esteja prosseguindo dentro dos países, apesar de uma diminuição geral da
pobreza extrema. Este surto de desigualdade, especialmente em condições de extrema insta-
bilidade econômica com as que se criaram com os mercados livres globais desde a década de

reivindica uma justiça com equidade, distribuição das riquezas, eliminando-se as desigualdades sociais; para o fim da exploração dos seres humanos; para a eliminação das discriminações de gênero, raça, geração ou de qualquer outra; para garantir a todos(as) os direitos à vida e à felicidade, à saúde, à educação, à moradia, à cultura, ao emprego e a envelhecer com dignidade; para o fim da exclusão social; para a democracia plena. A democracia é entendida como “uma gramática de organização da sociedade e da relação entre Estado e Sociedade”. (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 41) Os debates contemporâneos em torno da democracia evidenciam os limites da concepção elitista hegemônica no pós-guerra, assentada estritamente nos mecanismos de representação, bem como do modelo pluralista, que prevê, em alguma medida, a ampliação das possibilidades de participação democrática.

Portanto, partindo do pressuposto de que estamos diante de uma crise civilizatória, fazem-se urgentes todos os esforços para refletir criticamente sobre este estado de coisas. Temos o compromisso de construir e desenvolver um novo modo de organização social, uma nova relação entre indivíduo e sociedade, um novo modo de produzir e consumir, que seja central e estruturante e, portanto, priorizado na construção de novas relações dialógicas de equilíbrio entre seres humanos e sociedade; uma forma que supere (ir além) a dominação dos interesses particulares (individuais, classes sociais, nações) sobre o bem comum nos interesses coletivos (públicos, planetários).

A construção de outra racionalidade em uma transição paradigmática parte também de refletirmos sobre as razões profundas da crise em que vivemos, dos embates de ideias, do enfrentamento nas relações de poder na constituição da realidade no Brasil e no mundo. Conforme Santos (2006),⁵ as subjetividades emergentes (individuais e coletivas) são as principais protagonistas da transição paradigmática epistemológica e prática na qual nos encontramos, pois buscam e concebem alternativas emancipatórias frente

1990, está na base das importantes tensões sociais e políticas do novo século O impacto dessa globalização é mais sensível para os que menos se beneficiam dela [...]”.

5 O paradigma emergente (pós-moderno), traduzido como um “conhecimento prudente para uma vida decente”, parte do questionamento das relações entre a ciência e a ética (importância da virtude), o “senso comum” (a ser revalorizado) e, a “prática” (a contribuição da ciência para a felicidade humana); e propõe a igualdade de acesso à competência cognitiva e linguística, ou seja, a “senso comunização” da ciência. (SANTOS, 2006)

às forças paralisantes do poder hegemônico ocidental. Recusar, anular ou mesmo dizer que são impraticáveis tais subjetividades são estratégias da racionalidade ocidental androcêntrica indolente, que busca não ir além de suas próprias matrizes organizadoras.

De acordo com Iamamoto (2013), no âmbito das políticas sociais, os sujeitos que as demandam têm sido abordados de forma supraclassista e fragmentada segundo características de geração – jovens, idosos, crianças e adolescentes –, de gênero, étnico-culturais (especialmente negros e índios) e em sua distribuição territorial, mas silenciando o seu pertencimento de classe. Essas dimensões multiculturais e multiétnicas fundam efetivamente assimetrias nas relações sociais que potenciam as desigualdades sociais, necessitando ser consideradas como componentes da política da transformação das classes trabalhadoras em sujeitos coletivos.⁶

Uma nova organização societária surge da ruptura com a verticalidade das relações hegemônicas de dominação e exploração em todas as dimensões e que construa, de fato, pela emergência de forças no embate contra hegemônico construtor de novas experiências, modos de vida baseados em outros modelos de relações humanas e econômicas emergem, que sinalizam outros modos possíveis de vida de relações integradas. Nesta linha de reflexão, a coletânea publicada apresenta 11 capítulos, reflete a militância das autoras, se situa no embate, contribui valorosamente para o fortalecimento do movimento contra hegemônico na conjuntura atual. As autoras desta coletânea apoiam-se em formulações teórico-metodológicas que expressam inquietações comuns, diante do quadro desafiador vivenciado pelo Serviço Social em relação às propostas de conotações ideológicas que vêm surgindo com o enfrentamento das concepções neoliberalizantes.

As autoras abordam resultados de pesquisas desenvolvidas por grupos de pesquisa de instituições de ensino superior que possuem interface na área dos direitos humanos, numa perspectiva de gênero, etnia e geração, com enfoque nas políticas públicas aplicadas a conjunturas que demonstram as tensões,

6 Mas quando descoladas de sua base social comum – sua extração de classes – tem-se a responsabilização do indivíduo e da família trabalhadora por ações para o enfrentamento da pobreza.

conflitos, contradições presentes no movimento de denúncia crítica e anúncio de um novo horizonte em construção.

Usar o gênero como categoria de análise em um trabalho brasileiro e latino-americano precisa se transformar em usar o gênero como categoria de análise decolonial: mais do que falar de interseccionalidade de raça, classe e gênero, de analisar como essas categorias de opressão funcionam criando experiências diferentes, trata-se de analisar como essas categorias juntas, trabalhando em redes, são ao mesmo tempo causa e efeito da/na criação dos conceitos umas das outras. Isso significa dizer que a forma como compreendemos o gênero depende de como compreendemos a raça e a classe, e o contrário igualmente. Em uma sociedade em crise, a importância do conjunto da obra nos mobiliza a uma profunda reflexão sobre temas de políticas públicas, concepções e embates que constituem o processo histórico no Brasil. Termino convocando a todos(as) a buscarem nestas páginas inspirações para, juntos(as), superarmos os riscos impostos pela crise e trilharmos as oportunidades de novos caminhos: a construção de um mundo melhor, mais justo, de novas relações solidárias e de equilíbrio e igualdade entre indivíduos e sociedade.

Maria Helena Santana Cruz

Profa. da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Referências

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. *SER Social*, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/FaPa1Oy8kQ65voj4T345.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

MACHADO, Leda Maria Vieira. *A incorporação do gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios*. São Paulo: Annablume, 1999.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 5.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, 1990.

Apresentação

A presente coletânea reúne artigos que abordam temas atuais e relevantes para o Serviço Social e que, contudo, são ainda pouco explorados pela literatura profissional. Assim, os textos aqui apresentados debatem questões caras ao Serviço Social, como questão social, trabalho, formação profissional e políticas sociais, a partir de enfoques específicos, tais como os estudos de gênero e feministas, os debates sobre etnia e raça, sexualidade e violência, a categoria geração, bem como as especificidades regionais do trabalho, da pesquisa e da formação. Esses enfoques são destacados em sua importância para a análise crítica e mais aprofundada sobre a realidade social contemporânea, marcada por grande complexidade. Nesse sentido, em alguma medida há, no conjunto dos trabalhos, problematizações sobre o pouco espaço que esses temas e enfoques ainda têm no debate acadêmico profissional, mais precisamente, no processo de formação, mostrando como esse traço repercute no trabalho profissional das(os) assistentes sociais no âmbito das políticas públicas e diferentes espaços sócio-ocupacionais em que atuam esses profissionais.

Para estabelecermos esses *diálogos transversais* entre debates consolidados pela categoria e preocupações ainda pouco exploradas no universo profissional, convidamos um grupo de pesquisadoras que justamente têm se

destacado por esse esforço intelectual específico, expresso em sua produção e atuação em diversos grupos e núcleos de pesquisa. As autoras são docentes e pesquisadoras da área do Serviço Social, vinculadas a universidades públicas do Nordeste e do Sul do país. Mais especificamente, contamos com a contribuição de intelectuais oriundas de grupos e núcleos de pesquisa ligados à Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Grupo Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social, Grupo de Estudos e Pesquisas em Raça/etnia, Política Social e Família, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) e Núcleo de Estudos e Pesquisas de Gênero, Raça/Etnia e Geração (NEPGREG); da Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO) e Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação (NETE); Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) – Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir; Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Grupo de Pesquisa Frida Kahlo – Estudos de Gênero, Femininos e Serviço Social; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero.

Assim, a articulação entre autores(as) de diferentes instituições públicas e regiões do país nesta coletânea não se dá por acaso, tendo o objetivo preciso de fomentar a tessitura de uma rede de pesquisadoras que, ao compartilharem suas inquietações, através de reflexões teórico-metodológicas e troca de experiências, propõem-se a pensar sobre o processo de formação e exercício profissional da(o) assistente social e produzir conhecimento sobre os desafios postos à profissão no cenário contemporâneo.

A partir desse eixo de reflexões e provocações teórico-metodológicas, o livro se constitui de 11 capítulos que abordam desde o processo de formação ao exercício profissional na esfera das políticas públicas e cujos artigos enfocam tanto a dimensão investigativa como interventiva do trabalho, trazendo à tona um rico e diversificado material empírico.

No capítulo “Reflexões sobre a dimensão investigativa na formação do assistente social”, as autoras Ana Taynara do Rosario Silva, Livia Roberta Silva Teles Costa e Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves trazem uma reflexão sobre a dimensão investigativa, procurando contextualizar como se dá a construção do debate em torno da dimensão investigativa na literatura em geral e

no Serviço Social, o que serve de aporte para rastrearem em documentos constitutivos do aparato legal do Serviço Social a presença e significado atribuído à dimensão investigativa, em particular nos documentos norteadores de estágio. O estágio é considerado pelas autoras como um momento fundamental na formação profissional da(o) assistente social e indissociável do exercício profissional, uma vez que o processo investigativo aprofunda a compreensão sobre a realidade social e norteia a instrumentalidade profissional, possibilitando à(ao) assistente social abandonar uma ação estritamente operacional e adotar uma posição crítica e política frente às várias expressões da questão social, em consonância com a dinamicidade dessa realidade, em constante transformação e atravessada por contradições, reafirmando o compromisso com o projeto ético político do Serviço Social.

No capítulo “Trabalhando Gênero, Corpo e Sexualidade com adolescentes e jovens do Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), em Florianópolis (SC)”, Teresa Kleba Lisboa e Raissa Nothaft compartilham os resultados de uma pesquisa participante realizada com adolescentes e jovens que frequentam o Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), em Florianópolis (SC), sobre os significados atribuídos às temáticas “Construindo o Corpo”, “Relações de Gênero” e “Sexualidade”. Foram realizadas oficinas pedagógicas ao longo de três semestres (2016 e 2017), através da qual, a equipe integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero (Nusserge), na sua maioria assistentes sociais, buscou: a) ampliar a importância do debate sobre corpo, sexualidade, relações de gênero e discriminação racial com adolescentes e jovens; b) incentivar a construção de uma cultura que possa romper com as discriminações e violências de gênero, raça/etnia, orientação sexual entre outras; c) sinalizar a importância desta temática para o Serviço Social, visando a atuação junto às mais diversas políticas públicas, principalmente as destinadas a adolescentes e jovens. O Projeto desenvolvido junto ao CCEA possibilitou afirmar o papel das(os) pesquisadores participativos, tendo como pressupostos: a) uma relação dialógica entre sujeitos – respeitando e escutando os adolescentes e jovens em suas principais demandas; e b) uma estratégia que trouxe à tona elementos importantes do cotidiano desses adolescentes e jovens, para a análise e possíveis processos de encaminhamento para intervenção profissional.

Ao refletir sobre pesquisa e formação em Serviço Social na Região Nordeste, o artigo de Vera Núbia Santos, Marcia Ribeiro Silva, Édina Izabel

de Almeida Melo, Daniela dos Santos Gouveia e Laura Oliveira Costa, fruto de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe (UFS), aponta para elementos sobre a importância da pesquisa no processo de formação profissional e os desafios e perspectivas para a área na atualidade. Intitulado “Apontamentos sobre pesquisa na formação em Serviço Social na Região Nordeste”, o texto percorre caminhos que colocam na educação superior pública a centralidade na defesa da pesquisa como intrínseca à formação profissional e como um eixo transversal, conforme recomendam as diretrizes curriculares da área, dado o processo de “mercadorização” do ensino superior que atinge a área do Serviço Social, principalmente com a ampliação da oferta na modalidade Educação à Distância (EaD).

As autoras abordam a importância histórica da pesquisa no Serviço Social brasileiro, apresentam sua importância para a compreensão da realidade social e os desafios da sua consecução numa conjuntura severa, que atinge econômica, política e culturalmente a educação superior no Brasil. Nesse sentido, trazem como elementos para análise a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na região Nordeste, a existência (ou sua ausência) de disciplinas de pesquisa na estrutura curricular da graduação e a existência dos grupos de pesquisas, como dados importantes para pensar a pesquisa em Serviço Social. O texto ressalta que implementação desses grupos pode configurar-se como propiciador da análise de temas relevantes na formação, como a profissão, as expressões da questão social, as políticas sociais, os movimentos sociais, e outros temas emergentes que, com a consolidação do projeto profissional permitem compreender os desafios postos à profissão e as perspectivas para a formação profissional.

No capítulo intitulado “Serviço Social no Brasil e questões de raça/etnia, gênero, geração e direitos humanos: uma aproximação necessária”, o artigo de autoria de Magaly Nunes de Gois, Tereza Cristina Santos Martins e Vera Núbia Santos, apresenta um debate sobre a importância da articulação dos temas em destaque no processo de formação e no exercício profissional. Amparadas no cenário político-econômico brasileiro, as autoras observam como necessária a apreensão das determinações sociais que incidem e aprofundam as múltiplas expressões da questão social – classe social, gênero, raça/etnia, sexualidade, geração – no sentido de que a formação profissional dê-se como momento de negação da autonomização dessas expressões, que devem ser compreendidas na totalidade da vida social.

Ao focar a competência profissional e o necessário perfil crítico do(a) profissional para exercê-la, tendo por base uma formação amparada nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as autoras trazem como aproximações às questões de raça/etnia, gênero, geração e direitos humanos as Resoluções do Conselho Federal do Serviço Social e o quadro de disciplinas ofertadas nas estruturas curriculares do Serviço Social em instituições públicas no Brasil. No momento em que se amplia vertiginosamente os cursos de Serviço Social no Brasil, e, em decorrência, o de profissionais inscritos(as) nos Conselhos Regionais de Serviço Social, o texto alerta para a fortalecimento do projeto profissional consolidado no Brasil e a necessária apropriação das demandas postas na realidade social, seja para a qualificação da formação profissional, seja para deixar mais nítido o exercício profissional.

Já no texto “Feminismo, gênero e serviço social: uma conexão possível e necessária”, Márcia Santana Tavares reflete sobre a importância dos estudos de gênero e feministas enquanto aportes teórico-metodológicos no processo de formação e no exercício profissional de assistentes sociais. Para tanto, a autora percorre a trajetória histórica do feminismo e da discussão de gênero, de modo a situar convergências com a trajetória do Serviço Social e, analisa a incorporação desses enfoques pelos cursos de graduação em Serviço Social, tomando como parâmetro a sua experiência como professora e membro do núcleo docente estruturante do curso de Serviço Social da UFBA, mas também reflexões que a autora vem desenvolvendo sobre a importância da incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas e no curso de Serviço Social.

De acordo com a autora, as questões de gênero ainda são discutidas de forma tímida e pontual no curso de Serviço Social, a transversalidade de gênero no conteúdo da formação profissional é incipiente e permeada por relutância. Então, defende que a ausência dos estudos de gênero e feministas na pauta teórico-política do Serviço Social, tanto no processo de formação como no exercício profissional, nega os princípios éticos abraçados pela categoria, em particular, a defesa dos direitos humanos e a luta pelo fim da opressão e exploração de gênero, contribuindo para reforçar os pilares que sustentam a sociedade patriarcal capitalista, isto é, a reprodução das assimetrias e desigualdades de gênero.

Andrea Pacheco de Mesquita, no capítulo intitulado “A cidadania feminista e a luta das mulheres nos marcos da sociedade capitalista-patriarcal: desconstruindo

o sujeito ‘universal’”, produto de tese defendida no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismos (PPGNEIM/UFBA), introduz a discussão sobre o tema a partir do clássico conceito de cidadania de Marshall (1967); em seguida, atualiza esta categoria com a proposta liberal de cidadania e com os debates teóricos protagonizados pelas feministas: dentre elas, aprofunda a proposta das marxistas, das feministas maternalistas. Discute também a proposta de “cidadania sexualmente diferenciada”, de Carole Pateman, a concepção de Cidadania de Grupos Diferenciados, de Iris Young e, por fim, a concepção democrática e radical de cidadania formulada por Chantal Mouffe (1993, 1999, 2001), à qual a autora Andrea Pacheco se filia.

A referida autora defende que o conceito de cidadania burguesa é masculino, marcado por traços de “racionalidade” e virilidade, o que, por si só, exclui as mulheres. Assim, compreende que o debate sobre cidadania é imprescindível para a compreensão sobre o ingresso da mulher na política, o movimento de disputa política e a luta para “des-sexualizar” os espaços de poder, pois não basta às mulheres entrarem na política formal; é preciso que elas se contraponham ao modelo vigente de cidadania e abracem a luta pela incorporação de um conceito de cidadania não sexuada, que inclua todos e todas de forma igualitária na política.

A contribuição de Josimara Delgado e Jane Soares, com o texto “Trabalho e assistência social em Salvador: explorando caminhos de análise sobre o trabalho no Serviço Social”, centra-se na discussão de algumas particularidades do trabalho das assistentes sociais em Salvador, em especial, aquelas que se inserem na política de Assistência Social, com o objetivo de conhecer essas trabalhadoras em sua formação, trajetória, projetos e inserções, enfim, conhecê-las como sujeitos concretos inseridos em situações complexas de vida e em processos de trabalho específicos. A abordagem teórico-metodológica que conduz a reflexão baseia-se na importância de considerarmos, no entendimento acerca dessas trabalhadoras, sua inserção em uma classe social, mas também sua realidade como mulheres racializadas e pertencentes a uma determinada geração. As autoras argumentam que essa via de análise se tornou imprescindível para o estudo do trabalho profissional na Política de Assistência Social, em Salvador, onde se assiste a um processo de precarização alarmante, apoiado na existência de vínculos e condições de trabalho extremamente precários e indignos, ao lado de um apelo feito pelos gestores às profissionais, para desenvolverem

posturas de solidariedade e criatividade no enfrentamento das demandas cotidianas. Mostram ainda que as profissionais que vivenciam essas condições são mulheres inseridas em um contexto novo de formação profissional, também desafiado pela precarização e mercantilização da educação. As análises feitas se dão com base em alguns trabalhos desenvolvidos no interior do Grupo de Pesquisa Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social (UFBA/CNPq) os quais, por meio de técnicas qualitativas e quantitativas de coleta de dados, têm permitido reunir uma base empírica bastante significativa acerca do tema. Como resultados, são apresentadas algumas trajetórias de vida e formação profissional presentes no universo da pesquisa, bem como alguns relatos pertinentes sobre o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em Salvador.

No capítulo intitulado “Serviço Social e famílias negras: uma abordagem decolonial”, Angela Ernestina Cardoso de Brito e Henrique Cunha Junior se debruçam sobre questões relativas à forma de organização e constituição das famílias negras, em especial, as formas de enfrentamento do preconceito e discriminação racial, que costumam permear as relações estabelecidas com as demais pessoas em vários espaços sociais. Os autores ressaltam a ausência do tema nas discussões acadêmicas e, principalmente, na produção do Serviço Social. Através de uma pesquisa etnográfica e relatos de histórias de vida, tendo como sujeitos oito famílias negras residentes na cidade de Franca, interior de São Paulo: pai, mãe, filhas e filhos, os autores tomam a interseccionalidade de gênero, população negra e renda como importantes categorias para compreender as formas de constituição das famílias negras. Deste modo, questionam interpretações padronizadas e sugerem uma abordagem na perspectiva da população negra sobre a família negra, que atente para os padrões distintos de organização cultural e processo histórico, instando as(os) leitoras(es) a assumirem o compromisso ético-político de formularem um conhecimento contra hegemônico, isto é, a partir da perspectiva subalterna.

No capítulo seguinte, Fernanda Marques de Queiroz e Maria Ilidiana Diniz, com o texto “Políticas Públicas para as mulheres em situação de violência: desafios para a construção da igualdade de gênero”, discutem sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, e apontam os desafios para a concretização dos direitos deste segmento num contexto neoliberal marcado pela retração desses direitos, mas também por retrocesso e retomada de valores conservadores e, portanto,

o recrudescimento das possibilidades para garantir a igualdade entre os gêneros numa sociedade patriarcal-capitalista-racista.

As autoras abordam a contrarreforma do Estado e sua repercussão nos serviços que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, apresentando dados de pesquisas realizados nos serviços no Brasil e no Estado do Rio Grande do Norte, de modo a enfatizar os desafios a serem enfrentados no processo de formulação e implementação de políticas públicas de prevenção e repressão à violência contra as mulheres, dentre os quais a ruptura com padrões culturais que reproduzem e personalizam os serviços, não contribuindo para a construção de relações igualitárias de gênero, o que pode resultar em enfraquecimento das políticas de enfrentamento e combate à violência contra a mulher.

No texto “A necessidade das transversalidades de gênero e raça: um estudo sobre a violência institucional no âmbito dos serviços de saúde do Recôncavo da Bahia”, as autoras Flávia da Silva Clemente, Márcia da Silva Clemente e Valéria dos Santos Noronha compartilham resultados de um estudo que reforça a importância de refletirmos sobre as transversalidades de gênero e raça/etnia nas políticas de saúde, diante da ocorrência de situações de violência institucional no âmbito dos serviços de saúde. O artigo centra-se no debate relativo ao acesso e à utilização dos serviços de saúde, com o intuito de mapear possíveis evidências de violência institucional e seus efeitos no âmbito do Recôncavo Sul da Bahia, região onde está localizada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A pesquisa foi desenvolvida no universo dos hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), nas cidades de Cachoeira e São Francisco do Conde, localizadas na região. Nos municípios estudados predomina uma população negra e empobrecida, o que denota a necessidade de adoção de ações de enfrentamento direto à violência institucional, materializada através de discriminação, preconceito, racismo e negligência no contexto das unidades hospitalares investigadas.

Esta coletânea se encerra com o texto de Magaly Nunes de Gois, intitulado “Participação e controle social na construção das políticas públicas em educação do campo”, em que a autora aborda a participação dos(as) trabalhadores(as) nos processos decisórios do Estado, configurados pelo envolvimento de organizações governamentais, não governamentais, movimentos sociais e sindicais na formulação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas é prevista

na Constituição de 1988 e na legislação das políticas sociais. A autora argumenta que, para além do marco legal, assegurar a participação e o envolvimento dos(as) trabalhadores(as) nas ações do Estado exige a criação de novos espaços públicos que viabilizem a inclusão de novos sujeitos políticos e o exercício do controle social sobre a ação do Estado. Nesse cenário surgem os conselhos, os fóruns, os comitês, os colegiados e as conferências como instâncias de participação e de controle social na gestão governamental e espaço de articulação e interlocução entre a sociedade civil e o Estado. Esses espaços se configuram, em tese, como um mecanismo privilegiado de participação dos(as) trabalhadores(as) no campo de ação das políticas públicas e sociais, com a tarefa de compartilhar responsabilidades no que tange à formulação, operacionalização, avaliação e controle social destas. A participação e o controle social são também previstos na política educacional sob a denominação de gestão democrática e regulamentado na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN). A Educação do Campo não foge a essa regra, pois as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituída pela Resolução CNE/CEB nº 01/2002, preveem no item IV, art. 8º - “Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade do campo” (BRASIL, 2002) com vistas a assegurar a oferta, a qualidade dos programas e projetos e o acesso dos povos do campo à educação por meio da gestão democrática.

Apesar dos conselhos serem fruto de propostas construídas numa conjuntura de mobilização da sociedade civil com a intencionalidade de ser um espaço de expressão e inserção dos interesses dos(as) trabalhadores(as), de vigilância permanente do poder popular sobre as decisões do poder público em todas as fases e/ou etapas das políticas públicas – concepção, execução, monitoramento, avaliação e redirecionamento das ações –, sua implementação, a partir dos anos 1990, ocorreu num cenário de retração dos direitos sociais e subtração de conquistas dos trabalhadores em favor dos interesses do mercado e do capital. Problematicar sobre a participação e o controle social na construção e implementação de políticas públicas de Educação do Campo a partir das pesquisas bibliográfica e documental – marco legal da Educação e da Educação do Campo e arquivo do Comitê Estadual de Educação do Campo de Sergipe (EDUCAMPO) –, constitui o objetivo do presente artigo.

Ao trazermos a público esses trabalhos enquanto uma produção coletiva, arriscamos sugerir que se trata também aqui da articulação de uma proposta

teórico-política que nasce de inquietações comuns das autoras, diante do quadro desafiador vivenciado pelo Serviço Social na contemporaneidade. No centro dessa proposta, encontra-se a necessidade de aprofundarmos as bases analíticas que permitem discutir um campo de mediações fundamentais para a compreensão da realidade socioprofissional que circunscreve o Serviço Social na contemporaneidade, mas que ainda carece de abordagens mais sistemáticas e amplas que considerem a diversidade da formação dos quadros intelectuais do Serviço Social brasileiro – aqui bem representada pelas autoras – em seu potencial para adensar o projeto ético-político profissional e a direção social crítica assumida pela categoria. Do mesmo modo, é uma proposta comprometida com o desvelamento de dimensões do real que são fundamentais na vida e no trabalho concretos das assistentes sociais na atualidade, o que pode fornecer pistas acerca dessas realidades e do trabalho que aí se desenvolve.

Que a leitura deste trabalho suscite questões, amplie horizontes, promova polêmicas e, sobretudo, alimente, de alguma forma, o debate de ideias, sério e público, uma das armas históricas para enfrentarmos o conservadorismo e suas múltiplas faces.

Boa leitura.

Salvador, verão de 2019.

Márcia Tavares

Josimara Delgado

Reflexões sobre a dimensão investigativa na formação do assistente social¹

ANA TAYNARA DO ROSARIO SILVA

LIVIA ROBERTA SILVA TELES COSTA

MARIA DA CONCEIÇÃO VASCONCELOS GONÇALVES

Introdução

As Diretrizes Curriculares (DC) para os cursos de Serviço Social, aprovadas em 1996, no âmbito da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), atualmente Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), são de grande importância para a formação profissional, visto que esse documento apresenta o direcionamento da formação profissional. A partir delas, o Serviço Social, passa a desenvolver suas ações a partir de três dimensões – a teórico-metodológico, a ético-político e a técnico-operativo – além das dimensões investigativa e interventiva. Estes aspectos são indispensáveis

¹ Este artigo expressa algumas reflexões sobre a dimensão investigativa a partir da dissertação de Livia Roberta Silva Teles Costa e do Trabalho de Conclusão de Curso de Ana Taynara do Rosario Silva sob a orientação de Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves.

para a formação e exercício profissional do(a) assistente social devido à direção social articulada ao projeto ético-político.

As DC apresentam, entre outras, as seguintes mudanças: uma nova lógica curricular, que tem como centralidade a “questão social” e a categoria trabalho; a adoção de outros componentes curriculares, tais como seminários, oficinas; a incorporação de atividades complementares, além da indissociabilidade entre os aspectos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, com vistas a superar a fragmentação entre os elementos históricos, teóricos e a abordagem metodológica. Estes aspectos definem importantes avanços para a profissão e orientam, em nível nacional, os projetos pedagógicos dos cursos das Unidades de Formação Acadêmica (UFA).

O debate sobre a dimensão investigativa no Serviço Social ganha destaque quando a mesma é apresentada como um princípio formativo articulado à dimensão interventiva com vistas à construção de um perfil profissional capaz de desvelar a realidade. “A partir dessa proposta de formação profissional, a *dimensão investigativa se apresenta, portanto, como uma lógica curricular e não como uma disciplina específica; devendo estar presente em toda a formação*”. (CHAVES, 2012, p. 146, grifo do autor)

A formação profissional deve possibilitar ao estudante uma compreensão da dimensão investigativa como elemento constituinte da prática profissional. Pois é fundamental entender essa dimensão como transversal e forte potencializadora para uma atuação profissional crítica, qualificada que compreenda a unidade entre teoria e prática.

Desse modo, a pretensão desse artigo é contextualizar, inicialmente, o debate acerca da dimensão investigativa na literatura em geral e no Serviço Social, para, em seguida, identificar a dimensão investigativa em alguns documentos que constituem o aparato legal do Serviço Social, com ênfase nos documentos norteadores de estágio. A relevância em eleger essa temática está em compreendê-la como estratégia de defesa do projeto ético político.²

2 “O projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital. [...] Portanto, esse projeto profissional é fruto da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos da sociedade que se refratam no seu interior.” (IAMAMOTO, 2012, p. 223-224)

Serviço social e dimensão investigativa

O Serviço Social está inserido na divisão sociotécnica do sistema capitalista sofrendo os impactos das mudanças ocorridas no seu desenvolvimento de modo que a sua constituição acompanha o movimento de continuidades e rupturas de acordo com o contexto histórico. Caracteriza-se, assim, enquanto uma profissão que está vinculada às demandas postas na sociedade capitalista.

Com base nisso, entende-se que esta especialização do trabalho coletivo sofre os rebatimentos das mudanças oriundas da estrutura societária em cada período e, portanto, deve ser analisada como produto histórico.

A partir dessa ótica, no serviço social, assumido como profissão interventiva, o conhecimento a ser construído pela investigação tem como horizonte não apenas a compreensão e explicação do real, mas a instrumentação de um tipo determinado de ação sobre esse real. (BAPTISTA, 2006, p. 29)

Ressalta-se que o conhecimento da realidade social se relaciona intrinsecamente com as finalidades do trabalho, logo, o assistente social ao desenvolver a investigação acentua a relação entre sujeito/objeto. Conhecer a realidade é base fundamental para responder às necessidades postas.

A natureza do Serviço Social, umbilicalmente vinculada a uma dimensão interventiva, apresenta-se como um *campo rico para investigações*, pois, com base na teoria social de Marx, tem-se a clareza de que a busca pelo conhecimento parte da primazia do real. Dessa forma,

O conhecimento do serviço social detém as mesmas características do todo do qual é uma particularidade: é uma totalidade estrutural, parcial, histórica, complexa, com dominantes. Nós não temos um único serviço social. Temos um conhecimento do serviço social que é complexo, diferenciado, o qual, historicamente, sofre a dominação de determinados modos de pensamento [...]. (BAPTISTA, 2006, p. 88)

A investigação permite, assim, “[...] ultrapassar as práticas espontâneas e as reflexões que se confinam em ações pontuais para, pela polêmica e pela crítica teórica, construir uma *metodologia dinâmica de ação*”. (BAPTISTA, 2006,

p. 29, grifo do autor) Investigar pressupõe, assim, a permanente reconstrução do objeto.

O processo investigativo permite ao profissional compreender as demandas inseridas em uma realidade complexa e contraditória, ou seja, em sua totalidade e a partir daí buscar mediações qualificadas para respondê-las. Portanto, entende-se a dimensão investigativa como

[...] a dimensão do novo – questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a ‘positividade do real’. Permite construir novas posturas visando a uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão. (GUERRA, 2009, p. 16)

Diante do exposto,

[...] as três dimensões que compõem uma realidade, universal, particular e singular, são partes constitutivas de um mesmo objeto, são sempre articuladas entre si, se autoimplicam e se autoexplicam, e a interpretação do objeto (instituição) tem em vista captá-las. (GUERRA, 2009, p. 11) Logo, a pesquisa no Serviço Social, enquanto mediação entre a universalidade e a singularidade, proporciona o alcance da particularidade.

O desenvolvimento da pesquisa pelo profissional, no nível da razão dialética, possibilita uma visão crítica e reflexiva sobre os elementos da realidade, buscando promover a ultrapassagem de uma concepção meramente superficial para a busca pela essência dos fenômenos. Essa relação da profissão com a pesquisa permite o seu *amadurecimento intelectual*.

A razão dialética permite, assim, a construção de uma profissão crítica e emancipatória. Essa análise permite a ultrapassagem da razão instrumental, que se limita “[...] a operações formal-abstratas e à práticas manipuladoras e instrumentais, fragmentadas, descontextualizadas e segmentadas, por isso ela é funcional à reprodução social da ordem burguesa”. (GUERRA, 2000, p. 14)

É necessário conhecer a realidade para depois intervir sobre ela, de forma qualificada. Reafirma-se aqui o

estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos que devem perpassar a formação profissional e da relação teoria e realidade; recomenda a questão do caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional do assistente social. (FRAGA, 2010, p. 50)

Demo (2006, p. 16, grifos do autor) classifica a pesquisa como uma “*atitude* processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem”. Além disso, ele destaca que ela “faz parte do processo de informação, como instrumento essencial para a emancipação”. (DEMO, 2006, p. 16)

Constata-se a importância do processo investigativo da pesquisa para desvelar os aspectos da realidade. Ao passo que uma das preocupações de Demo (2006, p. 10) consiste em desmistificar e ampliar o conceito de pesquisa ao mostrar seus múltiplos horizontes, demonstrando que a pesquisa “pode significar condição de consciência crítica e cabe como componente necessário de toda proposta emancipatória”.

Para atuar de forma crítica e transformadora é necessário apreender claramente, a dimensão teórico-metodológica, como a sociedade está estruturada; a dimensão ético-política, visando assumir um compromisso ético com os valores defendidos pela profissão; e a dimensão técnico-operativa, a fim de identificar os limites e as possibilidades postas no cotidiano profissional e diante disso pensar em estratégias que qualifiquem suas ações.

Logo, a proposta de formação profissional, no que diz respeito à pesquisa, é bem abrangente e volta-se para formar um assistente social que esteja pronto para realizar uma sistematização de dados e uma ação investigativa com o objetivo de subsidiar uma intervenção profissional voltada à construção das condições para a afirmação de direitos sociais, assim como permite que esses profissionais possam, a partir dos dados colhidos do real, constituir bases para a pesquisa científica/acadêmica e para produção de conhecimentos. Dessa forma, na própria proposta de formação profissional, os assistentes sociais estariam capacitados para fazer pesquisa e produzir conhecimento em todos os níveis. (CHAVES, 2012, p. 152)

Com base no que já foi exposto, o Serviço Social apresenta-se como uma profissão fortemente interventiva, o que em alguns momentos pode gerar equívocos a respeito da sua interlocução com a dimensão investigativa. Todavia, compreende-se a importância da pesquisa para “[...] apreensão das reais condições de trabalho dos assistentes sociais como elemento fundamental para o exercício profissional qualificado [...] e para apreensão dos objetos que compõem a sua intervenção”. (GUERRA, 2009, p. 3)

Dessa forma, “a dimensão investigativa se apresenta, portanto, como uma lógica curricular e não como uma disciplina específica; devendo estar presente em toda a formação”. (CHAVES, 2012, p. 147) Objetivando ao discente e futuro profissional uma perspectiva investigativa que por meio de mediações identifique a realidade em sua totalidade.

De acordo com Moraes (2016, p. 116)

refletir acerca do *lugar* que a dimensão investigativa tem assumido na formação profissional, tendo por base as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (1996), significa tentar construir enfrentamentos, calcados pelos valores edificados a partir do Movimento de Reconceituação, via projeto ético-político profissional, que objetivem analisar as amarras arquitetadas pela contrarreforma do Ensino Superior no Brasil e tecer reflexões referentes a estratégias de confronto e superação.

Significado da dimensão investigativa

A proposta desse tópico consiste em trazer algumas reflexões referentes ao debate da dimensão investigativa na literatura do Serviço Social. Para isso, faz-se necessário um breve comentário a respeito da produção do conhecimento no Serviço Social, bem como sobre sua importância para o amadurecimento teórico da profissão, de tal modo podemos situar que

A evolução acadêmica do Serviço Social e, mais precisamente, sua inserção entre as disciplinas capazes de produzir e divulgar conhecimento científico sobre a realidade social, tem dois momentos marcantes: a inserção de cursos de graduação isolados,

na sua maioria, ligados a instituições da Igreja Católica, em universidades federais e a criação e desenvolvimento de cursos de Pós-Graduação na área de Serviço Social a partir dos anos 1970. (SILVA et al., 2005, p. 76)

Torna significativo enunciar que a produção do conhecimento serve de base para as ações teórico/práticas, uma vez que a teoria corresponde a uma leitura e interpretação da realidade. Considerando que a profissão tem centralidade em seu caráter interventivo, é relevante considerar que para o desenvolvimento de suas atribuições é necessário que esteja inserido na realidade, tanto para intervir, quanto para seu conhecimento. (MIRA, 2012)

São fundamentais os cursos de graduação e principalmente os de pós-graduação para o acúmulo teórico e metodológico do Serviço Social. Foi a partir destes que houve o amadurecimento intelectual da profissão expresso na produção de conhecimentos que tem subsidiado estudantes e profissionais. Assim, em relação à pós-graduação, vale ressaltar que “As teses de doutorado e as dissertações de mestrado dos Programas de Pós-Graduação refletem a inserção do Serviço Social, não somente na produção de conhecimento, mas, sobretudo evidenciam sua inserção na sociedade”. (SILVA et al., 2005, p. 92)

Todavia, o Serviço Social não se limitou em produzir conhecimento somente sobre sua prática, mas o faz em relação à dinâmica da sociedade em seus aspectos políticos, econômicos, sociais, entre outros. Entende-se que, “[...] as mudanças teórico-metodológicas e ético-políticas, experimentadas pela pesquisa em Serviço Social, são processadas a partir das transformações da própria profissão”. (MORAES, 2016, p. 96) Dessa maneira,

[...] no cumprimento das atribuições e competências sócio profissionais, há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços. [...] Mais do que uma postura, o *caráter investigativo* é constitutivo de grande parte das competências /atribuições profissionais. (GUERRA, 2009, p. 3, grifo nosso)

A dimensão investigativa se faz imprescindível não somente durante a formação, mas depois no exercício profissional, no desenvolvimento das suas atribuições e competências para que as respostas às demandas sociais sejam cada vez mais qualificadas e diversificadas, pois não há como usar um modelo único para tal. Todavia, deve-se considerar que o Serviço Social não se encontra *fora* da sociedade, pelo contrário, é parte dela, e como tal não está livre das garras da reprodução do sistema capitalista e das características do cotidiano.

O cotidiano é caracterizado por ações imediatas, repetitivas, geralmente induzidas mais pela praticidade/agilidade do que pela consciência. Consta-se que não há muita reflexão para agir, é uma ação mais mecânica. No contexto do cotidiano, a ideologia dominante/hegemônica consegue fazer com que o sujeito acredite ser livre em suas escolhas. Segundo Netto (1994, p. 41), “[...] a alienação é ingrediente essencial da vida cotidiana [...] o trabalho perdeu seu valor [...] o homem percebe o trabalho como algo alheio e externo a ele”.

O trabalho é uma categoria central na análise desenvolvida por Karl Marx. Segundo ele, a transformação do homem em ser social é fruto de sua atividade produtiva. Entretanto, na sociedade capitalista, o trabalho se torna algo penoso, não mais identificado como ação transformadora. A destituição dos(as) trabalhadores(as) da posse dos meios de produção torna o ato de trabalhar uma prática alienante: a condição em que o(a) trabalhador(a) só pode sobreviver por meio da venda de sua força de trabalho transforma-o em um ser alienado gerando o fenômeno do estranhamento.

Assim torna-se essencial a reflexão sistemática das ações desenvolvidas cotidianamente, uma vez que, segundo Netto (1994), na cotidianidade, a utilidade se confunde com a verdade. Desse modo evidencia-se o quanto é importante para os/as assistentes sociais estarem munidos de um ótimo arcabouço teórico-metodológico, ético-político articulados à dimensão investigativa para que sua prática seja qualificada, superando a imediatez requisitada pela demanda cotidiana. Dessa forma, quando o(a) profissional no desenvolvimento de suas atribuições apropria-se da inter-relação entre teoria e prática, ele(a) “[...] vê-se desafiado a construir um caminho científico para a investigação da sua ação no processo mesmo da intervenção”. (BAPTISTA, 2006, p. 17)

Na tentativa de sair da aparência e compreender a essência dos fenômenos, na intenção de capturar o que se desenha além de sua *emergência* aparente, torna-se necessário buscar efetivar o projeto ético-político profissional.

A compreensão das ideologias imbricadas nos processos que emanam das expressões da “questão social”³ torna-se fundamental para que se possa ultrapassar a *prática pela prática*. A partir desse movimento a prática profissional pode tornar-se qualificada e ampla.

Foi a partir das lutas sociais protagonizadas pela classe trabalhadora no sentido de transgredir a ordem colocada – de exploração do capital sobre o trabalho – que se consolida o objeto de trabalho do Serviço Social, ou seja, a “questão social” que, segundo Guerra (2009, p. 3), possibilitou o surgimento da profissão. Assim, faz-se essencial a dimensão investigativa para conhecer e compreender o *objeto* – “questão social” – e suas diversas expressões. Estas chegam para os(as) profissionais materializadas nas demandas que os(as) usuários(as) trazem sedentos de respostas.

[...] entendemos que a clareza acerca de como concebemos a ‘questão social’, ou seja, a partir de que pressupostos teóricos; a percepção que temos de suas expressões, tais como: desemprego, fome, doenças, violência, falta de acesso aos bens e serviços sociais (moradia, creches, escolas, hospitais, etc.), bem como dos valores que orientam tais concepções, são mediações que incidem sobre os meios e modos de responder as demandas profissionais. (GUERRA, 2009, p. 4)

O Serviço Social não tem um processo de trabalho, existem processos de trabalho nos quais ele se insere, para intervir numa determinada realidade é preciso ter um conhecimento prévio da mesma. Assim, “[...] ao conhecer a realidade, vai-se construindo no pensamento um projeto de ação, emerge uma maneira peculiar de pôr problemas e construir soluções [...]”. (BAPTISTA, 2006, p. 25)

Isto posto, afirma-se que, “como mediação privilegiada na relação entre conhecimento e realidade, a pesquisa resulta em um conhecimento sempre

3 Entende-se, aqui, que “[...] a gênese da ‘questão social’ é explicada pelo o processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital. Esse processo remete a incorporação permanente de inovações tecnológicas pelos capitalistas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias. Essa tendência, por sua vez, produz um movimento simultâneo de aumento do capital constante e diminuição do capital variável, que corresponde à força de trabalho”. (SANTOS, 2012, p. 26)

provisório, parcial, histórico (relativo a um tempo e espaço sociocultural e historicamente determinado)”. (GUERRA, 2009, p. 5) E, portanto, deve ser constante para que possibilite continuamente a melhor e mais qualificada forma de intervir em uma determinada realidade.

O conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. [...] Porque incorpora o movimento, a negatividade, o vir a ser dos processos, a razão é dialética. Este é o nível mais alto do conhecimento. (GUERRA, 2009, p. 7)

Por essa razão, esse deve ser o norte a seguir no processo de investigação e construção do conhecimento, a busca pela compreensão não do que está dado, mas do que se encontra por trás da aparência do fenômeno, do que fica velado aos olhos apressados e impregnados pelo cotidiano e pela necessidade de dar respostas imediatas. Carece de uma visão de totalidade não desvinculando os processos sociais como particulares – “totalidades parciais”. (GUERRA, 2009, p. 10)

A realidade social é dinâmica, daí a necessidade de ter em mente que “[...] no nosso dia-a-dia estamos sempre trabalhando com totalidades, mais ou menos amplas e complexas. Em toda realidade social, manifestam-se características de âmbito universal, particular e singular”. (GUERRA, 2009, p. 11) Porém estas características não devem e não podem ser tomadas de forma desconexa, pois elas estão intimamente ligadas e se complementam. É fundamentado nessa percepção que o(a) profissional deve adotar uma postura investigativa e com suporte da razão dialética encaminhar suas ações visando a compreensão dos acontecimentos em perspectiva de totalidade, uma vez que,

[...] a investigação é inerente a grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria do Serviço Social, identificar recursos. Essas competências

referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social *ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional*. (GUERRA, 2009, p. 13, grifos do autor)

Fica claro o quanto é importante investir em uma formação de qualidade e em uma capacitação continuada através de participação em fóruns, seminários, congressos, simpósios, cursos de pós-graduação etc., para viabilizar a propriedade das intervenções em conjunto com os princípios éticos e políticos que conduzem a profissão. Por meio do desenvolvimento da pesquisa de forma crítica e criativa, torna-se possível “[...] enriquecer os elementos da cultura profissional: princípios, valores, objetivos, referencial teórico-metodológico, racionalidades, instrumental técnico-operativo, estratégias e posturas, com novas determinações”. (GUERRA, 2009, p. 15)

Disso decorre que, por meio da postura investigativa e através da pesquisa, há transformações do Serviço Social nas três dimensões, teórico-metodológico facilitando a compreensão de sua inserção no quadro das relações sociais e parte da totalidade social; ético-político que toma a sociedade como produtora de contradições, entendendo qual o sentido social e político que as demandas e respostas profissionais desempenham; e técnico-operativa que investiga as totalidades parciais com que lida e permite elaborar soluções qualificadas para responder as demandas que se apresentam, propiciando reconstruí-las com criticidade. (GUERRA, 2009)

É consensual que o Serviço Social seja uma profissão interventiva, porém ultrapassa seus limites para atender aos princípios do Código de Ética Profissional e ao Projeto Ético-político construído coletivamente pelos profissionais. Desse modo, “[...] a dimensão investigativa é assumida como dimensão interventiva, apresentando-se como condição central da formação em Serviço Social, da relação teoria e realidade, capaz também de contribuir para desvelar possibilidades de ação”. (MORAES, 2016, p. 101)

A dimensão investigativa é concebida por Moraes (2016, p. 105), como um processo indispensável ao exercício e à formação profissional, sendo ela constituída de dois elementos: a “*postura/atitude investigativa*” e a “*ação*”

investigativa”. Tal como, articulada às demais dimensões (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) que compõem a instrumentalidade do Serviço Social.

Com relação à “*postura/atitude investigativa*” compreende-se que ela se constitui de condutas que permitem ultrapassar a imediatividade das demandas. Para assumir tal postura requer um(a) profissional inquieto(a) – curioso(a), crítico(a), que busca apreender o inesperado, o incomum, demandando análise de conjuntura isto porque o que parece familiar, esconde o real.

A postura/atitude investigativa, portanto, pode ser caracterizada pela observação constante da realidade e atenção aos detalhes que a compõe, a curiosidade no trato dos fenômenos, a indagação a desconfiança articuladas ao respeito e não invasão à privacidade dos sujeitos. Isso supõe um profissional que se atualize, participe de eventos acadêmicos e coletivos que dizem respeito ao Serviço Social e sua área de atuação, acompanhe a produção de conhecimentos na área em que trabalha, relacione criticamente esses conhecimentos teóricos a legislação, normas, cultura e dinâmica institucional. Supõe um profissional que busque constantemente a segurança de seus valores ético-políticos e que compreenda o valor e a função social de seus posicionamentos nos espaços públicos da sociedade. (MORAES, 2016, p. 105-106)

Ou seja, um profissional que não se distancie do projeto ético-político profissional e que não se renda às amarras do cotidiano, do imediato, do aparente. Que vá em busca de novas respostas para velhas demandas, que procure o real no que se acha familiar, que está aparente. Pois, por muitas vezes, as demandas tão urgentes, o excesso de trabalho, dentre outras tantas determinações do cotidiano profissional o impede de refletir sobre sua prática, de perceber coisas que se apresentaram de forma aparente, mas que tem mais velado. “[...] ‘estranhar o familiar’ supõe a necessidade de ultrapassar análises genéricas e superficiais”. (MORAES, 2016, p. 108)

A “*postura/atitude investigativa*” permite questionar e apreender criticamente a própria inserção nos espaços ocupacionais, bem como sobre a prática, a política em que estiver inserido, a forma como se apresentam as demandas, os processos de desenvolvimento do trabalho e desta maneira possibilita

a construção de novas possibilidades de atuação, frente às determinações do cotidiano e exigências do capital.

A rotina impregnada em políticas e instituições sociais não limita a um fazer repetitivo. O sujeito do trabalho profissional é aquele que mesmo na condição de assalariado e tendo que responder requisições e interesses institucionais, vai além da competência permitida e se aproxima da competência crítica. (MORAES, 2016, p. 110)

Nessa perspectiva, entende-se a articulação entre os elementos subjetivos, vinculados ao compromisso ético-político com a busca por aperfeiçoamento contínuo, e as condições objetivas do espaço em que o profissional está inserido. Esse conjunto de elementos impactam diretamente, nos limites e possibilidades do exercício profissional.

A graduação deve promover a construção de um “[...] olhar sensível, crítico, curioso e aberto a novas possibilidades, com clareza do ‘por que’, ‘para que’ e ‘como’ conhecer”. (MORAES, 2016, p. 110) possibilitando sua continuação independente do espaço de inserção. Por conseguinte, assumindo essa postura e apoderando-se dela como indispensável ao fazer profissional cotidiano, pode-se avançar para o que Moraes (2016, p. 111, grifos do autor) chama de “ação investigativa”, para ele,

[...] a ação investigativa supõe imediatamente a postura/atitude investigativa, mas a postura/atitude investigativa não necessariamente gera uma ação investigativa no plano imediato, mas é fundamental para a construção das ações investigativas e intervenções profissionais. Porém, tanto a ação investigativa quanto a postura/atitude investigativa devem estar pautadas nas dimensões teórico-metodológica e ético-política profissional do projeto do Serviço Social contemporâneo, e constituem o que se entende, [...], por dimensão investigativa.

A concretização da dimensão investigativa requer um conjunto de atitudes e procedimentos (olhar aguçado, curiosidade, anotações regulares, entre outras) que necessitam ser construídos/desenvolvidos diariamente, sendo entendidos como inseparáveis da dimensão interventiva. Pois entende-se que

“[...] o hábito de anotações sistemáticas do cotidiano profissional pode se apresentar como base para ação investigativa e capaz de gerar novas investigações, inclusive por meio de pesquisa em serviços”.⁴ (MORAES, 2016, p. 111)

De forma que, a *ação investigativa*, resultado e geradora de sistematização e análise de realidade, é fundamental para o reforço e consistência da capacidade argumentativa do assistente social no diálogo com a chefia e demais profissionais. Mas a *ação investigativa* não pode se limitar a empiria e a tendência tecnicista a partir de um discurso que reproduz a realidade, os depoimentos dos usuários sem reflexão teórica e ético/política. (MORAES, 2016, p. 112, grifos do autor)

É de extrema importância para a dimensão investigativa que as ações desenvolvidas pelo(a) assistente social sejam sistematizadas, aí entra o diário de campo que tanto serve para o(a) aluno(a)/estagiário(a), como para o(a) profissional, pois torna-se instrumento que subsidia a análise e interpretação da realidade.

[...] se no eixo técnico-operativo a *ação investigativa* formata as possibilidades de intervenções qualificadas, estratégicas e ricas subjetivamente, no plano ético-político assume o questionamento do naturalizado socialmente e investe no caráter organizativo e político de resistência, que questiona as organizações do trabalho, com atenção a situações de conflito, buscando em um primeiro momento, em articulação com outros profissionais, a defesa da segurança, proteção, dignidade e satisfação no trabalho, bem como o atendimento das necessidades pessoais dos segmentos subalternizados. (MORAES, 2016, p. 113, grifo do autor)

O desenvolvimento da dimensão investigativa vai garantir a efetivação do projeto profissional do Serviço Social, à medida que oferece maiores possibilidades de respostas qualificadas às demandas que chegam. Permite ao/à

4 Moraes faz uma distinção entre a pesquisa acadêmica e a pesquisa em serviços, onde a primeira tem a característica de ser mais rigorosa e seguir pré-requisitos, já a segunda é baseada em seu trabalho profissional que geralmente “[...] tem sido fruto de um movimento construído pelo assistente social [...] e/ou uma exigência institucional para defesa de suas prioridades”. (MORAES, 2016, p. 134)

profissional sair do lugar comum e enxergar o que não se apresenta de imediato. Entende-se ainda que, tal dimensão deve ser ensinada/estimulada na graduação para que se efetive enquanto parte constitutiva das atribuições e competências profissionais.

É indiscutível que os instrumentos e técnicas são indispensáveis ao exercício profissional, são eles que vão determinar a partir da dimensão técnico-operativa a imagem/o aparecer da profissão, porém não podem ser convertidos em ponto de partida. A instrumentalidade do Serviço Social é a capacidade/propriedade que o(a) profissional tem em responder às demandas colocadas (GUERRA, 2014), ou seja, não depende apenas de instrumentos e técnicas, mas de arcabouço teórico-metodológico e compromisso ético, além de articulação com a pesquisa e dimensão investigativa.

A competência técnica sozinha não dá subsídio para uma ação qualificada, é preciso ter um olhar diferenciado e crítico para fazer a leitura da realidade, entendendo que o conhecimento advém de sua dinâmica. Por isso, “[...] mais do que um profissional com competência técnica sobre suas ações, o assistente social deve ser um intelectual capaz de captar a essência da realidade e construir estratégias de trabalho”. (MORAES, 2016, p. 97) É certo que há a demanda espontânea/imediata, mas o profissional deve

[...] atuar sobre as limitações, com uma *modalidade de razão que mantenha o foco voltado às finalidades* e não apenas para as dificuldades; e ainda, que ao se defrontar com elas possa estabelecer um plano de ação capaz de se constituir no meio para o alcance da finalidade. Assim, o método converte-se em *projeto* e a razão em *potência*, a mobilizar as condições objetivas da realidade. (GUERRA, 2014, p. 64, grifos da autora)

Essa tarefa não é fácil, requer um compromisso diário. Contudo é preciso assumir esse compromisso para que seja possível cada vez mais objetivar o projeto ético-político e ratificar cada dia mais a imagem social da profissão como comprometida com a classe trabalhadora e com a efetivação dos direitos da população usuária dos serviços aos quais o/a assistente social está vinculado. “A utilidade social da profissão está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, [...] em demandas para a profissão”. (GUERRA, 2014, p. 6)

Para operacionalizar essa capacidade, é necessário ter conhecimento da realidade, onde se vai intervir, para, de forma articulada, tomar a decisão de quais meios podem ser utilizados para alcançar o fim/objetivo que foi traçado no início da atividade na direção de concretizar a ação. Ela “[...] depende de um processo de conhecimento (o mais aproximado possível da realidade) e da tomada de decisão (a mais adequada em relação aos meios e fins)”. (GUERRA, 2014, p. 26)

Esse processo de escolher os meios e de tomada de decisão já demonstram a necessidade de adotar uma postura investigativa, pois para intervir é preciso conhecer e para conhecer tem que investigar/pesquisar/estudar. A definição do objeto de intervenção tem relação com o objeto de investigação, tal como afirma Baptista (2006, p. 31) “[...] É evidente que, para fazer de determinada situação objeto de intervenção, deve-se fazer dela objeto de conhecimento”.

A dimensão investigativa tem que ser compreendida fazendo parte da instrumentalidade e articulando os seus três pilares – dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. O Serviço Social se desenvolveu e conquistou outros espaços, a exemplo da formulação, gestão e avaliação de políticas públicas, ultrapassando a mera execução. Independentemente de onde o(a) profissional esteja inserido(a)

[...] seja no planejamento, na gestão, na execução, nenhum/a assistente social pode pretender qualquer nível de competência profissional se prender exclusivamente aos aspectos imediatamente instrumentais e operativos da sua realidade. (NETTO, 2009, p. 32)

Essas novas características exigem um profissional propositivo, *curioso*, indo além da intervenção. Concorde-se com Fraga (2010, p. 41) quando diz que “[...]o exercício profissional do assistente social exige uma atitude investigativa constante para que não se torne meramente pragmática, sem intencionalidade e clareza de finalidade”.

A apropriação da atitude e ação investigativa possibilita compreender a demanda que se está tratando com maior profundidade, possibilitando chegar à essência daquele caso e assim desenvolver uma intervenção mais qualificada. “[...] à medida que o/a profissional que pesquisa assume como postulado a

associação fundamental entre prática e teoria, vê-se desafiado a construir um caminho para a investigação de sua ação no processo mesmo da intervenção”. (BAPTISTA, 2006, p. 70)

Não há como compreender a profissão e, portanto, sua atuação sem conectá-la com a dinâmica da sociedade, principalmente quando se compreende que o Serviço Social tem uma característica peculiar, de servir a dois interesses (usuários e empregadores). Apesar de ter nascido para responder eminentemente aos interesses do Estado e da classe burguesa, trabalhando na perspectiva da caridade e da ajuda,⁵ foi possível uma transformação da forma de legitimação dessa profissão que se deu a partir do processo de redemocratização do Brasil e do processo interno de reconceituação, passando a ter a classe trabalhadora como sua base de legitimação identificada no seu projeto ético-político.

A partir dessa transformação da profissão que passou a ter como suporte teórico a teoria social de Marx, fica evidente que “[...] a atitude investigativa é o fomento básico do exercício profissional do assistente social que se refere ao movimento de desocultamento do real” (FRAGA, 2010, p. 42) para essa nova visão da categoria a dimensão investigativa torna-se indispensável na direção de ultrapassar as aparências dos fenômenos.

É correto que as políticas sociais se constituem como espaço sócio-ocupacional dos(as) assistentes sociais e aí estes(as) têm espaço na execução, na gestão e no planejamento, os dois últimos se caracterizam como novos espaços, pois foram conquistados a partir do amadurecimento teórico da profissão. Nesse sentido,

A teoria é tomada como a chave explicativa que permite formular o esquema de coleta de informações e de análise e instrumentalizar o diálogo do profissional/investigador com o objeto. Nesse sentido, a teoria levará a uma das leituras possíveis da realidade, resultado de uma apreensão diferenciada [...]. (BAPTISTA, 2006, p. 75)

Como resultado das respostas do Estado às expressões da “questão social” e vinculada à política social, a instrumentalidade profissional do Serviço Social

5 Sobre esse debate ver autores como: Iamamoto (2014), Montañó (2011) e Faleiros (2005).

é presumida como produtora de respostas ao projeto burguês de sociedade. Primeiro por ser fruto dessa mesma sociedade e, na sua *peculiaridade operatória*, serve de instrumento para dar respostas às necessidades das classes pauperizadas. Segundo como *mediação* na medida em que ela possibilita sair da ação meramente operacional para uma posição crítica e política, bem como eficaz Guerra (2014).

Assim, a pesquisa e a dimensão investigativa tem se apresentado como estratégia eficaz de combate à redução do trabalho profissional a atividades que tem sido repetitivas, moldando a reprodução de uma sociedade desigual, injusta e discriminadora, embora exigem um trabalho intelectual capaz de compreendê-las no terreno da totalidade, particularidade e singularidade, desnaturalizando suas manifestações imediatas e redescobrimdo possibilidades de enfrentamento crítico. (MORAES, 2016, p. 135)

No momento do exercício profissional é natural ter por base a cultura profissional, mas para dar uma resposta qualificada é preciso direcionar sempre a ação no sentido de se utilizar da razão dialética, pois é por ela que se torna possível ter uma atitude ética, comprometida com a defesa de garantia dos direitos sociais, humanos e políticos, da emancipação dos cidadãos, da ampliação da cidadania, da liberdade e da equidade. E “[...]reconhecendo a dimensão política da profissão, inspirado pela razão dialética, invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital”. (GUERRA, 2014, p. 15) Esse deve ser o fundamento para nortear os objetivos e finalidades do Serviço Social.

A Dimensão investigativa nos documentos norteadores do estágio

O estágio é um momento imprescindível na formação profissional do(a) assistente social e deve ser indissociável do exercício profissional. Explora-se nesse item as formas através das quais a dimensão investigativa está sendo apresentada/compreendida nos documentos basilares do estágio.

Nas Diretrizes Curriculares (DC) de 1996 para o curso de Serviço Social, a dimensão investigativa se encontra nos princípios que norteiam a formação,

assim exposto: “estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade”. (ABEPSS, 1996, p. 6) É entendida como constitutiva da formação profissional e portanto deve perpassar todo esse processo. A sua relevância emerge no núcleo de fundamentos do trabalho profissional quando afirma que:

A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais. (ABEPSS, 1996, p. 13-14)

Desse modo, a passagem demonstra que a dimensão investigativa deve ser assumida em constante articulação/interligação com a interventiva, uma vez que uma dá qualidade e suporte à outra, ou seja, o amplo desenvolvimento da primeira permite maior preparação e reflexão de ação na segunda. A prática da dimensão investigativa serve de base para a intervenção, como pode ser percebido na referência à disciplina de pesquisa em Serviço Social nas DC/1996, “A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto de ação profissional”. (ABEPSS, 1996, p. 18)

Na Política Nacional de Estágio (PNE) de 2010, que, além de discutir as configurações do estágio, como foi construída coletivamente, orienta quais as atribuições dos três atores (supervisores(as) acadêmico e de campo e estagiário(a) que compõem essa atividade, diz que o estágio curricular supervisionado deve se consolidar

[...] impulsionando o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício profissional, bem como a construção do perfil profissional pretendido: crítico, criativo, propositivo, investigativo, comprometido com os valores e princípios que norteiam o projeto ético-político profissional. (ABEPSS, 2010, p. 14)

A dimensão investigativa é destacada como parte do processo de formação profissional na construção da capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa especificando o(a) estagiário(a) como,

[...] sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social. (ABEPSS, 2010, p. 20)

A PNE/2010 indica ainda quanto ao conteúdo que deve estar presente na disciplina de estágio, colocando a centralidade da unidade entre teoria e realidade, quebrando o mito de uma oposição entre as duas e a dimensão investigativa como pressuposto da intervenção.

Quanto ao conteúdo das disciplinas, propõe-se apontar, claramente, para a indissociabilidade entre teoria e prática em cada nível do estágio supervisionado curricular. Esta unidade perpassará a análise da intervenção profissional, desde a inserção do estudante no espaço sócio-institucional, que indica a observação do trabalho do assistente social e a reconstrução do seu objeto (apreensão das contradições frente às diferentes manifestações da questão social), até a compreensão da dinâmica institucional e suas respostas por meio de políticas sociais e institucionais e, finalmente nas respostas profissionais por meio de processos interventivos e investigativos do Serviço Social nos diferentes campos de atuação, sempre observando a dimensão ética. (ABEPSS, 2010, p. 30)

De acordo com a PNE, é necessário para uma efetiva compreensão do processo de estágio e nele da dimensão investigativa a prática de algumas atividades que facilitarão a absorção do que foi vivenciado, incorporando tais práticas para sua atividade profissional subsequente.

Nesse sentido, deve-se incorporar ao acompanhamento das atividades do estágio, a elaboração de instrumentos avaliativos e

pedagógicos como o diário de campo, relatórios processuais, visitas domiciliares e institucionais, projetos de investigação e de intervenção, participação em seminários e elaboração de relatório semestral, dentre outros. (ABEPSS, 2010, p. 34)

A Resolução CFESS nº 533 de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio, não apresenta nenhuma indicação direta da dimensão investigativa em sua redação, todavia há a sugestão de articular a pesquisa e intervenção.

Considerando que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício prático-teórico, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica. (CFESS, 2011, p. 125)

Da mesma forma, também não é explicitado nenhum comentário ou indicação direta desta na Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/1993, apenas o art. 4º, inciso VII, diz: “planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais”. (BRASIL, 2012, p. 45) A análise desse trecho permite perceber que a dimensão investigativa é um pressuposto para seu desenvolvimento já que faz parte desta o estudo da realidade e a indicação/construção de alternativas para intervenção.

No Código de Ética Profissional de 1993, pode-se interpretar como um indicativo de incentivo à dimensão investigativa o princípio X, que diz, “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. Esse indica a necessidade de constante aperfeiçoamento profissional e necessidade de conhecer a realidade em que está inserido. A prática da dimensão investigativa, com o olhar crítico e curioso da realidade permite que seja ofertado um serviço de qualidade.

Todos esses processos elencados visam o aprimoramento e a qualidades dos serviços prestados, muitas dessas atividades podem e devem ser desenvolvidas em quaisquer das áreas em que o(a) assistente social esteja atuando. É importante destacar ainda que “As atividades de qualificação e formação profissional visam ao aprimoramento profissional, tendo como objetivo a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários”. (CFESS, 2010, p. 61) Desse modo, a dimensão investigativa se faz necessária em todo o processo de formação – que deve ser continuada – e perpassar todo o desenvolvimento das atividades profissionais.

Para garantir respostas cada vez mais qualificadas e diversificadas “[...] a investigação da realidade é fundamental e precisa ser transversal a todas as ações”. (CFESS, 2010, p. 62) Entende-se que

[...] É a capacitação permanente que possibilita ao profissional romper com a prática rotineira, acrítica e burocrática, e buscar, a partir da investigação da realidade a que estão submetidos os usuários dos serviços de saúde, a reorganização da sua atuação, tendo em vista as condições de vida dos mesmos e os referenciais teóricos e políticos hegemônicos na profissão, previstos na sua legislação, e no projeto de reforma sanitária. (CFESS, 2010, p. 67)

Com tal característica, percebe-se que é possível superar as práticas tradicionais e individualistas, esse modo de agir e pensar deve ser iniciado já na graduação. No momento do estágio é possível exercitar essas práticas de maneira a dar continuidade depois, no momento da atuação profissional.

Considerações finais

Entende-se a realidade como dinâmica, em constante transformação e permeada de contradições. O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e sendo parte dessa totalidade precisa compreender suas configurações, uma vez que a “questão social” seu objeto de trabalho é fruto de tais contradições. Defende-se que esse processo de conhecimento do seu objeto de trabalho deve ser constante e não limitado a graduação.

Compreende-se a importância de uma formação qualificada e continuada, bem como da constante busca de conhecimento e interpretação crítica da realidade. Concebe-se a dimensão investigativa como parte da dimensão interventiva que possibilita ir além do imediato. Esta última através da utilização de seus instrumentos e técnicas permite dar visibilidade à profissão, todavia, se realizada sem a devida articulação com dimensões teórico-metodológica e ético-política, não garante qualidade às ações. E ainda pode deixar transparecer que o fazer do Serviço Social pode ser desenvolvido por qualquer profissional, na medida em que se torna apenas repetidor de ações, sem criticidade e reflexão, se torna o “fazer por fazer”.

O principal conceito de dimensão investigativa utilizado foi o de Moraes (2016, p. 114), que a coloca como um processo que é efetivado a partir de dois momentos, o primeiro ele chama de *postura/atitude investigativa* (criticidade, curiosidade, estranhar o comum) e o segundo de *ação investigativa* (sistematização e análise da realidade, questiona o naturalizado, caráter político-organizativo). A segunda requer necessariamente a aplicação da primeira, porém seu contrário não é verdadeiro.

Claro que essa relação não é tão simples assim, requer compromisso ético-político e resistência, pois entende-se ainda sua condição de trabalhador(a) assalariado(a) que é cobrado(a) a responder os interesses institucionais (cumprir metas, por exemplo). Mas, é preciso lembrar que este(a) profissional assumiu um compromisso com a classe trabalhadora de defesa de seus interesses.

Então, no desenvolvimento das suas ações, deve buscar efetivar esse compromisso, não se distanciando do seu projeto ético-político. E esta deve ser ensinada na graduação para que independente do espaço em que o(a) profissional se inserir possa efetivá-la.

O estágio curricular obrigatório é um dos momentos mais esperado pelos(as) estudantes, visto que nele eles têm a possibilidade de fazer a relação teoria-prática. Esse momento é indiscutivelmente primordial para a formação profissional, entretanto, deve ser entendido em processo e conectado a toda trajetória acadêmica, para não correr o risco de pensá-lo como “treino da prática” e sim como um momento em que é possível fazer a sistematização e correlação do que foi discutido e aprendido em sala de aula com o que se apresenta como forma de demandas aos(as) profissionais. Esse entendimento tem

base na compreensão de que a teoria advém da realidade, não é algo estranho a ela, embora tenham diferentes configurações.

A análise dos documentos que norteiam o estágio proporcionou perceber que a dimensão investigativa é compreendida por estes como constitutiva da formação e exercício profissional, devendo ser indissociável da interventiva.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social* (texto na íntegra aprovado em assembleia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf Acesso em: 10 set. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (PNE)*. Brasília, DF: 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf Acesso em: 10 set. 2017.

BAPTISTA, Myrian Veras. *A investigação em Serviço Social*. São Paulo: Veras Editora; Lisboa [Portugal]: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. *Código de Ética do/a Assistente Social*. 9. ed. De regulamentação da profissão. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

CHAVES, Camila Nogueira *Serviço Social e a produção de conhecimentos: o papel da pesquisa para o projeto profissional*. 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na saúde*. Brasília, DF: CFESS, 2010.X

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução nº 533, 29 de setembro de 2008. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. In.: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Legislação e resoluções sobre o trabalho do/a assistente social*. Brasília, DF: CFESS, 2011.

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do serviço social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 84, 2005.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2000. p. 53-63.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 4., 2007, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: CRESS; ABEPSS; ENESSO, 2007. Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Yolanda%20Guerra%20instrumentalid.pdf>.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MIRA, Maria Lúcia Garcia. *A dimensão investigativa e a pesquisa em serviço social: condicionantes da formação em instituições de ensino superior no município de São Paulo*. São Paulo. 2012. 351 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17571>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. *O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: formação, trabalho, pesquisa, dimensão investigativa e a particularidade da saúde*. 2016. 318 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MONTAÑO, Carlos. *A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais: módulo 6*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. Razão, ontologia e práxis. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 15, n. 44, abr. 1994.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e, et al. A pesquisa, a produção do conhecimento dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social. In: DENISE, Bomtempo Birche de Carvalho; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org.). *Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

Trabalhando gênero, corpo e sexualidade com adolescentes e jovens do Centro Cultural Escrava Anastácia, em Florianópolis

TERESA KLEBA LISBOA

RAISSA NOTHAFT

Introdução

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa participante realizada pelas integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (Nusserge/UFSC), com adolescentes e jovens que participam do Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), em Florianópolis (SC), sobre os significados atribuídos às temáticas “construindo o corpo”, “relações de gênero” e “sexualidade”.

A imersão nesse campo de pesquisa ocorreu através das ações propostas pelo Projeto de Extensão “Assessoria à equipe de Gestão do CCEA”, aprovado pelo PROBOLSAS 2016 – Edital nº 01 /2015, da UFSC.

Os dados derivam de uma pesquisa participante, planejada em conjunto com a equipe gestora do CCEA e, posteriormente, das oficinas socioeducativas, desenvolvidas com três grupos de adolescentes e jovens, em momentos distintos. As temáticas abordadas foram sugeridas, tanto pelos educadores sociais que atuam junto ao CCEA, como pelos adolescentes e jovens, quando em um primeiro encontro foram indagados sobre temas de seus interesses.

Conforme Carlos Rodrigues Brandão (1985, p. 12), a pesquisa participante surgiu com o intuito de aproximar o pesquisador e o objeto de sua pesquisa de trabalho social. Trata-se de um enfoque de investigação social por meio do qual se busca plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade, com objetivo de promover a participação social para o benefício dos participantes da investigação. Estes participantes, neste caso, são adolescentes e jovens, moradores de comunidades de periferia dos quatro municípios que integram a Grande Florianópolis (Biguaçu, Palhoça, São José e Florianópolis), que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social, em decorrência da violência desencadeada pelo tráfico de drogas.

As Oficinas pedagógicas realizadas com estes adolescentes e jovens ao longo de três semestres (2016 e 2017) constituíram uma atividade educativa de investigação e ação social, através da qual, a equipe integrante do Nusserge, na sua grande maioria Assistentes Sociais, buscou: a) ampliar a importância do debate sobre relações de gênero e discriminação racial com adolescentes e jovens; b) incentivar a construção de uma cultura que possa romper com as discriminações e violências de gênero, raça/etnia, orientação sexual entre outras; c) sinalizar a importância desta temática para o Serviço Social, visando a atuação junto às mais diversas políticas públicas, principalmente as destinadas a adolescentes e jovens; e d) testemunhar para as(os) colegas Assistentes Sociais que é possível intervir em uma perspectiva plural, permeada por múltiplas lutas, pelo fim de todas as formas de opressões.

Apresentando o Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA)

O CCEA é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, integra o Instituto Padre Vilson Groh (IVG), que presta serviços de assessoramento às Organizações da Sociedade Civil, que por sua vez trabalham na promoção e

defesa dos direitos fundamentais de populações em vulnerabilidade socioeconômica, atuando em rede.¹

O CCEA iniciou parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Governo Federal, no âmbito do Programa Primeiro Emprego, através do Consórcio Social da Juventude, que atua em Florianópolis desde 2005 e já levou à qualificação profissional e à inserção laboral centenas de jovens.

Um dos principais objetivos do CCEA é atuar com adolescentes e jovens no contraturno da Escola ou com os que não frequentam a escola, não possuem ocupação, tornando-se “presas” fáceis para o tráfico de drogas. A chamada “inatividade” juvenil tem atingido mais intensamente jovens mulheres e negras. Uma Pesquisa Nacional realizada por Amostra de Domicílio em 2015, aponta que 5,8% dos brasileiros entre 4 e 17 anos estão fora do ambiente escolar. Em Santa Catarina, esse número é de 5,1%, o que representa 64 mil crianças e adolescentes fora da escola no Estado.

Atualmente, o CCEA oferece três programas que preveem a formação de adolescentes e jovens:

1. Procurando Caminho: atende a adolescentes e jovens de 10 a 21 anos, de comunidades empobrecidas da grande Florianópolis, envolvidos com a criminalidade e o narcotráfico, na superação do estado de vulnerabilidade e risco social, proporcionando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, por meio da arte-cultura e esporte-lazer;
2. Rito de Passagem: atende a adolescentes a partir dos 14 anos, encaminhados pelas mais diferentes instituições dos quatro municípios acima citados. Neste programa, investe-se em formação humana e cidadã preparando os jovens para o mundo do trabalho. Frequentam cursos sobre novas tecnologias, arte, cultura e desenvolvimento da ação comunitária, direitos humanos e comunicação não violenta;
3. Jovem Aprendiz: atende a adolescentes, também a partir dos 14 anos, pré-qualificados no Rito de Passagem. Este programa visa a qualificação profissional e a inserção laboral efetiva. Mobiliza e encaminha adolescentes para cursos de capacitação profissional e os insere no mundo do trabalho através do Programa de Aprendizagem. (Lei nº 10.097/2000)

1 Ver em: <http://www.redeivg.org.br/rede-ivg/>.

Quem são esses adolescentes e jovens com os quais trabalhamos?

Os três programas têm objetivos de Ensino-Aprendizagem diferenciados e, portanto, temas específicos para cada programa. Os adolescentes e jovens que frequentam o CCEA são procedentes dos quatro municípios que integram a “Grande Florianópolis”, a saber: Florianópolis (421.240 habitantes); São José (209.804 habitantes); Palhoça (137.334 habitantes) e Biguaçu (58.206 habitantes).

Os dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 apontam que os jovens ocupam um quarto da população do país. Isso significa 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos vivendo, atualmente, no Brasil, sendo 84,8 % nas cidades e 15,2 % no campo. A pesquisa mostra que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalham, 36% estudam e 22, 8% trabalham e estudam simultaneamente.

Uma pesquisa feita entre abril e maio de 2013, pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) constatou que a juventude brasileira ainda é muito atravessada por desigualdades. Com uma distribuição de sexo quase idêntica, 49,6% homens e 50,4% mulheres, 6 em cada 10 entrevistados declararam-se de cor parda (45%) ou preta (15%) e 34% da cor branca. Esses dados apresentam uma pequena diferença em relação aos dados levantados pelo IBGE no Censo 2010.

No levantamento da SNJ, a proporção de jovens que se diz preta é maior (15%) do que a identificada pelo Censo (7,9%), e a Secretaria acredita em uma tendência de crescimento, na população jovem, de auto declaração como da cor preta. Uma das hipóteses é que o aumento da visibilidade da questão racial no país e os papéis importantes que os negros vêm conquistando ultimamente estejam estimulando os jovens a afirmar sua identidade por cor e etnia.

Os adolescentes e jovens que frequentam o CCEA são, majoritariamente, provenientes de comunidades empobrecidas, convivem diariamente com a dinâmica que envolve o tráfico de drogas, muitos são procedentes de famílias monoparentais, ou porque o pai abandonou a família, ou está preso, ou porque já morreu (geralmente assassinado) em decorrência do tráfico.

A adolescência é aqui compreendida como processo de transição da infância à vida adulta, com progressiva emancipação da família de origem e da escola. Caracteriza-se por diversas transições, sendo a passagem à sexualidade com parceiro a de maior repercussão. Desse modo, a adolescência não se reduz

apenas à faixa etária, mas sim um processo social que possui especificidades de classe social, cultural, históricas e de relações de gênero. (HEILBORN et al., 2012, 2006)

A maioria dos jovens chega até o CCEA encaminhado pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), pelas escolas ou por outras ONG da comunidade. Estes são os sujeitos das nossas oficinas, como veremos a seguir.

Oficinas socioeducativas com adolescentes e jovens - resgatando as representações sobre corpo, relações de gênero e sexualidade

As oficinas foram oferecidas através de encontros semanais, cada uma com a duração de quatro horas; foram realizadas com a utilização de dinâmicas de grupo para promover a participação dos adolescentes e jovens, em média 25 por oficina, num ciclo de aprendizagem vivencial.

De acordo com Sinzato e Araújo (2016), a metodologia de ensino-aprendizagem utilizada no CCEA segue os seguintes princípios centrados na imagem do Jovem Aprendiz – protagonista responsável pela transformação de sua realidade quando *aprende a conhecer, aprende a fazer, aprende a conviver e aprende a ser* um ser humano melhor a cada dia. (UNESCO, 2012)

Somam-se a estes quatro princípios, a dimensão política, sempre presente na obra de Paulo Freire: *por que e para que aprender*. Cabe salientar que, com o intuito de avançar no protagonismo e na desconstrução de subalternidades, o trabalho no CCEA deve ampliar esta dimensão política para a reflexão constante do *porquê e para que participar*.

Segue o relato de quatro das Oficinas realizadas com os adolescentes e jovens. Optamos em destacar as que mais evidenciaram os temas “corpo, relações de gênero e sexualidade:

Oficina “Situando o meu corpo”

Esta oficina teve como objetivos identificar as noções dos(as) adolescentes/jovens sobre o corpo; promover espaços de debate sobre o corpo; discutir ações de cuidado para consigo e com o outro; apontar as expressões de gênero no desenho; problematizar as questões que envolvem as relações de gênero. Após a

dinâmica que consistiu em solicitar que desenhassem um corpo, todas(os) participaram opinando sobre a história dos personagens que criaram.

O primeiro grupo desenhou um corpo feminino, muito curvilíneo, usando *short* e que estava com os seios desnudos porque “*foi a um baile funk e ‘tomou um pau’ de outras meninas, por causa de outro menino*”. A menina se chamava Isabela, estava no 9º ano, tinha um ex-namorado.

O segundo grupo desenhou uma travesti de nome Gioconda. Os(As) adolescentes e jovens faziam piadas sobre o desenho, mais especificamente sobre as marcas que esses corpos carregavam (ser travesti, ser mastectomizada). Nesse instante fez-se necessária uma intervenção por parte das coordenadoras, solicitando que eles se ativessem para os significados que esses corpos traziam: a relação com o sofrimento, o preconceito e o isolamento. Problematicizou-se os significados de ser travesti e de ter câncer de mama. Colocou-se a necessidade do respeito às diferenças.

O terceiro grupo desenhou um corpo feminino. A moça, chamada Lauanda, trabalhava no trânsito entregando panfletos, era loira, fumava maco-nha, se envolveu com um homem casado e teve dois filhos. Embora a trajetória de Lauanda fosse marcada por passagens em instituições de apoio social, “*a mudança em sua vida só ocorreu quando se tornou evangélica*”.

O quarto grupo desenhou um corpo masculino. O rapaz chamava-se Adalberto, tinha 18 anos, não estudava e não trabalhava. Morava com a mãe, pois o pai o abandonou. Adalberto vestia roupas da marca Adidas “*para humilhar todo mundo*” e não se relacionava com ninguém, pois era “assexuado”. Adalberto não gostava de ninguém, nem de si próprio.

O quinto grupo desenhou um corpo feminino, Valentina tinha 18 anos de idade e saiu da casa dos pais para morar sozinha. Trabalhava em um escritório odontológico, estudava e sonhava em fazer faculdade de Medicina. Residia no centro de Florianópolis.

Após as apresentações, buscou-se reflexões em torno dos corpos desenhados. Ainda em roda, a equipe de coordenadoras dirigia perguntas para as(os) adolescentes e a partir das respostas trabalhava conceitos como “relações de gênero”, “violência de gênero”, “preconceitos”, e “cuidados com o corpo”.

Através dos desenhos, representações e falas constata-se que, atualmente, os meninos e as meninas entram na adolescência cada vez mais cedo. O início da ejaculação e da menstruação indicam que chegaram àquela fase da vida em

que são capazes de procriar. As transformações físicas não são as únicas que enfrentam. Suas mentes também passam por grandes alterações. Para muitos, essa é uma fase de dubiedades: ao mesmo tempo em que se tornam mais sonhadores ou independentes, por outro lado, tendem a ficar mais envergonhados, retraídos, sensíveis ou agressivos.

Muitos começam a trabalhar e a experimentar cedo um início de independência material. Outros, trabalhando ou não, procuram, através dos estudos, um encaminhamento para a vida profissional. Ao adquirir personalidade própria, o jovem geralmente se distancia da família, passando a preferir a companhia de outros adolescentes, recusando a dos pais e irmãos. Os amigos de mesma idade passam a ser as pessoas mais importantes. Começa a identificar-se com o igual, a vestir-se de acordo com o figurino do grupo, a falar a sua linguagem, a frequentar lugares diferentes, a chegar mais tarde em casa.

Apesar do objetivo da oficina ter sido “a construção do próprio corpo”, constatou-se que a maioria dos integrantes desenharam corpos de outras pessoas, ora identificando-se, ora distanciando-se com “chacotas” e frases depreciativas como foi o caso do grupo que desenhou uma travesti. Destacamos, porém, que as trocas entre as(os) participantes e a equipe evidenciavam os conhecimentos adquiridos. Em muitos momentos era possível ver as habilidades e atitudes sendo construídas.

Oficina sobre relações de gênero

Esta oficina teve como objetivo identificar e problematizar as relações de gênero construídas socialmente. A dinâmica consistiu: em uma folha em branco foi solicitado que colocassem seu nome, idade e descrevessem situações que não puderam vivenciar durante o período da infância, bem como atualmente, por serem meninas(os).

Após a leitura das frases, vários depoimentos foram surgindo, entre eles: “meninas são obrigadas a realizarem tarefas domésticas, meninos não”; “menina não pode sair sozinha a noite, menino, sim”; “homem tem que proteger a mulher”, “homem tem coração mais duro, coração de pedra”; um menino relatou que só pôde realizar seu sonho de cantar e dançar após ter alcançado

relativa autonomia na adolescência, pois, antes disso, seus pais não deixavam, achando que era “coisa de menina”.

Quando questionados sobre o que é ser machista, surgiram frases como: “não aceita opinião de mulher”; “homem é a lei”; “ser idiota”; não saber tratar uma mulher”; “homem pode, e mulher não pode ficar com vários”. Havia poucas meninas na oficina, porém uma se destacou ao trazer o seu depoimento na questão sobre a violência contra a mulher: “mulher não deve aturar violência, deve se defender e denunciar...”.

O gênero é uma das importantes modalidades de nomeação, inscrição e pertencimento que definem o que a adolescência/juventude é e pode vir a ser. Ao longo da vida e através de diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e mulheres, num processo instável que não é linear, progressivo ou harmônico, e que nunca está finalizado ou completo.

É importante lembrar que as relações de gênero fazem parte do cotidiano de todas as pessoas, acontecem em todas as instâncias e em todos os níveis sociais. Por esse motivo, essa abordagem deve estar integrada a uma análise global da sociedade e ser pensada em termos dinâmicos, pois repousa em antagonismos e contradições.

Lembramos que, embora o conceito de gênero tenha ganhado força e destaque enquanto instrumento de análise das condições das mulheres, ele não deve ser utilizado como sinônimo de “mulher”. O conceito é usado tanto para distinguir e descrever as categorias mulher e homem como para examinar as relações estabelecidas entre ambos.

Em relação aos papéis atribuídos, alguns adolescentes e jovens do sexo masculino pontuaram que determinadas atividades são fundamentalmente do gênero feminino, enquanto outras são inerentes ao masculino. No entanto, também ficou evidente, na compreensão dos(as) participantes, que algumas modificações históricas acerca da questão de gênero vêm sendo processadas na sociedade no que se refere ao papel masculino e feminino e à posição da mulher nesse cenário. Além da menina que se expressou sobre a violência contra a mulher, dois depoimentos sobre o cotidiano familiar se destacaram, uma vez que já ocorre a troca de papéis: uma jovem mora com o pai e este realiza todas as tarefas domésticas; e outro adolescente, da mesma forma, mora sozinho com o pai e ambos realizam todas as atividades consideradas “femininas”.

Após o intervalo, foi apresentado o vídeo clipe do funk *Baile de Favela* e, em seguida, grupos foram divididos para dialogarem sobre a letra da música e produção audiovisual. As(Os) adolescentes deveriam responder se sentiam-se ou não representadas(os) pela música/clipe e quais os símbolos eram utilizados para representarem as mulheres e os homens.

O que mais chamou a atenção dos(as) participantes foi a “ostentação” presente através de carros de luxo, relógios de marca e a ofensa dirigida às mulheres, concluindo que não se sentiam representados pelo clipe.

Esse é o caso do duplo padrão que condiciona muitas meninas/mulheres a acreditarem que se devam conformar aos padrões societários vigentes, relativos aos papéis impostos a elas. Exemplo desta situação é quando o desejo de ser considerada atraente para o parceiro representa uma situação de conflito para as jovens adolescentes. Estas aprendem que devem parecer *sexy*, mas devem dizer “não” para serem consideradas “boas meninas” e atraírem o desejo masculino, calando os seus próprios desejos. Este duplo padrão pode levar muitas jovens a aprenderem a sacrificar a sua autonomia sexual para serem consideradas sexualmente bem comportadas diante do que é socialmente desejável para as mulheres.

Como fruto do debate, a equipe solicitou que os grupos produzissem uma paródia da música que narrasse a realidade delas(es). Quanto às competências desenvolvidas, destacamos que as(os) jovens conseguiram identificar as manifestações das relações de gênero no cotidiano através do conteúdo apresentado, da partilha de vivências e das dinâmicas realizadas.

Concluímos que, como assistentes sociais, é importante estarmos atentas à construção e significação dos papéis masculino e feminino, que estão relacionados ao contexto sócio-político-cultural no qual estes(as) adolescentes/jovens estão inseridos e que podem ter repercussões importantes na forma em que vivem a sua sexualidade, do seu viver saudável e de sua cidadania.

Oficina sobre “Sexualidade”

A oficina teve como objetivos: identificar os assuntos de interesse dos adolescentes relacionados à sexualidade; levantar as dificuldades dos adolescentes sobre os assuntos referentes à sexualidade.

Para introduzir o tema foram lançadas duas perguntas aos adolescentes: “O que é falar sobre sexualidade? Onde se ouve falar sobre sexualidade?” Algumas respostas surgiram como “é falar sobre sexo”; *“se ouve falar sobre sexualidade na Escola e na TV”*. Na sequência, foi aplicada uma dinâmica, com a distribuição de papel e caneta para que cada participante escrevesse temas, dúvidas, curiosidades, questões sobre sexualidade, para então colocar dentro de um balão.

Enquanto eles escreviam, foram colocadas no chão, três folhas de papel coloridos (verde, amarelo e vermelho) para o grande grupo qualificar o grau de dificuldade de cada questão exposta nas tarjetas. Em seguida, os jovens receberam balões e inseriram suas tarjetas (enroladinhos). Foi solicitado que levantassem, ficassem em círculo e jogassem os balões para o alto, em seguida pediu-se que cada um(a) pegasse um balão do chão, de forma aleatória, o estourasse para pegar o papel que estava dentro.

Os adolescentes voltaram aos seus lugares e abriu-se o diálogo sobre cada frase lida pelos jovens: “*o que é orgasmo?*”, “*como se sabe quando se tem um orgasmo?*”, “*quero que muita gente se proteja!*”, “*não me sinto à vontade para falar sobre sexualidade*”, “*onde e como surgiram as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's)?*”, “*o que é quando sai sangue do pênis depois que transa?*”, “*quais as chances de engravidar quando o menino goza na vagina da menina?*”, “*como se prevenir de Doenças Sexualmente Transmissíveis?*”, “*o que fazer se depois do sexo dói?*”, “*sou virgem!*”, “*transar sem camisinha é bom?*”, “*o que é sair do armário?*”.

Para Maria Luiza Heilborn (2012), a sexualidade é compreendida como produto de distintos cenários e não deriva primariamente do funcionamento bio-psíquico dos sujeitos. Estudiosos da área consideram que o exercício da sexualidade se dá em contextos sociais muito precisos, o que orienta a experiência e a expressão do desejo, das emoções, das condutas e práticas corporais.

Enquanto explicávamos ou respondíamos, vagarosamente e com vocabulário acessível, cada uma das frases elaboradas pelos integrantes, um grupinho perguntou “*como acontece uma suruba*”, e vários jovens se manifestaram e falaram que é o sexo com mais de três pessoas. Falou-se também sobre o preconceito com os homossexuais. Destacaram que, hoje em dia, o preconceito é menor em relação a época dos seus pais e que o homossexual tem mais liberdade para expressar sua orientação sexual. Ao serem perguntados onde eles observam mais resistência com os homossexuais declararam: “*nas Igrejas, é a religião que mais repreende qualquer relação que não seja entre homem e mulher*”.

Como bem adverte Maria Luiza Heilborn (2012), uma perspectiva adequada na abordagem da temática da sexualidade juvenil deve ultrapassar a compreensão de que a sexualidade se reduz ao amadurecimento sexual orgânico. Ela abrange também os cenários relacionais às relações de gênero, em reconhecer o desejo ou não de estabelecer intimidade corporal com alguém, capacidade de refletir sobre as convenções sexuais e proteger-se tanto da eventualidade reprodutiva como de potenciais infecções sexualmente transmissíveis.

Constatamos que o tema da sexualidade instigou a curiosidade dos(as) jovens e adolescentes e que cada qual, dentro de suas condições e possibilidades individuais e sociais, tenta viver esse tempo dentro dos seus diferentes espaços de pertencimento e, constrói, a partir dessas possibilidades, as “experiências de si”.

Depois do intervalo, as coordenadoras solicitaram que a turma se separasse em grupos de 3 a 5 pessoas, cada grupo recebeu uma cartolina e canetas. Os jovens deveriam dividir o cartaz ao meio, de um lado colocar o que achavam positivo sobre o tema da oficina de hoje e, de outro lado, o que achavam negativo ou perigoso.

Os jovens destacaram como positivo o sexo seguro, amor, tesão, orgasmo, namorar, conhecer gente legal em festas, ficar de rolo, “batman” (sexo com camisinha/capa) e destacaram como negativo as DST, sexo inseguro, viagra, gravidez indesejada e o preconceito.

Esta dinâmica foi como uma revisão do conteúdo debatido na oficina. Levantou-se que todas as avaliações foram positivas, apresentando falas como: *“a aula foi bacana”*, *“gostei por ter coisas que ainda não sabia”*, *“interessante, aprendi mais”*, *“bom porque aprendemos sobre doenças sexualmente transmissíveis”*, *“bom porque é importante falar sobre isso”*.

Reflexões conclusivas

Concluimos que os temas corpo, gênero e sexualidade estão intimamente relacionados no contexto social em que os sujeitos estão inseridos, o seu imbricamento é importante para os processos de aprendizagem cultural no cotidiano dos adolescentes e jovens que frequentam o CCEA.

Destaca-se que a experiência de realização das oficinas socioeducativas possibilitou, não “apenas” a produção de ações participativas com os

adolescentes e jovens que participam do CCEA, mas, também, apresentou-se como um importante e potente recurso para a apreensão de suas realidades no âmbito da pesquisa.

Considera-se fundamental, para o campo da pesquisa participante, a compreensão de que o que é experimentado, produzido e agenciado na prática das oficinas, com diferentes maneiras de olhar e ouvir, resulta em “dados”, “realidades”, “subjetividades” que contribuem para o próximo passo que é o fazer profissional. Ou seja, os “dados” que emergem das oficinas, além de poderem ser analisados, sob a perspectiva dinâmica da construção do conhecimento, também inferem encaminhamentos para ações propositivas em relação às demandas dos adolescentes e jovens participantes.

Ressaltamos que as possibilidades oferecidas pela pesquisa participante são estratégicas para a academia, uma vez que permitem a aproximação entre as universidades e a sociedade, tornando-as parceiras sociais em uma ampla gama de variedades de áreas e projetos. No centro dessa proposta está o desafio geral de democratizar a pesquisa, ou seja, em lugar de continuar alegando que a universidade é o único local social possível de se realizar uma pesquisa competente, nós professores e acadêmicos levaríamos nossas habilidades para fora da universidade para colaborar em processos mais amplos de intervenção e ação, bem como na geração de conhecimentos. Estaríamos trabalhando em uma perspectiva libertadora, que de acordo com Paulo Freire (1984, p. 35), seria incorporar a ideia de que a “pesquisa, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais, de outro os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta”.

O projeto de extensão estendido para uma pesquisa participante desenvolvido junto ao CCEA nos proporcionou afirmar o papel das(os) pesquisadores/educadores participativos, tendo como pressupostos: a) uma relação dialógica entre sujeitos – respeitando, escutando o que os adolescentes e jovens sujeitos dizem, inclusive observando os silêncios; b) uma estratégia que trouxe à tona elementos importantes para a análise: totalidade, contexto sócio econômico e político no qual estão inseridos estes adolescentes e jovens, bem como noções sobre as categorias gênero, classe, raça/etnia, corpo e sexualidade numa perspectiva interseccional, entre outros; c) facilitação ou desafio – fomos instigadas a substituir a palavra “facilitador” que pode significar condutor, pelos

termos animador, motivador, tentando transformar o espaço das oficinas ou do trabalho em grupo, em uma constante aventura.

E por fim, a equipe integrante do Nusserge, na sua grande maioria Assistentes Sociais, buscou com esse trabalho de oficinas pedagógicas ampliar a importância do debate sobre temáticas pouco exploradas com os adolescentes e jovens, bem como sinalizar a importância desta temática para o Serviço Social, visando a atuação junto às mais diversas políticas públicas, principalmente as destinadas a crianças, adolescentes e jovens que são a nossa esperança de futuro.

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 34-41.
- HEILBORN, Maria Luiza. Por uma agenda positiva dos direitos sexuais da adolescência. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 57-68, 2012.
- HEILBORN, Maria Luiza *et al.* (org.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006.
- IBGE. *Censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. *Assessoria, consultoria e serviço social*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2006.
- SINZATO, Carmen Isabel P.; ARAÚJO, Marizia F. de. *Metodologia de Ensino - aprendizagem do CCEA*. Florianópolis, 2016. Texto elaborado para fins de utilização no CCEA.
- UNESCO. *Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. 7. ed. rev. Brasília, DF: UNESCO; São Paulo: Cortez Editora, 2012.

Apontamentos sobre pesquisa na formação em serviço social na região Nordeste

VERA NÚBIA SANTOS

MARCIA RIBEIRO SILVA

ÉDSINA IZABEL DE ALMEIDA MELO

DANIELA DOS SANTOS GOUVEIA

LAURA OLIVEIRA COSTA

Introdução ao tema

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que adota a teoria social crítica como método de apreensão da realidade e intervém nas diversas expressões da questão social.¹ Fundamenta-se no projeto ético-político profissional construído coletivamente pela categoria, que

¹ A questão social “não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, do cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 77)

vislumbra a construção de uma nova ordem societária cuja direção tenha por princípios a defesa de direitos e o posicionamento em favor da equidade, da justiça social, da democracia, da participação social, entre outros princípios que norteiam a ética profissional.

Com vistas à consecução desse projeto de profissão e de sociedade, assistentes sociais acionam diversos tipos de conhecimento, e para referenciar o trabalho profissional “faz uso da pesquisa enquanto [mecanismo de] compreensão da realidade sistematizando-a em projetos de intervenção”. (DALBERIO, 2008, p. 46) Nesse sentido, afirma um movimento dialético entre teoria e prática, uma vez que para a sistematização de uma pesquisa há a necessidade de conhecer uma dada realidade social e identificar uma situação problema.

Destaca-se que o exercício da “curiosidade” por meio do olhar crítico sobre as relações do cotidiano durante a formação ou na atuação profissional denomina-se no âmbito acadêmico de dimensão investigativa. Essa dimensão manifesta-se durante a graduação e acompanha o profissional ao longo do seu exercício. Enfatiza-se que no campo de atuação do Serviço Social a dimensão investigativa deve desenvolver-se de forma articulada à dimensão interventiva, pois “sem investigação a intervenção torna-se cega e sem intervenção a investigação torna-se inútil”. (PEREIRA, 2005, p. 27)

Partindo dessa premissa, este texto objetiva refletir sobre o lugar da pesquisa no âmbito da formação profissional em Serviço Social no Nordeste brasileiro, tendo como base o projeto “Pesquisa e pesquisadores em Serviço Social nas universidades do nordeste brasileiro”, desenvolvido no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe (Pibic/UFS) no período 2016-2017. O caminho da pesquisa levou a descortinar a estrutura curricular dos cursos de Serviço Social ofertados na região, em Instituições de Ensino Superior (IES), de maneira a observar se há estímulo a pesquisas na área desde a graduação, bem como a observação sobre presença de grupos de pesquisa na área, linhas de pesquisa e temas estudados.

Para o levantamento junto às IES, utilizou-se como critério a observação nas estruturas curriculares da oferta de disciplinas com a temática “Pesquisa em Serviço Social”, ou ainda, a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a oferta de Estágio Supervisionado em Serviço Social. Além disso, buscou-se visualizar se as IES ofertam cursos de pós-graduação *stricto sensu*

(mestrado e/ou doutorado) que tratem de sua área do saber. No que diz respeito aos grupos de pesquisa, observou-se as linhas de pesquisa e os temas indicados no cadastro no Diretório de Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes. Os levantamentos foram feitos via internet nos portais governamentais (E-mec, Plataforma Sucupira, Plataforma Lattes) e nos das instituições.

Para melhor reflexão do tema o artigo busca, em primeiro lugar, fazer uma breve reflexão acerca da importância histórica da pesquisa e da produção do conhecimento no Serviço Social para a construção de uma direção social e para o reconhecimento do assistente social como profissional que articula fundamentos teóricos e práticos; e, em segundo lugar, trazer alguns elementos sobre os entraves e as perspectivas para a pesquisa na formação profissional na região Nordeste, apresentando um panorama das estruturas curriculares dos cursos de Serviço Social.

Pesquisa e serviço social: uma articulação histórica

A essencialidade da pesquisa no Serviço Social dá-se pela necessidade de aproximação à realidade social, num “processo sistemático de ações, visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental”. (GUERRA, 2009, p. 713) Esse fundamento na profissão, apesar de reconhecimento recente, advém de um processo histórico de construção da categoria.

A institucionalização do Serviço Social no Brasil explicitou o caráter conservador que permeava a profissão, inicialmente firmado no referencial doutrinário da Igreja Católica e, em meados dos anos 1940, com a aproximação dos ideais norte-americanos, embasado na teoria social positivista, que fundiu o discurso humanista-cristão com o suporte técnico-científico e estabeleceu

[...] um perfil de ação para os profissionais de Serviço Social atrelados ao pensamento burguês, atribuindo-lhes tarefas de amenizar conflitos, recuperar o equilíbrio e preservar a ordem vigente, com frágil consciência política, pois envolvida pelo ‘fetiche’ da ajuda, não conseguia ter claro as contradições do exercício profissional. (MARTINELLI, 2000 apud PIANA, 2009, p. 90-91)

Assistentes sociais eram percebidos como técnicos executores das tipologias de diagnóstico e tratamento adquiridos nos estudos das Ciências Sociais, tendo que

exercer um controle das demandas e necessidades sociais com as quais cotidianamente se depara, mas sem a veleidade de elaborar um quadro explicativo próprio das mesmas e sem dispor de um instrumental metodológico particularizado (PEREIRA, 2005, p. 19)

situação que é debatida na década de 1960, quando a categoria busca compreender o seu papel na sociedade, visando aderir ou resistir às concepções tecnicistas em torno da profissão. (PEREIRA, 2005)

É nesse período que emerge na profissão um amplo movimento na busca de renovação das bases teóricas, metodológicas, políticas e operacionais do Serviço Social, que ficou conhecido como Movimento de Reconceitualização.² (YAZBEK, 2009b) Esse movimento possibilitou as primeiras aproximações com o pensamento marxista, que influencia na construção de um referencial teórico-metodológico crítico e para o exercício e valorização da pesquisa no âmbito do Serviço Social brasileiro e latino-americano. Destaca-se que

[...] isso não aconteceu apenas na América Latina. Nessa mesma época, é possível identificar tendência semelhante nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, no bojo do que passou a ser conhecido como Serviço Social Radical - uma vertente alternativa à visão conservadora da profissão, ancorada na crítica socialista da sociedade e das instituições capitalistas. (GALPER, 1980 apud PEREIRA, 2005, p. 20)

Segundo Paulo Netto (2015), o debate em torno da renovação da profissão foi realizado sob jugo de ditaduras militares em toda América Latina, o que levou o movimento a inúmeras situações de repressão, algumas bem-sucedidas em países como Argentina e Chile. No caso brasileiro, o Serviço Social ainda

2 O movimento de reconceitualização do Serviço Social brasileiro emergiu em meados da década de 1960. E já nesta década se identificavam uma pluralidade de projetos que vislumbravam uma revisão no seio na profissão. Segundo Paulo Netto (2015), esses projetos podiam ser organizados em três vertentes: modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

estava esvaziado de possibilidades questionadoras de seu próprio exercício. (YAZBEK, 2009b)

O Brasil experimenta um movimento diferente dos demais países, visto que se presencia um avanço no que tange à tentativa de reconceituação da profissão, com a aproximação do pensamento marxista entre 1970-1980. Esse momento apresentou

[...] inúmeras simplificações geradas por leituras equivocadas da profissão, bem como as diferentes orientações teóricas, frequentemente ecléticas, que subsidiaram as diferentes concepções formadas antes, durante e depois do 'processo de reconceituação, é preciso conhecer que o Serviço Social não sobreviveria como profissão sem essa intensa revisão teórico-prática. (SILVA, 2007, p. 284)

É oportuno enfatizar que apesar das visões equivocadas do pensamento de Marx, a década de 1970 representou um marco para o Serviço Social brasileiro, dando início à construção de um conhecimento próprio da profissão (com a instalação da pós-graduação na área) e ao rompimento com visões reducionistas do assistente social como um profissional da prática. Sposati (2007, p. 17) lembra que,

A produção de teses e dissertações exigia o componente da pesquisa inovadora e, por consequência, exigia dos pós-graduandos o aprofundamento teórico na metodologia científica, na estatística que passaram a ser disciplinas obrigatórias dos primeiros cursos de mestrado, ainda na década de 70 já que o nível de doutorado só é alcançado na metade da seguinte década

Segundo Bourguignon (2007, p. 47), a

década de 80 marca o reencontro do Serviço Social consigo mesmo, no que se refere à busca de estabelecimento de novas bases para a compreensão do seu passado histórico, das particularidades de sua prática na sociedade marcada por relações de classe.

Nesse cenário, especificamente em 1982, foi publicado o primeiro estudo fundamentado a partir das contribuições do marxismo, a obra *Relações Sociais e*

Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico metodológica, de autoria de Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho (2014), sob a chancela do Centro Latino Americano de Trabajo Social (CELATS), que teve um papel de destaque nessa compreensão. Guzman Ramonda (2010, p. 10) ressalta que

en el marco de la dinámica institucional del Centro Latino Americano de Trabajo Social (CELATS), hasta el año de 1984, se crean las condiciones teóricas y políticas para disputar hegemonía dentro de la categoría profesional. Supone esto reconocer en la profesión una pluralidad de proyectos y perspectivas sobre su ‘deber ser’ que coexisten conflictivamente.

Essa obra demarca o rompimento do Serviço Social com o marxismo vulgar e a procedência a uma crítica da realidade social fundada no aporte sócio-histórico (SPOSATI, 2007), e inaugura uma nova perspectiva para as pesquisas no âmbito da profissão. É um marco para o adensamento da produção específica do Serviço Social, especialmente, em nível de pós-graduação, que oportuniza a maturação intelectual da profissão e um rompimento com suas bases tradicionais.³

Merece destaque o reconhecimento institucional do Serviço Social por órgãos de fomento e financiamento de pesquisas e pós-graduação, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o que fortalece a pesquisa na área, que produz um conhecimento contra-hegemônico ao questionar as bases de organização da sociedade, posicionando-se em favor do atendimento das demandas das classes subalternas.

A construção de uma cultura crítica fornece elementos para a “afirmação de um projeto ético-político comprometido com a cidadania e renovador da direção social da formação profissional” (BOURGUIGNON, 2007, p. 48), o que se expressa na qualidade da formação.

3 É importante compreender que “rompimento” não pode ser confundido com “superação”, pois apesar de a nova direção social da profissão e o Projeto Ético-Político (PEP) em construção terem sido apreendidos de forma hegemônica, isso não significou a superação por completo do tradicionalismo no âmbito da profissão.

Pesquisa na formação em serviço social no Nordeste: entraves e perspectivas

Assumir uma nova direção na profissão não é tarefa simples e fácil. Ainda que em meio a uma conjuntura política favorável derivada do processo de redemocratização brasileiro nos anos 1980, que impulsionou a organização da sociedade, no caso do Serviço Social inúmeros desafios se fizeram presentes, dentre os quais a compreensão da inserção do assistente social na divisão social e técnica do trabalho e da relação entre teoria e prática. (SETUBAL, 2007)

Essas perspectivas repressoras e que remetem à presença do tradicionalismo⁴ na profissão, são agravadas na década de 1990, tendo em vista a adesão brasileira a um novo modo de organização político-econômico, o neoliberalismo.⁵ O sistema político-econômico neoliberal ascende para países periféricos como o Brasil como uma alternativa viável à saída da crise global, pois, por meio do redesenho de suas respectivas economias, com base nas recomendações dos organismos multilaterais, essas nações poderiam pleitear junto aos países mais desenvolvidos a obtenção de empréstimos a juros.

No entanto, essas recomendações/imposições acabam tendo um grande custo para a classe trabalhadora brasileira, uma vez que esta presencia a desconstrução dos direitos assegurados através de importantes lutas sociais, na recente aprovada Constituição Federal (CF) de 1988. A estratégia utilizada pelo Estado para a realização de tais mudanças é o anúncio de contrarreformas em todos os setores que norteiam a vida em sociedade (educação, trabalho,

4 Por mais que o Serviço Social tenha conseguido romper com o tradicionalismo presente na profissão, isso não quer dizer que tenha ocorrido a superação por completo do mesmo.

5 Na década de 1970, o mundo vivenciou mais uma grande crise no âmbito do sistema capitalista, com o esgotamento das possibilidades de crescimento econômico e de lucro com base no modelo taylorista/fordista e de pleno emprego amparado no *Welfare State*. Nessa situação emergiu a necessidade de adoção a um novo modelo norteador dos interesses político-econômicos burgueses. Assim se cria possibilidades, até então inexistentes, para a aceitação das diretrizes neoliberais no âmbito dos países capitalistas. A estratégia neoliberal para retomada das taxas de lucro pautava-se na abertura econômica dos países periféricos e pouco desenvolvidos as grandes nações, por meio da oferta de empréstimos a juros mediados por organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em troca dos empréstimos, os países menos desenvolvidos deveriam realizar adequações de ordem estrutural em seus respectivos países, ou seja, criar estratégias que diminuíssem a interferência do Estado na regulação da vida social, de maneira a transferir essas responsabilidades para o mercado com vistas ao consumo individual por parte da população.

saúde, economia e outros), sob a promessa de aprimoramento em benefício da população.

Nesse cenário, de acordo com Iamamoto (2012), se iniciará a regressão das políticas públicas e o agravamento da questão social, pois o acesso a serviços sociais, antes assegurados por meio de recursos do Estado, passou a ser transferido ao mercado para consumo por aqueles indivíduos que podem pagar.

Para aqueles que não detêm recursos resta recorrer à solidariedade da sociedade civil (processo de refilantropização⁶) ou ainda a serviços, benefícios e programas desenvolvidos pelo Estado, por meio de políticas públicas de caráter “casuísticas, fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes obsoletas e deterioradas”. (YAZBEK, 2001, p. 37) e que são insuficientes à amenização da insatisfação popular, diante dos limites da ordem estrutural.

Iamamoto (2012) aponta que o processo em curso busca sustentar a hegemonia do capital, afeta a divisão social e técnica do trabalho com a redução dos empregos formais e a flexibilização/terceirização das relações trabalhistas e, por conseguinte, a todos os trabalhadores indistintamente, inclusive o assistente social.

Posto isso, enfatiza-se o posicionamento do Serviço Social na contracorrente a esse processo, haja vista a intensificação das lutas na busca de afirmação do Projeto Ético-Político (PEP)⁷ nos diversos espaços sócio-ocupacionais e em torno da aprovação de um novo currículo para o curso de Serviço Social brasileiro, pautado na qualidade do processo formativo, que articulasse os eixos ensino, pesquisa e extensão, almejando a superação do modelo neoliberal imposto, que dinamiza o mercado e aprofunda a lógica capitalista.

Se, de um lado, notam-se mudanças no mercado de trabalho do assistente social, como as tentativas de retomar o conservadorismo no âmbito da profissão a partir de exigências institucionais assistencialistas e/ou que

6 O processo de refilantropização brasileiro tem início em meados dos anos 1990, com a regressão no investimento em políticas sociais por parte do Estado, que transfere tal responsabilidade a sociedade civil (solidariedade) ou repassa recursos públicos à Organismos Não-Governamentais (ONG) para desenvolvimento do trabalho (descentralização).

7 O Projeto Ético-Político, no âmbito do Serviço Social, posiciona-se no sentido de atribuir uma direção social à profissão, visando a construção de uma nova sociedade sem exploração, apropriação ou dominação de classes. Trata-se de uma direção social consolidada no Serviço Social brasileiro nos anos 1990, que tem hegemonia no país e reconhecimento em outros países latino-americanos.

restringem/extinguem direitos, de outro, no que tange à formação profissional, como elucida Chauí (2003), num contexto de contrarreformas, a Educação é apropriada pelo mercado como meio de obtenção de lucros por dois mecanismos principais: a venda desse serviço para consumo pela população; e a transferência de recursos públicos administrados pelo Estado para apropriação do mercado.

Sabe-se que para induzir o consumo da educação enquanto serviço ofertado pela iniciativa privada, retirando-o do rol dos direitos sociais, faz-se necessário precarizar a oferta do mesmo serviço no âmbito público.⁸ Nesse sentido, as universidades públicas passam a conviver com inúmeros cortes de recursos, realidade que oscila na primeira década de 2000, mas volta a redução orçamentária em meados da segunda década deste século, com forte redução a partir da aprovação da Emenda Constitucional 95, no ano de 2016.

Nesse cenário, entra em foco a autonomia universitária, inclusive financeira. Segundo Koike (2009, p. 6), a autonomia da universidade entendida como “liberdade acadêmica para produzir conhecimento com destinação social universal, transmuta-se em autônoma financeira”, no sentido da disputa de recursos no mercado e privatização de parte de sua estrutura e projetos, por exemplo, pode-se citar a criação de uma empresa pública para a administração dos hospitais universitários e o incentivo à manutenção de cursos que exigem um alto investimento e não apresentam lucro imediato para o capital, segundo analisa a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. (ABEPSS, 2004)

Diferentemente do caso apresentado anteriormente, o curso de Serviço Social por demandar baixo investimento e apresentar lucro imediato, passa por uma expansão significativa a partir da criação de programas sociais do governo federal⁹ e do crescimento da oferta do ensino na modalidade à distância (EaD),

8 A precarização torna-se ainda mais visível quando se observa dados evidenciados pelo Censo da Educação (2014) que demonstram que no Brasil existem cerca de 195 universidades públicas, que representam 8% do total de IES do país, mas apesar do número reduzido em comparação as IES privadas (1.980), concentram cerca de 54% das matrículas dos cursos de graduação.

9 Os programas Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e Programa Universidade para Todos (Prouni) foram criados em 2001 e 2005, respectivamente. Apesar de recentes a Folha de São Paulo (2016) retrata com base em dados mapeados pelo Instituto Alfa e Beto (IDados) a partir de informações do Ministério da Educação, relativas ao período

conforme ressalta a ABEPSS (2004). Cabe enfatizar que a criação desses programas sociais direcionou parcelas de recursos públicos a instituições privadas, para a concessão de bolsas de estudo. Além disso, instituições que aderiram aos programas foram contempladas com isenção de impostos, o que revela uma “face” do neoliberalismo no Brasil.

Segundo dados disponíveis no sítio do E-mec, extraídos no período da pesquisa, há 798 cursos de Serviço Social em oferta no Brasil, dos quais 367 na modalidade EaD. Em comparação com informações sistematizadas por Simões (2007) que retratam que, em 1979, haviam cerca de 65 cursos de Serviço Social no Brasil é possível observar essa expansão a partir dos anos 2000, ao mesmo tempo em que se aprofunda no cenário brasileiro a adesão ao modelo neoliberal. Essa realidade também faz-se notar no Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2015, que destaca que o Serviço Social permanece entre os dez cursos de graduação com maior número de matrículas do país, junto a outras profissões que também apresentam baixo custo de investimento como Pedagogia e Ciências Contábeis, por exemplo.

No que se refere à expansão do EaD, de acordo com a ABEPSS (2004, p. 17), deu-se com o apoio do Estado “como estratégia para a ampliação do acesso de camadas da população a este nível de ensino, das estatísticas educacionais e do consenso em torno de um projeto societário individualista e voltada para atender necessidades mercantis”. Ou seja, com base em argumentos de universalização do acesso e da meritocracia.

Afirma-se que se insere na cena contemporânea o processo de massificação do ensino superior que subjuga a qualidade da formação ao atendimento das necessidades do mercado, favorecendo a ampliação do exército industrial de reserva. Sobre tal fenômeno Silva (2009, p. 425) esclarece que,

A tradição intelectual burguesa conduz a produção de um conhecimento rígido engessado que se torna instrumento estratégico e fundamental para a reprodução ampliada das relações sociais, pois como nos mostra Barroco (2009, p. 14) ‘a sociedade burguesa tende a suprimir e/ou negligenciar as abordagens críticas, huma-

2009-2014, que um em cada três alunos matriculados em curso de nível superior no Brasil conta com algum auxílio do governo federal.

nistas e universalistas, donde a desvalorização do conhecimento filosófico, o apelo ao conhecimento instrumental, ao utilitarismo ético, ao relativismo cultural e político'. Fica claro que a proposta de ensino superior implementada atualmente possui estreita articulação com essa forma de conceber a realidade.

Essa afirmação justifica, de acordo com o mesmo autor, o fato de o Serviço Social ser alvo constante do capital universitário junto a outras profissões que também apresentam uma direção questionadora e que se posicionam de forma coletiva contra a apropriação mercadológica da educação superior e, principalmente, contra a expansão descontrolada do ensino a distância. Koike (2009, p. 10) ainda acrescenta que,

Ao transformar a educação em objeto mercantil, o aluno em cliente consumidor e a universidade em emitente de diplomas banais, essa reforma esvazia a dimensão emancipadora da educação e subtrai o caráter universalista universitário. Ambiente institucional danificado, de *ethos* acadêmico degradado ao se constituir lugar da formação acadêmico-profissional das novas gerações torna-se, também, solo de disputa e resistência aos processos de socialização do atual padrão societário.

É nesse cenário que o Serviço Social redesenha um novo projeto pedagógico para a profissão afirmando uma concepção de educação pautada na universalização do acesso, mas sem perder de vista a garantia da qualidade do processo formativo em sua totalidade, que tem por dever articular ensino, pesquisa e extensão.

Apesar das restrições durante a elaboração de um currículo mínimo na década de 1990, devido à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a profissão, por meio da ABEPSS, aprova as Diretrizes Curriculares do curso, sendo indispensável

um sólido referencial teórico metodológico, que permita um rigoroso tratamento crítico-analítico, um conjunto de valores e princípios sócio-cêntricos adequados ao *ethos* do trabalho e um acervo técnico instrumental que sirva de estratégia para a ação profissional. (GUERRA, 2009, p. 702)

Nesse sentido, pauta-se a formação em três núcleos essenciais: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica brasileira; e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Estes núcleos congregam conhecimentos indissociáveis à formação e ao exercício profissional, e dessa forma inauguram um novo paradigma, centrado na apreensão do trabalho como fundante do ser social, a questão social como matéria-prima do Serviço Social e os eixos da ética e da pesquisa como centrais. O trabalho, como categoria central, deve ser situado historicamente numa sociedade permeada por antagonismos e contradições, que devem ser desveladas em sua totalidade, que “indica, pois, que as três dimensões que compõem uma realidade, universal, particular e singular, são partes constitutivas de um mesmo objeto, [e] são sempre articuladas entre si”. (GUERRA, 2009, p. 11)

A ABEPSS (1996, p. 8-9) acrescenta que

À medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações - aqui entendida como a relação teoria-prática - que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão.

Posto isso, destaca-se que o rompimento com essa visão formalista do currículo torna-se perceptível em dois dos principais objetos de abordagem das Diretrizes Curriculares (1996):

1. A retomada do incentivo à pesquisa, não somente como disciplina que compõe uma estrutura curricular, mas também, como componente das atividades complementares, reafirmando o comprometimento em articular as dimensões investigativa e interventiva;

2 A exigência do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e do Estágio Supervisionado em Serviço Social como atividades indispensáveis do currículo e não mais como simples disciplinas que compõem as diretrizes do curso.

Sobre a retomada da pesquisa e a estrutura mínima do currículo de Serviço Social, Setubal (2007) lembra que a pesquisa faz parte do componente curricular desde 1954, contudo, em meados de 1970, ela foi excluída do rol de disciplinas obrigatórias ofertadas ao referido curso, durante a primeira reforma universitária brasileira. Ainda de acordo com o autor, desde então, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS, hoje ABEPSS) tentava inserir a discussão da pertinência da pesquisa para a formação do profissional de Serviço Social, mas isso somente é possível em meados de 1982, em meio ao processo de redemocratização brasileira. E somente efetiva-se em 1996, quando são aprovadas as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social, responsável por reiterar a pesquisa como instrumento indispensável da formação e do exercício profissional, assim como para a manutenção do estatuto acadêmico (profissão de nível superior).

Quanto ao TCC, as Diretrizes Curriculares de 1996 situam como “um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional” (ABEPSS, 1996, p. 19) e o Estágio Supervisionado como espaço de capacitação para o exercício profissional, ocasião em que o discente aciona as principais dimensões que permeiam a profissão (teórico-metodológica; ético-política; técnico-operativa) sob a supervisão sistemática de um professor e de um assistente social que atua na instituição que concedeu o estágio. Além disso, neste espaço, o aluno consegue realizar a interlocução de forma mais nítida dos fundamentos teóricos e práticos que permeiam a profissão, pois como lembra Tonet (2013, p. 103) “por mais distante da prática que esteja a elaboração de um determinado conhecimento, sua conexão com esta jamais pode ser eliminada”, pois permanece imbricada em uma determinada situação histórico-social.

As mudanças a nível nacional derivadas do processo de adesão do Brasil ao neoliberalismo apontam para os desafios e possibilidades que se apresentaram à profissão nas últimas décadas, inclusive na região Nordeste, foco do próximo item.

A Pesquisa em Serviço Social em meio à “mercadorização”¹⁰ da educação superior na região Nordeste

A incorporação da pesquisa e a tradição na produção de um conhecimento próprio do Serviço Social, como sinalizado anteriormente, tratou-se de um processo histórico, gradativo, atravessado por continuidades e descontinuidades. Nesse sentido, deve-se sinalizar que o caso da realidade nordestina, não é diferente, mas resguardam-se algumas particularidades derivadas das características territoriais, econômicas, políticas e sociais.¹¹

Sabe-se que o Serviço Social desde sua gênese é convocado a atuar sobre as refrações da questão social por meio de políticas públicas e que esta última, no Nordeste brasileiro, tende a se aflorar no contexto neoliberal, o que influencia para a expansão do mercado de trabalho do assistente social. Entretanto, é pertinente sinalizar que essa expansão adquire caráter contraditório ao expressar o antagonismo atribuído pela nova direção social, em construção pela categoria dos assistentes sociais por meio do PEP e, a renovação da perspectiva do “não direito” por meio do fenômeno da refilantropização. Sobre tal problemática, Yazbek (2001, p. 36) ressalta que,

Os liberais entendem necessária a filantropia revisitada, a ação humanitária, o dever moral de assistir aos pobres, desde que este não se transforme em direito ou em políticas públicas dirigidas à justiça e à igualdade. É importante lembrar que o renascimento de ideais liberais vai se confrontar com práticas igualitárias, referendar as práticas diferenciadoras de mercado,

10 “A mercadorização pode ser interpretada como um modo de liberalização da oferta de ensino que pode ocorrer de diversas maneiras: expansão do ensino superior privado-mercantil (*for profit higher education*), privatização direta, desresponsabilização do Estado, criação de quase-mercado, estabelecimento de Parcerias-Público-Privado (PPP), estímulo à competição, performatividade, rankings, indicadores etc.” (AZEVEDO, 2015, p. 87)

11 Cabe esclarecer, com base em informações disponibilizadas pelo IBGE, que o Nordeste brasileiro concentra a segunda maior população (53.590.000 – IBGE, 2010) entre as regiões que compõem o território nacional, além de apresentar cerca de 85,5% de seu território situado na região semiárida, fator que interfere, principalmente, no desenvolvimento social e econômico. Nos dias correntes, é possível visualizar essa realidade, por meio do acesso a benefícios sociais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que atende a cerca de 1.551.484 (BRASIL, 2015) pessoas nesta região, e programas de transferência de renda a exemplo do Programa Bolsa Família distribuído pelo governo federal.

transformando direitos em ajuda, em favor. Nesta lógica, além da redução de recursos para a área social, resultante de ajustes estruturais, estamos de volta aos programas mais residuais sem referência a direitos.

Assim, o assistente social se vê revisitado pela sombra do assistencialismo, pelo conjunto de ações que não reconhecem os direitos sociais de seus usuários, estando envolto por ideias clientelistas (YAZBEK, 2009a), mas agora sobre uma nova roupagem que minimiza o Estado e as políticas sociais em prol da acumulação do capital e aliena o trabalhador através da transferência de recursos mínimos à sua sobrevivência.

A forma mais nítida dessa realidade na região Nordeste é o fato de cerca de 37% da população, segundo dados da síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2002), sobreviverem com renda de até meio salário mínimo mensal. Em contraposição o Estado age sobre esses dados com políticas compensatórias, residuais e seletivas, a exemplo, do Programa Bolsa Família, que, segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), presentes no jornal *Estadão* (2012), destina 51,1% de todos os seus recursos à região Nordeste, como meio de minimizar a pobreza.

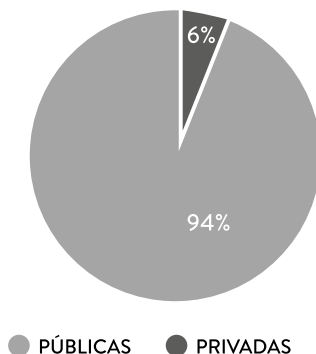
Diante dessa realidade, com vistas a romper com concepções conservadoras que veem o assistente social como mero executor das requisições de seus empregadores, a profissão continua a resistir às manobras repressoras do capital não só no âmbito do exercício profissional, mas também no âmbito da formação. Assim como adverte Silva (2010), o modelo de educação superior em vigor no neoliberalismo reforça um tecnicismo instrumental que tende à desprofissionalização da graduação em Serviço Social, no sentido de que, estimula “uma prática profissional que não se conecta com a contradição do real, e pior do que isto, reforce os pressupostos liberais mistificados por uma aparente criticidade”. (SILVA, 2010, p. 427)

Na imagem mais nítida dessa desprofissionalização, no caso do Nordeste, trata-se da expansão do curso superior de Serviço Social, especificamente, na modalidade privada. A região em questão concentrava, no primeiro semestre de 2017, um total de 262 cursos de Serviço Social. O Gráfico 1, que apresenta a natureza das IES que ofertam o curso de Serviço Social na região, demonstra que no Nordeste brasileiro 94% dos cursos são ofertados por IES privadas nas

modalidades presencial e à distância e 6%, ou 15 cursos, são oferecidos por IES públicas na modalidade presencial. Não há cursos de Serviço Social na modalidade à distância em IES públicas nesta região.

Observe-se, todavia, que o gráfico aborda a totalidade da IES e cursos no Nordeste, o que implica considerar instituições universitárias, institutos, centros universitários e faculdades.

Gráfico 1 - Natureza das IES com oferta de Serviço Social no Nordeste em 2017



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo sítio do E-Mec.

Observando-se o *Censo da Educação Superior* (INEP, 2016), percebe-se que a nível nacional essa realidade, em que predomina a oferta de educação superior (graduação) por IES de origem privada se repete, pois cerca de 87,4% de todos os cursos de nível superior existentes no país são disponibilizados para consumo pelo mercado.

Os dados refletem o que foi apontado anteriormente, em linhas gerais, acerca da transferência de recursos públicos ao mercado. Convém evidenciar que entre 1940-1967 existiam no Nordeste nove cursos de Serviço Social, todos ofertados na modalidade presencial, sendo oito por universidades públicas e um por universidade privada¹² mantida pela Igreja Católica.

No período que transcorre as décadas de 1970-1980, apesar da Reforma Universitária de 1968, realizada durante o regime militar que inseriu vários

12 Universidade Católica do Salvador (UCSAL), criada em 1944. Utilizamos a denominação privada por não ser instituição pública. Ademais, a condição de instituição comunitária não invalida tal denominação.

curso de Serviço Social no Brasil em instituições universitárias (NETTO, 2015), ocorreram poucas mudanças no que tange à criação de novos cursos, pois somente foram criados na região três cursos de Serviço Social, todos ofertados por universidades na modalidade presencial.

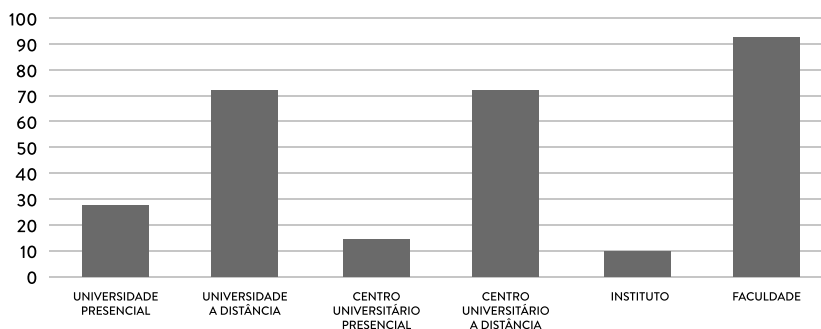
A pouca alteração na quantidade de IES, neste período, pode ser explicada pelo caráter nacionalista exaltado pela ditadura militar durante a primeira reforma, apesar de se realizarem as primeiras aberturas da economia ao capital estrangeiro.

Destaca-se que, entre 1990-1999, não foram criados cursos de Serviço Social no Nordeste, ainda que, contraditoriamente, houvesse um período de instabilidade e de tentativas de transformação em todos os aspectos da vida social, tendo em vista a adesão brasileira ao neoliberalismo. No que se refere à educação superior as principais transformações têm início a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva. No período de 2003-2006, ocorreu uma expansão das vagas destinadas aos cursos de graduação no Brasil, tanto no âmbito público, com a implantação do Programa de Reestruturação da Educação Superior (Reuni), como no âmbito privado, com a massificação do ensino superior através da expansão da modalidade EaD e de programas de financiamento estudantil, como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), e o Prouni, que oferta bolsas de estudo em IES privadas. Assim, entre 2000-2010 foram implantados 135 novos cursos de Serviço Social, e entre 2011-2017, foram 115 novos cursos.

Outra informação pertinente diz respeito à mudança de tipo destas IES, pois como observado nos dados até aqui expostos, até a década de 1990, o ensino de Serviço Social era ofertado por universidades e na modalidade presencial. No entanto, em decorrência da Lei nº 9.394 de 1996, há diversificação da oferta dos cursos, sendo criados em centros universitários, institutos e faculdades,¹³ como pode ser visualizado na figura seguinte.

13 O Ministério da Educação classifica as IES no Brasil em instituições universitárias (universidades, universidades especializadas e centros universitários) e instituições não universitárias (CEFETS e CETS, Faculdades Integradas, Faculdades Isoladas e Institutos Superiores de Educação). O crescimento das IES dá-se a partir da década de 1990, mas o aumento da IES não universitárias deu-se principalmente a partir dos anos 2000. Cf. MONDINI, Vanessa Edy Dagnoni. e DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. Entendendo a classificação das IES no Brasil. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMERICA DEL SUR, 5,

Gráfico 2 - Distribuição dos cursos de Serviço Social por tipo das IES em 2017



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo sítio do E-mec.

O Gráfico 2 mostra a diversidade na oferta do curso de Serviço Social, por tipo de IES. Nesse sentido, visualiza-se que, em 2017, a maior parte dos cursos no Nordeste são oferecidos por faculdades na modalidade de ensino presencial. Em contrapartida, o ensino nas universidades se modificou, tendo em vista que nos dias correntes o número de cursos na modalidade EaD supera em mais de 100% a modalidade presencial.

A reforma da educação superior, que se efetivou por meio da LDBEN, em 1996, também definiu novas prerrogativas para cada tipo de IES. Às universidades, quer sejam públicas ou privadas, coube a responsabilidade (obrigatoriedade) em articular de forma indissociável atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ademais, devem apresentar em seu corpo docente professores com titulação acadêmica (mestrado e doutorado), manter altos níveis de produtividade e constituir-se enquanto referência na qualidade do conhecimento produzido. (BRASIL, 1996) No que tange aos centros universitários mantém-se o requisito da titulação acadêmica, mas ocorre a abertura para o ingresso como docente para profissionais com graduação em Serviço Social que apresentam vasta experiência profissional. Nestes tipos de IES há a valorização do conhecimento enquanto prática investigativa subserviente ao mercado, nesse sentido, não há obrigatoriedade na articulação do ensino aos eixos pesquisa e extensão. (BRASIL, 1996)

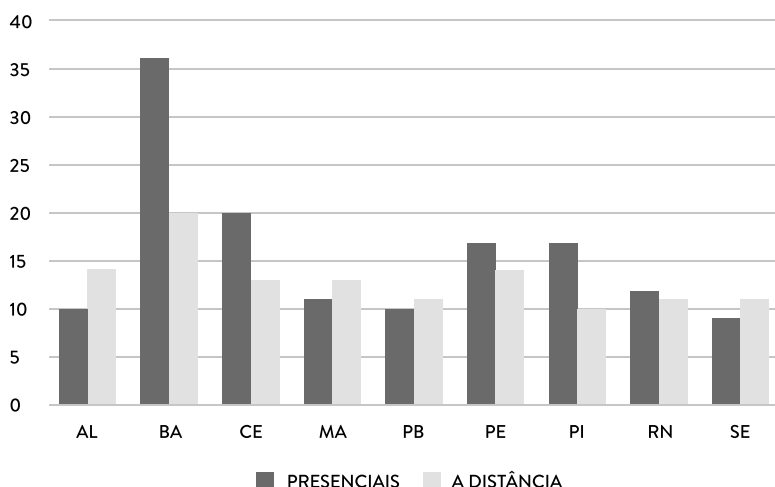
2005, Mar del Plata, Argentina. *Anais [...]*. Argentina: UFSC: CIGU, 2005. p. 1 - 17. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/97136>. Acesso em: 28 maio 2018.

Nas demais IES (institutos e faculdades) enfatiza-se a extrema valorização do ensino de forma desarticulada aos demais eixos especificados nas Diretrizes Curriculares de 1996, como essenciais à manutenção da qualidade na formação. E, também, observa-se que os docentes são formados, majoritariamente, por bacharéis em Serviço Social, sem requisito de titulação acadêmica (especialização, mestrado e doutorado).

Sobre a abertura da docência a profissionais sem titulação, Chauí (2003, p. 7) enfatiza que se trata de uma forma de precarização, visto que não se sabe se o profissional “é contratado ou por ser um pesquisador promissor que se dedica a algo especializado, ou porque, não tendo vocação para a pesquisa, aceita ser escorchado e arrojado por contratos de trabalho temporário e precários ou melhor flexíveis”.

Dessa forma, a ausência de verificação do conhecimento profissional compromete a prática da docência, que se converte em sinônimo de adestramento profissional e interfere no desenvolvimento de pesquisas, que acabam sendo apropriadas como um meio de delimitar a intervenção profissional e de controle sobre o público-alvo da atuação. (CHAUÍ, 2003) O Gráfico 3, permite a ampliação dessa análise acerca da formação em Serviço Social no Nordeste ao apresentar a quantidade de cursos por estado e favorecer o entendimento acerca dessas realidades.

Gráfico 3 - Número de cursos por modalidade nos estados do Nordeste em 2017



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo sítio do E-mec.

Observe-se que, dos 262 cursos de Serviço Social ofertados no Nordeste brasileiro, 145 são ofertados na modalidade presencial e 117 são ofertados na modalidade EaD. Entretanto, nos estados de Alagoas, Maranhão, Paraíba e Sergipe o número de cursos de Serviço Social ofertados à distância supera o número de cursos presenciais.

Em contraposição, os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte apresentam maior oferta de cursos na modalidade presencial. Nesta situação chama atenção o estado da Bahia por dois aspectos: o total de cursos, que chega a 56, e o fato de a maioria dos cursos ser ofertada na modalidade presencial, com uma diferença significativa de 180%. Os cursos neste estado foram ampliados na década de 2000, assim como na maioria dos cursos nos demais estados do Nordeste.

Para melhor compreender a expansão do curso nos estados desta região é primordial para análise realizar interlocuções com informações que descrevem minimamente a realidade social, que são apresentados no quadro a seguir, com o total de cursos de Serviço Social (nas modalidades presencial e EaD).

Quadro 1 – Perfil dos estados Nordestinos que ofertam o curso de Serviço Social

ESTADOS	Nº DE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA (2016)	IDHM 2010	Nº DE CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL
Alagoas	102	3.358.963	0,631	24
Bahia	417	15.276.566	0,660	56
Ceará	184	8.963.663	0,682	33
Maranhão	217	6.954.036	0,639	24
Paraíba	223	3.999.415	0,658	21
Pernambuco	185	9.410.336	0,673	31
Piauí	224	3.212.180	0,646	27
Rio Grande do Norte	167	3.474.998	0,684	23
Sergipe	75	2.265.779	0,665	20

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelo sítio do IBGE e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil.

Ao analisar a oferta do curso de Serviço Social no Nordeste, observando o índice populacional disponibilizado pelo IBGE (2016), é possível realizar conexões acerca da concentração de cursos na Bahia. Esse estado apresenta a maior concentração populacional da região, cerca de 15.276.566 habitantes,

além do maior número de municípios, no total 417. No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que considera a expectativa de vida, nível de escolaridade e renda, apresenta um dos mais baixos não só do Nordeste, mas também do Brasil.

Todas essas características apontam que o estado da Bahia se enquadra no perfil de territórios alvo do capital monopolista, no que tange à expansão da educação superior, que, como lembra Silva (2003, p. 414), aparece como “uma possibilidade de ‘alívio’ à pobreza e mobilidade social, mistificando os reais processos de acumulação da riqueza e reprodução da desigualdade social”.

Outro ponto que apreende a atenção, é o caso do estado de Sergipe, menor estado da região com população de 2.265.779 habitantes e com menor número de municípios – cerca de 75. Apesar de pequeno porte, esse Estado apresenta uma considerável concentração de cursos de Serviço Social, em torno de 20 cursos, destacando-se o número de cursos à distância (11 cursos) que se situam, em sua maioria, no interior sergipano. Encontra-se caso semelhante em Alagoas, que apresenta em torno de 3.358.963, habitantes, subdivididos em 102 municípios e, no entanto, congregam 24 cursos de Serviço Social, dos quais 14 são ofertados na modalidade à distância.

Torna-se basilar, também, realizar considerações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que de acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 1991, a região Nordeste, apresentava, no período em questão, IDH de 0,397. Em comparação com dados do PNUD (2010) (Quadro 1), nota-se que ocorreu um aumento médio considerável do IDHM. Isso significa que a vida da população vem melhorado, mas em comparação com a média nacional de IDH 0,755 o índice nordestino ainda permanece baixo.

Observando tais dados a partir do olhar do Serviço Social, que apresenta como objeto de intervenção as diversas expressões da questão social, é possível fazer interlocuções com a demanda pela intervenção da profissão no território, que se

expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas. (IAMAMOTO, 2009, p. 19)

Após realizadas tais considerações ampliadas sobre a realidade nordestina, é imperativo destacar que as IES que ofertam cursos de Serviço Social na região e, portanto, permanecem em grande parte dos estados do Nordeste também estão espalhadas em outras regiões do país, o que assinala o processo de “mercadorização” da educação superior acentuada com o processo de instituição do projeto neoliberal no país. No Quadro 2, que apresenta os grupos de instituições privadas com maior incidência na região Nordeste, é possível observar o crescimento da oferta de Serviço Social, seja na modalidade presencial, seja na modalidade a distância.

Quadro 2 – Grupos de IES privadas que aparecem com maior incidência na oferta do curso de Serviço Social no Nordeste e em outros estados do Brasil.

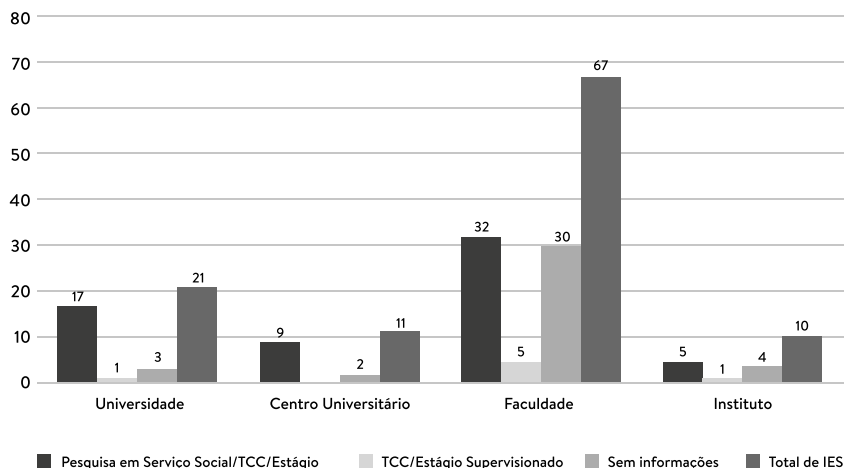
IES privadas (presencial e/ou EaD)		NORDESTE (UF)	BRASIL (UF)	TOTAL (Estados+DF)
01	Estácio/UNESA	AL/BA/CE/MA/RN/ PB/PE/SE	AM/AP/DF/ES/GO/MG/ MS/MT/PA/PR/RJ/RR/ RS/SC/SP	23
02	Pitágoras/UNOPAR	AL/BA/CE/MA/PE/ PB/RN/SE	AC/AM/AP/DF/ES/GO/ MG/MS/MT/PA/PR/RJ/ RO/RR/RS/SC/SP/TO	26
03	Universidade Paulista (UNIP)	AL/CE/MA/PB/PE/ PI/RN/SE	AC/AM/AP/DF/ES/GO/ MG/MS/MT/PA/PR/RJ/ RO/RR/RS/SC/SP/TO	26
04	Universidade Santo Amaro (Unisa)	AL/BA/MA/PB/ PE/PI	DF/ES/MG/PA/RJ/RO/ RS/SP	14
05	Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)	AL/BA/CE/MA/PI/ PE/RN/SE	AM/AP/DF/ES/GO/MG/ MS/MT/PA/PR/RJ/RO/ RR/RS/SC/SP/TO	25
06	Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)	AL/BA/CE/MA/PI/ PB/PE/RN/SE	AC/AM/AP/ES/GO/MG/ MS/MT/PA/PR/RJ/RO/ RR/RS/SC/SP/TO	26
07	Universidade Anhanguera (Uniderp)	AL/CE/MA/PB/PE/ PI/RN/SE	AM/AP/DF/ES/GO/MG/ MS/MT/PA/PB/PR/RJ/ RS/SC/SP/TO	24
08	Centro Universitário de Maringá (Unicesumar)	AL/BA/CE/MA/PB/ PI/RN/SE	AC/AM/AP/DF/ES/GO/ MG/MT/PA/PR/RJ/RO/ RR/RS/SC/SP/TO	25
09	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (Uniplan) (pertence ao grupo UNIP)	AL/CE/PB/PE/ RN/SE	AC/AM/DF/ES/GO/ MG/MS/MT/PR/RJ/RS/ SP/TO	19
10	Centro Universitário Internacional (Uninter)	AL/CE/MA/PB/PE/ PI/RN/SE	AC/AM/AP/DF/ES/GO/ MG/MS/MT/PA/PR/RJ/ RO/RR/RS/SC/SP/TO	26

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados disponibilizados do sítio eletrônico do E-mec.

O Quadro 2 expressa uma das faces do processo de “mercadorização” da educação superior no Brasil, principalmente, por meio da modalidade EaD, realidade de todas essas instituições. Observando a estrutura curricular do curso de Serviço Social nessas IES, com o foco nas disciplinas de pesquisa em Serviço Social, verificou-se: uma IES não disponibiliza matriz curricular em seu sítio eletrônico para consulta; cinco IES não apresentam disciplinas relacionadas à temática “Pesquisa em Serviço Social”; quatro IES apresentam disciplinas relacionadas à temática “Pesquisa em Serviço Social”, além da obrigatoriedade de realização do TCC.

Chama atenção o fato de sete entre as dez IES obterem a denominação de “universidade” e, no levantamento feito em seu sítio eletrônico não apresentarem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão exigida pela normativa legal, o que pode significar questionamento quanto à conformidade com a LDB (BRASIL, 1996) e com as Diretrizes do Serviço Social. Nesse sentido, também não disponibilizam, no âmbito do Nordeste, a possibilidade de continuidade da formação por meio do ingresso em cursos de pós-graduação a nível de mestrado e doutorado. Com vistas a ampliar a visão sobre estrutura curricular dos cursos de Serviço Social ofertados por IES públicas ou privadas no Nordeste brasileiro, o gráfico a seguir apresenta a síntese destas informações.

Gráfico 4 – Disciplinas e atividades de pesquisa na estrutura curricular do Serviço Social/ Modalidade Presencial em IES da região Nordeste – 1º semestre/2017



Fonte: Sítios eletrônicos das respectivas IES.

O Gráfico 4 apresenta a organização dos dados por tipo de IES e dessa forma exterioriza que dentre as 21 universidades presentes no Nordeste, somente 17 apresentam em sua estrutura curricular alguma disciplina destinada à discussão da pesquisa em Serviço Social para além de seu exercício na disciplina de TCC. Cabe sinalizar que, das 17 universidades, 15 são públicas. Não se obteve dados de três IES privadas, por essas não disponibilizarem suas estruturas curriculares em meio eletrônico.

Entre os 11 centros universitários encontrados, nove apresentam alguma disciplina no que toca à pesquisa em Serviço Social e não foram encontradas informações de duas IES. No tocante às faculdades que na atualidade predominam na oferta de ensino no Nordeste, verificou-se que das 67 IES mapeadas, 32 ofertam disciplina vinculada à pesquisa; cinco IES privadas não ofertam disciplina, mas solicitam a sistematização de conhecimentos por meio do TCC. Deve-se sinalizar que não foram encontradas estruturas curriculares em 30 faculdades, por estas ou não disponibilizarem ou por não apresentarem sítio eletrônico.

Por fim, quanto aos institutos totalizam cerca de dez IES, dos quais um é de origem pública. Destes, cinco disponibilizam em sua estrutura curricular a pesquisa em Serviço Social, um não apresenta, mas requisita a confecção do TCC e não foram encontradas informações acerca de quatro institutos, que não apresentam sítio eletrônico. O Quadro 3 apresenta as IES públicas na região Nordeste, que pela sua natureza devem possibilitar a continuidade das pesquisas em Serviço Social e incentivar a produção de conhecimento no âmbito da profissão.

Quadro 3 – IES públicas que ofertam graduação e pós-graduação em Serviço Social

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	
		MESTRADO	DOUTORADO
Universidade Federal de Alagoas(UFAL)	2	1	1
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1	-	-
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	1	-	-
Universidade Estadual do Ceará (UFC)	1	1	-
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	1	-	-

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	
		MESTRADO	DOUTORADO
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	1	1	1
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1	1	-
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	1	-	-
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	1	1	-
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1	1	1
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	1	1	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1	1	1
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)	1	1	-
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	1	1	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pelos sítios do E-mec e na plataforma Sucupira.

O Quadro 3 apresenta as instituições públicas do Nordeste que ofertam o curso de Serviço Social e os que dão continuidade à pesquisa nessa área. Coletou-se esses dados a partir de consulta à plataforma Sucupira e ao portal do E-mec, no qual se pode observar que a oportunidade e o incentivo para aprofundamento do conhecimento próprio do Serviço Social e o desenvolvimento de pesquisas expressa-se, essencialmente, nas IES públicas por meio da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Destaca-se no Quadro 3 que a maioria dos estados nordestinos já possui mestrado acadêmico em Serviço Social. Cabe registrar que o estado da Bahia, apesar de ser o maior estado da região e de apresentar maior número de curso em quantidade e na modalidade presencial, até o término da pesquisa não possuía pós-graduação na área, apenas linhas de pesquisas destinadas ao Serviço Social em mestrado multidisciplinar. Além disso, deve-se ressaltar que, dos dez mestrados ofertados, os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba destacam-se por apresentarem dois mestrados, um em instituição de rede federal e o outro estadual.

Ao analisar a oferta de doutorado, foi possível visualizar que cinco estados nordestinos já o possuem em Serviço Social, quais sejam: Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Já em relação aos estados que não possuem, a Paraíba chama atenção por ter dois mestrados e não dispor de doutorado em Serviço Social, sendo o estado com o primeiro curso de pós-graduação em Serviço Social na região Nordeste.

Junto à oferta da pós-graduação *stricto sensu* pode-se analisar a implantação de grupos de pesquisas, locus privilegiado no desenvolvimento da produção de conhecimento na área. Foram encontrados, no Diretório de Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes, 93 grupos certificados, ainda que nem todos atualizados, vinculados a instituições de educação superior públicas específicos da área de Serviço Social. A opção pelo levantamento de grupos vinculados às instituições públicas deu-se pela estreita vinculação da pesquisa à pós-graduação. A escolha dos cursos certificados deu-se em razão da institucionalização dos grupos juntos às instituições, o que pode significar o reconhecimento da pesquisa na área de Serviço Social, ainda que nem todas as instituições sejam universitárias, como é o caso dos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) ou mesmo que não possuam cursos de Serviço Social, como os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, da Paraíba, e Baiano (IFRN, IFPB e IFBAIANO), como apresenta o Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 - Grupos de pesquisa na área de Serviço Social na região Nordeste em instituições públicas

UF	GRUPOS DE PESQUISAS	INSTITUIÇÃO
AL	Cultura, Identidade e Movimentos Sociais	UFAL
	Grupo de Extensão e Pesquisa Serviço Social e Segurança Alimentar e Nutricional (GEPSSAN)	
	Grupo de Pesquisa Frida Kalo – Estudos de Gênero, Feminismos e Serviço Social	
	Grupo de Pesquisa Serviço Social, Trabalho, Profissão e Políticas Sociais	
	Grupo de Pesquisa Sobre Reprodução Social	
	Políticas Públicas e Processos Organizativos da Sociedade	
	Estado, Direito e Capitalismo Dependente	
	Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos Sociojurídicos (GEPsOJUR)	
	Grupo de Estudo e Pesquisa Sobre Trabalho e Direito	
	Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais	
	Redes, Questões Geracionais e Políticas Públicas	

UF	GRUPOS DE PESQUISAS	INSTITUIÇÃO
BA	Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Turismo e Cultura	UFRB
	Grupo de Trabalho e Pesquisa em Serviço Social na Educação (GTSSEDU)	
	Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional	
	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trajetórias Participativas e Políticas Sociais (TRAPPOS)	
	Natureza, Trabalho Ontologia Social e Serviço Social (NATOSS)	
	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Lesbiandade, Gênero, Raça e Sexualidades (LES)	
	Grupo de Pesquisa e Trabalho sobre Envelhecimento Populacional (GTENPO)	
	Grupo de Estudo e Pesquisa Cidadania e Políticas Sociais (Cipós)	
	Grupo de Pesquisa Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social	UFBA
	Núcleo de Pesquisas e Estudos Maria Quitéria (NUPEQ)	
	Grupo de Estudos e Pesquisas em Raça/etnia, Política Social e Família	IFBAIANO
	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Cidadania da Mulher	
CE	Estado, Questão Social e Serviço Social	UECE
	Políticas de Seguridade Social, Movimentos Sociais e Trabalho do Serviço Social	
	Trabalho, Sociabilidade e Lutas Sociais	
	Relações Étnico-Raciais: Cultura e Sociedade	
	Políticas Públicas e Exclusão Social	IFCE
	Núcleo de Estudo e Pesquisa Trabalho, Questão Social e Serviço Social (Netrass)	
MA	Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS)	UFMA
	Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Sobre Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas (GDES)	
	Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos (Geramus)	
	Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Tempo, Trabalho, Identidade e Serviço Social (GPETISS)	
	Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP)	
	Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais	
PB	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social	UEPB
	Ação Cultural Camponesa: Núcleo de Estudos Rurais	
	Grupo de Estudos, Pesquisas e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS)	
	Núcleo de Pesquisa e Extensão Comunitária Infante-Juvenil	
	Núcleo de Pesquisa em Política de Saúde e Serviço Social	
	Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais	
	Políticas Públicas, Estado de Direitos Humanos	UFPB
	Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Contemporaneidade	
	Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Política e Trabalho (Gepet)	
	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPSS)	
	Sector de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPACOPS)	
	Sector de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social	
	Base de Pesquisa Organizações do Terceiro Setor, Planejamento e Gestão Estratégica (OTSPLANE)	
	Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Pobreza e Desigualdade Social (GEPDES)	

UF	GRUPOS DE PESQUISAS	INSTITUIÇÃO
PB	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes, Famílias e Proteção Social (Gepac)	UFPB
	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Conservadorismo	
	Grupo de Pesquisas sobre o Trabalho (GPT)	
	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS)	
	Setor de Estudos e Pesquisas sobre as Questões Sócio-Culturais do Nordeste (SEQSONE)	UFCG
	Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Serviço Social (GEPEMSS)	
	Aspectos Sociais da Agricultura Familiar	IFPB
PE	Ações em Rede Coordenadas no Universo Social (Arcus)	UFPE
	Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Assistência Social (Gepas)	
	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Política da Criança e do Adolescente	
	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (GET)	
	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Ambiental e Serviço Social	
	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Habitação e Saneamento Ambiental	
	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Direitos Sociais	
	Grupo de Estudo sobre Álcool e outras Drogas (GEAD)	
	Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas (GRAPP)	
	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética (GEPE)	
	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Estado, Política Pública e Sociedade (GEPPS)	
	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas	
PI	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão: Serviço Social e Questão Social	UFPI
	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão Universitária par a Terceira Idade	
	Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Políticas Públicas	
	Saúde Mental	
	Cidade, Processos Urbanos e Políticas Públicas	
RN	Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Serviço Social	UFRN
	Exclusão Social, Saúde e Cidadania	
	Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social	
	Trabalho, Ética e Direitos	
	Grupo de Estudos em Serviço Social, Trabalho, Direitos e Lutas Sociais	UERN
	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Sociais de Gênero e Feminismo (GEF)	
	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas	
	Grupo de Estudo e Pesquisa em Extensão e Responsabilidade Social	IFRN
SE	Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO)	UFS
	Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM)	
	Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social (GETEQ)	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados no Diretório dos Grupos de Pesquisa – Plataforma Lattes.

É pertinente esclarecer que formação continuada visa ao aprofundamento do conhecimento no Serviço Social e contribui para a qualidade das ações, sendo a pesquisa fundamental para a formação profissional, por possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico e pautar-se, no caso da reflexão sobre o exercício profissional, em critérios que considerem as necessidades dos usuários e da própria profissão sendo fundamentado no projeto ético-político profissional. Nesse sentido, questiona-se: o que os(as) assistentes sociais no Nordeste, no processo da formação acadêmica – em nível de graduação e pós-graduação –, têm estudado?

As linhas de pesquisas encontradas nos grupos em destaque enfocam o Serviço Social profissão (Fundamentos, Formação e Exercício Profissional), as Políticas Sociais (análise de política, planejamento e gestão), o Estado, a Sociedade, Questão Social, Relações de Gênero, Sexualidade, Questão Étnico-Racial, a Geracionalidade, Questão Ambiental, Questão Urbana, Questão Agrária, Ética, Direitos Humanos, Cidadania, Movimentos Sociais, Controle Social, Trabalho, dentre outras que se adensam na profissão principalmente em decorrência do projeto profissional hegemônico, ainda que em luta no Brasil.

Os temas mais aparentes no estado de Alagoas são: questão social, direitos sociais, questões de gênero e violência e políticas sociais; na Bahia: políticas sociais com foco em educação e saúde, formação profissional, questões de gênero e étnico-raciais; no Ceará: questão social, formação profissional, movimentos sociais e políticas públicas; no Maranhão: questão social, políticas públicas, movimentos sociais e questões étnico-raciais; na Paraíba: Serviço Social, educação, políticas sociais e movimentos sociais; em Pernambuco: violência infanto-juvenil, direitos humanos, assistência social e política social; no Piauí: Serviço Social e saúde pública; no Rio Grande do Norte: Serviço Social, questões social/gênero/étnico-raciais; e em Sergipe: Serviço Social e políticas sociais, educação, formação e exercício profissional, questões socioambientais.

Percebe-se que, partindo do pressuposto de que o assistente social deve conhecer e entender as realidades sociais, as linhas de pesquisa desenvolvidas na região Nordeste abrangem temas que são bastante discutidos nos dias atuais e contribuem na medida em que permitem ao profissional uma visão mais ampla da questão social e suas expressões. Demandas tradicionais no Serviço Social e novas demandas concorrem para que essa apropriação dê-se no sentido da articulação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e

ético-política na formação profissional, o que se configura um desafio contínuo para a formação profissional.

Mota (2013, p. 20) salienta:

Defendo que a direção e o conteúdo das produções qualificam diferentes tendências teórico-metodológicas, reafirmando a presença do pluralismo no Serviço Social; e avento a hipótese de existirem duas tendências principais (sem excluir outras) na produção do conhecimento do Serviço Social: a da inovação e a da contribuição à teoria social crítica, de inspiração marxiana.

Ao reforçar que a profissão encontra-se na contracorrente da produção do conhecimento no âmbito das humanidades pela escolha metodológica de análise da realidade social, Mota (2013, p. 20) revela que

[...] reconhecer o Serviço Social como profissão e área do conhecimento é também enfrentar o discurso que desqualifica a produção crítica sobre os macroprocessos sociais, adjetivando-a de ‘produção acadêmica descolada das necessidades da prática profissional’. O que defendo é a função intelectual-crítica do Serviço Social que, também convivendo com uma produção voltada à inovação do conhecimento, exercita outros meios de socialização de valores e ideologias que não são adstritos (porém relacionados) às demandas imediatas da prática.

No âmbito da produção do conhecimento, pode-se considerar a pós-graduação *stricto sensu* como locus de disseminação da massa crítica, mas observe-se que a produção de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) no âmbito da graduação – saliente-se, exigência nas diretrizes curriculares da área – e Iniciação Científica (IC), como indicadores dessa produção, ainda que em processo de inicialização da pesquisa. Ressalte-se que como área do conhecimento, o Serviço Social goza de reconhecimento de agências de fomento nacionais e locais, seja CNPq, Capes, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e as fundações de pesquisa estaduais e a produção do conhecimento na área tem-se ampliado o reconhecimento em outros países do continente.

A região Nordeste enfrenta esse desafio ao concentrar nas instituições públicas, por exemplo, a totalidade da oferta de pós-graduação na área, espaço

privilegiado (mas não único, é claro!) para o aprofundamento das pesquisas e da capacitação na área. Em um processo de mercadorização da educação superior, acentuado com o recrudescimento do direito à educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, urge dotar a formação acadêmica de condições para decifrar a realidade, e a incursão pelos grupos e temas de pesquisas possibilita ter claras algumas condições que podem, ou não, dar esse suporte.

Considerações finais

A contrarreforma do Estado brasileiro, marca da adesão do governo ao projeto neoliberal na década de 1990, afetou diretamente as políticas sociais e, na política de educação, incidiu na ampliação maciça da oferta de ensino superior na rede privada. Ressalte-se que houve um avanço da oferta em instituições públicas (universidades, institutos federais, principalmente) a partir dos anos 2000, mas o modelo de educação pública e gratuita para este nível de ensino não tem crescido no mesmo ritmo da oferta no ensino privado. Essa lógica, associada à crescente perda de direitos já garantidos à classe trabalhadora, em decorrência da contrarreforma de Estado e a cada vez maior precariedade nas condições de trabalho, avolumam as justificativas para a necessária apropriação da pesquisa na formação e no exercício profissional. As mudanças que perpassam a formação superior, já se conformam com a LDBEN de 1996, mas a Reforma Universitária implantada no governo Lula, a partir de 2003, levou a cabo a coroada privatização da educação superior também com recursos públicos diretos, com a criação do Prouni e a reestruturação do FIES. (MARTINS, 2013)

No caso do Serviço Social, essa expansão levou a um aumento significativo de cursos em instituições privadas, ainda que a abertura de cursos em novas universidades públicas (mas também em grandes universidades, como, por exemplo, UFBA, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) trouxe um grande impacto, principalmente pela expansão do curso na modalidade EaD nas instituições privadas de ensino. A formação em Serviço Social na atualidade traz como fundamento “a defesa de um projeto profissional vinculado a um projeto de sociedade no horizonte estratégico da ampliação dos direitos, na direção da emancipação humana”. (ABEPSS, 2009, p. 2-3)

A ampliação da oferta nessa área suscita refletir sobre a pesquisa como eixo importante, dada sua peculiaridade no processo de formação, uma vez que, junto à dimensão interventiva, ressalta-se a importância da dimensão investigativa para o exercício da profissão. A reflexão e aprofundamento sobre o tema pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social é algo novo, mas não uma novidade, isso significa dizer que, numa profissão com 80 anos de desenvolvimento no Brasil, o amadurecimento teórico que apresenta na atualidade é significativo para a sua compreensão. Essa assertiva leva em conta que a inserção do Serviço Social na pós-graduação deu-se a partir da década de 1970 e, com todas as refrações inerentes ao momento histórico, propiciou um significativo movimento no interior da profissão que culminou numa direção social claramente contrária à sociedade capitalista. (NETTO, 2015) No âmbito da formação profissional, ressalta-se como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista e, nesse sentido, fortalece-se e legitima-se como uma profissão da intervenção nas mazelas da questão social. (IAMAMOTO, 1992; IAMAMOTO; CARVALHO, 2014; YAZBEK, 2009a, 2009b)

Outras manifestações importantes para compreender a maturidade teórica na profissão, podem ser percebidas no avanço político da categoria, no processo de organização e em definições caras à história da profissão no Brasil, como por exemplo, o Congresso da Virada, em 1979, que deu o mote para uma direção social que hoje baliza a profissão e levou à consolidação de um projeto profissional na década de 1990.

Devido seu posicionamento crítico em defesa de seu projeto-ético-político, que propõe como direção social a negação da estrutura excludente e desigual consolidada pelo sistema capitalista, o Serviço Social enfrenta o desafio da ofensiva do capital no rebaixamento da qualidade do ensino superior no Brasil sem preocupar-se com as consequências derivadas desse processo.

Nesse sentido, evidencia-se o papel fundamental das entidades representativas da categoria Conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS); ABEPSS; e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) na luta histórica pela universidade pública e pela formação qualificada e crítica para atender às demandas da sociedade, dado que a fragilização do processo formativo de graduandos em Serviço Social tende a contribuir para a aceitação

sem questionamentos, das demandas institucionais de manutenção da lógica desigual presente historicamente em nossa sociedade, sem dispor de instrumentos analíticos e operacionais que somente uma formação densa possibilita. (CFESS, 2014, p. 36)

Pode-se observar, na expansão da formação de ensino superior em Serviço Social no Nordeste, que a modalidade EaD teve maior crescimento em relação à modalidade presencial e as instituições privadas ofertam mais cursos que as públicas. Mas há que se ressaltar, trazendo o foco na análise sobre pesquisa nas grades curriculares dos cursos presenciais de Serviço Social, que as instituições públicas apresentam mais disciplinas de pesquisas, além de dar continuidade na formação com o nível *stricto sensu*, o que repercute no perfil docente e nas pesquisas que desenvolvem, como é possível observar com base nos grupos de pesquisas cadastrados. Espera-se, nesse sentido, que a formação graduada atenda ao que indicam as diretrizes curriculares.

O cenário contemporâneo exige do profissional a capacidade de refletir sobre a realidade. Longe de parecer algo tranquilo entre as profissões, isso, no Serviço Social, serve para estimular a capacidade de o profissional ater-se à realidade com a tranquilidade de quem pode decifrá-la para não se deixar devorar por essa realidade. A capacidade de reflexão deve ser entendida como um processo no caminho da produção do conhecimento, algo que, no Serviço Social, amadurece desde o final do século XX e que Garcia (2009) aborda quando analisa a necessidade de ampliar os espaços de produção na área, após salientar a reduzida produção em periódicos na lógica do produtivismo científico instaurado no ambiente acadêmico.

A produção científica no Brasil tem crescido significativamente desde a década de 1970, como marco da relação Brasil/Estados Unidos no âmbito da autocracia burguesa (LEHER; LOPES, 2008) e que Trein e Rodrigues (2011) observam tratar-se de um mal-estar na academia que se traduz no fetichismo do conhecimento-mercadoria, pois na sociedade capitalista a conversão do valor de uso do conhecimento em mercadoria é hoje a forma-patente, “ou seja, aquele título que assegura ao ‘autor’ de uma invenção sua propriedade privada e, portanto, seu uso exclusivo e alienável mediante pagamento”. (TREIN; RODRIGUES, 2011, p. 776)

Essa não é uma prerrogativa da universidade brasileira, ao contrário, é absorvida *pela* universidade brasileira ao mesmo tempo em que a lógica da

universidade migra de universidade do conhecimento, produtora de conhecimento e de reflexão sobre a sociedade, para a lógica da universidade operacional, onde interessa a gestão, o planejamento para determinados fins. (CHAUÍ, 1999)

Assim, enfatiza-se que a formação em Serviço Social, a partir da pesquisa, articule-se a uma rigorosa capacidade teórica, ético-política e técnico-operativa e fundamentar na totalidade inerente a realidade social, em suas dimensões de universalidade, singularidade e particularidade (KOIKE, 2009), a fim de qualificar esse processo e possibilitar alcançar um perfil de profissional crítico, interventivo que defenda o projeto ético-político da profissão.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Diretrizes gerais para o curso de serviço social*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 79, setembro 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Rio de Janeiro: ABEPSS, 2009. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf. Acesso em: 14 jan. 2018.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a expansão privado-mercantil. *Revista Internacional de Educação Superior [RIESup]*, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 86-102, 2015.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. *Rev. Katálisis*, Florianópolis, v. 10, p. 46-54, 2007. Edição especial. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0510spe.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Boletim Benefício de Prestação Continuada (BPC)*. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/boletim_BPC_2015.pdf. Acesso em: 28 de maio 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes de Base da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 maio 2017.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 1-10, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Jul. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.

CASSAB, Latif Antonia. Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, Santa Catarina, v. 10, p. 55-63, 2007. Quadrimestral, Edição especial.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Sobre a incompatibilidade entre a graduação à distância e serviço social*. Brasília: CFESS, 2014. v. 2.

CHAUÍ, Marilene. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 24, p. 05-15, set./dez. 2003, p. 05-15.

CHAUÍ, Marilene. A universidade operacional. *Avaliação - Revista da avaliação da Educação Superior*, Sorocaba, SP, v. 4, n. 3, 1999. Suplemento 1. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063>. Acesso em: 28 maio 2018.

DALBERIO, Osvaldo. *Os desafios éticos da pesquisa social*. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, SP, 2008.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Há pedras no meio do caminho: reflexões sobre a produção científica em periódicos da área de Serviço Social. *Argumentum*, Vitória, ES, v. 1, n. 1, p. 6-15, 2009. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/7/9>. Acesso em: 06 abr. 2015.

GUERRA, Yolanda. *A dimensão investigativa no exercício profissional*. In. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009, p. 701-717.

GUZMÁN RAMONDA. Federico Raúl CELATS: matriz de nuevos proyectos profesionales. *Revista Catedra Paralela*, Itália, Rosario, n. 7, p. 9-29, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela.; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Atribuições privativas do/a assistentes sociais em questão*. Brasília, DF: CFESS, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na cena contemporânea. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ ABEPSS, 2009, p. 15-50.

INEP. *Censo da Educação Superior 2015*. Brasília, DF: 2016. Disponível em: http://www.uff.br/sites/default/files/paginas-internas-orgaos/divulgacao_dos_resultados_do_censo_2015.pdf. Acesso em: 30 maio 2017.

KOIKE, Maria Marieta. *Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais*. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ ABEPSS, 2009.

LEHER, Roberto; LOPES, Alessandra B. Piedras. *Trabalho docente, carreira e autonomia universitária e mercantilização da educação*. 2008. In: MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. (org.). *Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil*. Campinas, SP: Alínea, 2008, p. 73-96. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8849425-Trabalho-docente-na-educacao-superior-brasileira-mercantilizacao-das-relacoes-e-heteronomia-academica-1.html>. Acesso em: 31 mar. 2015.

MARTINS, A. Expansão universitária: expansão e justificação. *Universidade e Sociedade*, Brasília, DF, ano 22, n. 52, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, p. 17-27, 2013. Edição especial. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2015.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2015.

PEREIRA, Potyara. A utilidade da pesquisa para o serviço social. *Serviço Social & Saúde*, Campinas, SP, v. 4, n. 4, 2005.

PIANA, Maria Cristina. *O serviço social na contemporaneidade: demandas e respostas*. São Paulo: Editora UNESP: Cultura Acadêmica, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras: 2016. Brasília, DF: PNUD: IPEA: FLP, 2016. Disponível em <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/undp-br-macrorregioesbrasileiras-2016.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. *Revista Katálýsis*, Florianópolis, v. 10, p. 64-72, 2007. Edição especial.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, p. 282-297. jul./dez. 2007.

SILVA, Ricardo Silvestre da Silva. A formação profissional critica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. *Serviço Social & Sociedade*, n. 103, São Paulo, jul./set. 2010.

SIMÕES, José Pedro. Cursos de Serviço Social no Brasil. *Serviço Social e Realidade*, Franca, ano 16 n. 1, p. 173-192, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *Revista Katálýsis*. Florianópolis, v. 10, p. 15-25, 2007. Edição especial.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, Sept./Dec. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 maio 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Revista Temporalis*, Brasília, DF, n. 3, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio histórico da profissão. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009a.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009b.

Serviço Social no Brasil e questões de raça/etnia, gênero, geração e direitos humanos

uma aproximação necessária

MAGALY NUNES DE GOIS
TEREZA CRISTINA SANTOS MARTINS
VERA NÚBIA SANTOS

Apontamentos iniciais

O processo de reestruturação produtiva no âmbito do capitalismo, que se desencadeou após a crise do capital no pós-1970, trouxe um impacto significativo na produção e reprodução da vida social. As ondas advindas dessa crise na economia mundial, que se reflete em todos os aspectos da vida cotidiana, e em todos os países capitalistas, trouxeram como um dos aspectos centrais, como argumenta Tonet (2009, p. 109), a “contradição entre a enorme potencialidade produtiva que existe hoje e a impossibilidade de realizar essa produção e colocá-la à disposição de toda a humanidade”.

Essa contradição é percebida em vários aspectos da vida social, num movimento que permite compreender a capacidade de reinvenção do

capitalismo em novas formas de exploração, formas essas que se dissipam na sociedade e são muitas vezes incorporadas na manutenção da lógica de exploração e de acumulação que caracterizam o modelo capitalista. Ao discurso do crescimento econômico e do desenvolvimento científico e tecnológico, somam-se inegáveis condições sub-humanas que circundam bilhões de pessoas no planeta, associadas a cada vez maior escassez de recursos para sobrevivência, como a ausência de acesso a um bem que é vital em países da África subsaariana: a água.

O projeto societário do capital atinge também até o chamado movimento verde, de defesa ambiental, que se desenvolve de forma mais ampla desde a década de 1970. A defesa ambiental e o discurso da consciência ambiental crescem *pari passu* a lucratividade que se tem com produtos da chamada linha verde. Cabe ressaltar que, mesmo antes desse movimento ter um crescimento significativo, já na década de 1980, decorrente do processo de reestruturação do capitalismo, outras formas de encantamento já se anunciavam: a qualidade total; a responsabilidade social ou socioambiental, dentre outros cantos de sereia entoados pelo sistema capitalista, muitas vezes reproduzidos sem que a necessária crítica tomasse forma pela classe trabalhadora.

Na contracorrente desse processo, o Serviço Social brasileiro consolida na década de 1990 um projeto profissional que, para além de refletir e confirmar a condição de classe de trabalhadores assistentes sociais, imprime uma direção social diametralmente oposta àquela seguida pelo capital. Trata-se de uma opção hegemônica no interior da profissão e, por isso mesmo, cabe ressaltar os aspectos que demonstram, no âmbito da formação profissional e por meio do marco normativo existente, que os caminhos para sua concretização são vários e trazem muitos empecilhos.

A construção do projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro, realizada nas duas últimas décadas do século XX, se processou na perspectiva de unir rigor teórico-metodológico com um exercício profissional sintonizado com a dinâmica da sociedade. Assim, impulsionado pela elaboração das diretrizes curriculares, esse processo se constituiu em um esforço coletivo de conferir estatuto teórico e ético-político a um Serviço Social em condições de dar as respostas às demandas postas pela realidade presente. (IAMAMOTO, 2007a) Evidentemente, o novo projeto profissional se firmou no processo de luta pela redemocratização do país.

Foi na crise da ditadura militar, fruto de um golpe na ainda incipiente democracia brasileira, que se estabeleceram as condições para a constituição desse novo projeto que se “vincula a recusa e à crítica do conservadorismo” profissional e aos “[...] projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas”. (NETTO, 2006, p. 142-143, grifos do autor) O projeto profissional em discussão só se fez possível pelas condições políticas dadas no processo da redemocratização do país e pela massa crítica que se constituiu no interior da categoria profissional contribuindo com a produção de conhecimento. O “[...] notável nesta acumulação teórica é que [...] ela assinala a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura do conservadorismo político: data de então a aberta utilização de vertentes críticas” (NETTO, 1999, p. 102), principalmente as de inspiração marxista.

O processo de reestruturação produtiva, alinhado ao ideário neoliberal, traz para a profissão as “[...] novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelos movimentos de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho”. (ABESS, 1997, p. 60) Nesse contexto, a questão social passa a ser considerada base de fundação sócio-histórica da formação profissional e, portanto, “[...] elemento central e constitutivo da relação entre profissão e realidade social”. (IAMAMOTO, 2007b, p. 183)

Não se pode esquecer que o “[...] privilégio da questão social na formação profissional do/a assistente social tem sua sustentação teórica calçada na teoria social crítica, numa nítida ruptura com a apologia direta ao capitalismo” (IAMAMOTO, 2007b, p. 184) e não poderia ser diferente, uma vez que a consolidação do processo de ruptura com o conservadorismo, efetivada na década de 1980, (NETTO, 1996) não comporta o trato da questão social como “problemas sociais” ou no marco da “solidariedade”.

A recusa da apreensão da questão social com esses recortes ideopolíticos conservadores parte da compreensão de que se tratam de armadilhas. Como “problemas sociais” o “complexo de suas causalidades sociais é deslocado para o indivíduo isolado, responsabilizado e culpabilizado pelas carências humanas”. (IAMAMOTO, 2007b, p. 183) Vista com a lente da “solidariedade”, a integração social é a saída funcional ao capital. Portanto, não é ocasional no contexto brasileiro atual de respostas neoliberais à questão social, a

[...] pulverização e fragmentação das inúmeras ‘questões sociais’, atribuindo unilateralmente aos indivíduos e suas famílias a responsabilidade pelas dificuldades vividas. Isso deriva na análise dos ‘problemas sociais’ como problemas do indivíduo isolado e das famílias [...] perdendo-se a dimensão coletiva e o recorte de classe da questão social, isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais. Por uma armadilha ideológica, elimina-se, no nível da análise, a dimensão coletiva da questão social – a exploração da classe trabalhadora – reduzindo-a a uma dificuldade do indivíduo. (IAMAMOTO, 2007b, p. 164, grifos da autora)

A questão social apreendida como elemento transversal à formação e ao exercício profissional pressupõe não perder o vínculo com a sua gênese comum e com os processos sociais a ela relacionados. Daí porque a necessidade irremediável “[...] de decifrar suas multifacetadas refrações no cotidiano da vida social, que são ‘matéria’ do trabalho do assistente social [...] [e] [...] impregnar a profissão de história da sociedade presente e, em particular, da realidade brasileira [...]”. (IAMAMOTO, 2007b, p. 183-184) Na presente conjuntura, a lógica neoliberal vem desenvolvendo um processo de barbárie, desencadeado por relações de exploração/dominação de classe, étnico-racial e de gênero. Em contrapartida, as respostas do Estado às múltiplas expressões da questão social naturalizadas são “[...] acompanhada[s] da transformação de suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados de ‘combate a pobreza’ ou em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais [...]”. (IAMAMOTO, 2006, p. 177, grifos da autora).

É nesse cenário político-econômico que a formação profissional deve se posicionar contrária à armadilha do artifício ideológico de pulverização da questão social – por autonomizar as suas múltiplas expressões e impedir a apreensão do complexo de causalidades determinantes da sua origem – e, ao mesmo tempo, compreender que outras determinações sociais – como classe social, gênero, raça/etnia e sexualidade – que incidem e aprofundam as múltiplas expressões da questão social precisam ser apreendidas e tratadas sob pena de fragilizar o projeto ético-político profissional.

Essas requisições para a formação profissional passam a exigir uma base teórico-metodológica capaz de garantir a investigação da questão social na

perspectiva de totalidade, o que remete ao “[...] postulado da totalidade concreta [...], abrangendo manifestações universais, particulares e singulares, a objetividade e a subjetividade, os momentos econômicos, sociais, éticos, políticos e ideoculturais”. (IAMAMOTO, 2007b, p. 183) No entanto, não basta à adoção do método em seus aspectos fundamentais, é necessária

[...] a investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, [...] [e a] apreensão [...] das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no País. (ABESS, 1997, p. 62)

Sem contemplar esses aspectos que assinalam para a recusa ao conservadorismo profissional, a formação profissional pouco contribuirá com a construção de outra forma de sociabilidade, mesmo porque a sociabilidade do capital se alimenta da exploração/opressão de gênero, de geração, de raça/etnia e da negação de direitos humanos. Nesse sentido, cabe indagar até que ponto os Projetos Pedagógicos e as estruturas curriculares dos cursos de Serviço Social no Brasil contemplam componentes curriculares que dão conta especificamente do debate da exploração/opressão de gênero, de geração, de raça/etnia e de direitos humanos?

Sabe-se que dos 190.755.799 milhões de brasileiros(as), 50,7% se declararam, no Censo 2010 (IBGE, 2011b), como pretos(as) e pardos(as). No que tange ao sexo, nesse contingente há 97.348.809 mulheres e 93.406.990 homens, ou seja 51,03% da população brasileira é do sexo feminino, quadro que se amplia para 55,53% quando se trata da mulher idosa: das 20.590.597 pessoas idosas no país, 11.434.486 são mulheres e 9.156.111 são homens. Esses aspectos reforçam a necessidade de que a formação em Serviço Social aborde esses aspectos como intrínsecos ao exercício profissional, pois se trata de condições de vida e de acesso a direitos.

As reflexões a seguir buscam trazer alguns elementos para compreender as respostas que a categoria tem dado ao que preconiza o projeto profissional do Serviço Social brasileiro, com especial atenção às resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) a partir da década de 2000 e aos projetos pedagógicos nas várias unidades de formação acadêmica pelo país. Trazer essas

reflexões para o Serviço Social justifica-se pela necessidade de compreender a lógica da contrarreforma do Estado e as implicações para um projeto profissional que defende a expansão da educação superior pública, gratuita e laica, como um eixo importante da compreensão da formação profissional numa sociedade onde a desigualdade de classes ainda se constitui marco regulador e que as questões inerentes à etnia/raça, gênero, geração e direitos humanos devem ser constitutivas dessa formação.

Formação e Exercício Profissional do Serviço Social em “Tempos De Crise”

Observa-se que a atual crise política e econômica brasileira, evidenciada com uma redução acentuada do Estado na condução das políticas sociais, aspecto que se configura desde a década de 1990 com a introdução das políticas de cunho neoliberal no país, reforça a contrarreforma na Educação Superior, com um progressivo contingenciamento de recursos na educação pública e injeção de recursos na iniciativa privada, por meio de financiamento público no setor privado. Castro (2010, p. 199), indica que na lógica da expansão do setor de serviços no capitalismo “a educação superior, assim como a saúde e a previdência, passam a ser vistas como mercadorias a serem adquiridas no mercado”. Só para ilustrar, na modalidade à distância o Censo de Educação Superior de 2013 apontou a oferta de 89,6% vagas de ensino superior na iniciativa privada. (INEP, 2015)

Isso leva à necessidade de refletir sobre a educação superior no Brasil e sobre as mudanças no modelo de gestão, como sinaliza Chauí (1999), uma vez que dos mais de 7 milhões de estudantes inseridos/matriculados nesse nível de formação no ano de 2013, pouco mais de 2 milhões estavam matriculados(as) em instituição pública. Ressalte-se que, do total de 2.391 instituições de ensino superior, eram 301 instituições públicas e 2.090 organizações privadas, e nos níveis de ensino, a maioria das matrículas em graduação e em cursos sequenciais estão localizadas na rede privada, enquanto na pós-graduação há inversão dessa lógica, conforme aponta o Censo. (INEP, 2014)

Observando o Serviço Social, em 2005 havia 231 cursos no Brasil, sendo 178 em organizações privadas e 53 em instituições públicas. (SIMÕES, 2007) Em maio de 2011, esse dado quase duplica, com um total de 418 cursos, sendo

66 em instituições públicas. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2011) Consulta ao sítio do Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2016) indica a existência de 534 cursos, nas modalidades presencial e Educação à Distância (EaD) no Brasil. Para explicitar uma região, no Nordeste há 223 cursos em atividade, distribuídos em todas as unidades federativas que compõem a região, o que representa a oferta de 41,76% dos cursos de Serviço Social no país. Desse total, há 130 cursos na modalidade presencial e 93 cursos ofertados em EaD. (BRASIL, 2016)

Importa considerar o mercado de trabalho para o qual essa formação é destinada. As condições de trabalho a que se submete o(a) assistente social na atualidade não se diferenciam dos(as) trabalhadores(as) em geral: trata-se de um momento histórico em que os(as) trabalhadores(as) estão inseridos(as) em novas formas de opressão pelo trabalho (seja o trabalho informal, seja o trabalho em casa, o trabalho invisibilizado por mediações tecnológicas) e no qual o mercado de trabalho por vezes aparece como uma grande diversificação e num momento particular da realidade brasileira em que se desconstroem várias conquistas de trabalhadores(as) por meio de emendas constitucionais que alteram significativamente o já frágil acesso a direitos (cf. Emenda Constitucional 95) e as reformas trabalhista e previdenciária, que se encontram no centro do debate por sua implantação e sua consecução.¹

Pensar o mercado de trabalho para o Serviço Social na atualidade requer considerar, pelo menos, dois aspectos: o primeiro trata das mudanças operadas no âmbito do sistema capitalista, que influi diretamente nos espaços ocupacionais e mesmo no fazer profissional, uma vez que, já sinalizando o segundo aspecto, os avanços obtidos pela profissão em razão da consolidação do projeto profissional gestado desde o início da década de 1980 requerem qualificação com competência para lidar com as demandas tradicionais (e suas reformulações) ou emergentes postas à profissão na atualidade.

1 A Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016, institui um novo regime fiscal no país que reduz as possibilidades de defesa do acesso às políticas públicas, principalmente aquelas do âmbito da proteção social (Seguridade Social) garantidas pela Constituição Federal de 1988, pelo rigor com que o contingenciamento fiscal atinge a todas as esferas das administração pública; as reformas trabalhista e previdenciária ainda não implantadas têm sido fonte de debate e mobilização social.

Exige-se, portanto, que a formação em Serviço Social apresente um profissional competente para o trabalho, com habilidades para ser “pro-ativo”, que se antecipa às demandas. Iamamoto (2009a, p. 16), ao refletir sobre a noção de competência evocada ao profissional, ressalta que não se trata de competência como “ocultamento e dissimulação do real [no qual] o poder aparece como se emanasse de uma racionalidade própria do mundo da burocracia, acoplado a um discurso neutro da cientificidade”, a competência profissional trata da “competência crítica capaz de desvendar os fundamentos conservantistas e tecnocráticos do discurso da competência burocrática”. (IAMAMOTO, 2009a, p. 17) No primeiro modelo, sinaliza-se sua superação desde a vertente de intenção de ruptura no Serviço Social (NETTO, 1998), que permitiu a construção de um projeto profissional “inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país”. (IAMAMOTO, 2009a, p. 18)

Qualificar-se no sentido da competência profissional significa, pois compreender que nas relações sociais derivadas da divisão de trabalho capitalista, a burocracia cinde os interesses particulares do interesse geral, na relação entre o público e o privado, e reforça a inversão na forma de tratar os homens e as coisas “de modo invertido, ou seja, não como são na realidade, mas de acordo com sua imagem no mundo da burocracia”. (IAMAMOTO, 2009b, p. 355)

Importa destacar, na contracorrente dessa perspectiva de atuação que se ancora no neoconservadorismo presente na profissão, a necessidade de perceber no nível da competência crítica a possibilidade de uma atuação amparada, por exemplo, na socialização das informações como uma das atividades inerentes ao trabalho do(a) assistente social na atualidade. (SILVA, 2000) A socialização das informações configura-se uma ação profissional que fortalece o(a) usuário(a) na consecução dos seus direitos e efetivação da cidadania por se tratar de um processo de politização que possibilita reflexão e crítica, por meio do estabelecimento de uma relação democrática entre o saber profissional, institucional e político do(a) assistente social e o saber do(a) usuário(a), com vistas a elevar seu poder. Não se pode perder de vista o significado que o(a) usuário(a) tem para qualificação do exercício profissional, de forma a ter um capítulo específico no *Código de Ética Profissional dos(as) Assistentes Sociais* (CFESS, 2011b) sobre a relação com o usuário.

Para Silva (2000), as exigências contemporâneas para o exercício do Serviço Social vinculam-se a três dimensões inter-relacionadas: um consistente conhecimento teórico-metodológico, que se revela pela apropriação da realidade social e das demandas e possibilidades de ação profissional; a apropriação e a realização dos compromissos éticos e políticos presentes no CEPAS; e a capacitação técnico-operacional, que se traduz em estratégias de consolidação de um projeto profissional direcionado aos interesses e necessidades dos usuários.

Faz-se importante considerar que essas dimensões devem ser estimuladas na formação acadêmica e no exercício profissional. No que diz respeito à formação, cabe atentar para as diretrizes curriculares; com relação ao exercício profissional, para além da legislação comumente indicada, seja lei que regula a profissão, seja o código de ética, há que se apropriar das resoluções do CFESS, importante marco normativo no exercício profissional.

Em levantamento realizado no sítio do CFESS em outubro de 2017, observa-se que há 89 resoluções disponíveis para consultas no período de 2000 a 2013. Destas, 22 resoluções incidem diretamente ao debate sobre os princípios que norteiam o exercício profissional,² principalmente com aspectos que tratam das relações com usuários(as) dos serviços, com a qualidade dos serviços e com as condições de trabalho, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Resoluções do CFESS – Princípios que norteiam o exercício profissional do Serviço Social – 2000 a 2013

QUADRO GERAL DAS RESOLUÇÕES EM DESTAQUE			
ANO	TOTAL DE RESOLUÇÕES	RESOLUÇÕES DESTACADAS	ESPECIFICAÇÃO DAS RESOLUÇÕES DESTACADAS
2000	3	2	Resolução nº 406 – Institui a Campanha de Regularização de Débitos para o ano 2000; Resolução nº 409 – Prorroga o prazo da Campanha Nacional de Regularização de Débitos, instituída pela Resolução CFESS no 406/00;
2001	4	1	Resolução nº 418 – Tabela Referencial de Honorários do Serviço Social;

2 Não se pretende aqui estabelecer prioridades na referência aos princípios fundamentais do exercício profissional: há clareza de que todas as resoluções possuem esse objetivo. A ênfase nas resoluções aqui enfocadas dá-se pelo direcionamento à reflexão sobre aspectos fundamentais no exercício profissional que incidem nas condições de trabalho, na relação com a entidade de classe e na relação com usuários dos serviços.

QUADRO GERAL DAS RESOLUÇÕES EM DESTAQUE			
ANO	TOTAL DE RESOLUÇÕES	RESOLUÇÕES DESTACADAS	ESPECIFICAÇÃO DAS RESOLUÇÕES DESTACADAS
2002	5	2	Resolução nº 427 – Altera o parágrafo único do Artigo 1º da Resolução CFESS no 299/94, que dispensa de pagamento da anuidade o assistente social que completar 60 (sessenta) anos de idade; Resolução nº 428 – Dispõe sobre as normas que regulam o Código Processual de Ética, incluindo todas as alterações que foram regulamentadas por Resolução, bem como aquelas aprovadas pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS realizado em 2001;
2003	5	1	Resolução nº 443 – Institui procedimentos para a realização de desagravo público, e regulamenta a alínea “e” do artigo 2º do Código de Ética do Assistente Social/Altera e revoga a Resolução CFESS Nº 294/94, de 04 de junho de 1994;
2004	3	1	Resolução nº 458 – Institui a Campanha Nacional de Regularização de Débitos para o ano de 2004 ;
2005	6	1	Resolução nº 468 – Altera a designação das “Delegacias Seccionais”, que passam a se denominar “Seccionais”;
2006	6	2	Resolução nº 489 – Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional; Resolução nº 493 – Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social;
2007	8	2	Resolução nº 512 – Reformula as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização Resolução nº 513 – Procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico sigiloso do Serviço Social
2008	12	1	Resolução nº 533 – Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social;
2009	16	3	Resolução nº 554 – Dispõe sobre o não reconhecimento da inquirição das vítimas crianças e adolescentes no processo judicial, sob a Metodologia do Depoimento Sem Dano (DSD), como sendo atribuição ou competência do profissional assistente social; Resolução nº 556 – Procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social; Resolução nº 557 – Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais;

QUADRO GERAL DAS RESOLUÇÕES EM DESTAQUE			
ANO	TOTAL DE RESOLUÇÕES	RESOLUÇÕES DESTACADAS	ESPECIFICAÇÃO DAS RESOLUÇÕES DESTACADAS
2010	9	2	Resolução nº 569 – Dispõe sobre a Vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social; Resolução nº 572 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social, dos assistentes sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição do assistente social, mesmo que contratados sob a nomenclatura de Cargos Genéricos e dá outras providências;
2011	6	2	Resolução nº 594 – Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero; Resolução nº 615 – Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional;
2012	5	1	Resolução nº 627 – Dispõe sobre a Vedação de utilização de Símbolos, Imagens e Escritos Religiosos nas dependências do Conselho Federal; dos Conselhos Regionais e das Seccionais de Serviço Social;
2013	1	1	Resolução nº 643 – Institui a Campanha Nacional do Conjunto CFESS/CRESS para o ano de 2013: “A luta por um Serviço Social forte depende também de você – Regularize seus débitos junto ao CRESS”;

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados fornecidos pelo site do Conselho Federal de Serviço Social.

Vários autores que analisam o projeto profissional do Serviço Social brasileiro são unânimes em ressaltar a sua consolidação na década de 1990, com a denominação de Projeto Ético-Político (NETTO, 1999, 2006; TEIXEIRA; BRAZ, 2009), enfocando o seu marco legal e a produção de conhecimento a ele inerente, mas não se pode esquecer o caminho que se alcança com a implantação de resoluções, a partir da década de 2000, que sinalizam essa materialidade.

Ressalte-se a Resolução CFESS nº 493 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do(a) assistente social e se configura como um elemento norteador do exercício profissional, mas observe-se, no conjunto das resoluções destacadas a direção social preconizada pelo Serviço Social brasileiro, no bojo do projeto profissional (ou Projeto Ético-Político) da

categoria, juntando-se ao marco legal existente e materializando os parâmetros para um exercício profissional qualificado ética e tecnicamente.

Outras resoluções explicitam e normatizam posicionamentos legais ante a defesa intransigente dos direitos de usuários(as) e a defesa da profissão. A alusão à laicidade da profissão também se evidencia quando se observa a defesa de segmentos marginalizados que estão cotidianamente na luta por direitos e pela indicação da separação entre exercício profissional e exercício religioso. Outros pontos a destacar: enquanto profissão liberal, somente em 2001 a profissão tem acesso a uma tabela de honorários; a defesa do direito a qualidade na formação, com a definição sobre a supervisão direta de estágio, atribuição privativa do assistente social presente em lei.

A apropriação dessas resoluções aponta para a consolidação dos princípios que norteiam a ética profissional, presentes em vários artigos que enfatizam o projeto do Serviço Social no Brasil, como um desdobramento da sua consolidação nos anos 1990. Torna-se imperativa tal premissa, posto que permita aproximar o(a) profissional do conjunto de ações desencadeado pelo CFESS para acompanhar/amparar o exercício profissional e defender os direitos daqueles que necessitam do trabalho do(a) assistente social.

Pensar esses aspectos sugere também pensar a formação e a inserção profissional, e as condições de trabalho na atualidade requer apropriar desse arcabouço jurídico-político, a fim de propiciar a competência profissional que se defende no bojo da direção social esposada pelo Serviço Social brasileiro. Dado esse arcabouço, a interpretação sobre as questões de gênero, geração, étnico-racial e a defesa dos direitos humanos são elementos intrínsecos à formação e ao exercício do Serviço Social.

As agendas políticas, instrumento de afirmação da direção social do Serviço Social e síntese dos congressos brasileiros da categoria, dão a dimensão da relação formação e exercício profissional: observando os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) de 2007 e de 2010³ (últimos aos quais se tem acesso público, via internet, à agenda política da categoria), destaca-se o total de 75 e 141 trabalhos apresentados cujos eixos foram Direitos da Infância, adolescência, juventude e velhice; Ética e direitos humanos; Gênero, raça, etnia

3 Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Agenda_XIII_CBAS.pdf. Acesso em: 14 jan. 2019.

e sexualidade e Direitos da Infância, adolescência, juventude e velhice; Ética e direitos humanos; Raça, etnia, gênero e orientação sexual, respectivamente.

Entre o CBAS de 2010 e o de 2007 houve um aumento de 79% de trabalhos apresentados. Dos 562 trabalhos em comunicação oral apresentados em 2007, 23 (4,09%) foram apresentados no eixo Direitos da Infância, adolescência, juventude e velhice; 13 (2,31%), dos 19 aprovados, no eixo Ética e direitos humanos; e 39 (6,93%), dos 44 aprovados, no eixo Gênero, raça, etnia e sexualidade. No CBAS de 2010 foram apresentados 703 trabalhos em comunicação oral, sendo 67 (9,53%) no eixo Direitos da Infância, adolescência, juventude e velhice; 28 (3,98%) no eixo Ética e direitos humanos; e 46 (6,54%) no eixo Raça, etnia, gênero e orientação sexual.

Importa considerar esses eixos temáticos como balizadores do debate sobre a formação e do exercício profissional, uma vez que, nesses congressos, a agenda política configura-se um importante instrumento para o Conjunto CFESS/CRESS, pois, a partir das sugestões aqui indicadas, os resultados são levados para os encontros regionais e nacionais do Conjunto CFESS/CRESS, anualmente.

No que tange aos eixos em destaque observa-se a necessidade de aprofundamento das temáticas na formação em nível de graduação e pós-graduação, com consequente qualificação da produção de conhecimento, mas também a ênfase na articulação dos temas no sentido de compreendê-los na dinâmica da sociedade em sua totalidade.

Particularidade dos temas etnia/raça, gênero, geração e direitos humanos na estrutura curricular dos cursos de Serviço Social no Brasil

Pode-se considerar a década de 1990 como momento de síntese de uma direção social no Serviço Social brasileiro que consolida um projeto profissional, tendo como marcos regulatórios o *Código de Ética Profissional dos(as) Assistentes Sociais* (CFESS, 1993), a Lei nº 8.662 (BRASIL, 1993) e as *Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional*. (ABESS, 1997) Essa tríade normativa pressupõe dotar a formação e o exercício profissional de elementos importantes para refletir sobre a profissão e amparar a direção social preconizada.

Em contraposição, a adoção de um projeto neoliberal – que, ao adotar um padrão de Estado minimalista, atinge não somente as políticas públicas consideradas de proteção social, mas aquelas consideradas numa concepção ampliada de proteção, como a Educação – vivifica a natureza excludente da sociabilidade capitalista, o que sugere o fortalecimento do projeto profissional como bandeira de luta na contracorrente dessa sociabilidade.

O processo de formação profissional adensa a qualificação do Serviço Social como profissão e área de conhecimento (MOTA, 2013) e reafirma a competência profissional para intervir nas expressões da questão social. A estrutura curricular apontada nas diretrizes gerais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) dão conformidade ao que se pressupõe preciso na formação profissional.

Com o entendimento de que, no contexto brasileiro, um conjunto de determinações sociais incidem nas múltiplas expressões da questão social, garantir que as diversas formas de exploração/opressões tenham presença nas estruturas curriculares do Curso de Serviço Social, parecer ser um passo importante para o fortalecimento do projeto ético-político profissional do Serviço Social. No que diz respeito à presença das temáticas *etnia/raça, gênero, geração e direitos humanos na estrutura curricular dos cursos de Serviço Social no Brasil*, levantamento feito em agosto de 2017 nos 68 cursos de Serviço Social ofertados por 54 IES públicas – federais, estaduais e municipais – localizadas nas cinco regiões brasileiras (Quadro 2) por meio dos sites das IES e dos cursos, indicou a oferta de disciplina nas estruturas curriculares e Projetos Político-Pedagógicos (PPP), conforme dados do Quadro 3.

Quadro 2 – Cursos de Serviço Social em IES públicas por região

REGIÃO	Nº DE CURSOS
Centro-Oeste	5
Nordeste	16
Norte	7
Sudeste	25
Sul	15
TOTAL	68

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados referentes a Brasil (2016), em setembro de 2017.

Conforme dados do Quadro 3, que as temáticas vêm sendo trabalhadas em IES públicas de todas as regiões; as IES das regiões Nordeste e Sul têm maior número de disciplinas que versam sobre todas as referidas temáticas; as temáticas gênero e raça/etnia têm o maior número de disciplinas ofertadas no universo de todas as regiões, seguidas dos temas geração e direitos humanos; as IES da região Nordeste ofertam o maior número de disciplinas sobre as temáticas gênero e raça/etnia – 18 e 17 disciplinas –, seguida da região Sul cujas IES contam com 15 e 11 disciplinas sobre raça/etnia e gênero, respectivamente.

Quadro 3 – Presença das temáticas etnia/raça, gênero, geração e direitos humanos na estrutura curricular dos cursos de Serviço Social no Brasil

REGIÃO	QUANTIDADE DE DISCIPLINAS			
	RAÇA/ETNIA	GÊNERO	GERAÇÃO	DIREITOS HUMANOS
Centro-Oeste	6	4	7	4
Nordeste	18	17	11	13
Norte	3	5	12	7
Sudeste	9	7	-	2
Sul	11	15	16	12
TOTAL	47	48	46	38

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados referentes a Brasil (2016), em setembro de 2017

É oportuno ressaltar que a temática geração é discutida em disciplinas que tratam sobre família, infância, adolescência, envelhecimento e gerontologia; o tema gênero é discutido em estreita articulação com o tema sexualidade e que algumas disciplinas trabalham com todos os temas, a exemplo das disciplinas Diversidade de gênero, raça, etnia no contexto dos direitos humanos e Política social e questão social no Brasil, ambas ofertadas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). No que diz respeito aos direitos humanos, ressalte-se ser um tema imperativo para possibilitar ampliar as reflexões, inclusive aquelas que cercam os outros temas em destaque, e inserido no debate da formação e do exercício profissional com maior profundidade já na década de 1990.

No quadro de retrocesso e de conservadorismo do Estado e da sociedade e de precarização da formação, a presença de disciplinas que trabalham sobre raça/etnia, gênero, geração e direitos humanos configura uma conquista, produto das lutas dos movimentos sociais (movimento negro, indígena, feminista/mulheres e direitos humanos) e dos assistentes sociais no sentido de dar

materialidade aos princípios do Código de Ética Profissional e formar um profissional com competência crítica e compromisso com a classe trabalhadora. Se essa assertiva está correta, o desafio do Serviço Social é aprofundar as pesquisas e os debates na perspectiva de garantir que essas relações de exploração/opressões sejam tratadas a partir do referencial teórico-metodológico que garanta a direção social contida no atual projeto ético-político profissional.

Finalizando...

Pensar o Serviço Social na atualidade, num contexto de uma longa crise do capital que, mais que uma crise econômica, instala “uma crise *orgânica* marcada pela perda dos referenciais erigidos sob o paradigma do fordismo, do keynesianismo, do *Welfare State* e das grandes estruturas sindicais e partidárias” (MOTA, 2009, p. 58, grifos no original), requer perceber que, no capitalismo contemporâneo, ao contrário do que ocorria no século XX, prima-se inegavelmente “por desterritorializar o trabalho e as mercadorias e por precarizar as condições e relações de trabalho, afetando sobremaneira as condições de vida dos trabalhadores e sua capacidade de organização e resistência”. (MOTA, 2009, p. 60)

No âmbito do Estado, principal empregador de assistentes sociais no Brasil (CFESS, 2005), a crise desenvolve “uma tendência à diminuição do controle democrático, com a configuração de um Estado forte e enxuto que *despreza o tipo de consenso social dos anos de crescimento*, com claras tendências antidemocráticas”. (BEHRING, 2009, p. 73, grifos do autor)

No momento em que se ampliam vertiginosamente os cursos de Serviço Social no Brasil (IAMAMOTO, 2009b), num cenário de precarização da formação (por meio do aligeiramento dos cursos e da massificação com os cursos à distância associando-se à já deficiente formação presencial) ao mesmo tempo em que se ampliam os espaços ocupacionais (seja pela inserção no terceiro setor, seja pela intensificação no campo da Política de Assistência Social, por exemplo), a divulgação e apropriação das resoluções do CFESS, que dão materialidade ao projeto profissional hegemônico na categoria, consistem em *conditio sine qua non* para um exercício profissional competente e qualificado, além de sinalizar para a percepção dos(as) profissionais sobre o cenário

contemporâneo e estimular, tanto no âmbito do exercício quanto na formação acadêmica, uma maior apropriação da legislação do Serviço Social.

No que diz respeito à formação profissional, faz-se necessária a apropriação da realidade e dos sujeitos políticos que constroem cotidianamente a mesma. A percepção dos aspectos que enfocam as questões de etnia/raça, gênero e geração colabora para a ampliação da perspectiva de direitos humanos.

A quadra histórica atual no país aponta que as características da sociabilidade capitalista, especialmente o aprofundamento da desigualdade social, exacerbção do individualismo e da intolerância em vários aspectos, acentuam-se continuamente e atingem de forma potencial a classe trabalhadora. Observe-se, todavia, que mais da metade da classe trabalhadora brasileira é composta por negros(as) (pretos(as) e pardos(as)). Os indicadores sociais atestam a forte presença dos(as) negros(as) nas principais expressões da “questão social”, sobretudo na pobreza, no desemprego, na informalidade e nas relações precárias de trabalho. Essa assertiva apresenta um quadro notável para os Assistentes Sociais: as suas atividades profissionais desenvolvidas no âmbito dos programas sociais são voltadas fundamentalmente para os negros(as) (pretos(as) e pardos(as)) invisibilizados(as) na genérica categorização de “usuários(as)”. Ademais, pesquisas revelam que apesar dos(as) negros(as) integrarem a classe trabalhadora do país, a sua desigualdade social na relação com outros trabalhadores(as) brancos(as) é notável.

Esse quadro de desigualdade dos(as) negros(as) torna-se evidente quando se analisa a sua participação na Previdência Social. A constatação de que a não contribuição está associada à baixa renda (BOSCHETTI, 2004) dá a dimensão exata da possibilidade do/a negro/a vir a se beneficiar via sistema previdenciário. Ao analisar os rendimentos das aposentadorias e pensões, Paixão e colaboradores (2010) observam que embora a diferença nas aposentadorias entre brancos/as, pretos/as e pardos/as tenham declinado entre 1998 e 2008, neste último ano a diferença entre remuneração das aposentadorias dos(as) brancos(as), negros(as) e pardos(as), de ambos os sexos, chegava a 46,7%. Sem dúvida, as remunerações previdenciárias mais elevadas estão relacionadas ao acesso dos(as) brancos(as) ao trabalho formal e melhor remunerado.

No ano de 2008, 8,2% dos aposentados e 6,3% dos pensionistas brancos recebiam proventos previdenciários superiores a cinco

salários mínimos. Entre pretos & pardos beneficiários de rendimentos previdenciários, o peso relativo dos que recebiam mais de cinco salários mínimos era de 3,8% entre os aposentados e de 2,3% entre os pensionistas. Ou seja, em ambos os casos, o peso relativo dos pretos e pardos beneficiários de rendimentos previdenciários com proventos superiores a cinco salários mínimos era inferior à metade dos beneficiários brancos. (PAIXÃO et al., 2010, p. 185)

Essas indicações apontam, ao mesmo tempo, para a questão étnico-racial e geracional. Nesse sentido, o envelhecimento da classe trabalhadora negra é marcado por determinações de classes e étnico-raciais, ganhando visibilidade apenas quando analisamos a sua presença nas múltiplas expressões da questão social.

Não menos importante que a questão étnico-racial e de geração, ainda que especificado o envelhecimento, há que se observar que a questão de gênero na atualidade, em contraposição às prerrogativas legais, toma corpo e evidencia uma sociedade conservadora nos aspectos que dizem respeito aos direitos da mulher e do segmento LGBTQ. O aumento da violência de gênero que atinge a esses segmentos pontua a necessidade de seguir na defesa de direitos e da transversalidade desses temas em todas as políticas, e na formação profissional.

Sendo a questão social central na formação e no exercício da profissão e as relações étnico-raciais, de gênero e geracional, determinações que incidem com as determinações de classes, essas temáticas passam a ser uma requisição para os Projetos Pedagógicos e para as estruturas curriculares dos cursos de Serviço Social. Aliás, requisição que ganha força e caráter de urgência diante de um “projeto profissional [que] se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero”. (NETTO, 2006, p. 155)

Para contraposição às condições objetivas e subjetivas impostas por um mercado de trabalho que subjaz aos rebatimentos da crise do capital, que impõe “ações e papéis profissionais cada vez mais multifacetados e voltados à eficiência técnica e à resolução imediata das problemáticas sociais” (SIMIONATTO, 2009, p. 101) e que fortalece uma ação burocrática e esvaziada da competência crítica, a direção social preconizada no projeto profissional do Serviço Social brasileiro, sugere-se “a análise dialética da realidade, de seu

movimento e de suas contradições” (SIMIONATTO, 2009, p. 101), amparada nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da formação profissional.

Trata-se de compreender como as complexas determinações sociais das novas condições históricas materializam-se em situações e problemas sociais específicos ao campo profissional, que não podem ser captados somente pelo domínio da ‘razão teórica’, descolada do real, ou, inversamente, de um real que se esgota em sua aparência empírica. (SIMIONATTO, 2009, p. 101)

Faz-se necessário ter clareza sobre esses aspectos, a fim de evitar a redução da ação profissional “à mera identificação de demandas e a seu atendimento focalizado” (SIMIONATTO, 2009, p. 101), o que pode configurar-se numa tendência que fortalece o neoconservadorismo na profissão e impede a percepção dos fenômenos sociais na sua totalidade, incluindo-se, aqui, aqueles relacionados às condições de trabalho e à formação do próprio profissional. O conjunto de informações aqui expostas sobre as resoluções do CFESS e os projetos pedagógicos de cursos de Serviço Social no Brasil, em elenco neste texto dão a dimensão da força do projeto profissional do Serviço Social brasileiro, ainda que se nade em águas abertas a outras correntes, que atuam em permanente confronto com a direção social esposada por esta profissão.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 108, p. 785-802, dez. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o curso de serviço social: com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. *Cadenos ABESS*, 7, São Paulo, p. 58-72. 1997. Edição especial. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/04-a-caderno-abess-n7-diretrizes-gerais-para-o-curso-de-servico-social-\(com-base-no-curriculo-minimo-aprovado-em-assembleia-geral-extraordinaria-de-8nov-201702011415372855610.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/04-a-caderno-abess-n7-diretrizes-gerais-para-o-curso-de-servico-social-(com-base-no-curriculo-minimo-aprovado-em-assembleia-geral-extraordinaria-de-8nov-201702011415372855610.pdf). Acesso em: 14 jan. 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 69-86.

BEHRING, Elaine Rossetti. Balanço Crítico do SUAS e o trabalho do/a assistente social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *O trabalho do/a assistente social no SUAS: seminário nacional*. Brasília, DF: CFESS, 2011. p. 84-95.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 25, n. 79, p. 108-132, 2010. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/697>. Acesso em: 14 jan. 2018.

BRASIL. *Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm. Acesso em: 14 jan. 2018.

BRASIL. Instituições de educação superior e cursos cadastrados. In: BRASIL. Ministério da Educação. Sistema e-MEC. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior*. Brasília, DF: 2016. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CASTRO, Alba Tereza B. Política social e direitos sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (org.). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 195-210.

CHAUI, Marilena. A universidade operacional. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, SP, v. 4, n. 3, p. 3-8, 1999. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063>. Acesso em: 30 mar. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Assistentes sociais no Brasil*. Elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília, DF: CFESS, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 108, p. 785-802, out./dez. 2011a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000400013>. Acesso em: 14 jan. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética do/a Assistente Social*. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 9. ed. Brasília, DF: CFESS, 2011b.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 406, de 23 de maio de 2000*. Institui a campanha de regularização de débitos para o ano 2000. 2000a. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_406_00.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 409, de 18 de setembro de 2000*. Prorroga o prazo da Campanha Nacional de Regularização de Débitos, instituída pela Resolução CFESS no 406/00. 2000b. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_409_00.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 418/2001*. Tabela Referencial de Honorários do Serviço Social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/resolucao_41801.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 427, de 11 de março de 2002*. Altera o parágrafo único do Artigo 1º da Resolução CFESS nº 299/94, que dispensa de pagamento da anuidade o assistente social que completar 60 (sessenta) anos de idade. Brasília, DF, 2002a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao-427-2002-site-cfess.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 428, de 14 de maio de 2002*. Dispõe sobre as normas que regulam o Código Processual de Ética, incluindo todas as alterações que foram regulamentadas por Resolução, bem como aquelas aprovadas pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS realizado em 2001. Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_428_02.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 443, 23 de maio de 2003*. Institui procedimentos para a realização de desagravo público, e regulamenta a alínea “e” do artigo 2º do Código de Ética do Assistente Social / Altera e revoga a Resolução CFESS N.º 294/94, de 04 de junho de 1994. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_443_03.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 458, de 13 de setembro de 2004*. Institui a Campanha Nacional de Regularização de Débitos para o ano de 2004. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_458_04.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 468, de 28 de abril de 2005*. Altera a designação das “Delegacias Seccionais”, que passam a se denominar “Seccionais”. Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_468_05.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 489, de 03 de junho de 2006*. Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. 2006a. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/resolucao_4892006.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 493, de 21 de agosto de 2006*. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, DF, 2006b. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 512, de 29 de setembro de 2007*. Reformula as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização. Brasília, DF, 2007a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pnf.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 513, de 10 de dezembro de 2007*. Procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico sigiloso do Serviço Social. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_513_07.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 533, de 29 de setembro de 2008*. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 554, de 15 de setembro de 2009*. Dispõe sobre o não reconhecimento da inquirição das vítimas crianças e adolescentes no processo judicial, sob a Metodologia do Depoimento Sem Dano/DSD, como sendo atribuição ou competência do profissional assistente social. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_554-2009.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 556, de 15 de setembro de 2009*. Procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico e Material Técnico-Sigiloso do Serviço Social. 2009b. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_556-2009.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 557, de 15 de setembro de 2009*. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. 2009c. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao-643-13-cfess-2.pdf> Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 569, de 25 de março de 2010*. Dispõe sobre a VEDAÇÃO da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. 2010a. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS_569-2010.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 572, de 25 de maio de 2010*. Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social, dos assistentes sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição do assistente social, mesmo que contratados sob a nomenclatura de cargos genéricos e dá outras providências. 2010b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/RESCFESS572.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 594, de 21 de janeiro de 2011*. Altera o Código de Ética do Assistente Social, introduzindo aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e garantindo a linguagem de gênero. 2011c. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Res594.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 615, de 8 de setembro de 2011*. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 627, de 9 de abril de 2012*. Dispõe sobre a VEDAÇÃO de utilização de símbolos, imagens e escritos religiosos nas dependências do Conselho Federal; dos Conselhos Regionais e das Seccionais de Serviço Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Res.Cfess.627-2012.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CFESS n.º 643, de 4 de março de 2013*. Institui a Campanha Nacional do Conjunto CFESS/CRESS para o ano de 2013: “A luta por um Serviço Social forte depende também de você – Regularize seus débitos junto ao CRESS”. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao-643-13-cfess-2.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete Simões da et al. (org.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2007a. p. 161-196.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço social em temp. de capital fetiche: capital financeiro e questão social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009a. p. 15-50.

- IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009b. p. 341-375.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2010.
- IBGE. *Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2011a.
- IBGE. *Censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b.
- INEP. *Censo da Educação Superior 2014 – notas técnicas*. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf Acesso em: 14 maio 2019.
- INEP. *Educação Superior 2013*. Disponível em http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf Acesso em: 14 maio 2019.
- MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 51-67.
- MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área de conhecimento. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000300003>. Acesso em: 14 jan. 2018.
- NETTO, José Paulo. Transformações societária e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, SP, ano 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2018. p. 141-160.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (org.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. Brasília, DF: Cortez, 2006.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em serviço social e política social: módulo1: crise contemporânea, questão social e serviço social*. Brasília, DF: CEAD, 1999.

PAIXÃO, Marcelo et al. (org.). *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2009-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Um novo fazer profissional. *In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL; COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA. Capacitação em serviço social e política social: módulo 4 - O trabalho do assistente social e as políticas sociais*. Brasília, DF: CEAD, 2000. p. 111-124.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. *In: CONSELHO FEDERAL SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 87-106.

SIMÕES, José Pedro. Cursos de serviço social no Brasil. *Serviço Social & Realidade*, Franca, SP, v. 16, n. 1, p. 186-204, 2007. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/96>. Acesso em: 10 fev. 2016.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. *In: CONSELHO FEDERAL SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CEAD; Universidade de Brasília, 2009. p. 185-199.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. *In: CONSELHO FEDERAL SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CEAD; Universidade de Brasília, 2009. p. 107-122.

Feminismo, gênero e serviço social

uma conexão possível e necessária¹

MÁRCIA SANTANA TAVARES

Notas iniciais

Durante eventos do Serviço Social para os quais sou convidada a discutir as questões de gênero, algumas vezes flagrei expressões ou mesmo um olhar surpreso que parecia indagar: “O que isso tem a ver com o Serviço Social?”. Encontrei também quem quisesse desqualificar a discussão, argumentando que as mulheres venceram e hoje têm direitos e salários iguais aos homens. Outras vezes, a menção à militância feminista evocava, entre as participantes, estereótipos² comumente associados às feministas.

1 Este artigo é uma versão revisada e ampliada de texto base elaborado para conferência proferida no IV Seminário Avançado “Debates sobre Epistemologia Feminista e as Teorias de Gênero”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social, Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/Goiás), no dia 04 de maio de 2015.

2 Sobre estereótipos relacionados ao conceito de feminismo, ver, por exemplo, Lisboa (2010a).

De uma forma ou de outra, essas pessoas demonstravam seu desconhecimento com relação aos feminismos e às questões de gênero, ao mesmo tempo em que revelavam um equívoco bastante comum, consideravam que o termo “gênero” é sinônimo de mulher, ou melhor, de uma mulher universal, cujos atributos e características são uma herança da natureza e, portanto, o gênero não interfere no exercício profissional da(o) assistente social, muito menos o feminismo, ou seja, tanto um como outro não são temas correlatos ao Serviço Social. Por essa razão, neste artigo, tentarei provar o contrário e demonstrar como a aproximação do Serviço Social com a epistemologia feminista e os estudos de gênero pode contribuir para uma leitura mais aprofundada da realidade social.

Feminismos: a que e a quem será que se destinam?

O feminismo brasileiro, e também o mundial, mudam de uma época e geração para outra, seja se tomarmos como parâmetro o movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, ao nos reportarmos às décadas de 1960 a 1990 do século passado, ou ainda à mais recente versão de feminismo, engendrada pelas minas do rock.³ Mas, afinal, o que é feminismo? De acordo com Lisboa (2010a), o movimento feminista consiste em um movimento cultural que luta para fomentar a justiça e equidade nas relações entre homens e mulheres e assegurar os direitos humanos, em especial os das mulheres, em virtude do alto nível de violência e discriminação a que estão sujeitas. A partir dos movimentos feministas, a abordagem dos conflitos e da violência que permeiam a relação entre homens e mulheres, em consequência de uma estrutura de dominação, tornou-se pública.

3 “Nas periodizações mais frequentes, o feminismo costuma ser dividido em três ondas ou ‘gerações’. A primeira onda, que vai do final do século XIX ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando o movimento experimenta um refluxo após as conquistas do direito ao voto em diversos países, inclusive o Brasil², entre outras conquistas no campo legal. A segunda onda se inicia no final dos anos 1960, no rol dos movimentos de contracultura, quando, de fato, se produz uma tentativa de teorizar a opressão da mulher. (PINTO, 2003; RUPP, 2002; GONÇALVES, 2007) A partir dos anos 1980, emergem as teorias críticas à segunda onda e a categoria unificadora ‘mulher’ perde terreno para a categoria gênero, demarcando fronteiras de classe, raça, sexualidade e localidade. (PISCITELLI, 2002; SIMPSON, 2005) Esta última fase constituiria uma imprecisa ‘terceira onda’, que oscila desde a emergência das teorias de gênero, para algumas, ao chamado ‘pós-feminismo’, para outras”. (GONÇALVES; PINTO, 2011, p. 30) Sobre as *minas do rock*, ver, por exemplo, Facchini (2011).

Com efeito, Costa (2006), ao refletir sobre o feminismo como movimento social, esclarece que este desponta no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana, propaga-se, inicialmente, em torno da reivindicação por direitos sociais e políticos, pela Europa e Estados Unidos e, mais adiante, chega a alguns países da América Latina, tendo como mote a luta sufragista. A autora acrescenta que:

Após um pequeno período de relativa desmobilização, o feminismo ressurgiu no contexto dos movimentos contestatórios dos anos 1960, a exemplo do movimento estudantil na França, das lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos e do movimento *hippie* internacional que causou uma verdadeira revolução nos costumes. Ressurgiu em torno da afirmação de que o ‘pessoal é político’, pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político. Vai, portanto, romper com os limites do conceito de *político*, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem. Isto é, no campo da *política* que é entendida aqui como o uso limitado do poder social. (COSTA, 2006, p. 52-53)

Dando continuidade, a autora pondera que, ao reconhecer que “o pessoal é político”, o feminismo desloca para o espaço da discussão política questões até então consideradas como específicas do privado, rompendo a dicotomia público-privado, sustentáculo do pensamento liberal acerca das peculiaridades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público é relativo ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se refere à vida doméstica, familiar e sexual, isto é, ao pessoal, alienado da política. Ao abraçar essa bandeira de luta, o movimento feminista desperta as mulheres para o caráter político da sua opressão, experienciada de forma solitária e individualizada no âmbito privado, identificada como uma questão exclusivamente pessoal. Neste sentido, Soares (2000) afirma que o feminismo é a ação política das mulheres. Reúne teoria, prática, ética e considera as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Instiga as mulheres a se mobilizarem para transformar a si mesmas e ao mundo.

Compartilho com a opinião de Corrêa (2001) de que a maior expressão do movimento feminista no Brasil contemporâneo ocorreu na década de 1970,⁴ quando se articulou com outros movimentos sociais da época: movimentos populares – que lutavam por moradia e melhores condições de vida (saneamento básico, luz, transporte), bem como pela instalação de creches nas fábricas e universidades (o que era uma lei antiga, mas não cumprida); movimentos políticos – desde movimentos pela anistia aos presos políticos, contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país até o movimento dos homossexuais.

Soares (1994), por sua vez, pondera que os feminismos, ao debaterem com as esquerdas e os partidos progressistas, introduziram alguns pontos da teoria e da prática do fazer político, principalmente no tocante à não hierarquização das lutas e à sexualização das práticas nos espaços públicos. Assim, trouxeram novos temas para o movimento de mulheres que, posteriormente, foram incorporados pelos partidos de esquerda e forças políticas progressistas, como, por exemplo, o direito de ter ou não filhos, o aborto, a sexualidade, a punibilidade aos assassinos de mulheres e à violência doméstica.

Em suma, o movimento feminista brasileiro dos anos 1970 fazia parte de um amplo e heterogêneo movimento que lutava contra as formas de opressão das mulheres na sociedade e pela redemocratização do país. Para melhor ilustrar as características do movimento naquele período, segundo Alvarez (2001 apud COSTA, 2006, p. 60) a identidade feminista resultava em:

[...] ter uma política centrada em um conjunto de assuntos de *interesse específico* das mulheres, aderir a determinadas normas de organização (como por exemplo, participação direta, informalidade nos procedimentos, ou ausência de funções especializadas) e atuar nos espaços públicos específicos como as organizações feministas autônomas ou do *movimento de mulheres* mais amplo.

No entanto, recorda Costa (2006), a atuação do feminismo no âmbito institucional, isto é, a sua relação com o Estado foi alvo de resistência no interior

4 A história do feminismo no Brasil é marcada por momentos importantes que antecedem os anos 1970, a exemplo da luta sufragista, nas primeiras décadas do século XX. Ver, por exemplo, Bandeira e Melo (2010).

do movimento, uma vez que muitas mulheres tinham receio de que a atuação na esfera estatal afetasse a autonomia do movimento feminista. Todavia, o movimento feminista não ignorava a capacidade do Estado moderno para influenciar a sociedade como um todo, não só por meio de coerção, com medidas punitivas, mas mediante a criação de leis, de políticas sociais e econômicas, de ações voltadas para a promoção de bem-estar, de mecanismos reguladores da cultura e comunicação públicas, o que o colocava na condição de um aliado imprescindível para a pretendida transformação da condição feminina.

Isso porque, ainda segundo a autora, o movimento reconhecia que o alcance da política feminista tinha limites e a mudança de mentalidades sociais se mostrava uma tarefa inexequível, sem acesso a mecanismos mais amplos de comunicação/difusão, principalmente devido à forte resistência de um aparelho patriarcal como o Estado. Deste modo, coube ao feminismo, como movimento social organizado, articular-se com diferentes setores da sociedade brasileira, de modo a pressionar, fiscalizar e influenciar o aparelho estatal a definir metas sociais condizentes com os interesses femininos e desenvolver políticas sociais que assegurassem a equidade de gênero.⁵

Neste sentido, a pressão exercida pelas militantes feministas nos partidos fez com que, a partir de 1982, fossem criados organismos governamentais cujas ações procuravam contemplar suas reivindicações e visavam à igualdade das mulheres. No período em questão, foram criados os Conselhos das Mulheres, no âmbito nacional, estadual e municipal, bem como as Delegacias da Mulher, creches e, a perspectiva de gênero inserida na gestão governamental, sob a influência da Década das Nações Unidas para a Mulher (1975-1985).

Ao longo das décadas de 1980-1990, redes de grupos de mulheres são estruturadas no âmbito nacional e internacional, a partir de temas ou áreas de interesses correlatos. Soares (2000, p. 46) pondera que:

Os anos 90 demonstram que o feminismo multiplicou os espaços e lugares em que atua e, conseqüentemente, onde circula o

5 Podemos definir equidade como a garantia de oportunidades e tratamentos iguais a todas as pessoas, levando-se em conta tanto os direitos universais como as questões específicas das mulheres. “Eqüidade de gênero é o conjunto de processos de ajuste genérico composto pelas ações que reparam as lesões que a desigualdade produziu em relação às mulheres na relação domínio-cativeiro. A mais sintetizadora destas lesões é não ser sujeito político”. (LAGARDE, 1996 apud LISBOA, 2010b, p. 5)

discurso feminista. As fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, muitos feminismos são construídos. As mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas...

Os anos 1990 são marcados pela elaboração de propostas interventivas, isto é, o feminismo propõe a criação de políticas públicas; o movimento passa a compor as instâncias de decisão do Estado, faz-se presente em sindicatos, partidos, conselhos etc., ao mesmo tempo em que incorpora novas bandeiras de luta: a criação de ações afirmativas, cotas mínimas tanto na direção dos sindicatos como partidos políticos e, posteriormente, na lista de candidaturas para cargos legislativos, como medidas para ampliar a presença de mulheres nesses espaços. (SOARES, 2000) Em 1995, na IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Beijing, a estratégia das mulheres para terem suas reivindicações atendidas é denominada “transversalidade de gênero” ou “*gender mainstreaming*”.⁶

Tem início um processo para que a perspectiva de gênero seja incorporada nos processos decisórios de forma a assegurar a igualdade de oportunidades almejada entre mulheres e homens. Dito de outra forma, a perspectiva de gênero deve ser incorporada na formulação, operacionalização e como parâmetro para avaliar o impacto das ações. Mas, afinal, o que vem a ser gênero e qual a importância de sua transversalidade? É o que discutirei no próximo tópico.

6 Segundo Lisboa (2010b), podemos definir o *gender mainstreaming* como um princípio orientado para as instituições e organizações tendo em vista assegurar a igualdade de oportunidades para os homens e mulheres. Através de sua aplicação, este princípio se transforma em um instrumento das políticas de gênero e possibilita atingir as metas formuladas para a reconstrução das relações de gênero. Esta reconstrução produz uma mudança no processo de tomada de decisões possibilitando o empoderamento das mulheres e favorecendo a igualdade de gênero.

Gênero em perspectiva: dos estudos às políticas públicas

Há uma inequívoca articulação entre o feminismo dos anos 1970 e o surgimento dos estudos de gênero no Brasil, na década de 1990 (CORRÊA, 2001), já que o feminismo, desde a sua origem, atraiu um expressivo grupo de acadêmicas, a tal ponto que algumas versões de sua história defendem que o feminismo apareceu inicialmente na academia. (HEILBORN; SORJ, 1999)

O certo é que, segundo Heilborn e Sorj (1999), os “estudos sobre mulher”, são iniciados na academia nos anos 1970 e, na década seguinte, há uma gradativa substituição da expressão mulher, uma categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero, uma categoria analítica, como identificador de uma determinada área de estudos no país, os “estudos de gênero”. Em termos cognitivos, tal mudança favoreceu a oposição ao determinismo biológico contido no uso das terminologias sexo ou diferença sexual e ressaltou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino.

A partir dos anos 1980, o gênero passou a ser utilizado como categoria analítica nos estudos feministas, com o intuito de não só defender uma nova perspectiva para conhecimento e análise da vida social e relações sociais entre mulheres e homens – a perspectiva de gênero –, mas também evidenciar que as teorias até então existentes não apresentavam uma explicação convincente para a permanência das desigualdades entre as mulheres e os homens. (SCOTT, 1995) Desde então, evidencia Stolcke (1991, p. 103), “‘Gênero’ se tornou uma espécie de taquigrafia acadêmica que representa relações socialmente definidas entre mulheres e homens, mas seu significado e implicações do ponto de vista político nem sempre claras”. Mas, afinal, o que é gênero?

O gênero é um produto social que é assimilado, representado, institucionalizado e transmitido de uma geração para outra, ou seja, ele é dotado de um componente cultural e, atua como elemento fundante das relações sociais, as relações de gênero, que definem os parâmetros do que é ser homem e ser mulher. Dessa forma, o gênero estrutura relações de poder assimétricas, que designam uma posição subalterna para a mulher na organização da vida social. (SORJ, 1992)

Sardenberg (2004) destaca que o gênero não só organiza e legitima a divisão sexual do trabalho e a construção de papéis sociais correlatos, mas também inscreve uma divisão sexual no que tange a direitos e responsabilidades, ao acesso

e controle sexualmente diferenciado a oportunidades de trabalho, a espaços e posições ocupacionais, bem como a instrumentos e meios de produção, recursos e fontes de renda e de crédito, capital, conhecimento, educação, instâncias decisórias etc. Em suma, tanto no nível simbólico quanto no da prática social, o “masculino” se sobrepõe hierarquicamente ao feminino, incorrendo em maior prestígio, privilégios e poder para os homens. (SARDENBERG; MACEDO, 2011)

O caráter relacional do gênero institui identidades e subjetividades sexuais, ou seja, as relações de gênero estabelecem papéis, atributos e hierarquias de gênero que se renovam nas práticas da vida cotidiana e legitimam as relações de poder entre os sexos. Isso quer dizer que “mulheres e homens de qualquer sociedade não nascem prontos, mas são inventados pela família, escola, religião, cinema, novela, propaganda, música etc., que vão definir os papéis que cada um deve exercer nessa sociedade” (PEREIRA; TAVARES; OLIM, 2006, p. 135), essa normatização não só torna legítimos atributos, habilidades e comportamentos diferenciados para homens e mulheres, como também lhes confere imanência.

Com efeito, os estudos de gênero têm contribuído para desnaturalizar as desigualdades entre mulheres e homens, isto é, evidenciar que essas desigualdades são produzidas social e historicamente, ao darem visibilidade a uma série de aspectos que a sociedade naturaliza, com base na bipolaridade entre os sexos – centrada nos corpos, anatômica e biologicamente diferentes – que, finda por preservar as relações assimétricas entre homens e mulheres.

A partir dos ‘filtros de gênero’ torna-se perceptível que as mulheres não dispõem das mesmas condições que os homens para enfrentar os problemas da vida cotidiana, especialmente aquelas pertencentes ao contingente das classes trabalhadoras. (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p. 37)

Nesse sentido, ao refletir sobre a importância da discussão de gênero no feminismo atual, Coutinho (1996 apud LOBO, 2001, p. 50) esclarece que:

O gênero transformou-se, desta forma, numa categoria de análise extremamente importante, comparável, por exemplo, a categorias como raça e classe social. E, hoje, não apenas a família é vista de uma nova perspectiva, como também todas as

outras instituições sociais, econômicas e políticas que são influenciadas, direta ou indiretamente, pelos estereótipos acerca de homens e mulheres. Os Estudos de Gênero, ao questionarem a visão convencional dos atributos masculinos e femininos, segundo a qual a sociedade era caracterizada por uma divisão social do trabalho – que situava o homem no espaço público e confinava a mulher no espaço privado do lar –, levaram à visão de que estes atributos e esta divisão não são resultado de forças naturais, mas, antes, são parte de todo um complexo de fenômenos cultural e historicamente determinados.

Cabe ressaltar que o gênero não se apresenta como o único elemento estruturante das relações sociais, ele se intersecta com outros marcadores sociais, tais como classe, raça/etnia, idade/geração, orientação sexual, religião entre outros, produzindo identidades sociais que adquirem posicionalidades diferenciadas a depender do entrecruzamento entre essas categorias, ou seja, da interdependência estabelecida entre uma ou mais relações de poder, compondo um mosaico de hierarquias internas cuja dinâmica altera-se de acordo com contextos sociais específicos, mas também espaciais e temporais.

O gênero é uma categoria de pensamento, de classificação de fenômenos no mundo e de produção do conhecimento que, ao desafiar os conceitos tradicionais da epistemologia, ou seja, questionar o viés androcêntrico, possibilita análises dos “efeitos de gênero no e sobre o conhecimento”, conforme pondera Flax (1990, p. 26), citada por Sardenberg (2014, p. 27), o que irá impulsionar a criação das epistemologias feministas e a crítica à ciência desde uma perspectiva feminista.

Conforme destaca Rago (1998), o feminismo não só critica os modelos hierárquicos de produção do conhecimento científico, como propõe uma revisão da relação teoria *versus* prática e, conseqüentemente, um modo alternativo de fazer ciência, quando elabora uma nova linguagem ou contradiscurso, que adota a subjetividade, emoção e intuição como forma de obtenção do conhecimento. O modo de pensar feminista mostra-se também inovador quando transgride o receituário metodológico utilizado pela ciência tradicional, ao defender que “o caminho se constrói caminhando e interagindo”.

Esta autora também defende que a investigação feminista modela um novo agente epistêmico, cuja interpretação do mundo é influenciada pela realidade na qual se insere, por suas próprias idiossincrasias, cultura e temporalidade.

Na investigação feminista, o cientista não é neutro, desapaixonado, o conhecimento é produzido mediante uma reflexividade crítica, cuja diversidade de pontos de vista produz novas interpretações, formulações teóricas e hipóteses, em que a verdade não é absoluta, inamovível.

Matos (2008, p. 342), ao refletir sobre a importância dos estudos de gênero com viés feminista, acrescenta que:

É exatamente nesse sentido historicizável e contingente que venho postular os estudos de gênero como um campo científico novo, nas e para as ciências. Contudo, trata-se também de afirmar uma forma de entendimento da ciência, em si mesma, como sendo, a um só tempo, discurso sobre a verdade e autorização científica, vistos a partir de perspectiva radicalmente crítica e reflexiva, na direção multicultural em um escopo emancipatório. Acredito que tenhamos acumulado quantidade suficientemente vasta de saber nesse novo campo multicultural científico e, além do mais, a metodologia hegemônica adotada por esses novos estudos (sobretudo através das técnicas da desconstrução pós-estruturalista e da reconstrução do sujeito para tornar possível vir à tona a atuação e o papel fundamental de mulheres e outras ‘minorias’ de gênero na construção da nossa própria história) justifica a tentativa nesse sentido. Se a ‘verdade é um jogo de lutas em todo o campo’, os estudos de gênero com viés feminista, ao desmontarem parte substantiva da epistemologia ocidental, descentrando a razão universal que historicamente teria sido um produto da dominação do gênero masculino, já conquistaram terreno legítimo no conhecimento...

Matos (2008) argumenta que a difusão desses novos “estudos” (cuja adesão nem sempre contempla o viés feminista) transpôs fronteiras disciplinares, ajustando-se à experiência (que para muitos é incômoda e inconveniente) de um tipo de “feminismo difuso” que conseguiu com que demandas fossem incorporadas, desta vez, por grande parte dos discursos e propostas sociais, políticas e até econômicas atuais (inclusive na esfera estatal e na sociedade civil). No entanto, Sardenberg (2014, p. 41) salienta um aspecto preocupante, o uso indiscriminado do termo gênero por órgãos governamentais, sindicatos, ONG, algumas vezes de forma equivocada.

De fato, programas de ações afirmativas voltadas para mulheres, vêm tornando-se ações afirmativas de gênero (sem dizer qual) e políticas públicas que deveriam ser explicitamente para mulheres, agora são políticas de gênero (também sem explicitar qual deles), tornando as mulheres novamente invisíveis. (COSTA, 1998; COSTA; SARDENBERG, 1994)

Conforme ponderam Delgado e Tavares (2012), reportando-se a Lourdes Bandeira (2005), isso ainda acontece porque tanto formuladores como executores e/ou gestores de políticas públicas, no âmbito federal, estadual e municipal, podem até incorporar nominalmente e discursivamente o conceito de gênero, mas isso não implica que o adotem em suas práticas ou mesmo que compreendam a importância de assegurar a transversalidade de gênero nas políticas públicas, de modo a fomentar o empoderamento⁷ das mulheres, o que faz com que cometam um equívoco, confundirem políticas públicas para mulheres com políticas de gênero.

Políticas públicas para as mulheres são diferentes de políticas de gênero porque, enquanto as primeiras, ao conferirem centralidade às mulheres, reforçam a maternagem, o papel desempenhado pela mulher na reprodução social, isto é, os cuidados com a casa e os membros do grupo familiar, as últimas atentam para o dualismo presente nos processos de socialização para homens e para mulheres, que produzem as assimetrias e desigualdades de gênero que se perpetuam, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva. Um exemplo ilustrativo é o Projeto Mulheres da Paz, uma das ações desenvolvidas pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania no país, em que o Estado se vale do papel tradicional desempenhado pelas mulheres no âmbito doméstico e familiar, para se apropriar da pretensa *solidariedade informal* presente em grupos de mulheres oriundas das camadas populares, com o intuito de atingir

7 De acordo com Sardenberg (2015, p. 19), numa perspectiva libertadora, “empoderamento de mulheres é entendido tanto como um processo por meio do qual as mulheres conquistam autonomia e autodeterminação, quanto como um instrumento para a erradicação das estruturas patriarcais. Ou seja, é um processo instrumental não apenas para a transformação social, como também como um fim em si próprio, na medida em que implica na libertação das mulheres das correntes da opressão de gênero. Tal abordagem é consistente com a organização de mulheres para ações coletivas, sem, contudo, menosprezar a relevância do empoderamento feminino em termos individuais”.

o público-alvo do referido Programa, jovens em situação de risco e de violência urbana. (ROCHA; TAVARES, 2014)

No espaço acadêmico, a produção feminista desponta na segunda metade dos anos 1970 e se fortalece ao longo da década de 1980, inspirada nos movimentos feministas inglês e francês, embora se identifique a aplicação do gênero como categoria analítica apenas no final dos anos 1980, influenciada pela publicação, em 1987, do artigo de Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Com efeito, Machado (1992, p. 26) explica que:

No fim dos anos 80, especialmente a partir de 1987, no Brasil, na academia das Ciências Sociais e na academia dos estudos de Literatura e crítica literária, postula-se a primazia dos estudos de gênero sobre os estudos de mulher e a ‘superação’ dos estudos dos papéis sexuais pelos de gênero. A nova proposta acadêmica dos estudos de gênero parece buscar afirmar duplamente que o conceito de gênero supera o de papel sexual, por sua demarcação mais frontal contra o determinismo biológico, e que este conceito, por ser relacional, supera a ideia das esferas separadas para um e outro sexo.

Em outro momento, Machado (1994) ressalta que, identificando-se ou não como feministas, o fato é que historiadoras, sociólogas e antropólogas, do mesmo modo que literatas, psicanalistas, psicólogas e filósofas têm adotado essa temática, se reconhecem de alguma forma presentes neste “campo”, compreendem que os movimentos sociais de liberação das mulheres semearam novas perspectivas e novos questionamentos aos diversos saberes disciplinares e à ciência, à epistemologia e à filosofia enquanto tais. Defendem, portanto, renovação e ruptura da tradição presente nos saberes disciplinares.

Sardenberg (2004) também reconhece o crescimento de estudos e publicações voltadas para as questões de gênero, mas adverte sobre a apropriação do conceito de gênero por estudiosos(as) que não se identificam com as propostas feministas, cujos trabalhos são nomeados pela autora e por Costa como estudos “genéricos”, uma vez que trabalham com gênero, mas não adotam a perspectiva feminista e esclarece que compreende a perspectiva de gênero como um instrumento de transformação social. Todavia, Eluf (2000, p. 2) pondera que:

Todas aquelas que, de alguma forma, lutaram para alcançar a igualdade de direitos entre homens e mulheres foram e são feministas, mesmo que não saibam disso. Ser feminista é estar do lado da Justiça, da liberdade, da dignidade humana, do respeito à integridade de cada pessoa. É rejeitar a escravidão sexista, é negar a discriminação e promover o bem-estar das pessoas, independentemente de gênero e de condição social.

Neste sentido, será que, “identificando-se ou não como feministas”, as(os) assistentes sociais têm se apropriado do enfoque de gênero em suas leituras da realidade social e em seu exercício profissional quando confrontadas(os) com as diferentes expressões da questão social? É o que tentarei analisar no próximo tópico.

O Serviço Social: um espaço feminino e, por que não, feminista?

O surgimento e institucionalização do Serviço Social no Brasil, durante o estado varguista, está relacionado à evolução, à organização e à profissionalização de práticas caritativas e filantrópicas, associado à necessidade de intervenção estatal frente ao agravamento das manifestações da questão social,⁸ de modo a amenizar a crescente pobreza e atenuar as tensões sociais, mas também garantir a reprodução e o controle da classe trabalhadora.

Desde sua gênese, identifica-se no Serviço Social brasileiro a predominância do sexo feminino, o que contribuiu para vincular o exercício profissional à dedicação e amor ao próximo, à sensibilidade, paciência e espírito caritativo, características enunciadas como femininas, o que tornaria as mulheres “naturalmente” vocacionadas para o Serviço Social, pois estariam dando continuidade ao papel para o qual foram designadas socialmente. (GRASSI, 1990)

De acordo com Montañó (2007), para compreender a natureza do Serviço Social, não podem ser desconsideradas as relações de classe, na medida em que as primeiras assistentes sociais eram oriundas das classes altas e médias-altas,

8 A questão social é definida por Yazbek (2009, p. 127) como “expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política”.

nem tampouco ignorar que o fato de o Serviço Social ser uma profissão majoritariamente feminina se constitui no primeiro elemento que lhe confere subalternidade, pois sua inserção se dá em sociedades reguladas por valores patriarcais e “machistas”.

Góis (2001), entretanto, ao examinar a historiografia profissional com lentes de gênero, destaca que as primeiras turmas eram compostas por alunas de origem diversificada, ou seja, entre as pioneiras havia jovens oriundas de setores da burguesia agrária, mas, também, várias que precisavam trabalhar para estudar e ajudar no sustento do grupo familiar. Para essas mulheres, a tradição judaico-cristã balizará a intervenção profissional, imprimindo-lhes um caráter missionário que se reflete na preocupação em compreender a gênese dos “desajustamentos” identificados nos indivíduos, nas famílias e na própria sociedade. Tais desajustes ou problemas individuais suscitam uma crítica à sociedade, precisamente ao seu modo de organização, ainda que condicionada ao ideário difundido sobre o papel e o lugar da mulher na sociedade – esposa, mãe, rainha do lar, educadora dos filhos e companheira-auxiliar do marido trabalhador e provedor econômico da família.

O autor acrescenta que as assistentes sociais não compactuarão com algumas ações do Ministério de Educação e Saúde desenvolvidas durante o Estado Novo para estabelecer mecanismos legais de interdição do trabalho feminino, assumindo um discurso de pesar e condescendência, o que pode ser atribuído à constatação em seu cotidiano profissional das dificuldades de sobrevivência das famílias mais pobres, mas também da inexistência do “chefe de família”.

Independente do grau de aceitabilidade e do modo de se encarar o trabalho feminino – de todo indevido ou como um mal necessário – os assistentes sociais não deixaram de salientar as medidas de proteção social necessárias a esta situação, tomando como referência o sistema de seguridade social em processo de implantação nos anos 30 e 40. (GÓIS, 2001, p. 134)

Neste sentido, ainda que se mostrassem cautelosas em relação às transformações sociais em curso, as assistentes sociais lutavam pela implementação de direitos sociais nos seus locais de trabalho e, no tocante ao trabalho feminino, sua intervenção era respaldada na legislação da época, principalmente na Consolidação das Leis do Trabalho, preconizando sua efetivação e ampliação. Ao

mesmo tempo, consideravam o trabalho feminino um dos grandes problemas daquele período, “uma vez que ficar em casa e cuidar da sua prole era tido tanto como um direito como um dever” (GÓIS, 2001, p. 136), bem como atribuíam ao casamento a capacidade de promover estabilidade e harmonia familiar, daí porque tentavam convencer a clientela a legalizar a união em cartórios e na Igreja,⁹ conforme os padrões de conduta e a ordem moral vigentes. Assim, conclui o autor:

Se havia recriminação ao seu trabalho remunerado, também ocorria uma preocupação com as ‘consequências nefastas’ – morais e físicas – por ele produzidas. Daí porque a legislação trabalhista era constantemente invocada, apesar de ser considerada insuficiente e falha. Ao fazê-lo, os assistentes sociais operavam em um marco de incertezas e ambiguidades, com avanços e retrocessos típicos da condição humana. Ao mesmo tempo, ao pregarem a permanência da mulher no mundo privado, o faziam relacionando este fato com as condições de reprodução das crianças, cuja educação teria como elemento fundante uma vida familiar equilibrada, sustentada pelo pai e coordenada pela mãe... (GÓIS, 2001, p. 139)

Os anos 1960 descortinam um novo cenário para as mulheres, principalmente aquelas oriundas das classes médias urbanas: aumenta sua inserção nas universidades e no mercado de trabalho; surgem novos métodos contraceptivos que tanto contribuem para uma maior liberação sexual como evitam uma gravidez indesejada e conquistam mais espaço político. Além disso, com a difusão da Psicanálise e dos movimentos emancipatórios feministas, os papéis tradicionais de esposa-mãe, até então considerados ideal de realização e felicidade feminina, são questionados, impelindo as mulheres a buscarem autonomia e realização pessoal, independência emocional e financeira e uma relação igualitária entre os sexos. (TAVARES, 2011)

Nos anos 1960 e 1970, ocorre um movimento de renovação no Serviço Social, que busca rever o tradicionalismo e romper com o conservadorismo presente na ação profissional. Essa ruptura exige da(o) assistente social aprofundar a compreensão acerca das implicações políticas que permeiam sua

9 Sobre a importância do casamento e formação de uma família, papéis e funções designadas às mulheres e homens nos chamados “anos dourados”, ver, por exemplo, Pinsky (1996, 2014).

prática profissional, reconhecendo o quanto esta é polarizada pela luta de classes, o que implica em abraçar um projeto coletivo de sociedade na dimensão teórico-prática e abandonar as ilusões de um fazer profissional a-histórico. Por conseguinte, requer o enriquecimento do instrumental científico adotado para leitura da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural em curso. (IAMAMOTO, 2004) Conforme reflete Faury (2003, p. 3),

[...] é nesta época que começa a se estabelecer o que estamos chamando de feminização do Serviço Social - participação significativa de mulheres no mercado do trabalho, nos programas sociais como beneficiárias, estruturação do movimento de mulheres no país, com reivindicações, lutas e conquistas que marcam o período e tem reflexos na sociedade e nas ações profissionais. Data desta década o início da reflexão teórica sobre o tema mulher que infelizmente não se expande no Serviço Social como em outras áreas de conhecimento.

Com efeito, nos anos 1970 e 1980, aconteceram alguns eventos significativos: a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou o ano de 1975 como o “Ano Internacional da Mulher”, dando início à “Década da Mulher” (1975-1985), que suscitou a politização da violência doméstica e familiar, resultando em intenso debate na sociedade, campanhas, reportagens na mídia e, seriados televisivos; a estruturação dos primeiros serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, como por exemplo, a criação do SOS Mulher (1980), do Conselho Estadual da Condição Feminina (1983), do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres e da primeira Delegacia da Mulher (DDM) (1985). Além disso, os anos 1980 foram também marcados por mudanças no campo jurídico, iniciadas com a Constituição Federal de 1988 que, sob a influência das pressões dos movimentos feministas e de mulheres, preconizou a igualdade entre os sexos no inciso 1 do artigo 5º, ao mesmo tempo em que inseriu no § 8º a garantia de assistência do Estado aos membros do grupo familiar, por meio da criação de mecanismos capazes de coibir a violência no âmbito de suas relações. (TAVARES, 2010)

Em 1980, tem início o debate da ética no Serviço Social e, o Código de Ética Profissional, aprovado em 1986, abandona a ética da neutralidade e rompe com o tradicionalismo filosófico alicerçado na ética neotomista e no humanismo cristão, assumindo um “compromisso com a classe trabalhadora”.

Desse modo, profissionais de Serviço Social desenvolvem projetos de extensão junto a comunidades de periferia, respaldados nos pressupostos teórico-metodológicos da teologia da libertação – a “opção pelos oprimidos” e se inserem nos trabalhos vinculados às chamadas “Comunidades Eclesiais de Base”. (LISBOA, 2010a) Ao refletir sobre o período em questão, Bourguignon (2007, p. 47) destaca que:

A década de 80 marca o reencontro do Serviço Social consigo mesmo, no que se refere à busca de estabelecimento de novas bases para a compreensão do seu passado histórico, das particularidades de sua prática na sociedade marcada por relações de classe, da sua relação com o Estado e com as forças da sociedade civil e de sua posição quanto às demandas sociais, cada vez mais complexas, situando-se no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho.

No entanto, poucas assistentes sociais ingressaram nos movimentos feministas nos anos 1980 (LISBOA, 2010a), enquanto as demais negligenciaram o estudo sobre as questões de gênero, tema emergente na academia, no Brasil, desde o final da década de 1970 e início da década de 1980. (FAURY, 2003) Em suma, a aproximação do Serviço Social com o tema se revela tardia, conforme explica Lisboa (2010a, p. 71):

Em 1990, surge na academia a categoria gênero consolidando os ‘estudos de gênero’ em substituição a ‘estudos feministas’ ou ‘da condição feminina’. Aproximando-se dos movimentos feministas, a partir de 1990, o Serviço Social passa a aderir às lutas das chamadas minorias, inserindo-se nas questões relacionadas à violência contra mulheres, discriminação étnica, racial e cultural, homofobia e outras.

Com efeito, a questão de gênero é introduzida de forma tímida no Serviço Social, como tema emergente¹⁰ nos Congressos da categoria. Faury (2003, p. 111), ao desenvolver uma pesquisa no período de 1994-1995, com assistentes sociais que atuavam como supervisoras de campo de estágio na Faculdade

10 Ao longo da década de 1980, até o início dos anos 1990, os trabalhos apresentados nos congressos de Serviço Social, que abordavam os temas mulher/gênero/feminismo eram distribuídos num grupo denominado “temas emergentes em Serviço Social”.

de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC/Campinas), identificou a seguinte percepção das profissionais acerca da temática feminismo e relações de gênero:

A visibilidade de algumas conquistas do movimento de mulheres está presente no cotidiano profissional das Assistentes Sociais – a extensão dos direitos sociais à mulher, trabalho, sexualidade, etc. No entanto, parece existir um certo estereótipo – beneficia-se das conquistas mas, o movimento que levou a elas (no caso o feminista) não é admitido. Não importa esta lembrança, pois o resultado do contraponto, trabalho profissional em Serviço Social basicamente exercido no meio de mulheres por mulheres e a grande maioria da clientela sendo composta por pessoas do sexo feminino – tem sido da temática mulher/gênero estar presente, mesmo que muitas vezes de forma camuflada / envergonhada.

[...]

A representação social dessa questão foi sendo construída pelas profissionais na sua vida profissional cotidiana, motivada e mobilizada pela própria clientela... Pelos dados levantados não podemos afirmar com clareza que o Serviço Social adote uma ‘intervenção feminista’ ao trabalhar com mulheres, mas estaria enveredando por essa forma de abordagem, posto que as profissionais percebem a discriminação, trabalham no sentido de conscientizar a clientela dos estereótipos sexuais e dos papéis aos quais a sociedade as confina e tentam trabalhar numa perspectiva de igualdade, liberação e libertação. (FAURY, 1997, p. 87)

Na década de 1990, o Serviço Social é confrontado com o desmonte das bases dos sistemas de proteção social e um crescente processo de refilantropização, ao mesmo tempo em que surgem novas configurações e expressões da “questão social” que traduzem a crescente precarização do trabalho e penalização dos trabalhadores. Deste modo, a profissão enfrenta processos e dinâmicas que revelam novas temáticas e questões relativas à exclusão social, dentre as quais a exploração do trabalho infantil, a AIDS, a violência doméstica e, a discriminação de gênero e étnico-racial. (YAZBEK, 2006)

Assim, a temática de gênero é contemplada no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, que elege como princípio norteador a opção por um projeto profissional que se coadune com a construção de uma nova ordem societária, destituída de dominação-exploração de classe, etnia e gênero. Para tanto, a(o) assistente social, em seu exercício profissional, tanto deve estimular o respeito à diversidade e a discussão relativa à construção das diferenças, como comprometer-se para extinguir toda forma de preconceito e de discriminação alicerçada na condição de classe, gênero, etnia, religião e orientação sexual entre outras.

Em outro momento, pondero que, embora a questão de gênero não seja explicitada na Lei de Regulamentação da Profissão, a mesma se encontra presente de forma subjacente no Art. 4º, que estabelece, dentre as competências da(o) assistente social, a elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas sociais no âmbito da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações não governamentais, mas também o planejamento, desenvolvimento e avaliação de pesquisas que contribuam para ampliar o conhecimento da realidade social e, subsidiem ações profissionais que atendam as demandas emergentes de indivíduos e grupos procedentes de segmentos sociais variados, de modo a facultar o acesso aos seus direitos civis, políticos e sociais. (TAVARES; DELGADO, 2016)

Conforme Lima (2014), em 1996, a discussão de gênero alcança relativa importância nas diretrizes curriculares traçadas para os cursos de graduação de Serviço Social, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que reconhece a importância dessa discussão ser contemplada no processo de formação profissional. No entanto, a autora observa que não é exatamente o que vem ocorrendo no processo de formação profissional, uma vez que tanto a temática de gênero como as de raça/etnia e orientação sexual são consideradas pouco relevantes, geralmente trabalhadas nos últimos períodos dos cursos e de forma eletiva. Deste modo, a maioria das(os) discentes de Serviço Social não se apropria de uma mediação importante na compreensão e explicação da questão social.

Assim, as discussões nos cursos de Serviço Social no Brasil avançaram ao se constituir em torno da ‘questão social’ como objeto de ação profissional do Serviço Social e, neste sentido, têm

priorizado as discussões em torno das classes sociais. Contudo, falta-nos ainda nos dedicarmos mais seriamente às diferentes dimensões que atravessam a questão social, ou seja, falta-nos estudar de forma mais aprofundada as demais dimensões constitutivas da questão social, a saber, gênero, raça/ etnia e sexualidade. Tais discussões não podem continuar a ser eletivas para os profissionais, como se isso não interferisse na qualidade do trabalho profissional. Deste modo, consideramos que é necessário avançarmos nessa discussão no âmbito da profissão, mas também avaliamos que a construção dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) no âmbito da formação profissional em Serviço Social pode apontar caminhos de fortalecimento dessas discussões. (LIMA, 2014, p. 58)

O estatuto da ABEPSS, aprovado em Assembleia realizada em dezembro de 2008, recomenda, no artigo 34, a criação dos grupos temáticos¹¹ para pesquisas na área de Serviço Social, cuja proposta tem se fortalecido nos últimos anos, conforme demonstra o aumento de trabalhos de conclusão de curso que trazem como objeto as questões de gênero, raça/etnia e sexualidade entre outras, mas também o crescimento da discussão sobre o tema e/ou artigos apresentados nos eventos promovidos pela categoria, no âmbito local, regional e nacional. Atualmente, os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) compreendem as seguintes áreas: 1. Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2. Política Social e Serviço Social; 3. Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 4. Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 5. Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades; 6. Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; 7. Movimentos Sociais e Serviço Social.

11 O referido estatuto estabelece os seguintes objetivos para os grupos temáticos: “I - propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva do fortalecimento da área do Serviço Social; II - organizar estratégias de fortalecimento ou re-dimensionamento das linhas de pesquisa na área de Serviço Social; III- realizar levantamentos permanentes das pesquisas desenvolvidas e dos eixos temáticos de cada grupo; IV- coordenar ações acadêmico-científicas da entidade relativas aos eixos de cada grupo temático; V- propor à diretoria estrutura de organização temática para o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS”. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/files/1-A-ABEPSS-e-o-Fortalecimento-da-Pesquisa.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

Conforme também defendo em outro momento, as discussões sobre gênero e sua interface com outros marcadores sociais, como raça/etnia, sexualidade, classe social, famílias e geração nos oferecem uma leitura mais aprofundada da realidade social e, por essa razão, trazer tal discussão em seminários temáticos, geralmente oferecidos no período de conclusão do curso, quando sua atenção está concentrada nos desafios do TCC, mostra-se equivocado, uma vez que os alunos, envolvidos com a produção de suas monografias, negligenciam essas variáveis. (TAVARES; SILVA, 2010)

Neste sentido, concordo com a seguinte proposta apresentada por Lima (2014) sobre a inclusão da temática de gênero nos cursos de graduação em Serviço Social no Brasil:

- a) A temática de gênero deve ser discutida em forma de disciplina obrigatória e no momento de ingresso dos discentes no estágio obrigatório;
- b) A temática de gênero deve agregar discussões relacionadas à etnia/raça, diversidade sexual e questões éticas;
- c) A temática de gênero deve ser abordada de forma transversal, nas várias disciplinas do curso, relacionando tal temática com as demais.

Todavia, essa não é uma tarefa simples, conforme tenho constatado como professora e membro do Núcleo Docente Estruturante do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA),¹² ao participar do processo de implementação do Projeto Político-Pedagógico desenhado em 2012, que tenta imprimir as seguintes mudanças ao *corpus* teórico-metodológico: promover a transversalização da ética e das questões étnico-raciais e de gênero; sensibilizar e capacitar o corpo docente e discente, supervisores de estágio e demais profissionais de Serviço Social parceiros para a incorporação

12 O Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso de graduação em Serviço Social da UFBA foi aprovado em setembro de 2008, pela Câmara de Ensino de Graduação e, a primeira turma ingressou no semestre 2009.1. No período de 2009 a 2010, foram realizadas oficinas, seminários e encontros com docentes, discentes e profissionais convidados para discutir o redimensionamento do projeto, de modo a incorporar a transversalização das questões étnico-raciais e de gênero, da ética e da questão social. O novo projeto, embora aprovado, em 2012, pela Congregação do Instituto de Psicologia, na qual o curso está sediado e ter passado por várias instâncias da UFBA para avaliação, retornou ao Núcleo Docente Estruturante para reformulação, ainda não concluída. (TAVARES, 2015)

da transversalização das questões étnico-raciais e de gênero nos currículos e na prática cotidiana nos diversos campos de atuação, além de contemplar a transversalização das questões étnico-raciais e de gênero, da ética e da questão social na matriz curricular do curso de Serviço Social, isto é, no processo de formação profissional. (PINTO et al., 2010)

Recentemente, ao refletir sobre avanços, desafios e resistências no processo de transversalização de gênero e raça no curso de Serviço Social da UFBA, pondero que, entre intenções e ações, as questões de gênero permanecem secundarizadas no processo de formação profissional e a transversalização não tem sido incorporada de forma efetiva no conjunto das disciplinas, contrariando a lógica curricular delineada no novo PPP, ainda que esteja presente de forma mais consistente na disciplina Diversidade de Gênero, Raça/Etnia no Contexto dos Direitos Humanos que, antes alocada no oitavo semestre, com o redimensionamento do projeto passou a ser ministrada no segundo semestre, de modo a fomentar a transversalização dessas categorias nas demais disciplinas. (TAVARES, 2015)

Aponto também a relutância de parte do corpo docente em se apropriar da discussão sobre gênero e até mesmo certa desconfiança em relação a quem se dedique aos estudos de gênero. Na tentativa de uma explicação, faço as seguintes conjecturas: as docentes procuram se esquivar do enfrentamento de uma questão incômoda, a desqualificação e desvalorização imputada ao Serviço Social em virtude de ser uma profissão eminentemente feminina e, por isso, associada aos cuidados, considerados inerentes à natureza feminina, o que implica não só uma remuneração inferior ao trabalho exercido por homens, mas também pouco prestígio e poder.

Essa relutância das docentes pode vir acompanhada pelo receio de, ao trazerem novas perspectivas à leitura da realidade social, serem desleais ao legado marxista e à teoria social crítica adotada como lastro pelo Serviço Social desde os anos 1980. Em resumo, parece mais cômodo ignorar que a classe social, ainda que seja uma categoria sobredeterminante, que prevalece sobre as demais, tem sexo, idade e cor, enfim, não é homogênea.

Outro motivo de relutância diz respeito à ausência de uma consciência de gênero, ou seja, as docentes não se dão conta da opressão de gênero que influencia tanto a sua compreensão acerca da realidade social como o seu exercício profissional, da mesma forma que afeta a trajetória de vida, situações

ocupacionais, oportunidades e demandas do seu público usuário, composto principalmente por mulheres.

Por ora, concordo com Cisne (2012) que ainda persistem elementos conservadores em torno das relações de gênero no exercício da profissão e, acrescento, na docência, isso porque as assistentes sociais se recusam a conhecer a história do feminismo e sua interface com a história política e social. Enquanto os estudos de gênero e feministas permanecerem ausentes da pauta teórico-política do Serviço Social, tanto no processo de formação como no exercício profissional, a defesa intransigente dos direitos humanos e a luta contra toda e qualquer forma de opressão e exploração de gênero não passam de mero artifício ao qual recorremos para mascarar o viés conservador e positivista que se oculta sob um discurso contrário à sociedade patriarcal capitalista, ao mesmo tempo em que, ancoradas em uma tecnicidade apolítica no tocante às questões de gênero, continuamos a reiterar os velhos padrões de dominação e a reprodução das assimetrias e desigualdades de gênero, sem descortinarmos uma possível e necessária conexão entre feminismo, gênero e serviço social.

Referências

- BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes. *A pobreza e as políticas de Gênero no Brasil*. Santiago, Chile: CEPAL, 2005. (Série Mujer y Desarrollo, 66). Disponível em: <https://www.cepal.org/mujer/noticias/noticias/5/27905/UMD66.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.
- BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e memórias do feminismo no Brasil*. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>. Acesso em: 24 out. 2017.
- BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 10, p. 46-54, 2007. Edição especial. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300005>. Acesso em: 24 out. 2017.
- CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Outras expressões, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de Ética do/a Assistente Social*. Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 10. ed. Brasília, DF: CFESS, 2011.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos PAGU*, Campinas, SP, n. 16, p. 13-30, 2001.

COSTA, Ana Alice Alcantra. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, Hildete Pereira de et al. (org.). *Olhares feministas*. Brasília, DF: Ministério da Educação; UNESCO, 2006. p. 51-82. (Coleção Educação para Todos, 10).

COSTA, Ana Alice Alcantra. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*.

A química das mulheres, Salvador, p. 20 - 21, 08 mar. 2004. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

COSTA, Claudia de Lima. 'O tráfico do Gênero'. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, v. 11, p. 127-140, 1998.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. 'Teoria e praxis feministas nas ciências e na academia: os núcleos da mulher nas Universidades Brasileiras'. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16171>. Acesso em: 14 jan. 2018.

DELGADO, Josimara Aparecida; TAVARES, Márcia Santana. (Trans)versalidades de gênero e geração nas políticas sociais: o lugar das mulheres e idosos. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 79-97, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/17694>. Acesso em: 10 fev. 2016.

ELUF, Luiza Nagib; MURARO, Rose Marie. + 3 questões sobre feminismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, SP, 15 out. 2000. Caderno Mais. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1510200002.htm>. Acesso: 20 out. 2017.

FACCHINI, Regina. "Não faz mal pensar que não se está só": estilo, produção cultural e feminismo entre as minas do rock em São Paulo. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 36, p. 117-153, jan./jun. 2011.

FAURY, Mirian. Estudando as questões de gênero em serviço social. *Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 107-119, jan./abr. 2003.

FLAX, J. *Thinking Fragments. Psychoanalysis, feminism, and postmodernism in the contemporary West*. Berkeley, CA: University of California Press, 1990.

GÓIS, João Bosco Hora. Reprodução da hierarquia entre os gêneros e a preocupação com as condições de vida das mulheres: a condição feminina no discurso do serviço social. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG)*, Niterói, v. 1, n. 2, p. 123-142, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rg.v1i2.371>. Acesso em: 10 fev. 2016.

GONÇALVES, Eliane. *Vidas no singular: noções sobre mulheres “sós” no Brasil contemporâneo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000100003. Acesso em: 14 jan. 2018.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 36, p. 25-46, jan./jun. 2011.

GRASSI, Estela. Profesionales femeninas: la reproducción de la desigualdad. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, SP, ano 10, n. 32, p. 96-114, maio/ago. 1990.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré, 1999. p. 183-221. E-book. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/o-que-ler-1970-1995/volume-ii-sociologia>. Acesso em: 10 fev. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no serviço social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, Rita de Lourdes de. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, SP, n. 117, p. 45-68, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282014000100004>. Acesso em: 10 fev. 2016.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010a. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000100008/12731>. Acesso em: 10 fev. 2016.

LISBOA, Teresa Kleba. Políticas públicas com perspectiva de gênero: afirmando a igualdade e reconhecendo as diferenças. In: SIMPÓSIO GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: DIVERSIDADE, DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA, 36., 2010, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010b. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289946_ARQUIVO_Texto.ST_Completo_FG9.pdf. Acesso em: 24 out. 2017.

LOBO, Luiza. Simone Beauvoir e depois. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG)*, Niterói, v. 1, n. 2, p. 49-60, 1. Sem. 2001.

- MACHADO, Lia Zanotta. *Campo intelectual e feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero*. 1994. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1994. (Série Antropologia, 170). Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie170empdf.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.
- MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 24-38.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200003. Acesso em: 24 out. 2017.
- MONTAÑO, Carlos. *A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução*. São Paulo: Cortez, 2007.
- PEREIRA, Jesana Batista; TAVARES, Márcia Santana; OLIM, Maura. Lúcia Santos de. “Gostaria de ser livre como as flores e plantas, pois são livres para viver sem medo de errar”. *Fragmenta*, Aracaju, v. 6, n. 8, p. 131-141, 2006. (Edição especial 45 anos).
- PINSKY, Carla Bassanezi. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem – mulher (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.
- PINTO, Elisabete Aparecida et al. Transversalidade da questão étnico-racial no processo de implementação do Curso de Serviço Social na UFBA. In: ROCHA, Nívea Maria Fraga (org.). *Educação, desenvolvimento humano e responsabilidade social: fazendo recortes na multidisciplinaridade*. Salvador: Fast Design, 2010. v. 10, p. 13-34.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do povo brasileiro). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000100003. Acesso em: 14 jan. 2018.
- PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? *Textos Didáticos*, Campinas, SP, n. 48, p. 7-42, nov. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000100003. Acesso em: 14 jan. 2018.
- RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. (org.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 21-42.

ROCHA, Fabiana dos Santos; TAVARES, Márcia Santana. Projeto Mulheres da Paz: uma mirada de gênero. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 18, n. 1, p. 293-305, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v18n1p293-305>. Acesso em: 10 fev. 2016.

RUPP, Leila. Sexualidade e política no começo do século XX: o caso do movimento internacional de mulheres. *Labrys estudos feministas* (1/2), Brasília, jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000100003. Acesso em: 01 dez. 2005.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Estudos feministas: um esboço crítico. In: AMARAL, Célia Gurgel do. (org.). *Teoria e prática dos enfoques de gênero*. Salvador; Fortaleza: REDOR; NEGIF, 2004. p. 17-40. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6880/1/Estudos%20Feministas.%20Esbo%C3%A7o%20Cr%C3%ADtico.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

SARDENBERG, Cecília M. B. Gênero e políticas para mulheres no Brasil: reflexões em torno de uma experiência doída. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, MG, v. 28, n. 2, p. 12-37, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/34162>. Acesso em: 14 jan. 2018.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Migrações perigosas: as (des)aventuras semânticas do conceito de gênero nos projetos e políticas para mulheres no Brasil. In: GONÇALVES, Eliane et al. (org.). *Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2014. p. 19-48.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; MACEDO, Márcia dos Santos. Relações de Gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo (org.). *Ensino e gênero: perspectivas transversais*. Salvador: UFBA; NEIM, 2011. p. 33-48.

SIMPSON, Roona. Contemporary spinsterhood in Britain: gender, partnership status and social change. 2005. Tese (PhD Social Science) – University of London, London, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000100003. Acesso em: 01 dez. 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 33-54.

SOARES, Vera. Movimento Feminista: paradigmas e desafios. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 11-24, jan., 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089/14633>. Acesso em: 19 out. 2017.

- SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. *In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero.* Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas; Rosa dos Ventos, 1992, p. 15-23.
- STOLCKE, Verena. “Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?” *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 101-119, 1991.
- TAVARES, Márcia Santana; DELGADO, Josimara Aparecida. Digressões para decifrar e transversalizar o gênero na formação em Serviço Social. *In: GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos et al. (org.). Temas contemporâneos no Serviço Social: um convite à reflexão.* 1. ed. Aracaju: Editora UFS, 2016, p. 95-119.
- TAVARES, Márcia Santana. Transversalizando gênero e raça no curso de serviço social da UFBA: avanços, resistências e desafios, 2015. *In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL*, 21., 2015, Mazatlán. *Anais [...]*. Mazatlán: ALAEITS, 2015.
- TAVARES, Márcia Santana. Sexo, afeto e solteirice: intersecções de gênero, raça e geração entre mulheres de classe média. *In: BONNETI, Alinne de Lima e; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima (org.). Gênero, mulheres e feminismos.* Salvador: EDUFBA; NEIM, 2011. p. 93-114.
- TAVARES, Márcia Santana; SILVA, Albany Mendonça. Lacunas no processo de formação profissional da(o) assistente social relativas ao trabalho social com famílias. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL*, 5.; *CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHO SOCIAL*, 8., 2010, Costa Rica. *Anais [...]*. San José: Colegio de Trabajadores Sociales de Costa Rica, 2010.
- TAVARES, Márcia Santana. Para o monitoramento da aplicação da Lei Maria da Penha? Observe! *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS*, 13., 2010, Brasília. *Anais [...]*. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2010. CD-Rom.
- YAZBEK, Maria Carmelita. 70 anos de profissão: fortalecendo o Projeto Ético Político do Serviço Social. *Temporalis*, Recife, ano 6, n. 12, p. 197-236, jul./dez. 2006.
- YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. *In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-141.

A cidadania feminista e a luta das mulheres nos marcos da sociedade capitalista-patriarcal *desconstruindo o sujeito “universal”*¹

ANDRÉA PACHECO DE MESQUITA

Mulher, acorda, o sino da razão se faz ouvir em todo o universo, reconhece os teus direitos. O potente império da natureza não está mais rodeado de preconceitos, de fanatismo, de superstições e mentiras. A luz da verdade dissipou todas as nuvens da estupidez e da usurpação. O homem escravo multiplicou suas forças, recorrendo às tuas, para romper as cadeias. Uma vez livre, tornou-se injusto com a tua companheira. Ó mulher! Mulheres quando deixareis de ser cega? Quais vantagens tirastes da Revolução? Um desprezo mais evidente, um desdém maior. (GOUGES, 1791, p. 306)

¹ Este texto é produto da tese intitulada *A política tem sexo? Relações patriarcais de gênero na atuação das vereadoras do estado de Alagoas eleitas no ano de 2008*, defendida em 2015, no Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA).

Introdução

A questão da cidadania na contemporaneidade é um tema que foi incorporado aos diferentes discursos. Neste sentido, a classe hegemônica burguesa disseminou a cidadania liberal como o ápice da conquista dos direitos, o patamar mais alto alcançado, em que todos os indivíduos foram transformados em cidadãos e, desta forma, também assegura a incorporação e reprodução deste discurso pelas classes subalternas.

Este movimento em muito pouco contribuiu para um efetivo aprofundamento da categoria cidadania. Antes, produz uma acomodação e um esvaziamento das discussões e lutas pelos direitos sociais, políticos e econômicos. Assim, produz e reproduz o modelo burguês e patriarcal de cidadania, no qual “[...] aquilo que um cidadão é, aquilo que faz e a arena onde atua, foram construídos à imagem masculina”. (PATEMAN, 1993, p. 109) Isso explica a história de exclusão das mulheres do espaço público e a naturalização do espaço privado como lugar das mulheres.

Neste sentido, pretendo, neste manuscrito, aprofundar a temática em tela com vistas a compreender o modelo liberal-patriarcal de cidadania que, ao longo da história, deixou de fora mais da metade da humanidade – as mulheres –, reproduzindo um modelo pautado nas desigualdades de classe, de raça/etnia e de gênero. No entanto, é importante lembrar que as mulheres, através das diversas lutas, juntamente com as concessões do Estado, asseguraram conquistas em termos de direitos femininos.

Desta forma, o caminho trilhado será o de discutir o conceito de cidadania, desde o clássico Marshall até a contemporaneidade, de modo que se possa compreender o surgimento do conceito e, sobretudo, como ele se produz e reproduz hoje. Possuímos uma Constituição que se apresenta bastante desigual para as mulheres, que continuam sendo consideradas “cidadãs de segunda classe”. É o que demonstra a pesquisa por mim realizada junto às vereadoras do estado de Alagoas, que não chegam a ocupar 15% do total das cadeiras do Poder Legislativo em seus municípios. Contudo, não é só a dimensão quantitativa que demonstra o esvaziamento da cidadania. A sua dimensão qualitativa também denota claramente que se assume uma dimensão diferenciada e subalternizada de cidadania, assegurada e revelada na sua condição de mães, esposas e donas de casa. Tal circunstância aponta para uma incorporação, reprodução e separação

da “cidadania universal” pertencente aos homens e da “cidadania de segunda classe” à qual as mulheres pertencem a partir da sua condição feminina.

A cidadania a partir de Marshall: um toque de clássico

O debate acerca da cidadania tem em Marshall um clássico. Em seus estudos sobre a sociedade britânica nos séculos XVIII, XIX e XX, o autor reflete sobre direitos e deveres do cidadão. Consoante o estudioso, para tornar-se um cidadão são precisos três elementos que constituem os seus direitos como membros integrais de uma comunidade. (MARSHALL, 1967)

Portanto, para o autor em questão, o primeiro elemento é o civil, “[...] composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça”. (MARSHALL, 1967, p. 63) O segundo elemento é o político, que se refere ao “[...] direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como eleitor dos membros de tal organismo”. (MARSHALL, 1967, p. 63) O terceiro e último elemento é o social, que diz respeito ao “[...] direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao participar, por completo, na herança social e levar uma vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”. (MARSHALL, 1967, p. 64) Assim, ele relaciona os direitos civis aos tribunais de justiça; os direitos políticos ao parlamento; e os conselhos do governo local e os direitos sociais ao sistema educacional e os serviços sociais.

Marshall está analisando, por conseguinte, a construção da cidadania britânica nos séculos XVIII, XIX e XX, o que mostrará as contradições e antagonismos presentes neste processo de desenvolvimento societário: capitalismo e cidadania são aparentemente incompatíveis, ao passo que o primeiro se fundamenta na desigualdade, o segundo tem como base a igualdade.

A constituição dos direitos civis é fundamental para a sociedade capitalista, para que os cidadãos possam ter liberdade de fazer contratos de trabalho, quer seja contratando a força de trabalho de uma pessoa, quer seja vendendo a sua força de trabalho. Como atesta Saes (2000, p. 8), nessa fase da constituição dos direitos civis, a relação entre cidadania e desigualdade de classe “[...] teria

sido totalmente funcional, pois o livre funcionamento do mercado faria com que os homens se distribuíssem em posições extremas e desiguais: capitalistas e empregados”. Contudo, opera-se um caminho duplo e contraditório: a cidadania, que tem como base a igualdade, e a sociedade capitalista, cuja lógica de mercado tem como premissa as desigualdades sociais. Segundo Marshall (1967, p. 79), esses direitos dos quais os cidadãos poderiam gozar

[...] não estavam em conflito com as desigualdades da sociedade capitalista; eram ao contrário, necessários para a manutenção daquela determinada forma de desigualdade. A explicação reside no fato de que o núcleo de cidadania, nesta fase, se compunha de direitos civis. E os direitos civis eram indispensáveis a uma economia de mercado competitivo.

O século XIX traz a ampliação da cidadania através da conquista dos direitos políticos; contudo ainda os trata como secundários e não como parte indispensável dos direitos civis. Ainda de acordo com Marshall (1967, p. 85), os direitos políticos “[...] ao contrário dos direitos civis, estavam repletos de ameaça potencial ao sistema capitalista”. No entanto, a ideia do cidadão como um agente leal da civilização em busca do bem comum, do progresso e da harmonia social não desperta nas classes desfavorecidas a consciência da importância do poder político do voto para uma mudança social que rompesse com este sistema de classe.

Até então, na Inglaterra, as duas partes do tripé da cidadania (civil e política) em nada alteravam a situação das desigualdades de classe. E a conquista dos direitos sociais também não tinha como objetivo criar uma nova ordem societária baseada na igualdade social, mas constituía-se, isto sim, enquanto uma estratégia de preservar a ordem capitalista com algumas concessões para os desfavorecidos, sendo estas fundamentais para manutenção do sistema.

O processo de instauração dos direitos sociais na sociedade capitalista é um processo conflituoso, mas não contradiz os princípios do capital. Uma vez que as expressões da questão social, frutos das desigualdades sociais da sociedade capitalista, estavam em grande evidência, era necessário assegurar alguns benefícios mínimos como estratégia para compensar a lógica do capital, que tem em sua raiz uma produção coletiva (realizada pelos trabalhadores(as)) *versus* uma apropriação individual (que enriquecia cada vez mais a burguesia).

Neste sentido, apesar deste modelo societário apresentar a lógica de que o mercado é o regulador, o Estado ainda precisa garantir algumas concessões com a finalidade de preservar a ordem vigente, a harmonia e a paz social.

Ao analisar a constituição dos direitos sociais, Marshall (1967) afirmava que ela era ambígua. A *Poor Law* (Lei dos Pobres) assegurava as condições mínimas de sobrevivência aos pobres, todavia, para ter acesso a esses direitos, o indivíduo deixava de ser cidadão. Não via essa assistência como parte integrante dos direitos de cidadão; ao contrário, a Lei dos Pobres representava o divórcio entre direitos sociais e cidadania.

[...] negaram-se, meticulosamente, a dar essa proteção diretamente ao homem adulto – cidadão por *excellence*. E assim o fizeram por respeito ao seu *status* como cidadão com base na alegação de que medidas protetivas coercitivas afrontavam o direito civil de efetuar um contrato de trabalho livre. A proteção se limitava às mulheres e crianças, e os defensores dos direitos das mulheres logo perceberam o insulto implícito. As mulheres eram protegidas porque não eram cidadãs. (MARSHALL, 1967, p. 72- 73)

A cidadania, segundo Marshall, é fruto da evolução das instituições que, neste modo de produção, passam a ser nacionais e especializadas.² No Feudalismo é impossível falar de reconhecimento da igualdade entre os homens por parte do Estado.

2 Sem negar a grande importância de Marshall na discussão da cidadania, Saes (2000) afirma que ele assume uma postura idílica ao conceber a instauração da cidadania como um processo de evolução no nível institucional. Diz ele: “Marshall não faz qualquer menção ao papel específico, desempenhado pelo ciclo da Revolução política antifeudal – a revolução puritana de 1640, a Revolução gloriosa de 1688 – na instauração da liberdade civil nesse país. Sendo assim, no seu entendimento ele analisa o processo de instauração da cidadania civil como um processo de evolução institucional, caracterizado [...] pela fusão de instituições no plano geográfico e pela separação de instituições no plano funcional”. (SAES, 2000, p. 10) Outra crítica é a noção de cidadania como evolução interna, o que a torna insuficiente, por não levar em consideração o papel da luta de classes. Saes (2000, p. 11) compreende que Marshall é reducionista, uma vez que analisa a evolução da cidadania a partir da lógica de que “[...] Tal processo se configuraria como um processo em escada, onde a conquista de um elenco determinado de direitos serviria inequivocamente como ponto de apoio ou degrau necessários à conquista do elenco seguinte de direitos”.

Na sociedade Feudal, o *status* era o marco distintivo de classe, a medida de desigualdade. Não havia nenhum código uniforme de direitos e deveres com os quais todos os homens – nobres e plebeus, livres e servos – eram investidos em virtude de sua participação na sociedade. (MARSHALL, 1967, p. 64)

Neste tipo de sociedade, o que existia era um *status* diferenciado, que dependia da classe social, da função política e da posição social da família. (SAES, 2000) Na cidadania moderna existe um *status* único e universal: o cidadão. É importante, contudo, chamar a atenção para o que Marshall denomina de cidadania moderna, quem são os cidadãos, a quem pertence esse *status* único e universal. Na verdade, ele mesmo nos esclarece, afirmando que:

A história dos direitos civis em seu período de formação é caracterizada pela adição gradativa de novos direitos a um *status* já existente e que pertencia a todos os membros adultos da comunidade – ou talvez se devesse dizer a todos os homens, pois o *status* das mulheres, ou pelo menos das mulheres casadas era em certos aspectos importantes, peculiar. Esse caráter democrático e universal do *status* se originou naturalmente do fato de que era essencialmente o *status* de liberdade e, na Inglaterra do século XVII, todos os homens eram livres. (MARSHALL, 1967, p. 68)

Estes aspectos, já então sinalizados por Marshall, de uma cidadania sexuada considerada atributo de um sexo, generalizam e universalizam essa categoria, reforçando os privilégios masculinos como detentores do espaço público e mantêm as mulheres prisioneiras do âmbito doméstico. É o que irei problematizar no próximo tópico sobre a cidadania liberal. Pretendo desvelar como o patriarcado está presente na edificação da sociedade capitalista e como a concepção de cidadania se funda dentro desta lógica, ou, como diz Saffioti (1992, 2000, 2004, 2009, 2013), dentro desta simbiose.

A cidadania liberal: quem é esse indivíduo universal?

O processo de globalização por que passa a sociedade aponta em si uma gama de processos ambivalentes. Se por um lado traz o desenvolvimento tecnológico,

o acesso ao mundo da modernidade, da robótica, das tecnologias de ponta, por outro há um acirramento das desigualdades sociais e econômicas. Isso se dá pela raiz deste modelo, que tem como eixo de sua reestruturação produtiva a supremacia do mercado. E como consequência direta e imediata, desprotege o cidadão, produzindo um processo de exclusão em todos os níveis. O mercado regulador está pautado na relação de compra e venda e não na noção de direitos, que é a base da cidadania.

Este modelo vigente em nossa sociedade globaliza o mercado, colocando à sua disposição um leque de possibilidades de acesso ao mundo moderno, mas também individualiza os direitos como acessos individuais e não algo que deve ser assegurado pelo Estado, que deve agir como regulador das relações sociais visando ao bem comum. Desta forma, este Estado liberal globalizado, para garantir sua existência, constrói um modelo de cidadania para legitimar a sua própria ordem: a desigualdade. A sociedade eminentemente desigual, em sua essência capitalista e patriarcal, constrói em sua aparência um desenho de cidadania liberal, aquela portadora de direitos formais que institui o cidadão universal.

A cidadania liberal tem em suas bases a legitimação da ordem social capitalista, que, segundo Saes (2000, p. 23), “[...] decorre da vigência ‘universal’ de liberdades civis, bem como da base nacional e da aparência universalista do Estado”. Este sujeito que se apresenta na forma de direitos civis, neste modelo hegemônico,

[...] cria, para usarmos uma expressão do jovem Marx, uma ‘ilusão prática’, isto é, ela apresenta a concessão efetiva de liberdade de movimentos às classes trabalhadoras como um procedimento de instauração da igualdade entre todos os homens. (SAES, 2000, p. 27)

Essa “ilusão prática” se dá pelo fato de a aparência universalista do Estado capitalista proclamar que todos são iguais perante a lei. Mas como igualar o capitalista (detentor dos meios de produção e consequentemente ocupa uma posição privilegiada) com o trabalhador (que dispõe apenas de sua força de trabalho)? Como igualar as mulheres (relegadas ao espaço doméstico numa posição de subordinadas) aos homens (detentores do espaço público, ocupando uma posição de dominação, prestígio e poder)? Desta forma, o que esta ordem

societária capitalista propõe é uma igualdade formal entre indivíduos “universais”, sem, porém, levar em conta que este sujeito dito universal pertence a uma classe privilegiada e a um sexo dominante. Ou seja, quem não estiver no modelo do homem rico, branco, heterossexual fica à margem da cidadania; à proporção que essa cidadania liberal se universaliza no discurso, ela se individualiza nos direitos. Ou seja, esta lógica que rege o contrato moderno se configura entre homens livres e iguais em *status*, mas essa igualdade não se dá necessariamente no âmbito das relações de poder.

Pensar a cidadania na perspectiva liberal requer, antes de tudo, compreender os seus princípios. Segundo Dietz (1999b, p. 5), a concepção liberal pauta-se na noção de seres humanos como “[...] agentes autônomos e racionais, cuja existência e cujos interesses são ontologicamente prévios à sociedade”. Ou seja, concebe os indivíduos com qualidades e capacidades inatas, independentemente de suas condições sociais, políticas, econômicas e culturais. Outro princípio que rege o liberalismo é a ideia de que “[...] a sociedade deveria garantir a liberdade a todos os seus membros para que estes realizem suas capacidades”. (DIETZ, 1999b, p. 5) A terceira característica é a “[...] insistência na igualdade humana” (DIETZ, 1999b, p. 5), o que significa que os indivíduos são iguais e, por isso, não podem realizar nenhum ato que atinja o direito do outro. Isto desencadeia outra característica da proposta liberal: todos os indivíduos são portadores de direitos formais. Dessa forma, essas noções asseguram a máxima liberal do “indivíduo livre como competidor”.

Assim, “[...] no liberalismo a cidadania chega a ser não tanto uma atividade coletiva e política, como uma atividade individual e econômica: o direito de perseguir os próprios interesses, sem impedimentos, no mercado”. (DIETZ, 1999b, p. 10) Esta perspectiva aponta o mercado como regulador das relações sociais; como espaço de realização da cidadania, e não o Estado como a entidade responsável por assegurar o bem-estar da população através da efetivação dos direitos civis, sociais e políticos. Transforma o cidadão portador de direitos em um cidadão consumidor que se realiza no âmbito do mercado.

Outro problema desta proposta liberal é a sua dimensão sexualizada. Para Pateman (2013, p. 57), “[...] o liberalismo é estruturado por relações patriarcais, bem como de classe [...]” da construção de um sujeito universal pretensamente neutro, o que *obscurece* “[...] a submissão das mulheres aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal, igualitária e individualista” (PATEMAN,

2013, p. 57) através da dicotomia público x privado. Essa separação que opõe de forma desigual homens e mulheres é mascarada em nome da máxima da teoria liberal de que todos os indivíduos são iguais e devem ser tratados da mesma maneira.

No percurso histórico, percebe-se como o liberalismo separa o espaço público do privado, atribuindo valor a um e desqualificando o outro. Estes princípios de “agentes racionais”, “liberdade”, “igualdade”, “direitos formais” e indivíduo livre como competidor não foram estendidos a toda a humanidade, uma vez que as mulheres ficaram de fora deste processo. O ser humano que esses princípios regem é aquele pertencente ao sexo masculino, os proprietários que podiam circular livremente nos espaços públicos e privados. As mulheres, consideradas propriedades de seus maridos, estavam confinadas no espaço privado, doméstico, de cuidado da prole e da casa. Assim, o liberalismo demarca a separação do público (como espaço do contrato social, da cidadania, dos direitos, da justiça, da igualdade, da razão, da política – do homem proprietário) e do privado (como espaço do contrato sexual, do casamento, da família, da maternidade, do cuidado, das emoções, dos afetos – da mulher). Para Pateman (1993, p. 201), “[...] os atributos e as atividades do ‘trabalhador’ são construídos juntamente com, e ao lado, daqueles de seu correlato feminino, a dona-de-casa”. Assim, a história do contrato sexual demonstra como se dá a construção patriarcal do feminino e do masculino, ou seja, a diferença política entre liberdade e sujeição. Para ela, “[...] A história do contrato original demonstra como a diferença sexual dá origem à divisão patriarcal do trabalho, não somente entre dona-de-casa e o marido no lar conjugal, mas nos locais de trabalho da sociedade civil.” (PATEMAN, 1993, p. 201)

A separação do “espaço público” tem como base as teorias dos contratualistas, que delineiam toda a gênese do direito político. Como afirma Pateman (1993, p. 15), a constituição do espaço público se deu sob as bases da constituição de um espaço privado. Contudo, a história foi contada pela metade, porque “[...] ouvimos muito sobre o contrato social, mas se mantém um silêncio profundo sob o contrato sexual”. A estudiosa afirma ainda que “[...] o contrato original é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada”. (PATEMAN, 1993, p. 15) Não se fala nada sobre o direito patriarcal de acesso ao corpo das mulheres, de como o domínio sexual é a principal forma que os homens têm de afirmar sua masculinidade.

Os direitos políticos definidos no contrato social são patriarcais, referendando a superioridade masculina e a inferioridade feminina. Ao instituir o contrato social, os homens abrem mão de sua “liberdade total” por uma liberdade civil e equitativa, regulada pelo Estado. Um aspecto relevante que Pateman (1993) apresenta é a existência de dois contratos: um contrato social que regula as relações entre os homens livres e proprietários (aptos a fazerem contratos) e um contrato sexual ou matrimonial, para organizar a vida doméstica pautada na desigualdade entre as partes, que tem como característica central a constituição do que Saffioti (1987) chama de “poder do macho”.

Assim, o contrato social é também um contrato sexual, o qual estabelece a liberdade para os homens viverem em sociedade de forma harmoniosa, visando ao “bem comum”, bem como estabelece a sujeição das mulheres, que, por não serem proprietárias, não participam do contrato social. Por serem propriedades de seus pais e maridos, participam de outro contrato que lhes é imposto: o sexual. Ou seja, a cidadania liberal é uma cidadania sexualizada, na qual os homens, através do contrato social, tornam-se cidadãos; as mulheres, através do contrato sexual, são transformadas em mães, esposas e donas de casa. Neste último, “[...] o marido e a esposa se tornam ‘uma única pessoa’, a pessoa do marido”. (PATEMAN, 1993, p. 180) Este contrato é o que referenda a dominação masculina e a sujeição feminina na arena pública e institui o direito patriarcal sobre as mulheres.

A combinação entre a igualdade pública e a desigualdade privada é base da cidadania liberal, que inclui a mulher na categoria geral de “indivíduo” como ser universal e sexualmente neutro. Contudo, o indivíduo é uma categoria patriarcal-masculina, e as leis, a produção intelectual e cultural, os discursos educacionais e os meios de comunicação expressam essa lógica ao reproduzir e regulamentar as relações desiguais entre os sexos, sendo, na sua quase totalidade, desfavorável às mulheres, confinando-as em relações de submissão e dependência a partir de argumentos ditos naturais dos papéis que homens (munidos pela razão) e mulheres (munidas pela emoção) devem exercer dentro da sociedade.

A sociedade, através de seus costumes e valores patriarcais, produz e reproduz o lugar da mulher e do homem. É através do sistema familiar, da organização econômica, dos sistemas jurídicos e religiosos e da ciência que se molda uma “cidadania feminina”; uma cidadania de segunda classe,

em que a mulher tem seus direitos reduzidos e limitados à sua condição de mãe, esposa e dona de casa. A exclusão das mulheres em relação aos direitos sociais, econômicos e políticos não se dá por puro esquecimento, mas sim por uma lógica que designa o espaço doméstico como dever e destino das mulheres. É desta forma que se institui o “direito patriarcal sobre as mulheres”. (PATEMAN, 1993, p. 69)

Para Valente (2000), pode-se dizer que a dupla perspectiva, ou seja, objetiva e subjetiva da cidadania, está diretamente relacionada à existência real e concreta dos direitos e das responsabilidades, bem como ao grau de conhecimento que as pessoas têm de seus direitos, responsabilidades, garantias, temores, aspirações, das suas perspectivas de direitos como favores etc. Assim, a constituição da cidadania liberal masculina impôs às mulheres uma lógica baseada em discriminações que não estão no âmbito da legalidade, do formal, da lei, mas sim na reprodução da “tradição” de uma realidade cotidiana que reproduz a desigualdade de gênero e que separa de forma valorativa os homens como superiores e as mulheres como inferiores, esta sendo bem sacramentada pela dicotomia público x privado.

Ao longo da história, muitas vezes velada, outras vezes silenciada e até mesmo negada, as mulheres têm se manifestado nas ruas, na academia, nas praças, nos espaços públicos e nos espaços privados, reivindicando os direitos historicamente considerados privilégios dos homens.

A igualdade reivindicada vai ser entendida como a busca pela inserção numa universalidade que não é neutra – já está preenchida com as características do ‘masculino’. As mulheres querem ser cidadãs, mas a própria ideia de cidadania foi construída tomando como base a posição do homem (e em particular, do homem branco e proprietário) numa sociedade marcada por desigualdades de gênero, bem como de raça e classe. (MIGUEL, 2014, p. 64)

Apesar de hegemônico, esse modelo de cidadania que se constitui sob as bases de dominação capitalista e patriarcal ele não é único. Tem-se um grande debate acerca de diferentes propostas de cidadania que incluam as mulheres, bem como um leque de propostas, desde aquelas que tentam chegar a uma solução para o dilema da exclusão de gênero até as que reforçam essa exclusão, reafirmando as essencialidades dos papéis sociais de homens e mulheres. É o que será tratado a seguir.

A cidadania das mulheres: propostas em debate

As discussões acerca da cidadania remetem à Revolução Francesa, que tinha como lema Igualdade, Liberdade e Fraternidade. Como consequência desta, nasceu a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. (GOUGES, 1789) Esta Declaração mostrou como a assimetria de gênero ia se reafirmando e se fortalecendo na sociedade, deixando de fora as mulheres nas conquistas. No intuito de questionar essa cidadania masculina assegurada aos homens foi que a Declaração dos Direitos das Mulheres e da Cidadã (1791), de Olympe de Gouges, foi elaborada dois anos depois da *Declaração do Homem e do Cidadão*. Era uma forma de elucidar os direitos humanos das mulheres, que foram negados ao deixá-las de fora da abrangência desses direitos. O objetivo não era criar uma declaração exclusiva para elas, mas questionar, a partir do que propunha a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, que as garantias propagadas deveriam ser para todos os seres humanos, sem distinção de classe e de sexo. Em seu preâmbulo, Olympe de Gouges questiona essa supremacia masculina, que assegura direitos exclusivos apenas à metade da humanidade:

Homem, sabes ser justo? É uma mulher que te pergunta: não quererás tolher-lhe esse direito. Dize-me, quem te deu o soberano poder de oprimir o meu sexo? A tua força? As tuas capacidades? Observa o Criador em sua sabedoria; percorre a natureza em toda a sua grandeza, da qual pareces querer aproximar-te, dá-me, se puderes, um exemplo desse domínio tirânico. Considera os animais, consulta os elementos, estuda os vegetais, lança enfim um olhar sobre todas as modificações da matéria organizada e rende-te à evidência quando te ofereço os meios para isso; procura, escava e distingue, se puderes, os sexos na administração da natureza. Em toda parte tu os encontrarás amalgamados e cooperantes no conjunto harmonioso dessa obra-prima imoral. (BONACCHI; GROPPi, 1995, p. 301)

Partindo das justificativas da própria Natureza, ou seja, que os sexos são complementares, não inferiores, ela chama os homens à razão e ao conhecimento trazido pelo século das luzes – pelo Iluminismo. Continua a dizer em seu preâmbulo:

Só o homem fez desta exceção um princípio. Extravagante, cego, desdenhoso da ciência e degenerado, neste século de luzes e de perspicácia, na mais crassa ignorância, quer imperar sobre um sexo que tem todas as faculdades intelectuais; que pretende aproveitar a Revolução e reclamar seus direitos à igualdade, para não dizer mais. [...] As mães, as filhas, as irmãs, representantes da nação, pedem para constituir-se em assembleia nacional. (BONACCHI; GROPPi, 1995, p. 301-302)

Mais do que uma contraposição aos direitos ditos “universais” do homem e do cidadão, a proposta de Olympe de Gouges era de uma radicalização dos direitos individuais, rompendo as barreiras de classe e de gênero. Sobre este ponto, Gerhard (1995, p. 52-53) afirma:

[...] Porque o contraprojeto feminino não é só paráfrase, quer dizer, não é só uma descrição decorativa e esclarecedora, nem uma simples extensão dos direitos às mulheres no sentido de uma democratização mais forte, nem é muito menos uma reduitiva limitação ao específico feminino. Parece-me antes que as ‘pequenas diferenças’ devem ser entendidas como uma radicalização dos direitos individuais. A *Declaração*, de fato, não só formula a oposição contra o ordenamento social ou os privilégios de classe, mas ataca o domínio e o poder também no privado, nas relações entre homens e mulheres, revelando assim a outra contradição fundamental da sociedade burguesa: a contradição entre o poder do Estado e a exclusão e submissão das mulheres sob a aparência do direito matrimonial ou no ‘espaço livre do direito’ à privacidade.

Nesta Declaração, Olympe de Gouges queria explicitar os direitos das mulheres, incluindo-as como portadoras dos direitos ditos “universais”. Sua proposta era denunciar a concepção patriarcal de direito e a concepção masculina de cidadania. Pretendia, a partir de argumentos da própria natureza, em que os animais viviam em harmonia como seres complementares, justificar os direitos das mulheres à vida pública, às decisões políticas, aos espaços de poder e a viver em sociedade e não apenas ficar confinadas nos espaços privados sob o jugo de seus esposos. Espaços estes em que os direitos sociais e políticos não

reinavam, mas sim outro contrato prevalecia: o matrimonial, ou, no dizer de Pateman (1993), o contrato sexual.

Sem romper com o “essencialismo biologizante”, ela acenava para que a liberdade, igualdade e fraternidade se estendessem às mulheres, sinalizando que os direitos dos homens deveriam ser direitos humanos, ou seja, que incluíssem mulheres e homens. Essa forma audaciosa e ousada em que os direitos das mulheres se expressavam na Declaração, numa época em que as mulheres eram consideradas, segundo o Direito Penal, como *imbecillitas sexus*, foi fatal para sua vida. A defesa da liberdade, igualdade e fraternidade, lema da Revolução Francesa, levou Olympe de Gouges a escrever sobre a necessidade de garantir que as mulheres vivessem em sociedade como cidadãs, o que acabou lhe custando caro: no dia 3 de novembro de 1793 foi condenada à morte e guilhotinada em praça pública.

As teorias iluministas do final do século XVIII serviram de munição para as mulheres na luta por direitos que historicamente lhes foram negados. Ao afirmar que cada indivíduo possui direitos inalienáveis, o Iluminismo entregou às mulheres as chaves que as libertariam de suas prisões socioculturais e as transformariam em cidadãs.

Foi baseada nas concepções iluministas que a professora e escritora inglesa Mary Wollstonecraft publicou, em 1792, um ano depois da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, a obra “A Vindication of the Rights of Woman”. Ela defendia o direito natural dos indivíduos à autodeterminação, em oposição às leis arbitrárias e hereditárias e acreditava na capacidade dos seres humanos (incluindo as mulheres) de melhorar a sociedade criando novas relações entre as pessoas com base no princípio da igualdade. (PATEMAN, 1993, p. 266) Essa produção feminista pautava-se nas teorias iluministas e nos ideários da Revolução Francesa sobre a desnaturalização do conhecimento e o uso da razão como central. Uma razão universal que atingia a todos os seres humanos, sem distinção de sexo.

A restrição da cidadania aos que detinham propriedades caiu por terra, e os direitos políticos se estenderam à maioria dos homens. No entanto, a lógica patriarcal sobreviveu, impedindo as mulheres de exercerem seus direitos políticos, uma vez que seus “donos” – pais e maridos – poderiam fazê-lo por elas, o que justificava o não direito ao voto pelas mulheres, como expõe Phillips (1996, p. 35): “[...] como lo afirmaban repetidamente

los sufragistas, las mujeres, no tenían necesidad de una voz propia porque tenían padres y maridos para hablar por sus intereses y no tenía ningún sentido pensar en las mujeres aparte.”

Desta forma, o direito outorgado aos pais e maridos sobre as mulheres serviu e ainda serve para negar às mulheres a condição de “indivíduo”, o estatuto de cidadã. Assim, a discussão dos direitos das mulheres, de uma cidadania feminina, tem inúmeros desdobramentos, os quais serão debatidos a seguir.

A cidadania segundo as feministas liberais

A concepção de cidadania das feministas liberais não propunha nenhuma ruptura com as estruturas patriarcal e capitalista da sociedade liberal. Para elas, o que estava em jogo era a conquista de alguns direitos, como o acesso à educação, o direito ao voto entre outros. O que, consequentemente, tornava-as cidadãs, ou meio cidadãs, como propõe esta perspectiva. Não questionavam nem problematizavam a dicotomia público x privado. Também não se contrapunham ao poder do homem – visto como universal, não entendendo que aí residia a posição da exclusão, dominação, exploração e opressão das mulheres. A luta das feministas liberais era pela inclusão das mulheres sem alterar as relações de gênero, e tinha o propósito de complementar o bom andamento da sociedade, contudo, como assinala Pinto (2003, p. 15), “[...] sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs”.

Mouffe (1999, p. 35) sintetiza a concepção de cidadania para as feministas liberais, ao afirmar que elas “[...] lutaram por uma gama de novos direitos das mulheres, cuja finalidade é fazê-las cidadãs iguais, mas sem desafiar os modelos liberais dominantes de cidadania e política”. As feministas liberais não questionavam a divisão sexual do trabalho, reforçavam os papéis, estereótipos e tradições que interditavam o acesso das mulheres ao espaço público, bem como reproduziam a lógica patriarcal liberal de inviabilizar a mulher, ao torná-la apenas mãe, esposa e dona de casa, o que reforçava o eixo conservador do modelo de cidadania liberal e assegurava às mulheres alguns direitos de cunho meramente jurídico e formal. Desta forma, produzia-se uma perspectiva de mulher genérica, que não levava em conta as particularidades das condições de classe, raça/etnia, geração dentre outras. Assim, as mulheres que tinham

acesso aos poucos direitos conquistados eram as mulheres burguesas, uma vez que as garantias conquistadas, em sua maioria, não asseguravam as condições materiais para a sua efetivação a todas as mulheres.

Esta perspectiva das feministas liberais não questiona o modelo masculino de cidadania; não coloca em cheque a dimensão patriarcal do Estado capitalista. Ela somente protagoniza a luta por alguns direitos, como por exemplo, a educação, o voto e o trabalho. Estas feministas partem do pressuposto de que, ao alcançar alguns direitos, poderiam exercer de forma mais qualificada as suas funções de mãe, esposa e dona de casa, sem romper a membrana tênue que separa o público e o privado. A partir desta proposta dominante – que não é homogênea –, outras feministas problematizaram acerca deste modelo de cidadania, enriquecendo o debate e a luta das mulheres para alcançar uma cidadania plena.

O pensamento feminista marxista e a incompatibilidade de uma cidadania nos marcos do capital³

O marxismo é uma teoria social muito bem delimitada. Marx, em seu “Prefácio” para *Crítica da economia política* (1978), delineia o seu objeto de estudo: o modo de produção capitalista. Desta forma, não se pode cobrar um acervo que dê conta das questões de gênero, como equivocadamente muitas pessoas fazem, com o objetivo de desqualificar essa teoria social que tanto contribuiu para desvendar a sociedade capitalista. O marxismo estuda as relações econômicas desiguais, que são a base da reprodução das esferas econômicas e políticas do capital, ou seja, a produção e reprodução da vida real nos aportes do capital. O feminismo visa estudar e desvendar as relações desiguais de gênero, que são igualmente importantes na organização e estruturação econômica e social e reproduzem uma dimensão patriarcal tão funcional ao capital. Desta forma, o marxismo dá a chave teórica e metodológica para compreender a natureza e o desenvolvimento do capitalismo e as diversas bases que reforçam

3 É importante ressaltar que as feministas marxistas não têm um pensamento homogêneo, único. Contudo, pretendo neste tópico levantar algumas questões importantes para o debate sobre a cidadania a partir desta perspectiva.

cotidianamente esta relação desigual entre homens e mulheres.⁴ Uma das grandes contribuições⁵ iniciais para o debate da opressão feminina vem da clássica obra denominada de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (ENGELS; MARX, 1979), ao indicar que a primeira forma de propriedade privada se dá na família através da escravidão das mulheres e filhos pelos homens. Sobre esta contribuição, Moraes (2000, p. 89) fala que:

No tocante à ‘questão da mulher’, a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em ‘A origem da propriedade privada e do Estado’ a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da ‘opressão específica’.

A análise marxista demonstra que a primeira forma de opressão se dá por questões materiais, e não por causa de uma essência masculina; e de uma essência feminina que justificou e sacralizou o lugar do homem como dominador e da mulher como subordinada.⁶ É somente sob esse fundamento conceitual que é possível compreender que toda ideologia tem uma base material que a produz e correproduz. Esta teoria, apesar de não aprofundar as questões de gênero, possibilitou romper com a suposta naturalização que alicerçou essas desigualdades. Assim, as feministas marxistas buscam, por meio da categoria gênero, pensar as práticas materiais, ao passo que também levam em consideração as construções simbólicas, evitando cair num determinismo biológico

4 Para Castro (2000, p. 99), “Tanto no marxismo como no feminismo, haveria a preocupação por questionar relações desiguais socialmente construídas e reconstruídas em embates de poder (no caso do feminismo, entre os sexos e pela institucionalização da supremacia masculina). Em ambos conhecimentos ressalta-se o projeto por negação de propriedades, expropriações e apropriações (no caso do feminismo, tanto do valor produzido pelo trabalho das mulheres, socialmente reconhecido ou não, como de seu corpo, voz e re- e a-presentações)”.

5 Engels dá uma valiosa contribuição para pensar a opressão das mulheres, contudo, esbarra no limite de pensá-la apenas sob uma dimensão.

6 Juliet Mitchell (1967), em sua produção teórica, levanta inúmeros questionamentos acerca da ideologia do “natural” – do “destino natural” das mulheres de serem mães, esposas e donas de casa, bem como sobre a necessidade de sua libertação.

(que justifica as desigualdades a partir dos aspectos corporais, biológicos, ou seja, pelo fato de ter nascido homem ou mulher deve desempenhar determinadas funções), tampouco num determinismo econômico (que justifica as desigualdades entre homens e mulheres como fruto exclusivo do modo de produção capitalista, caindo na ilusão de que a mudança da sociedade capitalista para a socialista ou a comunista acabaria naturalmente com as desigualdades de gênero).

A teoria marxista nos fornece as chaves para analisar as bases materiais e concretas da exploração, dominação e opressão da mulher e ainda sinaliza as diversas dimensões (não somente a econômica) para a sua superação. Araújo aponta o leque de possibilidades para pensar as relações de gênero dentro de uma sociedade capitalista. A autora afirma que:

De forma bastante concisa, caberia destacar como contribuições do marxismo ao feminismo o enfoque histórico e material, que permite a desnaturalização da mulher, situando sua gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados; a interpretação da economia política em relação ao processo de trabalho capitalista e ao lugar do trabalho doméstico; e a análise sobre a ideologia, que oferece elementos para pensar outras dimensões das relações e dos conflitos sociais, para além dos vinculados à base material, mesmo quando mediados por esta. (ARAÚJO, 2000, p. 65)

A proposta liberal de cidadania para as mulheres é fundada a partir de uma concepção essencialista do sexo masculino como o “ser humano autônomo e racional”. Esta perspectiva baseia-se numa lógica formal de que todos são iguais, contudo, essa igualdade é assegurada pelo mercado, para o qual os direitos sociais devem ser transformados em mercadorias e o cidadão em consumidor. É este princípio universal que as marxistas irão questionar, demonstrando que este universalismo só abrange uma parte da população: os homens ricos.

As feministas marxistas buscam, a partir de suas análises, desvelar as bases capitalistas e patriarcais que erguem o Estado liberal, a opressão das mulheres na divisão sexual do trabalho e a dupla exploração no espaço privado e público. Para elas, o Estado liberal implementa um sistema econômico recorrendo a bases de poder predominantemente masculinas. Assim, a emancipação das

mulheres só seria possível sob outros alicerces, com a derrota do Estado capitalista patriarcal. Como bem destaca Mészáros (2002, p. 277), “[...] a estrutura do comando do capital sempre foi e sempre será – totalmente incompatível com a ideia de conceder a qualquer pessoa igualdade substantiva na tomada de decisões”. Isto não elimina a importância da conquista dos diversos direitos sociais, políticos e econômicos para a melhoria da qualidade de vida das mulheres. São conquistas que possibilitam o acesso a direitos pontuais e fragmentados nos limites da sociedade burguesa, mas não asseguram uma cidadania plena; ao contrário, esvaziam esse conceito, tornando-o formal e burocrático, o que demonstra claramente a falência das fórmulas liberais de cidadania.

Para essa linha de pensamento, “[...] a verdadeira cidadania se realiza com a propriedade coletiva dos meios de produção e com o fim da opressão nas relações de reprodução”. (DIETZ, 1999b, p. 15) E vai mais além, ao associar a verdadeira cidadania “[...] com a ação revolucionária e o desaparecimento do Estado Patriarcal”. (DIETZ, 1999b, p. 15) A partir destas reflexões, pode-se afirmar que para pensar uma cidadania que expresse a igualdade e a efetivação de direitos universais, em que homens e mulheres não tenham sua liberdade reduzida ao âmbito da formalidade, mas que sejam verdadeiramente livres, é necessário que a igualdade saia da sala do que é formalmente possível e alcance uma igualdade real, “[...] uma igualdade que não só abole a diferença, mas admite e exige a diferença”. (TONET, 1997, p. 175) O exposto denuncia a incompatibilidade desta cidadania plena com a lógica patriarcal capitalista de mercado, que tem a desigualdade social em sua raiz. Assim, parto do pressuposto de que o feminismo só consegue se materializar em seu sentido de projeto societário se buscar o rompimento com a sociedade capitalista.

A cidadania maternalista: um espectro essencialista rondando o conceito de cidadania

As feministas maternalistas também criticam a noção liberal de cidadão como “[...] portador individual de direitos protegidos pelo Estado”. Por ser uma concepção masculina da pessoa como ser independente, não leva em consideração as especificidades das mulheres. Mas nesta teoria reside um grande diferencial, posto que não questiona o modelo societário capitalista.

O objetivo desta perspectiva é a defesa da família como espaço da ética, da moral e das virtudes. Além do quê, procura recuperar a maternidade e defendê-la como necessária tanto para a identidade de gênero como para a consciência feminista. As grandes defensoras são Sara Ruddick (pensamento maternal) e Jean Bethke Elshtain (feminismo social).

Elshtain (2013, p. 35) critica Aristóteles e todos os outros teóricos da política ao afirmar que “[...] a família é existencialmente fundamental por que os seres humanos são em primeiro lugar homens e mulheres de família e não o homem político ou econômico”. Ela desaprova a ideia do homem como animal político e propõe inverter a relevância do político e do privado.

Para esta concepção maternal, a cidadania deve ser inspirada nas virtudes privadas, nas experiências do cuidado e do ser mãe, no amor, na atenção, na compaixão, na emoção. Defende que a “ética do cuidado feminino” seria um contraponto à “ética da justiça masculina”. Ou seja, como alternativa à cidadania masculina dos valores liberais da competitividade, do “público estadista”, deve-se optar por uma cidadania feminina pautada no maternal, no afetivo, no âmbito da família e no “privado íntimo”.

O pensamento maternal não só depuraria o público ‘arrogante’ (masculino); proporcionaria além disso a base para uma concepção de poder totalmente nova, assim como da cidadania e do âmbito público. O cidadão que surge é um ser afetivo que, nas palavras de Elshtain, está ‘dedicado à proteção da vulnerável vida humana’ e tente fazer das virtudes da maternidade o ‘molde’ de um novo mundo público mais humano. (DIETZ, 1999b, p. 18)

Esta concepção está pautada na crítica ao conceito de cidadania liberal, que se baseia na separação público x privado, supervalorizando o âmbito público e identificando-o como espaço masculino, o que, ao longo da história, excluiu as mulheres de inúmeros direitos, como, por exemplo, ao voto, à educação formal, ao trabalho etc.

O lapso desta concepção se dá, em primeiro lugar, por não questionar esta separação entre público x privado reforçada pelo liberalismo, que coloca, de um lado, o espaço público como superior, reino dos direitos, da igualdade, da ética, da política – o mundo dos homens –; de outro, o espaço privado como inferior, reino dos sentimentos, das paixões, do cuidado, da maternidade – o mundo

das mulheres. Em segundo lugar, cai no erro de contrapor a cidadania masculina (do mercado) a uma cidadania feminina (da maternidade, do amor e do cuidado). A relação mãe e filho(a) não é uma relação entre iguais; é uma atividade íntima, exclusiva e particular, por isso não pode servir de modelo para a governabilidade, porque uma cidadania democrática deve ser coletiva, abrangente e generalizada.

Outro equívoco é compreender as mulheres como moralmente superiores, como se a experiência maternal as conduzissem ao reino das virtudes. Assim, as mulheres passam a ser consideradas como seres não históricos, descontextualizados e universalizados, recaindo no velho essencialismo biológico, segundo o qual o sexo define o ser social.

Dessa identidade brotaria uma consciência moral pública cheia de vida e com uma visão renovada de cidadania. Esta é a visão mais construtiva – aliás, reconstrutiva – do feminismo social. O feminismo social recorre, assim, às ‘virtudes privadas’ e ao ‘imperativo humanizador’, que nascem da prática social da maternidade, para impulsionar uma ‘política da compaixão’ e tentar criar uma ‘organização política ética’. (DIETZ, 1999a, p. 54)

Esta perspectiva é perigosa e poderosa, uma vez que, de forma sutil e dissimulada, condena a mulher ao espaço privado e reduz seus direitos ao direito da família, trazendo à tona o caráter biologizante do gênero, essencializando a mulher como meiga, doce, justa, ética, generosa, solidária e propondo a inversão da valorização destes atributos como fundamentais para uma sociedade verdadeiramente democrática. Veja como Miguel (2014, p. 69) explica essa perspectiva:

O ‘pensamento maternal’ e a ‘política do desvelo’ afirmam que as mulheres trazem um aporte diferenciado à esfera pública, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos, quando não pelo desejo de legar um mundo mais seguro para os seus filhos [...] As mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje desprezadas nos embates políticos, como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente, ganhariam atenção renovada.

A mesma análise se dá em relação à família, que é vista como algo que tem superioridade moral sobre o público e a política, porque, como argumentam as maternalistas, é a humanidade comum. Então, se fosse verdade, como se explicaria a violência contra a mulher, que na maioria dos casos acontece dentro da casa por pessoas que mantêm laços de afetividade? E o abuso e violência sexual contra a criança que também acontece no altar da santa família?

Não é possível negar as importantes contribuições desta corrente de pensamento ao colocar o debate acerca do conceito de cidadania, denunciando seu caráter masculino, questionando as limitações do liberalismo em relação à efetividade dos direitos, da igualdade e da justiça social, mostrando o quanto as mulheres ficam de fora e acabam sendo cidadãs de segunda classe. Também traz à tona discussões sobre humanidade, amor e cuidado com o próximo em tempos de descrédito nas políticas e de barbárie social, colocando esta perspectiva como uma “saída mágica”, uma “receita mística”, sem aprofundar as verdadeiras raízes das desigualdades sociais e de gênero.

Contudo, seu maior equívoco é santificar a família e mistificar a maternidade como base para a cidadania. O que é incompatível, visto que a própria família é reprodutora do capitalismo no lar, o qual subordina e oprime a mulher cotidianamente tanto no espaço público quanto no espaço privado.

A cidadania sexualmente diferenciada de Carole Pateman

Para Pateman (1993), a cidadania liberal é patriarcal, construída à imagem e semelhança dos homens, por isso não pode ser um conceito universal, pois deixa de fora mais da metade da humanidade. As mulheres, na contemporaneidade, já são cidadãs nos termos das “democracias liberais”, que se estruturam a partir do poder patriarcal. Elas conquistaram, em termos formais, direitos políticos, sociais e culturais, contudo, as tarefas e qualidades femininas ainda são desvalorizadas, assim como o espaço privado.

Segundo a autora, a única forma das mulheres se integrarem dentro do mundo público da cidadania se dá a partir do “dilema Wollstonecraft”, porque exigir igualdade é reforçar a concepção patriarcal de cidadania, na qual as mulheres devem se assemelhar aos homens para conseguir sua cidadania, uma vez que a cidadania patriarcal exclui as diferenças e é pautada num modelo masculino universal.

Desta maneira, ela propõe uma concepção de cidadania “sexualmente diferenciada”, a qual reconhece as mulheres enquanto mulheres, dando significado político à maternidade. Ou seja, a capacidade de criar filhos teria a mesma relevância política para as mulheres que a vontade de lutar e morrer pela pátria tem para um homem. Assim, haveria duas formas de cidadania, que poderiam abranger tanto as individualidades dos homens como homens quanto das mulheres como mulheres.

Esta perspectiva denuncia a falsa universalidade e pode enfim romper com o “dilema de Wollstonecraft” para que as mulheres tenham sua cidadania reconhecida sem precisarem ser identificadas com os homens. Para a autora, o indivíduo moderno pauta-se no público universalista e homogêneo, que relega as diferenças ao espaço privado, posto que o liberalismo reforça a dicotomia público x privado, relacionando o público com a razão, o poder, a política, a força, a cidadania, a igualdade, os direitos, o trabalho – ou seja, o mundo “social” dos homens, enquanto o espaço privado seria o reino das emoções, da afetividade, das paixões, do cuidado e das desigualdades; em outras palavras, o mundo “natural” das mulheres. Esta perspectiva trouxe consequências perversas e negativas para as mulheres, que ficaram à margem do espaço da cidadania.

Carole Pateman é brilhante ao elaborar sua crítica ao modelo patriarcal de cidadania apontado pelo liberalismo. Em suma, a autora elabora críticas à falsa ideia de um indivíduo universal e homogêneo; denúncias acerca do universal como o masculino; e críticas à separação público x privado, que privilegia o masculino em detrimento do feminino. Contudo, de acordo com as análises de Mouffe (1999), ela cai na armadilha do essencialismo biológico ao identificar as mulheres com a maternidade e ao propor dois tipos de cidadanias que são sexualmente diferenciadas: a cidadania dos homens como homens e a cidadania das mulheres como mulheres. Veja como ela elabora seus argumentos:

[...] as limitações da concepção moderna de cidadania não vão ser superadas se em sua definição se tornar politicamente relevante a diferença sexual, mas ao construir uma nova concepção de cidadania na qual a diferença sexual se torne algo não pertinente. [...] minha tese é que, no domínio da esfera política e no que está relacionado com a cidadania, a diferença sexual não deve ser uma distinção pertinente. (MOUFFE, 1999, p. 39-40)

Apesar de cair nesta armadilha, as contribuições de Pateman (1993) são fundamentais para entender a lógica patriarcal de cidadania presente na sociedade capitalista. Suas análises ultrapassam as “falsas polêmicas” de uma guerra dos sexos e chegam à raiz da questão ao denunciar o modelo burguês de cidadania universal, que exclui todos e todas que não se encaixem neste modelo do homem branco, rico e heterossexual.

A cidadania de grupos diferenciados de Iris Young

Para Young (2013), a solução seria a criação de uma cidadania de grupo diferenciada, que tem como objetivo a construção de um “público hegemônico” através da “repolitização” do espaço público, onde seriam discutidos os assuntos de interesses gerais e do bem comum. Este “público hegemônico” proporcionaria a criação de mecanismos para a representação e o reconhecimento dos diferentes grupos que sempre ficam de fora na cidadania universal liberal, propiciando uma inclusão a partir das identidades. A política é concebida como um processo de disputa entre interesses e identidades já dadas.

Consoante a referida autora, o modelo de coalizão “arco-íris” de Young se constitui como o primeiro passo rumo a uma política democrática radical, visto que possibilita um diálogo aberto entre os diversos grupos oprimidos.

É sob essas bases que Mouffe (1999) avança em suas concepções e propõe um conceito de cidadania ampliada que contemple a todas e todos, que não se diferencie por sexo, raça/etnia, classe social, mas que seja inclusiva a partir de um questionamento de todas as relações de dominação e da construção de uma identidade política coletiva não fixa. É o que explicitarei no tópico que se segue.

A concepção democrática e radical de cidadania de Chantal Mouffe

O liberalismo prega uma cidadania universal com base na lógica de que todos os indivíduos nascem livres e iguais, reduzindo-a, pois, aos aspectos legais dos direitos que os indivíduos têm perante a sociedade. Desta forma, a cidadania moderna é construída sob as bases universal e racionalista, que não possibilitaram o reconhecimento da divisão e antagonismo imposto pela separação

público x privado. De um lado há o público, que denota a ideia dos atributos masculinos e relegou ao privado todas as particularidades e diferenças que historicamente foram atribuídas às mulheres. Ora, assim, esta distinção é a pedra fundante da exclusão das mulheres no âmbito público, reproduzindo uma relação de subordinação.

Não posso dizer que as mulheres estão totalmente excluídas de seus direitos, pelo contrário, nos últimos tempos as mulheres vêm garantindo inúmeras conquistas como, por exemplo, o direito ao voto, o direito à educação formal, licença-maternidade, divórcio, creches, entre outros direitos. Contudo, são conquistas pontuais que não colocam em xeque a máxima patriarcal; não questionam a lógica que transforma o espaço público como masculino e o privado como feminino; não questionam o papel social construído do que é ser feminino e do que é ser masculino; não perguntam a quem essa ordem binária favorece; e não se contrapõem ao fato de mais da metade da sociedade ser a “outra”, não ser considerada como referência. Ou seja, não se questiona as estruturas patriarcais do liberalismo que longe de se confirmar como cidadania universal ela se apresenta de forma sexualizada – masculina.

É neste sentido que a autora propõe a “[...] cidadania como uma forma de identidade política que consiste na identificação com os princípios políticos da democracia moderna pluralista, ou seja, uma afirmação da liberdade e da igualdade para todos”. Com isso, a identidade não seria algo fixo, “[...] mas sim [...] um princípio articulador que afeta as diferentes posições de sujeito do agente social, ao mesmo tempo que permite uma pluralidade de lealdades específicas e o respeito da liberdade individual”. (MOUFFE, 1999, p. 41-42) É o encontro do público com o privado, uma vez que,

[...] os desejos, as decisões e opções são privadas porque são responsabilidade de cada indivíduo, mas as realizações de tais desejos, decisões e opções são públicos, porque têm que se restringir a condições especificadas por uma compreensão específica dos princípios éticos e políticos do regime que proporciona a ‘gramática’ da conduta dos cidadãos. (MOUFFE, 1999, p. 42)

Para a autora, uma perspectiva democrática radical deve levar em conta as inúmeras relações sociais que se pautam na dominação, de modo a questioná-las a partir dos princípios da liberdade e da igualdade. (MOUFFE, 1999)

Sendo assim, seu objetivo “[...] é a construção de um ‘NÓS’ como cidadãos democráticos e radicais, uma identidade política coletiva articulada mediante o princípio da equivalência democrática”. (MOUFFE, 1999, p. 42)

A proposta não é uma concepção genérica da “[...] cidadania, mas também não é neutra” (MOUFFE, 1999, p. 42), posto que levaria em conta as reivindicações dos diversos movimentos, quais sejam, de mulheres, negros, trabalhadores, homossexuais, ecologistas, índios entre outros. Esta concepção de cidadania funciona como horizonte, como projeto coletivo imaginário, que não se pauta apenas em uma diferença, mas as reconhece e enfrenta coletivamente as restrições à cidadania. Como diz a autora, “[...] temos que aceitar a impossibilidade de uma realização total da democracia” (MOUFFE, 1999, p. 43), porque as bases do liberalismo são as desigualdades econômicas, sociais e políticas postas em prática pelo sistema capitalista, patriarcal, racista e heteronormativo.

Mouffe dá um salto extraordinário ao elaborar seu conceito de cidadania, uma vez que não cai num romantismo teórico de acreditar na cidadania plena; faz isso, portanto, ao perceber a incompatibilidade entre cidadania e capitalismo, vez que seus caminhos são opostos: a cidadania só se efetiva na igualdade e o capitalismo tem como base de sustentação a desigualdade. Contudo, ela conduz um caminho teórico e prático para enfrentar as diferentes formas de dominação/exploração presentes na sociedade burguesa.

Esta, a meu ver, é a chave que possibilita um questionamento crítico ao Estado patriarcal capitalista, como também é o método de seu enfrentamento e a possibilidade efetiva para se concretizar o projeto feminista: através da democratização da sociedade e da radicalização da igualdade, da justiça e da equidade social – uma sociedade de cidadãos e cidadãs plenos, tendo como horizonte uma sociedade anticapitalista.

Considerações finais

A cidadania democrática e radical é o modelo ou caminho ideal para se assegurar a cidadania plena para todos e todas, contudo, ainda vivemos em uma “era de direitos sem direitos”. Uma época de cidadania formal, respaldada nas leis, mas que ainda está longe de se materializar na vida cotidiana de milhares de mulheres. Pode-se falar em cidadania política das mulheres? Então por que a

voz que nos representa ainda é masculina? Por que, sendo mais da metade da humanidade, as mulheres não estão nos espaços de decisão e poder? São estes e outros questionamentos que urgem ser discutidos e aprofundados no serviço social, uma profissão que tem em suas ações cotidianas o desafio de possibilitar e ampliar o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais da população usuária. Também não podemos perder de vista a clara proposição do nosso projeto ético-político que tem como horizonte a emancipação humana. Neste sentido, pensar a emancipação humana é pensar outra forma de sociabilidade que tenha em sua radicalidade uma concepção anticapitalista. O que está alinhado e em sintonia com o projeto feminista visto que não existe emancipação humana sem a emancipação das mulheres.

É nesta perspectiva que este texto percorre os diferentes caminhos da cidadania para que se possa denunciar que historicamente o conceito de cidadania burguesa é masculino, de “racionalidade” e virilidade, significa que este, por si mesmo, exclui as mulheres. Como afirma Costa (1998, p. 231), “Às mulheres cabe a construção de um novo conceito de cidadania, onde a diferença sexual não seja razão de exclusão”. Desta forma, não basta às mulheres acessarem alguns direitos; é necessário que elas se contraponham a este modelo de cidadania vigente e assumam a luta pela incorporação de um conceito de cidadania não sexuada, radical e democrática, que inclua todos e todas de forma igualitária.

Referências

- BONACCHI, Gabriela; GROPPi, Angela. (org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Tradução de Álvaro Lorencine. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 98-108, 2000.
- COSTA, Ana Alice. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/ALBa, 1998.
- DIETZ, Mary. G. Cidadania com cara feminista. In: *Cidadania e feminismo*. México: Productos Culturales, 1999a. Edição especial.
- DIETZ, Mary G. O contexto é o que conta: feminismos e teorias da cidadania. In: *Cidadania e feminismo*. México: Productos Culturales, 1999b. Edição especial.

- EISENSTEIN, Zillah. Rumo à teoria crítica da mulher e da política: reconstruindo o público e o privado. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (org.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Ed. Horizonte, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013.
- ENGELS, Friedrich. *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Prefácios de 1884 e 1891, Introdução, cap. 1-3.
- GERHARD, Ute. Sobre a liberdade, igualdade e dignidade das mulheres: o direito “diferente” de Olympe de Gouges. In: BONACCHI, Gabriela; GROPP, Angela. (org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Tradução de Álvaro Lorencine. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania, classe e status social*. Tradução: Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Introdução à crítica da economia política*. São Paulo: abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MITCHEL, Juliet. A mais longa revolução. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 14, jul. 1967.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 89-97, 2000.
- MOUFFE, Chantall. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. (org.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Ed. Horizonte; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013.
- MOUFFE, Chantall. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: *Cidadania e feminismo*. México: Productos Culturales, 1999. Edição especial.
- MOUFFE, Chantall. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva. 1993.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Ed. Horizonte; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013. p. 55-80.
- PHILLIPS, Anne. *Género y teoría democrática*. México: PUEG, 1996.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

SAES, Decio Azevedo Marques de. *Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2000. (Coleção Documentos, 8).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. [S. l.]: Flacso Brasil, 2009. (Série Estudos e Ensaio – Ciências Sociais). Disponível em: http://flacso.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=53&dir=DESC&order=date&Itemid=137&limit=5&limitstart=5. Acesso em: 12 mar. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Quem tem medos dos esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 71-75, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

VALENTE, Virginia Vargas. Una reflexión feminista de la ciudadanía. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, 2000.

YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Ed. Horizonte; Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013.

Trabalho e assistência social em Salvador

*explorando caminhos de análise
sobre o trabalho do Serviço Social*

JOSIMARA DELGADO
JANE OLIVEIRA

Introdução

A discussão sobre o trabalho da(o) Assistente Social vem, contemporaneamente, sendo enfatizada na produção acadêmica na área do Serviço Social, o que nos remete a dois processos sócio-profissionais: em primeiro lugar, às mudanças no padrão de acumulação capitalista que, no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, introduziram novas mediações históricas no desenvolvimento da “questão social”;¹ bem como novas formas de seu enfrentamento, seja pelo

1 “‘Questão social’ apreendida enquanto o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (IAMAMOTO, 1998, p. 27)

Estado e sociedade, processos que atingiram o Serviço Social, como uma das especialidades do trabalho na sociedade, afetando suas condições de trabalho, as demandas postas à categoria. (IAMAMOTO, 2008) E, em segundo lugar, em função da centralidade que adquire a própria questão do trabalho no interior do atual projeto profissional, construído nas últimas décadas.

Também a partir desse período, a literatura profissional avançou muito no sentido do aprofundamento da análise do Serviço Social como uma das especialidades do trabalho na sociedade – eixo analítico aberto na década de 1980, com o trabalho de Iamamoto –, centrada na questão social, bem como do exercício profissional inserido em processos de trabalho na sociedade capitalista. Tal compreensão trouxe importantes provocações para a categoria profissional, como a necessidade de pensar sobre os componentes do processo de trabalho nos diversos espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social, ou seja, o objeto, a matéria-prima, o instrumental técnico-operativo. (IAMAMOTO, 1998) Essa discussão foi importante para o entendimento de como as instituições são elementos que organizam os processos de trabalho, bem como para a compreensão de que, sendo a “questão social”, matéria-prima do trabalho profissional, o conhecimento de sua dinâmica e feições concretas na sociedade é um importante instrumento de trabalho a ser fortalecido por meio da pesquisa.

Essa produção teórica² contribuiu para a consolidação da inserção do Serviço Social na Universidade, como área produtora de conhecimentos, destacando-se como importante interlocutora em alguns debates, como, por exemplo, naqueles sobre as políticas sociais, a “questão social”, sobre o mundo do trabalho, o Estado e outros temas. Do mesmo modo, tal acúmulo foi fundamental para a construção de um projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, ao dar visibilidade aos processos que constituem historicamente a profissão na sociedade, desvelando seus desafios teóricos e políticos nesse contexto.

Neste artigo, partimos do pressuposto de que, na contemporaneidade, produzir análises concretas acerca da realidade do trabalho profissional, dentro de uma perspectiva crítica, é também uma expressão do compromisso político com o fortalecimento de um projeto profissional que se coloca na luta contra o conservadorismo social e profissional que marca esse contexto. Entendemos que a pesquisa de situações concretas acerca do trabalho

2 Sobre a pesquisa e a produção de conhecimentos no Serviço Social, ver Yazbek (2005).

profissional, das relações sociais em que se inscreve, das especificidades de seus sujeitos, das condições particulares de seu exercício, das especificidades regionais da questão social em que esse trabalho está inserido é uma condição essencial para o enfrentamento de vários desafios postos ao Serviço Social brasileiro atualmente. Sobretudo, referimo-nos ao papel estratégico desse tipo de produção na identificação dos processos de precarização do trabalho³ e da formação profissional num contexto de crise de capital e de avanço conservador. Referimo-nos também, na mesma direção, ao lugar político que esse desvendamento do real tem para que todo um acúmulo teórico profissional se torne fecundo na concretude das ações e reflexões da categoria.

Nossa contribuição, nesse sentido, buscará discutir, ainda como uma primeira aproximação da questão, algumas particularidades do trabalho das assistentes sociais em Salvador, em especial, as que se inserem na Política de Assistência Social. O objetivo desse esforço é conhecer essas trabalhadoras em sua formação, trajetória, projetos e inserções, enfim, conhecê-las como concretos, trabalhadoras que vendem sua força de trabalho ao mercado. E, nessa medida, a abordagem teórico-metodológica que conduz a reflexão baseia-se na importância de considerarmos, no entendimento acerca dessas trabalhadoras – pensadas, sob essa denominação, enquanto classe – também a partir de sua realidade como mulheres racializadas e pertencentes a uma determinada geração.⁴ Para o desenvolvimento dessa abordagem, pautamo-nos na com-

3 Seguimos, aqui, o conceito de Graça Druck para quem a precarização é “um processo em que se instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais [...] O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho. Essa condição se torna central e hegemônica, contrapondo-se a outras formas de trabalho e de direitos sociais duramente conquistados em nosso país, que ainda permanecem e resistem.” (DRUCK, 2011, p. 41)

4 A noção de geração social aborda um dos traços centrais da sociabilidade moderna, justamente o ritmo acelerado das mudanças, a existência de uma dinâmica social intensa e, nesse contexto, a necessidade de transmissão da herança cultural dentro de um movimento contínuo de aparecimento de novos grupos de idade, ao mesmo tempo que de retirada de participantes anteriores do processo de cultura. É esse o aspecto principal trabalhado por autores como Mannheim (1990) e Thompson (1998) que, pertencentes a distintas tradições teóricas, ressaltam, igualmente, a importância das gerações na constituição de uma memória coletiva e dessa como herança social importante para a compreensão do presente.

preensão de que as relações sociais interpenetram-se constantemente ou, para dizer como Danièle Kergoat (2010), são consubstanciais. Nessa concepção, as relações sociais entre os sexos, que em nossa sociedade são configuradas dentro de uma estrutura patriarcal, são entendidas como relações que permeiam a dinâmica social em seu cotidiano, momento em que, necessariamente, elas se expressam na interface com a dimensão da classe, da geração e da etnia que também constituem a vida social.

Para nós, essa via de análise se tornou imprescindível para o estudo do trabalho profissional na Política de Assistência Social em Salvador na qual se assiste a um processo de precarização alarmante. Esse processo tem se apoiado na existência de vínculos e condições de trabalho extremamente precários e indignos, os quais não garantem as mínimas condições éticas e técnicas exigidas para o nosso exercício,⁵ ao lado de um apelo, feito às profissionais, para desenvolverem posturas de solidariedade e criatividade no enfrentamento das demandas cotidianas. (DELGADO; TAVARES, 2016) Além disso, as profissionais que vivenciam essas condições são mulheres inseridas em um contexto novo de formação profissional, também desafiado pela precarização e mercantilização da educação.

As análises feitas se dão com base em alguns trabalhos desenvolvidos no interior do grupo de pesquisa Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com registro no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) os quais, por meio de técnicas qualitativas e quantitativas de coleta de dados, têm permitido reunir uma base empírica bastante significativa acerca do tema. Aqui, discutiremos alguns dados das pesquisas *O trabalho do assistente social em Salvador: contribuições para o debate atual*⁶ (2013-2016) e *O trabalho do assistente social em Salvador: a emergência da precarização do trabalho na Política de Assistência Social* (2016).

Além dessa introdução, o texto divide-se nas seguintes partes: uma breve contextualização sobre o debate profissional contemporâneo acerca do trabalho, onde indicamos as perspectivas priorizadas nesse estudo e os desafios

5 Conforme a Resolução CFESS nº 493, de 21 de agosto de 2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

6 Apoiada com recursos do edital CNPq/CAPES 43/2013.

contemporâneos ao exercício profissional; uma discussão sobre o trabalho das assistentes sociais na política de Assistência Social em Salvador a partir dos dados das pesquisas e dando destaque às trajetórias das profissionais e a seus relatos sobre a política; algumas considerações que sintetizam e apontam as perspectivas e limites do trabalho.

Trabalho e Serviço Social: ampliando perspectivas

Sobretudo a partir da década de 1990, a questão do trabalho ganha centralidade no debate profissional do Serviço Social, em função da consolidação de uma direção social e política comprometida com a classe trabalhadora e fundamentada em uma perspectiva crítica, bem como de mudanças na dinâmica do capital que, incidindo profundamente na estrutura da sociedade e nas reconfigurações da “questão social”, rebateram no trabalho do Assistente Social, envolvendo-o em inúmeros desafios, relativos tanto às suas condições de trabalho e às demandas postas pela sociedade ao seu exercício, como aos mecanismos de formação profissional.

Também a partir desse período, a literatura profissional avançou muito no sentido do aprofundamento da análise do Serviço Social como uma das especialidades do trabalho na sociedade, permitindo uma maior compreensão acerca das bases de sua fundação sócio-histórica, centrada na questão social, bem como do exercício profissional inserido em processos de trabalho na sociedade capitalista. (IAMAMOTO, 1998)

Trata-se de um debate rico e instigante marcado por polêmicas e que, de modo geral, apresenta pistas analíticas fecundas para a categoria, algumas delas ainda não exploradas. Assim, entendemos a importância de abriremos as discussões deste texto, apresentando, brevemente, algumas referências históricas e teóricas sobre o debate acadêmico do Serviço Social em torno do trabalho, bem como trazendo o modo específico como articulamos alguns dos eixos desse debate na constituição de nossas questões de pesquisa e, pois, de nossos próprios confrontos, como pesquisadoras, com os desafios históricos postos ao Serviço Social na contemporaneidade.

O debate sobre processo de trabalho, tal como realizado por Marx (2011) e retomado no interior da literatura profissional, é, certamente, uma das bases

de fundamentação da discussão aqui proposta. Em primeiro lugar, destacamos a riqueza categorial aí contida para o entendimento do trabalho como categoria fundante da sociabilidade e sobre o significado social da profissão como especialidade do trabalho inserida na divisão sociotécnica dessa sociedade cuja particularidade histórica é, justamente, a produção material baseada na exploração do trabalho. Essa tem sido uma discussão que nos tem permitido construir e reconstruir um projeto profissional crítico e sintonizado com as demandas dos trabalhadores, bem como nos tem orientado na luta política, articulando nossa autorrepresentação como classe trabalhadora, bem como permitindo-nos pensar nas possibilidades e limites do nosso exercício, também a partir dessa condição.

Decorrente dessa própria base teórico-metodológica, coloca-se permanentemente, para a categoria, o desafio intelectual de acompanhamento das mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que marcam o capitalismo contemporâneo e sua expressão nas diversas dimensões da vida social, bem como no campo profissional. E, nesse sentido, propomos analisar esse contexto a partir de uma questão, dentre as muitas que se colocam como parte desse desafio de se pensar o trabalho em contexto de profundas mudanças: a necessidade de compreender essa dinâmica societária e profissional a partir também da relação entre os sexos e gerações e das opressões derivadas da condição étnico-racial. Percebemos que esse é um caminho profícuo para a compreensão dos perfis profissionais que compõem a categoria na contemporaneidade, bem como algumas condições e demandas postas ao trabalho profissional.

O debate contemporâneo sobre trabalho no Serviço Social

O trato do Serviço Social como trabalho remete à história profissional mais recente, sobretudo marcada pela interlocução da profissão com o marxismo e, mais especificamente, pelos debates em torno das diretrizes curriculares na década de 1990. Nesse debate, a reflexão de Marilda Iamamoto (1998) é um divisor de águas para a compreensão da profissão em sua dimensão histórica, ou seja, como um tipo especializado de trabalho coletivo dentro da divisão sócio-técnica do trabalho.

Iamamoto (1998) discute, pois, a emergência dos processos sociais, contemplando a complexidade contraditória em que a produção material imbrica-se na produção de relações sociais (classes, seu modo de vida, sua cotidianidade), políticas (o Estado) e ídeo-culturais (ideologia e ciência). Por estas colocações, vê-se nitidamente a visão de totalidade adotada pela autora. (NETTO, 1991) De todas as contribuições deste trabalho, destacamos uma que é fundamental para a discussão que pretendemos aqui e à qual nos referimos, segundo a elaboração de Netto, na obra citada: o Serviço Social como uma operação teórico-crítica na reprodução das relações sociais. Ou seja, a profissão é contemplada como uma realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes e como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional.

A compreensão da profissão nessa relação entre “causalidade e teleologia, estrutura e ação do sujeito” consegue situar com clareza a questão do projeto profissional. Como um ser prático-social dotado de liberdade, o(a) assistente social é capaz de projetar seu trabalho e buscar sua implementação por meio de sua atividade. (IAMAMOTO, 2008, p. 337-338) Contudo, esse trabalho se desenvolve sob tensão e subordinação ao empregador, o que limita sua autonomia, podendo-se falar na existência de uma autonomia relativa.

Desenvolvendo essas análises, a autora tem contribuído para a discussão das condições atuais para o exercício da profissão, bem como para as possibilidades de se imprimir uma direção social a esse exercício, indicando, como elementos particulares do contexto atual da profissão, a existência de uma regulamentação e de precisas indicações éticas e um processo determinante de assalariamento de seus agentes.

Em *O Serviço Social na contemporaneidade*, Marilda Iamamoto avança na fundamentação teórica acerca da relação entre Serviço Social e processo de trabalho, deslocando, desse modo, o eixo da compreensão sobre a prática profissional para a questão do exercício profissional inserido em processos de trabalho. (IAMAMOTO, 1998) Nesse texto, a questão social é apresentada como base da fundação sócio-histórica do Serviço Social pensado enquanto especialização do trabalho. A questão social aparece, pois, como um dos eixos do trabalho profissional, sua matéria-prima e central no projeto de formação profissional.

Assim, ficam mais evidentes as implicações de se compreender o Serviço Social como trabalho, exercício profissional cuja base social está na questão

social e que se integra aos processos de trabalho da sociedade. Ou seja, qualquer processo de trabalho dispõe de uma matéria-prima ou objeto sobre o qual o sujeito intervém, requerendo meios ou instrumentos para que o trabalho possa ser direcionado a um fim, que resulta num produto.

Como trabalho, o Serviço Social se insere no conjunto das especialidades demandadas pelas instituições empregadoras privadas ou públicas. Neste sentido, a força de trabalho do(a) assistente social

só se transforma em trabalho quando consumida ou acionada, quando aliada às condições necessárias para que o trabalho se efetive, aos meios e objetos de trabalho. Em outros termos, o trabalho é a força de trabalho em ação e quando não se dispõe dos meios para realizá-lo, aquela força ou capacidade não se transforma em atividade, em trabalho. (IAMAMOTO, 1998, p. 64)

Uma outra importante questão trazida por essa abordagem é que, ao propor pensar o Serviço Social como trabalho, torna-se fundamental considerarmos os sujeitos que desenvolvem essa atividade humana essencial, com seus valores, sua posição de classe, gênero, geração, etnia e com sua formação. Este apontamento é especialmente importante nesse trabalho, uma vez que as pesquisas aqui apresentadas foram desenvolvidas a partir da investigação direta com os sujeitos profissionais e da análise sobre as dimensões de gênero presentes nos processos de trabalho.

Desafios contemporâneos: pensando sobre rupturas e continuidades

Em todo o Brasil, a década de 1990 representou um marco para a profissão no sentido da ampliação e da mudança em seu mercado de trabalho, como também da criação de um novo contexto político para a atuação, caracterizado pelas contradições entre os avanços constitucionais e seus rebatimentos na perspectiva da ampliação do acesso aos direitos e, por outro lado, a ofensiva neoliberal e suas estratégias de redução do papel do Estado na garantia dos direitos.

Assim, o mercado se amplia principalmente a partir da descentralização das políticas públicas, que passam a requisitar profissionais da área nas várias

esferas de governo, com tendência à interiorização da demanda (IAMAMOTO, 1998), a partir também da absorção dos profissionais nos conselhos, empresas e entidades do chamado terceiro setor.

Contudo, esse processo se dá por meio do desenvolvimento de algumas tendências presentes, sobretudo, a partir da década de 1990. No setor público, maior empregador de assistentes sociais, o trabalho é perpassado pelas novas racionalidades e tendências (ALMEIDA; ALENCAR, 2011) postas para a política social brasileira a partir da contra-reforma do Estado: a privatização da política social pública e sua implementação por organismos privados da sociedade civil (IAMAMOTO, 2008), a desproteção e barbarização da vida social, a partir do redirecionamento do fundo público para a produção e reprodução do capital (BEHRING, 2010), a constituição dos recursos da seguridade social em fonte de pagamento da dívida pública brasileira (SALVADOR, 2010), a priorização, no conjunto das políticas de Seguridade Social, das políticas compensatórias e seletivas de “combate à pobreza”, criando-se o “mito da Assistência Social” ou a assistencialização da Seguridade Social (MOTA, 2008a), a expansão dos programas de transferência como compensação da ausência de rendimentos do trabalho, a centralidade dada à família como instância de bem-estar social.

Para os profissionais, o trabalho nas políticas sociais tem significado lidar com novos protagonistas sociais como o Estado-gerente, a empresa solidária, o sujeito vulnerável e excluído, o voluntariado, o que tem correspondido a um processo de criação de novas bases conceituais e referências ídeo-políticas para o entendimento da questão social, como a ideia do neodesenvolvimentismo (PEREIRA, 2012), as noções de vulnerabilidade e risco, de exclusão, de níveis de complexidade das problemáticas sociais, de promoção da solidariedade social, de democratização, entendida como descentralização administrativa. (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008b)

Para o conjunto dos profissionais, a experimentação desse quadro se dá em contexto de precarização de sua condição como trabalhadores, expressa nos baixos salários, contratações temporárias e na concorrência entre as profissões.

Todos esses são traços que se fazem presentes na realidade do trabalho das(os) assistentes sociais no Brasil e em Salvador. Mas, acredita-se que esses traços ganham significativos contornos nessa cidade, os quais carecem de exame. É preciso considerar que nas regiões periféricas, como é o caso da Bahia e do Nordeste, os impactos da reestruturação produtiva e da reforma

do Estado incidiram sobre sociedades historicamente marcadas por elevados níveis de pobreza e de desigualdade, bem como pela reprodução de velhas práticas políticas, como o favor e o personalismo, que comprometem a implementação do projeto de democratização das relações sociais e instituições.

Em todos os espaços, amplia-se o leque de exigências sobre o trabalho, a partir da inserção do profissional em equipes interdisciplinares e do crescimento das demandas em torno da formulação e implementação das políticas. A alteração nas demandas passa também pelas requisições técnicas postas a esse trabalho, tais como o desenvolvimento de competências para atuar com orçamentos e gestão de informações, a presteza e a agilidade tomados como índices de qualidade, numa nítida referência à incorporação dos critérios gerenciais à gestão pública e, ainda, a capacidade de articulação e formação de redes, tão importante em tempos de parceria público-privado.

Quando pensamos nesse processo a partir da constituição de gerações profissionais de assistentes sociais no Brasil e refletimos sobre a profissão como uma atividade predominantemente desenvolvida por mulheres, alguns desafios específicos desse contexto se revelam.

Sem aprofundar a discussão nesse sentido, ainda não explorado suficientemente em nossos estudos, ousamos, contudo, registrar algumas possibilidades de reflexão abertas por essa via. Vejamos.

Se há um grande vetor de continuidade na história do Serviço Social brasileiro, esse se dá pela presença majoritária de mulheres integrando a categoria, desde as formas ainda não profissionais da assistência, de onde formaram-se as bases sociais das primeiras profissionais de Serviço Social, até a contemporaneidade.

Tal configuração tem também contribuído historicamente para uma associação entre o que faz o Serviço Social e as características ditas femininas, especialmente aquelas relacionadas à vocação para o cuidado e para a caridade, as quais, a despeito da evolução histórica da profissão, no sentido de superar suas bases mais conservadoras, têm sido reiteradas nas autorrepresentações profissionais, bem como nas imagens sociais construídas em torno da profissão. (DELGADO; SANTOS, 2015)

Em termos dos processos mais amplos da sociedade, essa questão profissional é expressão da vigência social da divisão sexual do trabalho, ou seja, uma prática construída socialmente em torno da ideia de que, em função de elementos biológicos, existem atividades masculinas e femininas e o

estabelecimento de uma hierarquia entre esses dois tipos de trabalho, conferindo superioridade às atribuições masculinas, consideradas produtivas. (HIRATA; KERGOAT, 2007) Essa prática, que é ainda hegemônica na sociedade brasileira (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2010), contribui para a não visualização de que, na verdade, a mulher desenvolve trabalhos produtivos e improdutivos e que, justamente pela naturalização da divisão sexual do trabalho, muito dos “tempos não produtivos” da mulher são utilizados de modo funcional aos imperativos da produção, fazendo com que a mulher exerça inúmeros trabalhos não pagos. Além disso, a permanência da responsabilização da mulher pelas atividades domésticas e de cuidado o que impacta nas possibilidades de desenvolvimento profissional e, consequentemente, de acesso a direitos, como, por exemplo, à aposentadoria.

Retomando essa noção, Helena Hirata (2009) discute sobre o trabalho feminino na “nova divisão internacional do trabalho” que, se a mulher conseguiu aumentar sua participação em cargos de gerência e chefia, por outro lado, na contemporaneidade cresce também sua inserção nos trabalhos precarizados no campo dos serviços, onde há forte presença da terceirização.

No âmbito do Serviço Social, essa questão se expressa com nuances históricas específicas, no presente e no passado. No Brasil, as primeiras gerações profissionais, marcadas ainda pela formação doutrinária, contavam, em sua base social, com mulheres ligadas à igreja e elites, integrando

um projeto societário de classe que tinha um de seus pilares no trabalho assistencial junto aos trabalhadores, por meio da criação de centros e vilas operárias e de um trabalho educativo cujo objetivo maior era manter os trabalhadores e trabalhadoras distantes de ideias revolucionárias comunistas e anarquistas. (DELGADO; TAVARES, 2016, p. 101-102)

Nesse projeto, destaca-se um trabalho profissional voltado para o disciplinamento das mulheres da classe trabalhadora e sustentado numa noção de compromisso moral de classe junto à pobreza. Ao longo da história do Serviço Social no Brasil, na qual a categoria rompe coletivamente com o passado conservador, vinculando-se ao projeto societário da classe trabalhadora, faz-se uma crítica contundente a esse modelo de intervenção. No processo de ruptura e de afirmação de uma perspectiva crítica, a própria base de

recrutamento se alterou, passando a categoria a ser composta por mulheres de classe média e, mais recentemente, por mulheres oriundas da classe trabalhadora. Esses giros foram fundamentais na constituição de uma imagem social da categoria descolada do estereótipo da “moça caridosa” e muito mais forjada no ideário em torno de uma profissão comprometida com a ampliação dos direitos sociais.

Contudo, atualmente, um dos desafios postos para as novas gerações profissionais no tocante à continuidade e efetividade desse projeto é, além daqueles já mencionados, o fato de que essas mulheres enfrentam uma das tendências do mercado de trabalho presentes no universo das ditas profissões femininas, qual seja, a predominância dos postos de trabalho precarizados.

A extrema precariedade do vínculo empregatício ou sua ausência são, atualmente, condições de trabalho postas para muitas assistentes sociais no Brasil, sendo uma realidade verificada na Política de Assistência Social em Salvador, como mostraremos à frente. Esse contexto nos permite questionar que, se essas não são questões totalmente inéditas para a categoria, justamente por sermos uma “profissão feminina” numa sociedade produtora de assimetrias entre homens e mulheres, elas se colocam hoje, com centralidade, na medida em que interferem diretamente nas possibilidades de constituição da autonomia profissional diante da condição precarizada de trabalho. Especialmente no campo da assistência, essa trabalhadora, com vínculos frágeis, tem sido confrontada com pressão sobre o seu trabalho e com as novas requisições para o seu exercício postas por essa política.

O trabalho das assistentes sociais na política de Assistência Social em Salvador: trajetórias de classe, raça, gênero e geração

Referimo-nos, anteriormente, a algumas investigações que nos permitiram aglutinar material empírico e produzir análises sobre o trabalho das assistentes sociais atuantes na Assistência Social em Salvador. No conjunto de trabalhos desenvolvidos no interior do grupo, foi possível perceber algumas tendências mais gerais presentes no universo de assistentes sociais que atuam na Política de Assistência Social em Salvador, por meio de alguns levantamentos quantitativos e entrevistas. Vejamos as perspectivas e problematizações abertas por esses trabalhos.

Trajetórias de vida e formação profissional

Na pesquisa “O trabalho do(a) assistente social em Salvador: contribuições para o debate atual”, desenvolvida entre os anos de 2013 e 2016, foi realizado um levantamento, de caráter exploratório, visando mapear os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais que atuam na cidade, com o objetivo de identificar o quantitativo de profissionais em cada área, bem como os principais programas e projetos em que estavam envolvidas.⁷

Foi possível ainda, no âmbito da mesma pesquisa, obter alguns dados quantitativos sobre essas profissionais, no tocante a vários aspectos de sua inserção sócio-profissional. Os dados sobre a Assistência são parte de um conjunto maior de informações obtidas a partir da aplicação de um formulário divulgado na página do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da 5ª Região. A pesquisa foi lançada no site no início do mês de maio de 2015. Assim, de maio a agosto de 2015, 77 profissionais responderam ao formulário.⁸ Dentre esses, 19 eram trabalhadoras(es) da Assistência Social.

7 Consultando a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, obtivemos a informação de que 20 profissionais estavam ligadas a esse órgão, distribuídas nos seguintes setores. Na Coordenação de Gestão (CGES) há três profissionais, coordenando e atuando no monitoramento e avaliação do SUAS. Na Coordenação de Proteção Social Básica há nove profissionais, sendo a coordenadora e as demais trabalhando no acompanhamento do Centro de Referência de Assistência Social do Programa de Atendimento Integral à Família (CRAS/PAIF); no acompanhamento de Benefícios sócio-assistenciais e no acompanhamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Na Coordenação de Proteção Social Especial há oito profissionais, sendo uma a coordenadora e as demais atuam na Casa Abrigo – atendimento à mulher; assessoria técnica, técnica de monitoramento e acompanhamento da Rede sócio-assistencial. No âmbito municipal, obtivemos da Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza o quantitativo de 137 profissionais distribuídas nas seguinte atividades e setores: assessoria; Gestão de Pessoas; Gestão da Proteção Social Básica; CRAS; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo; gestão de Proteção Social Especial; Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas); Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop); Serviço de Abordagem Social; acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes; Acolhimento Institucional para População em Situação de Rua; acolhimento Institucional para Idosos; gestão de Benefícios; Unidade Descentralizada de Atendimento do Cad Único/Programa Bolsa Família; Gestão de Segurança Alimentar.

8 No caso dessa pesquisa, por se tratar do conjunto de assistentes sociais que atuam em Salvador, um universo muito extenso e ao qual não conseguiríamos atingir como um todo, optamos por uma amostragem não probabilística ao colocarmos o formulário disponível na página do CRESS. Essa estratégia implica a existência de algumas condições que acabam por selecionar a amostra que deixa, desse modo, de ser formada aleatoriamente. Em nosso caso, por exemplo, responderiam os profissionais que tivessem acesso à divulgação feita e que, diante dela,

Vejamos alguns elementos desse perfil. Dos 19 profissionais, 16 são mulheres e 3 são homens. Com relação à idade, são variadas, predominando a faixa entre 20 e 40 anos, com 12 profissionais, sendo que os outros 7 estão em faixas superiores, até os 60 anos. No tocante à raça/cor, 11 se declararam pardos, 6 se declararam pretos, 1 se declarou indígena e 1 se declarou branco. Quanto à orientação religiosa, 4 se dizem sem religião, 2 têm religião de matriz africana, 7 são católicas, 3 são evangélicas, 1 protestante, 1 judaica e 1 espírita kardecista. Quanto ao estado civil, foram 9 solteiras, 3 em união estável, 5 casados, 1 divorciado e 1 viúvo. Em relação a filhos, 7 não possuem e 11 possuem filhos. Quanto à composição familiar, 4 moram com os pais, irmãos ou irmãs, 10 moram com o cônjuge/companheiro(a), filhos, pais/sogros e 5 têm a composição unipessoal. Sobre a renda individual mensal total em salários mínimos, 7 recebem entre 1 e 2 salários; 6 recebem entre 2 e 3; 2 recebem entre 3 e 4; 2 recebem entre 6 e 7; 1 recebe entre 4 e 5 e 1 entre 9 e 10 salários.

Sobre as instituições em que realizaram a graduação, doze o fizeram na Universidade Católica do Salvador e as(os) demais nas seguintes instituições: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Centro Universitário Estácio da Bahia, Unifacs, Unime, Fundação Estadual do Estado do Tocantins, Vasco da Gama e Faculdade COC. Quanto à modalidade da graduação, 11 fizeram curso presencial, 3 à distância e 5 não responderam. Quanto à especialização, 13 responderam que já cursaram.

A partir de entrevistas feitas no âmbito da pesquisa “O trabalho do assistente social em Salvador: a emergência da precarização do trabalho na Política de Assistência Social (2016)”, conhecemos quatro trajetórias de profissionais que atuam na Assistência, aqui apresentadas com nomes fictícios para preservar a identidade das depoentes.

Carmelita está na faixa etária entre 41 e 45 anos, é parda, heterossexual, casada e com um filho. Sua renda domiciliar está na faixa de 6 a 7 salários.

aceitassem preencher o formulário *online*. Os dados referentes às respostas desses profissionais são, pois, representativos do grupo de assistentes sociais que, por razões desconhecidas, se dispuseram a responder ao nosso formulário, em detrimento de tantos outros que não o fizeram, também por razões que desconhecemos. As características desse grupo não devem ser generalizadas para o conjunto do universo de profissionais, sem as devidas mediações analíticas e sócio-históricas que nos permitirão compreender, justamente, a singularidade social revelada nessa amostragem e como ela se relaciona com os fenômenos e tendências mais amplas que marcam o trabalho profissional contemporaneamente.

Estudou em universidade da rede privada, na qual foi contemplada com o crédito educativo da universidade, fez pós-graduação, trabalhou com convênio em um município da região metropolitana de Salvador, na implantação do núcleo de atendimento à família, posteriormente trabalhou no interior, na implantação desse mesmo serviço, dessa vez atuando como assistente social. Logo após, atuou na área de saúde e, atualmente, fez concurso para Salvador na mesma área, sendo designada para trabalhar na gestão municipal da assistência como assistente social através de cargo comissionado.

Yolanda está na faixa etária entre 26 e 30 anos, é preta, heterossexual, solteira e não possui filhos. Sua renda mensal está na faixa entre 6 e 7 salários. Ingressou na universidade aos 17 anos de idade, possui especialização na área de gestão de projetos, trabalhou em outro município como assistente social do CRAS, foi convocada pelo concurso da saúde em outra cidade, para a coordenação de um CRAS, ainda numa outra localidade e, atualmente, atua como gestora estadual da assistência no estado com cargo em comissão.

Raquel está na faixa etária entre 20 e 25 anos, é preta, heterossexual, solteira, sem filhos, com uma renda mensal entre 4 e 5 salários. Formou-se em faculdade privada através de uma bolsa de estudos do programa governamental Prouni. Fez pós-graduação em gestão pública em uma faculdade particular, trabalha como técnica de Serviço Social na gestão da assistência no âmbito estadual na modalidade de Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

Marilda está na faixa etária entre 51 e 55 anos, é parda, heterossexual, casada, possui três filhos, sua renda está na faixa entre 7 e 8 salários, formou-se em universidade privada, fez pós-graduação na área de gestão. Atualmente, trabalha no CRAS como assistente social, porém é concursada da saúde.

Tomando-se o conjunto de dados, vemos que eles apontam para alguns aspectos específicos da realidade dos assistentes sociais na contemporaneidade que, a nosso ver, indicam tendências de um perfil profissional que precisa ainda ser melhor explorado, uma vez que expressa algumas mudanças mais recentes da sociedade brasileira em seus vários setores.

Discutiremos aqui aspectos que dizem respeito a apenas dois vetores de mudanças importantes que, intersectados, incidem na formação dos quadros profissionais contemporâneos. Trata-se da base social que forma o contingente profissional, em termos de classe, raça, idade e gênero, bem como dos mecanismos de formação da categoria.

Vejamos algumas questões sobre a base social das profissionais. Na pesquisa, há a predominância do contingente feminino, o que é uma tendência histórica no Serviço Social. Na pesquisa do Conselho Federal de Serviço Social, de 2005, tínhamos, no Brasil, apenas 3% de homens assistentes sociais.

Podemos dizer que essas mulheres estão em momentos diversificados do curso da vida e do ciclo familiar. São, em sua maioria, negras, compreendendo aí, pretas e pardas. Algumas recebem um salário bastante baixo. Esses dados são relevantes na medida em que apontam para um perfil composto por mulheres oriundas da classe trabalhadora, negras, com diversidade de orientação sexual, religiosa e de composição familiar. Traços que diferem, sobretudo no tocante à raça, daquele encontrado pelo Conselho Federal de Serviço Social (2005), referentes à realidade brasileira, em geral: “pode-se identificar a predominância do seguinte perfil geral do (a) assistente social no Brasil: mulher, com idade entre 35 a 44 anos, católica praticante, que se autodeclara branca, heterossexual e casada, constituindo uma prole de dois filhos”.

Muitos dos desafios postos para a profissão na contemporaneidade são atravessados pelas tramas das relações e desigualdades de gênero e raciais, tais como foram construídas nessa sociedade e reproduzidas hoje, de forma tão nítida, em expressões como a precariedade do trabalho das mulheres negras, as assimetrias vivenciadas no mercado de trabalho e nas políticas públicas (IPEA, 2016), a violência contra a mulher, a sobrecarga feminina em função da divisão sexual do trabalho, acirrada em tempos de crise do capital (HIRATA, 2009) e muitas outras situações. Tanto na vida das profissionais quanto na das usuárias, essas não são questões secundárias. Ao contrário, definem uma trajetória social que interfere decisivamente em questões relevantes para pensarmos o trabalho do Serviço Social a partir de seus sujeitos, as mulheres trabalhadoras. Essa base social tem papel determinante na constituição das expectativas que lançam sobre a profissão e na forma como ressignificam as experiências do trabalho, bem como os códigos e bases teóricas recebidos na formação.

Esse tipo de questão ainda não é uma tônica no debate acadêmico do Serviço Social. Praticamente toda a discussão sobre a formulação de projetos e autorrepresentações profissionais ancora-se numa referência à produção bibliográfica da categoria e ao movimento político da mesma em sua relação com a história da sociedade brasileira. Ou seja, trata-se de uma abordagem sobre a categoria como sujeito coletivo que elabora e se organiza em torno da

defesa de um projeto. (NETTO, 1991) É por essa via que se formulou a compreensão acerca da ruptura com o conservadorismo e a construção do projeto ético-político profissional (NETTO, 1999), bem como é por aí também que se tem debatido a presença de um neoconservadorismo no interior dos projetos profissionais. (BARROCO, 2011)

Sugere-se aqui a necessidade de pensarmos esse processo, também, a partir da composição social da categoria, enquanto elemento importante para a análise da forma como os projetos profissionais se efetivam/se transformam no cotidiano do trabalho profissional. (NETTO, 1999)

No universo das entrevistas feitas em Salvador, aparece, com destaque, a referência de algumas profissionais a seu pertencimento étnico-racial. Para Yolanda, essa é uma questão definidora, por exemplo, do modo como justifica sua escolha pelo Serviço Social, bem como do modo como ela conduz sua trajetória, suas escolhas.

[...] eu tive o prazer, o privilégio de nascer numa família que desde muito cedo conseguiu se colocar, é..., enxergar o seu lugar no mundo do ponto de vista político né?! A minha família é uma família que se coloca no compromisso de contribuir com o debate da questão étnico-racial, né?! Então eu nasço nesse seio de militância, especialmente dentro do movimento negro e, portanto, toda a minha trajetória acadêmica e profissional ela vai ser atravessada, iluminada com esse... [...] com esse lugar político que eu me vejo em qualquer espaço que eu estou no sentido de contribuir pra uma sociedade.

Também no tocante à percepção de formas de violação de direitos no interior das relações de trabalho – o que é uma das questões do roteiro de entrevista utilizado nessa pesquisa –, a condição de mulher negra parece ser o elemento que funda a percepção da opressão no ambiente laboral, como expresso nos depoimentos seguintes.

[...] eu me sinto muito uma responsável, inclusive eu acho que o desafio se torna maior pra mim quando eu identifico isso, [discriminação no ambiente de trabalho] porque significa que eu tô representando um grupo, um segmento, eu não tô ali por mim, assim, por mais que tenha agregado a mim uma capacidade intelectual e de formação minha, do meu percurso, mas no fundo eu tô ali

representado um grupo que historicamente as pessoas não enxergam com capacidade pra exercer lugar de gestão, mulher e negra. Então a gente não esteve historicamente em nenhum lugar de gestão de poder então assim, eu tanto me sinto de certa forma lisonjeada de ter oportunidade de exercer, mas me sinto na responsabilidade de fazer isso bem, entendendo que eu tô representando um coletivo, então a minha responsabilidade é maior. (YOLANDA, 2016)

Sim, por três motivos: por ser mulher, negra e jovem eu não tenho dúvida assim, eu acho que a minha família me deu um legado fantástico pra identificar as sutilezas das manifestações discriminatórias então eu aprendi isso desde cedo, muito por conta da questão racial mais até do que de gênero, e aí como eu fui pra universidade muito cedo, saí da universidade cedo, ingressei espaços profissionais muito cedo, então assim, eu hoje sou uma gestora jovem não é normal você encontrar alguém da minha idade ocupando a função que eu ocupo então eu sinto isso, eu sinto isso tanto internamente, não tô dizendo que eu me sinto desrespeitada até porque eu sou uma figura que eu consigo... (YOLANDA, 2016)

as pessoas dizem assim: poxa, você... eu esperava uma outra pessoa! E aí fica no subjetivo entender o que é essa outra pessoa. Pra mim que já militei no movimento negro, conheço muito bem a dinâmica do preconceito, do estereótipo, até porque a gente estuda isso na psicologia social e sabe que o que a pessoa quer é justamente isso, que uma pessoa negra, uma pessoa jovem, mulher, naquele ambiente de trabalho, muitas vezes numa relação de poder mais ampla, significa alguém estranho ali. (RAQUEL, 2016)

Sem ser esse o espaço para o aprofundamento da questão, vale destacarmos que a referência à dimensão étnico-racial nasce, no universo dessas duas entrevistadas, da militância política nesse campo, da inserção em uma prática política fundada na identificação como mulheres negras a qual se dá anteriormente a seu ingresso no universo teórico-político da formação profissional em Serviço Social. Isso nos remete a um aspecto importante a ser investigado acerca da formação política das assistentes sociais em Salvador, considerando, aí, um traço que se expressa na história dessas duas entrevistadas que é o fato de serem jovens profissionais. A militância, para ambas, é um aspecto de sua vivência enquanto jovens negras, morando em Salvador, condição que

representa, certamente, a experimentação de múltiplas formas de opressão, preconceito e exploração, bem como a possibilidade de enfrentamento dessa realidade, de forma coletiva, por meio da prática política. Podemos perguntar se, para uma geração específica de profissionais, esse não seria um aspecto fundamental a se considerar acerca de seu perfil e trajetória profissional.

Sobre os mecanismos de formação profissional – o segundo vetor apontado aqui como fundamental para entendermos a constituição dos quadros profissionais contemporâneos – não podemos deixar de mencionar uma particularidade da formação profissional na cidade de Salvador.

O ensino na área do Serviço Social no estado da Bahia foi feito, até 2001, pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Nesse ano, foi criada uma faculdade privada em Feira de Santana e, em 2003, uma outra em Salvador. Atualmente, já são 73 cursos no estado da Bahia e 38 em Salvador, segundo dados do e-mec.⁹ Apenas em 2008 foi criado um curso de Serviço Social numa universidade pública na Bahia, a UFRB, e em 2009, o segundo curso, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, dentro do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Do mesmo modo, a formação pós-graduada na área do Serviço Social no estado da Bahia é ainda insuficiente. Somente em 2006, com o Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania na UCSAL, cria-se uma oportunidade efetiva de educação continuada na área de Serviço Social, sendo que, atualmente, tendo se tornado um Programa de Pós-Graduação, o curso de Políticas Sociais e Cidadania passou a ser da área interdisciplinar. Em 2013, foi inaugurado o curso de Doutorado Interinstitucional (Dinter), envolvendo duas instituições: a UFRB e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o intuito de qualificar os professores dos cursos de Serviço Social da UFRB e da UFBA. Em 2018 foram finalmente aprovados dois Programas de Pós-graduação em Serviço Social nas duas universidades públicas que oferecem cursos de Serviço Social no Estado, a UFRB e a UFBA, como já mencionado. Veja-se, pois, que, no estado e, especialmente, em Salvador, a entrada da formação profissional no âmbito da universidade pública é bastante recente.

9 Sistema *online* que apresenta o cadastro do Ministério da Educação de Instituições e Cursos de Educação Superior.

Atualmente, então, pode-se afirmar que a formação em Serviço Social no estado da Bahia é marcada pelos processos de privatização e mercantilização do ensino. É importante lembrar, sobre isso, que o processo de expansão da educação no Brasil, tanto por meio da multiplicação das universidades privadas e da amplificação dos cursos nas universidades públicas, como no crescimento dos cursos à distância, deu-se de modo a favorecer a iniciativa privada, abrindo espaços para que ela explore livremente o setor educacional e ainda receba o financiamento público para seus negócios, como no Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e na isenção fiscal, base do Programa Universidade para Todos (Prouni). No setor público, lembremos que o Reuni ampliou as vagas públicas, adotando estratégias de gestão mercadológica como a otimização dos recursos materiais existentes e a intensificação do trabalho docente. (PEREIRA, 2012)

Assim, há também, aqui, a possibilidade de pensarmos em gerações distintas de assistentes sociais na Bahia a partir dos processos formativos. Os dados quantitativos, anteriormente mencionados, expressam a já presente diversificação das modalidades de ensino e das unidades de formação em Salvador. Dentre as entrevistadas, Raquel obteve bolsas de estudos através do Prouni e cursou a graduação em universidade que integra o processo expansivo de cursos privados de Serviço Social na região, a partir da década de 2000.

Voltando à ideia da interpenetração constante das relações sociais, com a qual trabalhamos aqui, é importante mencionar que o acesso à educação superior, especialmente para as mulheres negras, tem significado a possibilidade de projetar trajetórias ocupacionais distintas das tradicionais ocupações oferecidas a esse grupo populacional no Brasil, muito voltadas para o trabalho doméstico. Contudo, essa possibilidade de, digamos, ascensão social, conferida pela educação deve ser relativizada, uma vez que a ampliação do acesso à universidade tem gerado, para a classe trabalhadora, uma “expansão para menos” (LEHER, 2011), uma vez que não garante, por exemplo, a permanência das(os) estudantes na universidade ou o acesso a melhores postos de trabalho. O trabalho de Cibele Henriques traz outro elemento importante para pensarmos esse quadro de questões. Usando dados do INEP de 2013, a autora mostra que as mulheres são maioria, dentre o total de estudantes que se matriculam em cursos à distância, o que a autora associa à falta de proteção pública às

mulheres em seu enfrentamento de duplas e triplas jornadas que envolvem trabalho, estudo e família. (HENRIQUES, 2016)

Estamos tratando, aqui, portanto, das complexidades que marcam os processos de constituição dos quadros sociais que compõem a categoria, as quais se expressam quando consideramos as contradições ligadas à dinâmica das relações entre classes, sexos, etnias e gerações. Assim, apontamos a importância de pensarmos sobre os processos que, mais recentemente, têm permitido a entrada de negros e mulheres na universidade, mas também para aqueles que reproduzem o lugar subalterno da mulher no mercado de trabalho. Assim, se houve, de fato, conquistas em termos de aumento da renda e acesso ao mercado, para mulheres e negros em geral, esse movimento recriou vetores de discriminação de determinados grupos. As mulheres, por exemplo, continuam exercendo trabalhos precários e vulneráveis, inserindo-se sobretudo em setores em que, tradicionalmente, há o predomínio da mão de obra feminina. (IPEA, 2016)

A análise das entrevistas das assistentes sociais, trabalhadoras do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), fornece pistas sobre como as trabalhadoras desse sistema estão vivenciando uma intensificação do seu trabalho, potencializada pela experimentação de condições de trabalho muito precárias.

Relatos sobre o SUAS : mulheres trabalhadoras e suas condições de trabalho

A história da Assistência Social no Brasil é marcada por uma luta pelo reconhecimento dessa política como direito social, a qual se deu mesmo após a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993. Até seu ingresso, como política pública, no sistema de Seguridade Social, instaurado com a Constituição Federal de 1988, a assistência social no Brasil trazia a marca da falta de financiamento e planejamento continuados e da perversa utilização de seus recursos como meio de barganha política.¹⁰ (VICCARI, 2008)

10 Em 2004, o Brasil aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Essa política traduziu o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, no sentido de buscar transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988, que instituiu a assistência social como um direito do cidadão e dever do Estado, através de definições dos princípios e das diretrizes para a sua implementação, cumprindo nova

Do mesmo modo, a conquista da Assistência como direito se deu num momento em que o país redirecionava sua política social no sentido das práticas neoliberais e, desse modo, a concretização da Assistência como direito vem sendo comprometida, reproduzindo-se, hoje, traços da tendência histórica de sua associação à filantropia. São alguns dos traços que definem a política de Assistência Social na contemporaneidade: a submissão de seu orçamento aos ditames do ajuste fiscal; a focalização na pobreza extrema; o reforço ao assistencialismo e às formas emergenciais de atendimento à população; a transferência de responsabilidades do governo para a sociedade civil no trato das necessidades sociais; o reforço ao terceiro setor; a precarização dos trabalhadores do SUAS e o sucateamento dos equipamentos; a gestão burocrática e gerencial da política; o primeiro-damismo.

A esses elementos somam-se a reprodução de velhas práticas políticas, como o favor e o personalismo, que comprometem a implementação do projeto de democratização das relações sociais e instituições. Assim, um dos grandes entraves locais é a presença de tais práticas que, no caso do SUAS, se expressam na priorização das parcerias com ONG e iniciativa privada na implantação dos serviços, bem como na presença massiva, nos quadros executores e gestores, de profissionais não concursados e, em muitos casos, indicados em função de sua filiação político-partidária. O que se verifica, então, é uma precarização extrema da política, impossibilitando a garantia mínima das condições necessárias ao funcionamento desse sistema de proteção social na cidade.

Essa condição do SUAS em Salvador está documentada em alguns trabalhos importantes que, contudo, não serão aqui examinados, mas que podem ser corroborados pelos depoimentos que constituem a base empírica da discussão que aqui fazemos. (CARMO, 2013; SALVADOR, 2014)

Iniciamos com a realidade das assistentes sociais que atuam na gestão. Aqui, os depoimentos mostram como o trabalho no setor público é marcado pelos

agenda para a cidadania no Brasil. O SUAS (BRASIL, 2005) é um sistema não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira, sendo este um novo reordenamento da PNAS na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações, tendo os seus serviços, programas, projetos e benefícios reorganizados por níveis de proteção social básica e proteção social especial. Esses dois níveis estão organizados em serviços que têm como referência os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para a proteção básica e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) para a proteção especial.

efeitos da contra-reforma do Estado (BEHRING, 2008): redução de concursos, demissões, contenção salarial, terceirização, contratação temporária etc.

O trabalho de Carmo (2013, p. 80) aponta que, desde o ano de 2005, quando começou o processo de implantação dos CRAS em Salvador, não houve concurso público com vistas a preencher o quadro de trabalhadores do SUAS, de modo que os efetivos atuantes na Assistência Social são provenientes de outras secretarias.

[...] a opção por não realizar o concurso público previsto na Nob-Rh do SUAS, levou a que em novembro de 2012, 95% do profissionais dos CRAS fossem terceirizados e os 5% restantes fossem funcionários públicos cedidos.

Nossa entrevistada, Yolanda, que é gestora da política em âmbito estadual, fala sobre essa realidade também do campo da gestão.

[...] as pessoas aqui falam que tá datado [concurso], acho que da década de 80 ou é de 90. Nunca mais se fez concurso. Então, você tem um volume de pessoas que estão se aposentando, você não consegue ter no mesmo nível de velocidade de quantitativo, a reposição.

Percebemos, sobre isso, uma tendência específica que marca a Assistência no Brasil contemporâneo e já mencionada aqui, que é a sua descaracterização enquanto política pública, garantidora de direitos sociais. Na estrutura da gestão estadual da política no estado, esse processo teve como marco a própria extinção da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes) que foi integrada à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e, a partir disso, pela fragmentação das estruturas de organização do trabalho, no interior de uma secretaria que se tornou muito densa em termos das políticas com que atua e suas respectivas demandas e orçamentos. Esses traços ficam explicitados nos depoimentos de Raquel e Yolanda, profissionais vinculadas à gestão estadual da política. Ambas mostram também como essa questão afeta imediatamente o processo de trabalho do ponto de vista da operacionalização do mesmo.

Hoje essa secretaria é uma secretaria que tá fatiada então ela não funciona, até pelo tamanho dela, ela não funciona toda numa es-

estrutura só, então tem uma parte que funciona nesse prédio, outra parte funciona no prédio do lado da governadoria, uma outra parte nem funciona no CAB é fora do CAB né?!, então assim, a gente tem esse problema de estrutura. A gente ainda não conseguiu acomodar toda a secretaria num prédio só, acho que isso é um complicador né?! Porque assim, a gente acaba não conseguindo se comunicar na frequência, na agilidade que a gente gostaria né?! Eu acho que isso é uma questão que não impede que a gente converse, mas eu acho que essa dinâmica de tramitação de documento, essa dinâmica de diálogo mais frequentes acaba sendo interferida por você ter as estruturas dispersas. (YOLANDA, 2016)

[...] houve uma mudança né?! de gestão a secretaria. Nós ficamos com muita dificuldade de operacionalizar a assistência social. A assistência social foi reduzida a uma superintendência diante de outras cinco, aonde o gestor ainda, talvez não compreenda a magnitude do que é a assistência social. Nós temos um orçamento com recurso federal muito alto nós temos recursos que secretarias não tem, então pra operacionalizar no tamanho da logística que a gente precisa de viajar de tirar diárias pra técnicos a gente precisa tá no constante movimento externo muitas vezes os gestores não compreende a necessidade nossa maior que as outras superintendências de fazer essa, de ter essas saídas de ter essas reuniões externas essas atividades nos outros municípios então é um diálogo sempre difícil a viagem, a questão das diárias é sempre muito difícil pra nós, conseguir sair daqui então isso afeta o nosso trabalho a partir do momento que o acompanhamento ele se torna mais frágil e os municípios acabam cobrando um pouco mais de nós. Respostas que às vezes a gente não pode dar porque a gente não tá próximo a eles. (RAQUEL, 2016)

No depoimento de Yolanda, a entrevistada deixa evidente como as contratações mais precarizadas como a REDA aparecem como alternativa de recomposição mínima dos quadros diante do enxugamento dos mesmos e da ampliação de demandas postas para a Assistência Social.

[...] nós saímos no quadro de 19 técnicos e estamos com menos de 10, a coordenação foi reduzida por conta das questões da aposentadoria do servidor e tem muitos anos que não tem concurso públi-

co a maioria ou é cargo comissionado que é de livre exoneração a qualquer momento pode ser exonerado ou é REDA e o REDA está terminando as pessoas já vão se afastar e a coordenação a tendência é diminuir mesmo na reserva e o estado não tem previsão de concurso público novamente.

Ao lado de dados que revelam aspectos da organização do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, em suas particularidades no âmbito da Política de Assistência Social, os depoimentos trazem, como se vê, nuances importantes sobre as condições concretas em que se realiza esse trabalho, questão especialmente significativa para a análise nas políticas que tiveram um grande crescimento nesses últimos anos. (RAICHELLIS, 2010)

Saindo do universo das profissionais que atuam na gestão, o depoimento de Marilda, assistente social de um CRAS, traz um registro de algumas condições específicas de trabalho que caracterizam muito bem os grandes limites vivenciados pelo SUAS em Salvador. Primeiramente, ela fala das péssimas condições de trabalho a que é submetida, por meio do registro preciso de como tais condições impedem a realização de sua atividade e roubam sua dignidade como trabalhadora.

É tudo assim, muito sacrificado, muita humilhação, sabe? O ventilador que tem na sala onde eu trabalho, o de teto, tá quebrado. Eu comprei um ventilador porque eu tô na menopausa e fica insuportável pra mim. É desumano pra mim. [...] Então, impressora, computador, informática não tem, é tudo manual é tudo manual, agora recente que a gente tem telefone, chegou o telefone no final do ano então o telefone que chegou sabe..., porque era a gente, eu tenho um plano oi é o do celular meu celularzinho porque tem coisas que, eu não sei se eu tô certa ou se tô errada, tem coisas que eu acho, eu não posso que eu não posso deixar de fazer entendeu e eu dizer assim a pessoa tá ali diante de mim eu dizer assim eu não vou fazer porque não tenho telefone tem coisas...Do meu custo sim, sim e de outras colegas também agora mesmo cliques pra juntar, os cliques do BPC eu comprei porque não dá pra você dar o papelzinho todo espalhado, você arruma o documento todo do BPC e você sabe se não der arrumado ali daqui a pouco ele vai chegar lá vai ficar faltando aí ele vai voltar ali pra dizer olhe está faltando aí

eu tenho meus cliques lá pra botar no papel entendeu? Essas coisas assim então, não tem, é muito quente, é insalubre é..., tem pouca luminosidade muito pouca luminosidade podia ser melhor e a gente tem que usar o computador, agora que meu filho se desfez de um velhinho eu levei pra lá mas o de casa pra lá pra trabalhar pra fazer relatório de leve e trás e não dá pra deixar lá porque lá já foi arrombado não sei quantas vezes e a gente tem medo de deixar lá, já carregaram televisão até hoje não veio outra, já carregaram aparelho de som até hoje não veio outro, sabe é muito complicado assim. Eu falo tô desabafando agora, mas eu nem fico valorizando isso também é algo que me incomoda muito, muito, muito mas é algo que eu tenho que tirar do corpo né, senão sobra pra mim depois também. (MARILDA, 2016)

Nesse relato, a profissional deixa claro como as estratégias individuais que ela encontra para lidar com a precariedade do local de trabalho dizem respeito a arranjos que envolvem seus recursos pessoais, mas que são acionados não só para garantir que o trabalho seja feito, mas também para proporcionar mínimas condições de conforto e humanidade.

Em outro momento, há um registro dos mecanismos adotados no CRAS para intensificar e pressionar a atividade profissional, por meio do estabelecimento de metas quantitativas. O depoimento se destaca pela explicitação da forma como a profissional, submetida a esse processo, subjetiva a impossibilidade de desenvolver seu trabalho a partir dos valores que considera pertinentes, especialmente diante do compromisso com o atendimento aos usuários.

Porque é..., porque assim, pra mim o fazer profissional ou ele faz parte da minha vida não é algo apartado ou faz parte da minha trajetória como pessoa, eu acho que isso fica imbricado pra mim ou me traz realização ou não serve pra mim porque minha vida, acho que a vida da gente é muito curta né? Então vamos ver se eu consigo me organizar no que eu tô querendo dizer: a gente tem uma série de demandas burocráticas principalmente relacionada a quantidades. 'Quantos grupos você vai fazer, quantas pessoas você está atendendo?' Tem uma exigência muito grande cada vez maior, cada vez..., eu acho que isso é precarização mesmo e é, você tem que dar conta dessa quantidade, você é cobrado por essa quantidade, certo? E você fica querendo, nessa... nesse cotidiano você fica

querendo priorizar a qualidade, o respeito ao usuário, o respeito ao que ele traz de demanda, de que forma você pode abordar essas demandas que ele traz, quais os desdobramentos você dar pr'aquelas demandas, os encaminhamentos que você faz, o retorno desses encaminhamentos. Então, quando você chega nesse outro aspecto aí, você é como se tivesse um vazio, entendeu? [...] uma, acho que se trata de angústia... (MARILDA, 2016)

É possível aproximar a vivência da depoente no interior do SUAS aos processos de intensificação do trabalho que marcam as formas contemporâneas de produção. Segundo Pina e Stoltz (2014, p. 156), a intensificação do trabalho “corresponde a uma dimensão particular da exploração do trabalhador”, caracterizada pela obtenção de mais resultados do trabalho em um certo período de tempo. Segundo os autores, e como mostra o relato, a intensificação é possível à medida que a experiência em relação ao trabalho é expropriada, o que pode produzir adoecimento. O “vazio” e a “angústia” relatados pela profissional são sinais dessa expropriação e de como ela pode produzir uma forma de desgaste do trabalhador a qual afeta sua identidade e dignidade. (SELIGMANN-SILVA, 1994)

Essa questão nos remete, ainda, ao depoimento anterior da mesma entrevistada que expõe suas estratégias para lidar com as precárias condições de exercício profissional no CRAS. Vimos como ela recorre a recursos próprios para proteger sua saúde e conseguir desenvolver suas atividades, criando uma estratégia individual de resistência à humilhação e insalubridade. Uma outra profissional, atuante no âmbito municipal da saúde também relata que lida com o estresse trazido pela falta de condições e aumento da intensidade do trabalho, fazendo o exercício de «sair daqui e esquecer isso aqui», referindo-se à sua tentativa de manter suas atividades de lazer. Voltamos a esse ponto para pensarmos como, nessa forma de enfrentamento da objetividade do trabalho, há uma ausência da dimensão coletiva, quer na prática, ou seja, nas estratégias para lidar com essa precariedade, quer na forma como analisam esse processo. O discurso revela essa ausência ao não se referenciar nos debates sobre trabalho ou na crítica feminista à opressão e exploração da mulher no mercado de trabalho.

Ainda que de forma incipiente, pretendemos, com esses relatos sobre o SUAS, ter dado algumas contribuições, apontando para o modo como ele

se estrutura em Salvador, o modo como absorve a força de trabalho das(os) Assistentes Sociais enquanto um dado importante na definição das possibilidades de realização desse trabalho profissional específico. A precariedade do SUAS interpõe limites à concretização de muitos dos princípios de nosso projeto profissional por falta de meios de trabalho suficientes postos ao dispor do assistente social que se vê, pois, diante do dilema travado entre a realização de seu projeto profissional e sua condição como trabalhador assalariado.

Considerações finais

Na atualidade profissional, a Política de Assistência Social apresenta grande capacidade de absorção da mão de obra representada pelo trabalho de assistentes sociais. Esse espaço tem se configurado, historicamente, como uma das mediações tradicionais para o trabalho profissional. Essa construção é permeada, tanto para as gerações mais jovens quanto para as antigas, por uma dimensão de gênero, ao se constituir aí um campo típico das chamadas profissões femininas, em que se associa o trabalho às capacidades “naturais” da mulher para o cuidado. Atualmente, após a categoria romper historicamente com um passado conservador e afirmar-se socialmente como profissão vinculada ao projeto societário da classe trabalhadora, retornam, com efetividade, as requisições voluntaristas ao nosso trabalho, os apelos ao compromisso e à solidariedade, como formas de sustentar tanto situações muito precárias de trabalho, quanto formas muito intensas de extração de nossa capacidade laborativa. As mudanças na formação profissional, no sentido de seu aligeiramento e mercantilização, se somam a essa condição objetiva de trabalho, caracterizando bem os desafios do Serviço Social contemporâneo.

Para empreender esse debate, baseamo-nos numa perspectiva que considera fundamental pensar as relações sociais que conformam a sociabilidade capitalista e, nesse sentido, a realidade que circunscreve o Serviço Social, a partir de uma abordagem consubstancial das mesmas. Essa abordagem aponta para a interpenetração das dimensões de classe, gênero, geração e etnia na análise das relações e da profissão. Aqui, tomamos essa abordagem dentro de uma direção teórico-metodológica que parte da centralidade dada ao trabalho como fundante da sociabilidade, bem como considera fundamental a

perspectiva da totalidade social dada, no capitalismo, pela referência necessária às suas contradições fundantes.

A parte empírica apresentada nesse texto é ainda uma pequena amostra do material que vem sendo coletado pelo grupo de pesquisa. Mesmo nessa breve aproximação, esse material já nos mostrou contextos e elementos particulares por onde passa, de forma concreta, a precarização do trabalho na Assistência Social em Salvador, bem como o perfil das profissionais.

Vimos como o perfil encontrado foi de mulheres, negras, relativamente jovens, vindas de várias unidades de formação, com pluralidade de orientação sexual e vinculação religiosa, com diversas formas de vínculo com o mundo do trabalho. Um elemento de unidade dentre os perfis e trajetórias apresentados é o predomínio das mulheres, dado conhecido e esperado, bem como a precarização e intensificação do trabalho profissional, o que nos interpela à compreensão dos movimentos do mundo do trabalho a partir da especificidade posta pela forma como o trabalho das mulheres vem sendo incorporado nos processos de trabalho contemporâneos.

Sobre essas questões, mostramos ainda a especificidade das questões vivenciadas pelas profissionais que atuam na gestão, vivenciando o desmonte da secretaria de desenvolvimento social e o aumento das demandas, bem como por aquelas que enfrentam o cotidiano do CRAS, sem condições mínimas de trabalho. Sem explorar muito esse tema, foi possível perceber que essas condições representam, em suas vidas, a experimentação de um sofrimento, dado pelo esvaziamento do sentido do trabalho, “um vazio, uma angústia” nas palavras de uma depoente.

Todas essas provocações apontam para vários desdobramentos e para a necessidade de ampliarmos os enfoques sobre o debate acerca do trabalho profissional, concretizando as nuances e particularidades do exercício e da formação, num contexto de diversificação das condições de trabalho e formação, marcado por desigualdades regionais e diversidade sociocultural que se expressam no âmbito profissional. A interlocução com os sujeitos vivos que exercem a atividade profissional, parece-nos, nesse sentido, uma abordagem rica na condução desse exercício, permitindo antecipar tendências colocadas, tanto no campo teórico quanto político profissional. Além disso, a socialização dessas problematizações junto à categoria em Salvador tem sido uma forma estratégica de aproximação do acúmulo teórico do Serviço Social à vida de

trabalho das profissionais – para nós, uma importante função da produção do conhecimento que, por essa via, ajuda a desvelar os desafios do cotidiano e os caminhos coletivos por meio dos quais eles podem ser superados. Nesse caso, os dados são contundentes: pensar-nos como mulheres trabalhadoras, com todas as implicações que essa condição contém, ao vivermos no Brasil contemporâneo, é um caminho necessário tanto para lidarmos com as explorações e opressões no plano prático, quanto para nos somarmos ao campo mais amplo das lutas emancipatórias.

Referências

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. *Serviço Social: trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo; os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- BEHRING, Elaine Behring. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF, nov. 2005.
- CARMO, Caroline Ramos do. *O trabalho do assistente social no suas: análise nos Cras do município de Salvador/Ba*. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2013.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional*. Brasília, DF: CFESS, 2005.
- DELGADO, Josimara Aparecida; SANTOS, Eliana Teixeira dos. *Gênero, Assistência e Serviço Social: discutindo a marca feminina da profissão*. In: SIMPÓSIO BAHIANO DE PESQUISADORAS (ES) SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 18., 2015. Salvador. *Anais* [...]. Salvador: UFBA, 2015.
- DELGADO, Josimara Aparecida; TAVARES, Márcia Santana. Digressões para decifrar e transversalizar o gênero na formação em Serviço Social. In: GONÇALVES, M. da C. V.; MARTINS, Tereza Cristina; SANTOS, V. N. (org.). *Temas contemporâneos no Serviço Social: um convite à reflexão*. São Cristóvão: Editora UFS, 2016.
- DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, n. 01, p. 37-57, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004>. Acesso em: 14 mar. 2018.

- HENRIQUES, Cibele da Silva. Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe: a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano 26, n. 58, jun. 2016.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 13, p. 595-609, 2007.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Bontempo, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Mulheres e trabalho: breve análise do período (2004-2014)*. Brasília, DF: IPEA, 2016.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.
- LEHER, Roberto. Roberto Leher critica “pacote da autonomia”. [Entrevista cedida a] Valéria Nader e Gabriel Brito. *Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas* (ADUA). Amazonas, 2011. Disponível em: <http://adua.org.br>. Acesso em: 20 out. 2017.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia do conhecimento*. Porto: Rés Editora, 1990. 2. v.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1: o processo de produção do capital. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MOTA, Ana Elizabete Simões da. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete Simões da (org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.
- MOTA, Ana Elizabete Simões da; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: MOTA, Ana Elizabete Simões da (org.). *O mito assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008b.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político o Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL; COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA. *Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 1 - Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS/CEAD, 1999.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD: direito à educação ou discriminação educacional? *SER Social*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 30-49, jan./jun. 2012.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida . Utopias desenvolvimentistas e políticas sociais no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 11, p. 729-753, out./dez. 2012.
- PINA, José Augusto; STOTZ, Eduardo Navarro. Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 39, p. 150-160, jul./dez. 2014.
- RAICHELLIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.
- SALVADOR. Câmara Municipal. *Projeto “Os CRAS e a garantia de direitos sociais:” relatório final*. Salvador, 2014.
- SALVADOR, Evilásio. *Fundo Público e Seguridade Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Josiane Santos et al. Questão social no Brasil: o nordeste e a atualidade da questão regional. *Temporalis*, ano 12, n. 24, p. 239-261, jul./dez. 2012.
- SELIGMANN-SILVA, Edith. *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Cortez, 1994.
- THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VICCARI, Eunice Maria. *Assistência Social como direito universal: entre a concepção teórica e a provisão*. 2008. 173 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. *Temporalis*, ano 5, n. 9, p. 147-159, jan./jun. 2005.

Serviço Social e famílias negras

uma abordagem decolonial

ANGELA ERNESTINA CARDOSO DE BRITO
HENRIQUE CUNHA JUNIOR

Introdução

Este artigo discute questões relativas à forma de organização e constituição das famílias negras e, em particular, as formas de enfrentamento do preconceito e discriminação racial, que aparecem frequentemente nas relações estabelecidas com as demais pessoas em diferentes espaços sociais. Por se referir a um assunto ausente nas discussões acadêmicas (CUNHA JUNIOR, 2016), principalmente no Serviço Social, exige um esforço de coleta de dados em outras áreas do conhecimento, permitindo refletir na historiografia atual, direcionando para temas inexplorados ou considerados de menor importância nos padrões de análise anteriores. Busca inserir a interseccionalidade de gênero, população negra e renda como aspecto importante para compreender as formas de constituição das famílias negras. Rediscute abordagens padronizadas e propõe uma abordagem na perspectiva da população negra sobre a família negra, levando em consideração padrões distintos de organização cultural e processo histórico.

O artigo baseia-se em experiência de pesquisa etnográfica e histórias de vida, com famílias negras residentes na cidade de Franca, interior de São Paulo, partindo da imersão do campo da pesquisa, seguida de entrevistas em profundidade, realizadas com oito famílias: pai, mãe, filhas e filhos. As histórias de vida contidas nos relatos de cada participante permitem reconstituir um pouco do que são as relações familiares dos negros na cidade de Franca, interior de São Paulo. A apreensão de informações, somente foi possível por meio dos relatos carregados de emoção de cada participante, que deixaram seus depoimentos, preocupados em partilhar e transmitir as experiências vivenciadas em seu cotidiano. São fontes preciosas que podem possibilitar a apreensão de um universo em que o pesquisador encontra dificuldades de penetrar, o da família negra e do cotidiano das relações sociais estabelecidas.

A família, ao longo dos anos, vem passando por inúmeras transformações, grandes as variedades presentes nas diversas modalidades familiares. A família nuclear deixa de ser o modelo vigente na literatura acadêmica e nas instituições sociais. Fazem-se presentes diversas formas de organização familiar, relacionadas à convivência não só entre seus membros, mas envolvendo relações com toda a comunidade. Com isso, surgem os chamados arranjos familiares ampliados e novas concepções de família. Para as sociedades africanas tradicionais e para a filosofia africana as famílias sempre foram ampliadas pelas relações de moradia no mesmo espaço físico, por identidades construídas em situações de ancestralidades e etnicidades, constituindo um conceito de família estendida. (CUNHA JUNIOR, 2013) Versão de família que pode ter sido o sustentáculo das comunidades negras durante o período do escravismo no Brasil e que está na gênese das famílias de Filhos de Santo, praticada nos terreiros de religiões de matriz africana.

Importante refletir que, se considerarmos a família nuclear burguesa como o modelo ideal, a maioria das famílias negras, enquadram-se na intitulada família “desestruturada” ou “incompleta”. (SZYMANSKI, 1995) Pode-se supor que, ao aceitar o modelo de família burguesa como norma e não como um modelo construído historicamente, aceita-se implicitamente seus valores, regras e padrões convencionais.

Por outro lado, pesquisas vêm sendo realizadas revisando esses conceitos padronizados, estereotipados e tentando superar a visão estigmatizada dos negros, sua família e seus modos de viver.

Samara, desde 1989, alerta para as dificuldades da historiografia contemporânea em estudar o casamento entre escravos, o problema do difícil acesso a fontes específicas, a autora sugere a análise de testamentos manuscritos, nos quais vem descrita a vida familiar de escravos e libertos. Também convém pensar que a população negra, durante o escravismo, não era formada apenas de escravizados, pois deveríamos considerar a existência de livres, libertos e quilombolas.

Matoso (1992) revela outro olhar sobre a história da construção e da organização das famílias escravas, revelando que os negros escravizados foram construtores de sua história; o compadrio, o companheirismo de trabalho, a associação étnica etc. demonstram que houve resistência ao autoritarismo e ao escravismo. Todas as famílias que reinventavam formas de organização de viver e sobreviver davam a cada uma delas “uma história, um caráter, um destino e até mesmo uma linguagem”. (SAID, 2004, p. 126)

Paralelamente, os estudos de Veloso (1990, p. 5) indicam:

Sabe-se que uma das decorrências da escravidão foi a fragmentação da família africana. Ao incorporar a mulher negra ao ciclo reprodutivo da família branca, inviabilizava-se para os escravos a constituição do seu próprio espaço reprodutivo. Assim, as relações eram precárias e efêmeras, ocorrendo muitas vezes à revelia dos próprios parceiros. Acabavam predominando os interesses dos senhores, mais preocupados em assegurar a reprodução de sua mão-de-obra. A legislação escravista enfatizava sempre a unidade ‘mãe-filhos’, preocupados mais com a separação dos filhos em relação à mãe do que ao pai ou do que com a separação.

Precisamos também considerar que a visão de Veloso (1990) assim expressa carece de explicações mais amplas. Tal declaração, sabe-se, implica dizer as fontes deste conhecimento e amplitude das análises realizadas. Sempre é preciso acrescentar que não existe um modelo único de relações escravistas nas diversas regiões do país e nem nas diversas formas de trabalho, com relação ao mundo urbano e rural. Possivelmente, a generalização realizada na afirmação é parte de um universo parcial e localizado nas fazendas de café e nos engenhos de cana de açúcar.

Conforme Moura (1977), no Brasil escravocrata, a mulher negra era instrumento de trabalho e objeto de uso sexual. Seus filhos, quando nascidos das

relações com o escravizado branco, continuavam escravos, para mais tarde serem também utilizados como instrumento ideológico contra os negros. A mulher negra era associada à mãe/escrava e subordinada ao poder do senhor, que tinha autoridade para dar continuidade ou não a esse vínculo. A desconsideração da paternidade perdurou e as uniões efêmeras e passageiras ocasionavam o nascimento de crianças sem paternidade e sem referência materna. Nessa perspectiva, considera-se que gênero, raça e classe são marcadores de diferença e elementos constitutivos das relações sociais, não são categorias autônomas, mas são elementos que se intersectam. Assim, compreende-se que as famílias negras, objeto deste estudo, constituem-se grupos marcados por múltiplas opressões, que se intersectam, em virtude de estarem posicionadas em um espaço onde o racismo, a classe e o gênero se encontram. (CRENSHAW, 2002)

Samara (1989) sinaliza que o avanço desses estudos está relacionado ao repensar da questão escravista no Brasil, mas, sobretudo, “à preocupação com a análise do papel da família na sociedade brasileira do passado”. As análises desses documentos permitem refletir na historiografia atual e direcionar para temas inexplorados ou considerados de menor importância nos padrões de análise anteriores.

O debate em torno do assunto é candente e os pesquisadores, sobretudo os demógrafos historiadores, tem procurado resgatar nos documentos manuscritos e impressos, informações sobre a família negra e as suas possibilidades de existência de estabilidade no sistema escravista aqui implantado. (SAMARA, 1989, p. 3)

Estudos de Slenes (1988) também sugerem que, dentro do cativeiro, foi possível (re)criar sistemas culturais e nítidas filiações africanas, um novo arranjo familiar que não cabia nos padrões impostos na época na sociedade dominante.

Ao trazer uma nova abordagem sobre os estudos das famílias negras, não estamos desconsiderando a existência do racismo antinegro, as desigualdades raciais e nem mesmo minimizando as sequelas terríveis do sistema de escravismo criminoso na vida das pessoas escravizadas em mais de três séculos e meio de história. Sabemos que o racismo e as desigualdades se reestruturam e se reproduzem em nossa sociedade. O objetivo do trabalho é reavaliar as supostas ideias impregnadas e reproduzidas sobre a anomalia e desorganização

das famílias negras, apresentando inicialmente estudos que comprovem diferentes formatos de socialização das famílias negras na sociedade escravocrata. Escravizados usaram suas organizações familiares para obter permissões dos fazendeiros que, por sua vez, incentivaram a formação de famílias escravas para evitar rebeliões (SLENES, 1988), e, posteriormente, diferentes dinâmicas e possibilidades de organização na sociedade contemporânea.

Novos olhares, velhas fontes

A novidade do século XX na produção das Ciências Humanas foi para a população negra a edição da História Geral da África, o pensamento pan-africano e o pensamento dos movimentos sociais negros. (GOMES, 2014) Essas correntes de trabalho intelectual produziram novas metodologias de trabalho, conceitos e formas de articulação dos modelos científicos. Foram revoluções que ainda não tiveram muito eco nas ciências humanas brasileiras, mas introduziram novas visões úteis às populações negras brasileiras e possibilitaram olhares renovados para as velhas fontes.

Historicamente, no ocidente cristão, a família tem sido definida a partir de suas funções sociais. Desde o Brasil colonial, a família exerce funções políticas, econômicas e de reprodução social, além da reprodução biológica e cultural até hoje a ela associadas. Conforme Engels (2002), a expressão “família” foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o direito de vida e morte sob todos eles.

Compreende-se, aqui, a família a partir da moderna historiografia como uma instituição social básica, histórica, que se transforma sincrônica e diacronicamente. Dessa maneira, desconfigura-se a ideia de um padrão único de organização familiar.

A ordem burguesa inventa uma “geografia médica” destinada a codificar o espaço da família e o da intimidade em oposição ao território mundano. Assim, a família se transforma em refúgio idealizado, em oposição ao domínio público, que é tido como moralmente inferior. (COSTA, 1979; SENETT, 1988) Cria-se, portanto, uma segmentação entre o espaço público e o privado, no qual o primeiro é desqualificado, chegando a ser visto como uma

espécie de “antro de perdição”. Um dos objetivos dessa geografia médica é o de delimitar o espaço da mulher burguesa. Se no início do século ela já é incentivada a ir às ruas (teatros, *footings* na avenida etc.), esse trânsito não flui livremente. Há lugares permitidos e proibidos. Enfim, há um código regulando cuidadosamente esses espaços.

Já se destacou a espantosa fluidez das mulheres pertencentes às camadas populares que circulam livremente pelas suas da cidade (Perrot, 1988). Diferentemente das mulheres das elites, que transitam por um espaço rigidamente codificado sempre obediente às normas, elas se movem de acordo com os seus afazeres e prazeres. Historicamente, graças à prática do pequeno comércio, as mulheres negras acabaram desfrutando de certa liberdade de circulação pela cidade. Muitas vezes, era através de bate papo e contratos verbais que dinamizavam o fluxo das informações. Além do mais, era comum servirem de contato entre os negros rebeldes, minando, dentro do possível, os pilares da ordem escravocrata. Na realidade, toda a estratégia de sobrevivência dessas mulheres estava baseada na liberdade de circulação. (VELOSO, 1990, p. 10)

Estudos sobre a socialização dos escravizados e da sua família vêm sendo redimensionados através de novas análises documentais que refazem não somente o processo histórico, mas buscam fatores sociais, econômicos e culturais que visam compreender a atuação dos escravizados e, posteriormente, dos libertos enquanto agentes ativos, construtores e participantes das relações sociais. Entender essas e outras questões pressupõe compreender alguns aspectos do processo de formação e integração da família.

Gilberto Freyre (1933) e Caio Prado Júnior (1942) diziam que a qualidade de escravo removia os direitos civis dos cativos e os colocava na condição de objetos, o que justificava sua compra e venda, devido à ausência da instituição familiar entre os escravos. Posteriormente, Florestan Fernandes (1978) sustentaria a ideia da ausência da família escrava também devido à escravidão. Associou a família negra à completa falta de nexos e completa anomia social, sem normas sociais, seres animalizados. (SANTOS, 2013) Para o autor, o processo de escravização e privação de direitos civis dificultou formas de

união e solidariedade entre os escravos, o que teria impedido a criação de laços sólidos e redes de solidariedade.

Florestan Fernandes segue a teoria patológica, definindo a família negra como incompleta. Inúmeras críticas foram tecidas sobre a perspectiva de Fernandes. De toda maneira, o autor contribuiu significativamente para a produção e o amadurecimento científico das relações raciais no Brasil.

As perspectivas de Freyre, Caio Prado e Florestan foram contestadas e amplamente superadas pelas historiografias realizadas dentro das perspectivas de pesquisadores negros. (GOMES, 2015; YADE, 2015)

Historiadores como Kátia Mattoso (1982), Robert Slenes (1999), Sheila Faria (1998), Hebe Mattos (2005), Manolo Florentino (1997) e José Roberto Góes (1997), Clovis Moura (1959) com a utilização de fontes inéditas, como inventários, registros de batismo e casamento, voltaram o olhar para a experiência escrava com a preocupação de captar as práticas cotidianas, os costumes, as lutas, as variadas formas de resistência e os laços de solidariedade que poderiam ser formados dentro do cativeiro.

Nesse contexto, a pesquisa de Slenes (1998), em arquivos da Igreja Católica e da Justiça no interior de São Paulo, ajudou a reavaliar a suposta família patológica negra. Seus estudos sugerem que uma proporção grande de escravos nas regiões de café e açúcar foram casados ou viúvos. Constituíram famílias e esses casamentos eram bastante estáveis.¹ A bibliografia “clássica” sobre a família escrava no Brasil enfatiza o esforço por parte dos fazendeiros, principalmente no oeste paulista, de tolher e solapar todas as formas de união ou de solidariedade dos escravos,

A família cativa emerge de um processo de conflito entre escravo e senhor. O senhor é forçado a ceder um certo espaço para os escravos formarem famílias, encarando isso, porém, como parte de uma política de desmonte de revoltas. A política funciona até certo ponto, pois, ao dar ao escravo algo a perder, ela o torna mais vulnerável, transforma o cativo em refém. A médio e longo prazo, contudo, o espaço acaba sendo altamente subversivo, pois é

1 Conhecer a diversidade desses grupos pode ser um caminho para a investigação das variações familiares encontradas nas comunidades escravas do Brasil – variações que, ainda hoje, estão fortemente impressas no cotidiano, na memória e nas manifestações culturais da população afrodescendente brasileira. (ESPECIAL ERER, 2010)

usado pelos escravos como lugar de criação e transmissão de uma identidade própria, antagônica à dos senhores e forjada a partir da descoberta de tradições africanas compartilhadas. (SLENES, 1998)

Diferentemente de Florestan Fernandes, para o autor, a família escrava não deve ser compreendida tendo por base somente a condição estrutural do escravismo. Machado (1988) demonstra que as reivindicações e resistências empreendidas pelos escravos podem ser analisadas através das lutas pelo estabelecimento de um trabalho próprio, a defesa de margens significativas de tempo livre, a repulsa do escravo com relação ao trabalho vigiado e, também devem ser buscadas historicamente no período pós-abolição. Nesse contexto, os escravos produziam padrões de organização de vida familiar e cultural próprios, inventavam outra forma de viver, outra tradição fora dos padrões: à margem.

Nessas fronteiras, da visão dos que vivem à margem da sociedade dominante, pode surgir o pensamento dos movimentos negros como o pensamento denominado como decolonial. Na perspectiva do projeto decolonial, as fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos. (GROSFOGUEL, 2016) Assim, tal como os autores, entende-se que o projeto político-acadêmico da decolonialidade deve ser “o reconhecimento de múltiplas e heterogêneas diferenças coloniais e das múltiplas e heterogêneas reações das populações e dos sujeitos subalternizados à colonialidade do poder” (GROSFOGUEL, 2016, p. 5), como, por exemplo, as famílias negras. As visões de pensamento dos movimentos negros e do pan-africanismo anteciparam do pensamento decolonial, sem, contudo, terem a mesma evidência no campo acadêmico dominado por um pensamento eurocêntrico.

Na visão de Said (2004), a tradição inventada ultrapassa o âmbito social para incluir o sistema político, econômico, cultural e histórico. Estar fora de lugar significa estar em um movimento que não está sempre alinhado e que pode até levar ao choque, porém, é uma forma de libertação das ideias fixas ou pré-estabelecidas.

Para Said, a tradição inventada² é aquilo que parece ser uma verdade, como, por exemplo, a padronização das famílias brancas como modelo de

2 Para Hobsbawm e Ranger (1984) a “tradição inventada” é entendida de maneira ampla como sendo as práticas reguladas de natureza ritual ou simbólica, que incorporam valores e

famílias estruturadas e organizadas, mas que foi construído em cima de algo que contradiz tal verdade. Essa tradição inventada pode ser intencional ou não. Para o autor, a história “escapa completamente da linguagem, da atenção e da memória”. (SAID, 2004, p. 145) O resultado é a criação de uma tradição de acordo com o novo contexto. O contexto da escravidão e, atualmente, uma realidade violenta com a qual as famílias negras tinham de conviver o tempo todo. Situações adversas que requerem mudanças constantes, novas formas de viver, novas maneiras de desalinhar.

Famílias negras: experiências interseccionais

Os estudos sobre as famílias e as relações de parentesco são fundamentais para a compreensão da forma como as relações raciais se cristalizaram na sociedade, mas quando se trata de “famílias negras”, pouco se tem como referência, principalmente na área do Serviço Social. (PACHECO, 1986) É importante salientar que, mesmo vivendo sob um sistema opressor, como foi a escravidão, os negros souberam negociar com seus senhores e criar laços de solidariedade com seus pares, por meio de relações permeadas tanto por barganhas quanto por conflitos.³

As experiências trazidas neste artigo buscam inserir intersecções de gênero, raça e classe como elementos que se entrelaçam, transformando uns aos outros, são aspectos importantes para compreensão das tramas e experiências que envolvem as dinâmicas e as diferenças intragrupo, o processo de luta das famílias negras.

Dessa forma, tanto Creenshaw (1991) como Werneck (2016) compreendem que a associação de sistemas múltiplos de subordinação pode ser descrita de vários modos como: discriminação composta, cargas múltiplas ou como dupla ou tripla discriminação. A última autora compreende que a interseccionalidade

comportamentos definidos através de repetição. Tal repetição acontece devido a novas situações e reações que se referem ao antes, como numa ideia de continuidade.

3 Estudos realizados por Brito (2014), em tese de doutorado sobre o grupo Catopês em Montes Claros (MG), demonstram a habilidade e o poder de negociação que líderes negros desse grupo utilizavam para negociar com comerciantes montesclarenses, com políticos locais e com líderes da igreja católica. Destreza que auxiliou na sobrevivência do grupo por quase 200 anos.

é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (WERNECK, 2016, p. 9)

Em seus estudos, Brito⁴ (2013, p. 9) considerou que há poucos trabalhos que discorrem sobre a socialização de famílias negras e famílias inter-raciais. Nas suas palavras: “os estudos sobre a socialização das famílias negras são lacunares”, tornando-se um grande desafio para aqueles que pretendem trazer para discussão e debates, principalmente para o Serviço Social. A bibliografia disponível sobre a família negra, ainda se encontra composta por artigos e apresentações em eventos científicos, em sua maioria são resultados parciais de pesquisa que necessitam de aprofundamento.

Ao estudar sobre a socialização das famílias negras na cidade de Campinas, Barbosa (1983) constatou que famílias negras fornecem aos filhos elementos contraditórios no processo de socialização. Não há, por parte dos pais, uma orientação no que diz respeito ao enfrentamento das questões raciais e, por outro lado, as situações de racismo vivenciadas pelos filhos têm feito com que estes questionem os pais sobre a educação recebida. “Nas famílias negras, a cápsula protetora aparece como uma constante, retardando por maior tempo possível o aparecimento de problemas raciais” (BARBOSA, 1983, p. 24), uma tentativa de proteger os filhos contra a discriminação racial.

Contraditoriamente, em 2013 Brito, em seu trabalho “Nem preto nem branco: a ideologia do branqueamento e o medo de ser negro numa sociedade de contraste”⁵ discute as formas de socialização em famílias negras residentes na cidade de Franca (SP). Por meio de entrevistas com os integrantes das famílias inter-raciais, a autora analisa diversas formas de educação e de enfrentamento do racismo usado por essas famílias, comprovando certa organização interna, principalmente no que se refere ao enfrentamento da discriminação racial.

4 Para maiores informações, ver Brito (2013).

5 Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), no curso de Serviço Social, em 1998.

Os relatos dessa pesquisa consideraram que, apesar da orientação para o pertencimento racial não ser preocupação principal da educação dos filhos das famílias entrevistadas, e mesmo pelo fato de haver poucas conversas explícitas no espaço familiar sobre o racismo e a discriminação racial, não há ênfase nesse aspecto, ou seja, a questão não é tomada como uma das prioridades dessas famílias, antes são enfrentadas à medida que os conflitos vão acontecendo.

Os integrantes de famílias negras, então, se veem obrigados a tratar o assunto com os filhos em situações pontuais e é nesses momentos, conforme já explicitado, que há ressignificação e certa recriação dos valores raciais negativos transmitidos aos filhos.

É o caso de Ana Lívia⁶ que, ao ser questionada sobre possível discriminação racial na escola, relata que enfrentou discriminação entre os colegas, por meio de insultos, xingamentos, piadas e ofensas, mas que o fato foi comunicado aos pais, que não foram até a escola e aí revidou diretamente com o aluno agressor. Vejamos:

Ah, eu não deixava, eles me xingavam de uma coisa e eu xingava de outra. Às vezes igual esse aí que me xingava de cabelo de bombril, pegava xingava ele, inventava xingava ele de branquelo trocava, me chama de pretinha eu chamava de branquelo, mas quando ele irritava muito eu pegava e contava pro meu pai era que o meu pai falava: o problema é dela!!!! (ANA LÍVIA, 1998, 9 anos)

O exemplo demonstra que a discriminação racial é frequentemente marcada pelo gênero, pois as mulheres negras, desde crianças, podem vivenciar discriminações e outros abusos de maneira diferente dos homens negros, pois “o imperativo de incorporação do gênero põe em destaque as formas pelas quais homens e mulheres são diferentemente afetados pela discriminação raciais e por outras intolerâncias correlatas”. (CRENSHAW, 2002, p. 173)

Em seu texto “Alisando o nosso cabelo”, Bell Hooks (2005) discute que a maioria dos negros não foram criados em ambientes nos quais aprendessem a entender o cabelo como algo sensual ou bonito. Muitas mulheres relatam situações nas quais pessoas brancas pedem para tocar o cabelo natural e ficam surpresas quando percebem que a textura é suave ou agradável ao toque. Para

6 Os nomes foram codificados.

a autora, “aos olhos de muita gente branca e outras não negras, o black parece palha de aço ou um casco”. (HOOKS, 2005, p. 4) As respostas aos modos diversos usados pelas mulheres negras mostram que o cabelo é percebido na cultura branca como feio e atemorizante. A autora diz que as mulheres negras terminam por interiorizar o medo.

Paralelamente, Werneck (2016) ressalta que a interseccionalidade permite visibilizar as diferenças intragrupo, inclusive entre aqueles vitimados pelo racismo, como é o caso das famílias negras, favorecendo a elaboração de ferramentas conceituais e metodológicas mais adequadas às diferentes singularidades existentes. Permite, ainda, maior consistência na compreensão dos modos de aproximação e realização dos princípios de universalidade, integralidade e equidade na política pública.

No Brasil, intelectuais negras como Narcimaria Luz, Luiza Bairros, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Edna Roland, Jurema Werneck, Nilza Iraci e Elisabete Pinto, desde as décadas de 1980 e 1990, estiveram presentes nos movimentos negro e feminista, contribuindo para o aprofundamento e reflexão dos debates internos sobre a necessidade de se pensar gênero articulado ao pertencimento racial, apontando que racismo e sexismo devem ser trabalhados juntos.

Entende-se que a discriminação deve ser compreendida como um problema interseccional, admitindo que dimensões raciais ou de gênero fazem parte da estrutura e devem ter relevância, pois contribuem para a produção da subordinação.

Paralelamente, durante a entrevista de Lucas, o irmão de Ana Livia, ele disse que na escola tem um menino que o agride verbalmente xingando-o de “negrinho”. Acrescenta ainda que na aula de Educação Física, quando surge algum problema, todos os meninos também o xingam de “negrinho”. No momento de tensão, a agressão ao negro é verbalizada. Diz ainda que quando relata o fato para a professora, ironicamente, envia bilhete de advertência para a mãe de Lucas, a criança negra agredida, como forma de punição. Lucas, por sua vez, diz que no final da aula também agride fisicamente o menino branco como forma de revidar a agressão verbal.

A pesquisa sugere que os filhos e filhas vão se percebendo negros(as) na medida em que vão se relacionando com outras pessoas por meio do diálogo, do conflito, da negação, sobretudo da rebeldia. O processo de identidade se

faz também pelo olhar do outro e, nesse caso, parece-nos que o olhar do outro, branco, é sempre depreciativo, o que requer das famílias negras uma atenção ainda maior, no sentido de desconstruir estereótipos consolidados numa sociedade onde até mesmo as escolas não sabem trabalhar com a situação. A autopercepção corresponde, aqui, às denominações dadas por outro e, assim como o próprio processo identitário, essas identificações mudam de acordo com os contextos e espaços sociais.

Estudos de Brito (2013) vêm apontando para a necessidade de pesquisas aprofundadas, estudos nos quais os protagonistas sejam as próprias famílias negras, assegurando às mulheres negras o direito de falar sobre e denunciar suas próprias experiências. Os estudos devem partir das narrativas das próprias famílias negras, a fim de que seja possível interpretá-las a partir delas mesmas.

A propósito, fazendo um paralelo com o relato de um dos pais entrevistados:

Ah eu já venho transmitindo prá ela, porque ela já tá na escolinha desde os dois anos de idade, então ela já teve problema dos meninos brincar chamar de preta, chegava perguntando em casa etc. Nós estamos transmitindo que ela é uma pessoa normal como as outras, com os mesmos direitos e que cor não vai fazer nem um tipo de separação entre elas, que ela é igual a todos os alunos. Igual minha esposa uma vez foi na escolinha dela prá falar coma diretora. Olha ela tá tendo problema, criança não quis brincar com ela alegando esse problema. (SERGIO, 1998)

Os relatos revelaram que, quando surge alguma atitude discriminatória, os pais, muitas vezes, vão ao local onde a agressão aconteceu e exigem explicação sobre o fato, o que significa dizer que há reação contra as atitudes discriminatórias. (BRITO, 2013, p. 86) Em geral, essa atitude acontece somente quando há algum tipo de agressão verbal ou física contra as crianças negras. As agressões verbais dos brancos, na maioria das vezes, estão associadas a elementos animalescos ou depreciativos relacionados ao cabelo, como algo que precisa ser domado, controlado, às vezes visto como “brincadeira”.

Outra tendência vem das atitudes dos próprios pais em transmitir a ideia de que todos são iguais, portanto, devem ser tratados de forma igual. Mas, infelizmente, verifica-se um comportamento das crianças nas escolas de reforçarem

estereótipos e preconceitos relacionados a raças inferiores e superiores, nestes momentos as famílias sentem e se veem forçadas a enfrentar o problema racial.

Em outro depoimento no qual o pai discute a questão do preconceito racial dentro de casa, ao acontecer o fato, a filha conta ao pai que já havia resolvido o assunto:

Olha no dia que ela me contou, né. Que uma menina falou prá ela, que ela era preta. Ela me contou já contando prá mim que ela já tava, sabe eu achei interessante, ela não veio reclamar, ela veio me dizer que já estava acontecendo aquilo que eu esperava que acontecesse. Já tinha conversado e na relação lá em casa, as meninas vão percebendo claramente isso, né, porque elas, porque eu assumo a minha negritude sabe. Com, hoje, a cada dia eu assumo com mais tranquilidade, mais clareza. Então, esse fato, de ela perceberem que o pai assume que é negro, facilitou elas ter a consciência da realidade da discriminação. E claro, as pessoas que tão lá dentro [no colégio em que a filha estuda] faz parte, todo mundo faz parte da sociedade das crianças, vêm de famílias racistas, então, mas a reação ela foi fantástica, ela viu, ela percebeu, porque eu já havia explicado em casa, e isso prá mim foi uma alegria muito grande.
(MARCOS, 1998)

A escolha do pertencimento racial se prende a fortes laços afetivos, bem como às pequenas estratégias utilizadas no dia a dia por esses pais. São atitudes tomadas quando os filhos se deparam com alguma situação de discriminação, levando os pais a assumirem uma posição, diríamos, de desconforto. Ou seja, apresentam explicitamente o problema aos pais e eles não têm outra opção a não ser enfrentar a situação e orientar os filhos sobre como proceder naquela situação.

Assim, percebe-se, nas narrativas apresentadas formas específicas de enfrentamento da discriminação, obviamente que há muitas dificuldades, considerando que vivemos num país onde impera o mito da democracia racial e o ideal do branco como modelo oficial de beleza. A discriminação racial não é omitida pelas famílias negras participantes da pesquisa. O fato é que as famílias negras vêm tendo formas pontuais de enfrentar a discriminação racial no cotidiano, orientam os filhos sobre questões relacionadas ao pertencimento racial, lutam e enfrentam o preconceito, em situações específicas, na maioria das vezes quando os filhos relatam em casa que foram vítimas do racismo.

Os depoimentos revelaram ainda que os agentes socializadores também sofrem ataques racistas, principalmente no ambiente de trabalho. Brincadeiras, piadas e situações constrangedoras:

No caso que eu fiz era uma citação prá pagamento, ela [a pessoa citada] tinha oportunidade de se defender ou pagar na hora... e ela teria prazo de 24 horas para efetuar o pagamento ou teria que voltar na casa dela prá fazer penhora [...] Depois que eu falei, ela nem me chamou...ela falou assim, você é negro, falou abertamente, com ar de deboche e ofensa. Isso marcou!!!! E uma outra vez também eu fui fazer uma diligência, fazer uma diligência na casa de uma outra pessoa com uma intimação de uma moça que tinha que ir ao fórum, o pai dela disse assim: o que esse negro tá fazendo aqui? (JOÃO, 1998)

João, um oficial de justiça, diz que experiências como essas eram abordadas com sua esposa em casa, local onde discutiam o racismo da sociedade e que tinham de preparar as filhas para enfrentar esse problema. A forma como João acordou com a esposa de orientar as filhas a enfrentar o preconceito foi por meio dos estudos. João relata que, apesar de ter alcançado posição social de destaque, o racismo não acabava.

O fato de ocupar posição de destaque no trabalho não foi motivo para que houvesse respeito por parte da pessoa racista. Talvez devido a esses sujeitos ocuparem um cargo de destaque na cidade, na qual raramente são vistos negros ocupando posições como gerente de banco, oficial de justiça e advogado.⁷ “Este fato se dá, pois, no Brasil, existem espaços ocupados majoritariamente por negros e espaços ocupados majoritariamente por brancos”. (MARTINS, 2008) Essas profissões estão no imaginário da população brasileira como sendo cargos que podem ser exercidos somente por pessoas brancas.

De acordo com Figueiredo (2012), os negros inseridos na classe média, apesar de sofrerem algum tipo de discriminação racial ou preconceito, de

⁷ Objetivou-se, neste estudo, entrevistar pessoas de diferentes posições sociais, na tentativa de conhecer como os indivíduos procedem na sua individualidade, no interior de sua família, nos diferentes momentos em que a discriminação ou racismo acontece. Deu-se destaque às experiências do cotidiano no que se refere à questões importantes ligadas ao eu e à identidade, mas também as que envolvem uma multiplicidade de mudanças e adaptações na vida cotidiana.

forma simbólica ou velada, grande parte não toma decisões práticas contra situações de racismo. Ressalta que a identidade étnico-racial dos negros inseridos em posições de prestígio decorre da experiência fora do lugar, que nem sempre resulta em estratégias políticas coletivas. (FIGUEIREDO, 2005)

Em outra entrevista, outro participante, que havia sido padre, mas que tinha optado pelo casamento, relata que as tentativas de discriminação na sociedade são constantes. O entrevistado contou uma situação em que, na época que ainda era padre, uma mulher branca pediu a transferência do casamento para outra igreja, para que o padre negro não aparecesse nas fotografias – “as pessoas ficavam inconformadas ao ver um padre negro” (MARCOS), relata o entrevistado e acrescenta: “as pessoas questionavam, será que cursou o seminário”? (MARCOS). Essa experiência serviu para, posteriormente, dentre outros motivos, desistir da vida religiosa e se casar.

Outros relatos salientam a manifestação do preconceito na rua. Ainda um relato marcante:

Agora o que mais me marcou foi uma vez que eu estava com a minha esposa, esse dia eu não estava a serviço não. Nós vínhamos de uma visita familiar dos parentes dela, que a gente vinha a noite prá casa e a gente eu vinha com o meu carro, minha esposa do meu lado e a minha menina que era menor junto. Tinha uma moça nas imediações da Faculdade de Direito, tentando pular na frente dos carros, tentando suicidar-se. Os carros iam passando e ela entrava na frente, os carros cantavam pneus, etc. Aí eu saí do carro e fui ajudá-la, fui puxá-la prá calçada, parei meu carro e minha esposa falou, mas deixa disso! Falei: não, mas é uma pessoa infeliz, vamos tentar fazer alguma coisa. Eu fui puxá-la prá calçada e explicar prá ela, não fazer aquilo que tinha que ter confiança em Deus que o problema que ela tivesse passando, que tivesse [...] aí ela parou e gritou em alto, ela disse assim: ‘tire as mãos de mim negro’. Este foi o fato que mais me marcou. Então, esse fato até, foi presenciado pela minha esposa, pela minha menina hoje, é mais velha, estava no carro. Então foi o fato que mais me marcou foi esse. (JOÃO, 1998)

As experiências vêm sinalizando que as situações de racismo serviram para que os participantes da pesquisa pudessem elaborar, dentro da família,

maneiras de enfrentar o preconceito e a discriminação, refletir sobre o mito da democracia racial, discutir o fato de que a ascensão social não minimiza o racismo e o fato de que os filhos teriam de lidar com uma sociedade que finge não ser racista, mas que na primeira oportunidade discrimina.

Em pesquisa, Brito (2013) afirma que muito pouco se avança na produção de estudos sobre a família negra na área do Serviço Social. Para a autora, até mesmo a tese de Barbosa (1983), que tenta fugir do senso comum ao relacionar a família negra a uma visão anômica,⁸ traz poucas contribuições para essa discussão teórica. Ao optar pelo estudo de famílias negras, organizadas em seus processos de socialização da criança negra, reproduz e enfatiza a dicotomia entre famílias brancas organizadas e famílias negras desorganizadas.

O estudo procurou interpretar as circunstâncias de racismo a partir dos relatos dos próprios sujeitos que vivenciam tais situações. As experiências destacam que episódios racistas acontecem na escola, no clube, no trabalho, na igreja, na rua, mas é sobretudo na escola que o racismo se apresenta com maior intensidade. (CUNHA JUNIOR, 1987) Situações envolvendo alunos brancos e as próprias professoras que muitas vezes são brancas e, não sabem como cuidar dos corpos de alunos negros. As professoras, tal como os alunos brancos, expõem os alunos negros a situações humilhantes e quando acontece de o aluno negro revidar uma agressão verbal ou física, a professora o pune.

No ambiente de trabalho ocorrem situações análogas. Os depoimentos narrados envolviam cargos de destaque. Nessas ocasiões, o racismo impregnado na sociedade se apresenta de forma brusca. Os brancos não aceitam ser dirigidos ou comandados pelos negros. Percebe-se que, no entendimento deles, os negros têm um lugar e esse lugar, no imaginário dos brancos, é sempre o lugar da subalternidade. Assim, no momento em que ocorre o racismo, os negros usam de diferentes estratégias. Na escola, por exemplo, as crianças se rebelam, revidam as agressões, negam-se a frequentar as aulas. Em momentos nos quais os professores ridicularizam as crianças negras, elas simplesmente faltam às aulas ou os eventos. Já os pais, quando comunicados de discriminação, vão até as escolas pedirem um posicionamento dos professores e até mesmo das crianças agressoras.

8 Tal como Florestan Fernandes.

No trabalho, embora não haja um enfrentamento no momento em que a discriminação ocorre, os pais se utilizam das situações discriminatórias para conversarem com a família em casa, discutirem sobre o racismo e como podem enfrentá-lo no dia a dia.

Quando a família negra busca suprir as necessidades dos seus membros, percebe-se a preocupação em manter a convivência familiar do grupo, pois quando um membro se fragiliza compromete a socialização de toda a família, todos são afetados. No âmbito da família negra empobrecida,⁹ a pobreza é um fator que leva às dificuldades na manutenção dos vínculos familiares, acarretando, assim, em sua maioria, na necessidade de políticas específicas.

Em relação aos estudos sobre as famílias inter-raciais, Brito (2003) aponta Silva (1987) como sendo a primeira pesquisadora que apreende as famílias negras a partir delas mesmas, não tendo como referência famílias brancas. Silva (1987) revela dados diferentes de Souza (1999). A pesquisa de Silva, em uma comunidade de negros trabalhadores rurais no Limoeiro, identifica como as pessoas ali vivem, se educam, ordenam e reordenam suas vidas e de sua comunidade, na qual a socialização e formação da identidade desses negros tem-se dado através do trabalho dessas pessoas como empregados em uma fazenda. A autora chama atenção para o fato de que esses indivíduos construíam sua existência, apesar de pressionados pela sua condição de negros e trabalhadores rurais e não se encontravam passivamente sobrevivendo às circunstâncias das suas vidas.

Sem esquecer do caráter ideológico e repressor da instituição familiar, o meio inóspito a que os negros foram e são submetidos exigia e exige um contato “menos formal”. Afinal, para muitos, é na relação que ocorre no interior de uma família que se explicita o cuidado de uma geração após a outra. Assim, comprova-se a importância da família para as pessoas que enfrentam

9 Ao elucidar sobre as famílias pobres, devemos destacar as famílias negras empobrecidas, haja vista que estudos no Brasil sugerem que as famílias negras são as famílias mais pobres do Brasil e, em sua maioria, usuárias da política de assistência social. Conforme Pacheco (1986), quando se cruza as variáveis cor e classe de rendimento mensal constata-se que as famílias negras são as famílias mais pobres. De acordo com Henriques (2010), estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que a pobreza atinge 61% dos negros de sete a 14 anos, enquanto os brancos da mesma idade atingem o percentual de 33%. Na adolescência, são 47% negros e 22% brancos. Os dados revelam que “a pobreza não é democraticamente distribuída entre as raças”, tornando um debate emergente sobre as “famílias negras” no contexto da política nacional de assistência social, pois não podemos desconsiderar que a questão racial é um fator de vulnerabilidade social e pobreza no Brasil.

algo desconhecido, pois essa valorização familiar aconteceu de forma diferente para os negros escravizados. Não ocorreu da mesma maneira que incidiram para os brancos, as consequências desse processo são percebidas hoje por meio das narrativas apresentadas.

Considerações finais: a perspectiva decolonial

Reconstituir uma história feita de lacunas, interstícios e silêncios não é tarefa fácil. As fontes escritas são incompletas e geralmente refletem a visão de mundo das classes dominantes brancas no caso brasileiro, portanto, é sempre preciso buscar a informação no entredito, juntar fragmentos dispersos formulados a partir das perspectivas ou experiências dos sujeitos subalternos, no que está implícito. As famílias negras se inserem nesse domínio no qual os relatos, volta e meia hesitam, omitem, silenciam e, por vezes, se rebelam, falam, gritam, infringem. Trata-se do reconhecimento de que as histórias das famílias negras também estão marcadas pelo discurso colonial onde as hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc., sucedem sobre o corpo e a exclusão social.

Trabalhar com as interpretações do racismo antinegro, da discriminação e preconceito nos diversos arranjos familiares, nos quais os negros se inserem não é nada fácil. Exigiu esforço reflexivo em direção ao singular e ao conjunto. Trata-se de apreender a cultura nessa dinâmica, concebendo-a como realidade multifacetada, ambígua e em incessante movimento. Assim, ao privilegiar a família negra, contrastando-a com determinados padrões de famílias normativas, a intenção não foi a de tomá-la enquanto entidade autorreferenciada e isolada do conjunto social, ao contrário, a família negra foi compreendida como parte detentora de uma lógica capaz de influenciar no conjunto. Essa influência – não importa se considerada como subterrânea, à margem da sociedade, de fora dos padrões dominantes da sociedade – faz-se sentir mais fortemente em determinados contextos históricos, obviamente dependerá do ponto de vista de análises baseadas nas experiências da pesquisa dos pesquisadores negros e das inovações introduzidas na produção do conhecimento.

Considera-se que, mesmo vivendo sob um sistema opressor, como foi o escravismo criminoso e como é atualmente o capitalismo racista, um sistema

com ideologias que dissimulam um princípio de igualdade social para todos, os negros souberam negociar, criar laços de solidariedade com seus pares, por meio de relações permeadas tanto por barganhas quanto por conflitos.

Por outro lado, não se pode mais argumentar que o “déficit cultural” negro, centrado na desorganização dos escravos, criados na escravidão, seja consequência para a marginalização dos ex-escravizados e, atualmente, das pessoas negras. A escravidão foi duríssima, cruel, sangrenta. Mesmo assim, os escravos emergiram do cativeiro com um forte sentimento da importância de laços familiares. Se não tiveram o mesmo sucesso que os imigrantes no pós-abolição, isso se deveu à criação pela “sociedade de classes” de novos mecanismos de exclusão. (SLENES, 1999)

Durante o sistema escravista, o que uniu a população negra, livres, libertos, semi-escravizados e escravizados? O que une atualmente as famílias negras? O que as une é, antes de tudo, o fato de elas estarem sempre nas fronteiras que conseguiram e que conseguem realizar, ou seja, o fato de reinventarem outra forma de sobreviver, outra cultura, outra forma de pensar e recriar formas de socialização familiar que não fossem a eurocêntrica. Em outras palavras, o que é decisivo para se pensar a partir da perspectiva subalterna é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento contra-hegemônico. (GROSFOGUEL, 2009)

Referências

- AMARO, Sarita. A questão racial na assistência social: um debate emergente. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, SP, n. 81, p. 58-81, mar. 2005.
- BARBOSA, Irene Maria Ferreira. *Socialização e relações raciais: um estudo de família negras em Campinas*. São Paulo: FFLCH-USP, 1983.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF: MDS; SNAS, 2004.
- BRITO, Angela Ernestina Cardoso de. *A atuação dos educadores na formação da identidade da criança negra na escola*. Franca: PIBIC/CNPq/UNESP, 1997.
- BRITO, Angela Ernestina Cardoso de. *Educação de mestiços em famílias inter-raciais*. 2003. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

BRITO, Angela Ernestina Cardoso de. Lares negros olhares negros: identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 15, n. 2, p. 74-102, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2013v15n2p74>. Acesso em: 14 jan. 2018.

BRITO, Angela Ernestina Cardoso de. *Nem preto nem branco: a ideologia do branqueamento e o medo de ser negro numa sociedade de contrastes*. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.

BRITO, Angela Ernestina Cardoso de; CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. (org.). *Serviço social e a população negra: a encruzilhada*. Montes Claros: Caminhos Iluminados, 2015.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, California, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documentos para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Revista Estudos feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/317/showToc>. Acesso em: 14 jan. 2018.

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. A indecisão dos pais face a percepção da discriminação racial na escola pela criança. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, SP, n. 63, nov. 1987.

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. Lugar fora das idéias urbanísticas: população negra, bairros negros e a produção das cidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES, 3., 2016, Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: Instituto de Ciência Política, 2016.

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. Afrodescendência e africanidades: um dentre os diversos enfoques possíveis sobre população negra no Brasil. *Interfaces de Saberes*, Petrópolis, v. 1, p. 14-24, 2013. Disponível em: interfacesdesaberes.fafica-pe.edu.br/index.php/import1/article/viewFile/169/88. Acesso em: 10 maio 2019.

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword: a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, v. 9, n. 1, p. 67-85, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464700108086364>. Acesso em: 14 jan. 2018.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Centauro, 2002.

ESPECIAL ERER. *Cadernos Penesb*, Niterói, n. 12, 2010.

- FERNANDES, Florestan. *Ensaio 34: a integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. v. 2.
- FIGUEIREDO, Angela. *Classe média negra: trajetórias e perfis*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.
- GÓIS, João Bôsko Hora. Apresentação. In: SILVA JUNIOR, Jose B. *O serviço social e a questão dos negros na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Marques Silveira, 2006. p. 9-13.
- GOMES, Fábio Florenço. *Pan africanismo, historiografia e educação: experiências em Cabo Verde e no Brasil*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GROSFUGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 31 n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016.
- HOBBSAWM Eric; RANGER Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOOKE, Bell. Alisando o nosso cabelo. Tradução Lia Maria dos Santos. *Revista Gazeta de Cuba – Union de escritores y artista de Cuba*, Cuba, p. 1-8, jan./fev. 2005. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/#axzz3ZBBwtIph>. Acesso em: 12 mai. 2019.
- IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- MACEDO, Cristina et al. *A família no contexto social*. v. 2, n. 1, 2012. Disponível: <https://docplayer.com.br/6856760-A-familia-no-contexto-social.html>. Acesso em: 14 jan. 2018.
- MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 143-160, ago. 1988.
- MARTINS, Thais Joi. Identidade negra e classe média negra na pós-modernidade. *Revista África e Africanidades*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1-15, maio 2008.
- MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina, SALES, Mione Apolinário (org.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2006.
- MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

- MIOTO, Regina Celia Tamaso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (org.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 43-59.
- MOURA, Clovis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão*. São Paulo: Editora Conquista, 1977.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Zumbi, 1959.
- NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug. *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 26-46.
- NEDER, Gizlene. *Violência & cidadania*. Porto Alegre: Antonio Sérgio Fabris Editor, 1994.
- PACHECO, Moema de Poli Teixeira. *Família e identidade racial: os limites da cor nas relações e representações de um grupo de baixa renda*. 1986. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.
- PACHECO, Moema de Poli Teixeira. A família negra: exame de algumas questões. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 85-97, 1987.
- PINTO, Elisabete Aparecida. *O serviço social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com os usuários negros*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- ROCHA, Roseli da Fonseca. A questão étnico racial e sua relevância no processo de formação em Serviço Social. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DIVERSIDADES E (DES) IGUALDADES, 11., 2011, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br>. Acesso em: 22 out. 2017.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia das letras, 1995. 470 p.
- SANTOS. Eliete Marques dos. LAÇOS CATIVOS: a família escrava em Santo Antônio de Jesus 1871-1888. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA, 6., 2013, Ilhéus. *Anais [...]*. Ilhéus: ANPUH, 2013.
- SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem moral. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, SP, v. 19, n. 91. p. 46-53, nov. 1994.

- SILVA FILHO, José Barbosa da. *A questão do negro no curso de formação em serviço social da Universidade Federal Fluminense*. 2004. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Fluminense, Niterói, 2004.
- SLENES, Robert Wayne Andrew. Lares negros olhares brancos: histórias da família escrava no séc. XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, SP, v. 8, n. 16, p. 189-203, mar./ago. 1988.
- SLENES, Robert Wayne Andrew. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 207, 1990.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e mensalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SAID, Edward. *Fora de lugar: memórias*. Tradução: José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SAMARA, Eny de Mesquita. A família negra no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, SP, n. 120, p. 27-44, jan./jul. 1989.
- SENNETI, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do limoeiro*. 1987. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.
- SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ: Cortez, 1995.
- WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, SP, v. 25, n. 3, p. 535-549, jul./set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>. Acesso em: 14 jan. 2018.
- YADE, Juliana de Souza Mavoungou. *Vozes e territorialidades no pós-abolição: histórias de famílias e resistência identitária: o caso de Cururuquara*. Orientador: Henrique Antunes Cunha Junior. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2015.

Políticas públicas para as mulheres em situação de violência

desafios para a construção da igualdade de gênero

FERNANDA MARQUES DE QUEIROZ
MARIA ILIDIANA DINIZ

Introdução

O presente artigo versa sobre as políticas públicas para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar e os desafios para a materialização dos direitos deste segmento num contexto neoliberal restritivo à sua expansão e consequentemente a possibilidade de garantir a igualdade entre os gêneros numa sociedade patriarcal-capitalista.

As transformações que ocorreram no âmbito da economia mundial, tanto na produção, como no comércio e a ascensão do ideário neoliberal, a partir da recessão econômica dos anos de 1970 do século passado, produziram mudanças significativas no papel do Estado, particularmente nas suas formas de atender às expressões da questão social, tanto nos países de capitalismo central como nos dependentes. O padrão de bem-estar ancorado nos modelos

keynesiano/beveridgiano deixa de ser a referência na condução das políticas sociais e reedita-se o pensamento liberal do estado mínimo e do mercado enquanto instância reguladora da vida social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006) Dessa maneira é colocada em xeque a responsabilidade coletiva da proteção social e recupera-se a ideia da responsabilidade dos indivíduos, ou melhor, de suas famílias na provisão do bem-estar.

As últimas décadas do século XX foram caracterizadas por um processo de consolidação da nova linguagem dos direitos humanos, que passou a contemplar preocupações com a cidadania feminina e as relações sociais de gênero.

Os debates sobre esta perspectiva não mais centrada na figura abstrata do homem impulsionaram a adoção de políticas públicas e leis nos campos da saúde sexual e reprodutiva, do trabalho, dos direitos políticos e civis e da violência contra a mulher, objeto de nossa discussão no presente artigo.

A violência contra a mulher como expressão da questão social

No contexto da globalização, com a adoção do modelo neoliberal e a atual política econômica, as condições de vida das mulheres têm se deteriorado, sua jornada de trabalho tem se intensificado, os casos de violência praticados contra este segmento persistem, a desproteção social se amplia e a desvalorização e a discriminação permanecem. Nesse cenário, a violência contra a mulher¹ é uma realidade bastante presente na vida das mulheres e se constitui numa expressão da questão social,² que demanda intervenção do Estado via políticas sociais públicas. Trata-se, pois, das desigualdades de gênero, de raça/etnia e de geração, que, nesta forma de sociabilidade, podem ser relacionadas a uma raiz comum, qual seja, “A produção é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (IAMAMOTO, 1999, p. 27)

1 Refere-se a todos os atos que, pela ameaça ou força, são praticados contra as mulheres nos espaços privados ou públicos, bem como as agressões físicas, sexuais, morais, psicológicas e discriminações visando intimidar, punir e humilhar, ferindo a integridade física e subjetiva das mulheres, se constituindo numa violação de direitos humanos e num grave problema de saúde pública. (QUEIROZ, 2008)

2 Conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista materializada nas desigualdades de classe, gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual etc.

Esta forma de violência passa a ser reconhecida como um problema de ordem pública em virtude das mobilizações protagonizadas pelo movimento feminista³ a partir do final da década de 1970. (QUEIROZ, 2008) Nesse sentido, a construção e implementação de políticas públicas de prevenção e punição da violência contra as mulheres e de atendimento especializado às mulheres em situação de violência, é uma demanda que o movimento feminista tem trazido para a agenda pública nas três últimas décadas.

A Constituição Federal de 1988 simboliza um marco legal fundamental na instituição da cidadania e dos direitos humanos das mulheres no Brasil. É válido ressaltar que, apesar dos avanços obtidos na esfera constitucional e internacional, ainda persistem na cultura brasileira elementos patriarcais, sexistas e discriminatórios com relação às mulheres, que as impedem de exercer, com plena autonomia e dignidade, seus direitos fundamentais.

O reconhecimento dos governos de que as mulheres vivem situações de violência, discriminações e preconceitos herdados da sua condição feminina, foi traduzido no surgimento de fóruns governamentais, estimulado pela Organização das Nações Unidas (ONU) por ocasião da instituição da década da mulher (1975-1985), principalmente em decorrência da permanente pressão dos movimentos feministas em nível nacional e internacional. O processo de incorporar as questões de gênero nas políticas públicas é recente e está relacionado às demandas colocadas por esses movimentos organizados e pelos organismos internacionais, com destaque para as Conferências Mundiais das Mulheres, em 1975, no México; em 1985, em Nairobi; e em 1995, em Pequim.

A violência contra a mulher é uma realidade presente na vida da maioria das mulheres, principalmente, nas pobres e negras. Ela se dá devido à cultura patriarcal que é incorporada por toda a sociedade, pois, embora homens e mulheres nasçam iguais, a sociedade impõe papéis diferenciados para ambos os sexos, nos quais a superioridade dos homens sobre as mulheres prevalece em todas as esferas.

3 O feminismo se constitui em um movimento social e político cuja ação visa a construção da igualdade entre os gêneros por meio do fortalecimento e organização política das mulheres visando a sua autonomia, liberdade e emancipação, impulsionando e contribuindo para mudanças sociais, políticas e culturais e sobretudo, provocando mudanças de valores na nossa sociedade.

A visibilidade da violência contra a mulher no Brasil teve como marco a atuação do movimento feminista a partir do final da década de 1970⁴ contra o assassinato de mulheres “por amor” e “em defesa da honra”, lutas que se ampliarão, no início dos anos 1980, para a denúncia de espancamentos e de maus-tratos conjugais impulsionando a criação das primeiras Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) em 1985.

Recentemente com o advento da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06),⁵ esta problemática retornou à cena pública, visto o Estado ter assumido tal questão como passível de punição, devido às legislações anteriores despenalizarem os agressores.⁶

Além disso, a Lei visa promover uma mudança real nos valores sociais, que naturalizam a violência contra a mulher, em que o modelo de dominação masculina e subordinação feminina, durante séculos, foi aceito por parte da sociedade sem questionamento.

Neste cenário, a Lei Maria da Penha apresenta de maneira detalhada os conceitos e diferentes tipos de violência, pretendendo ser um instrumento de mudança política, jurídica e cultural, criando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dispondo sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, bem como medidas de prevenção da violência, de proteção e assistência integral à mulher.

Prevê ainda medidas de proteção que o(a) juiz(a) poderá adotar com urgência, sem a necessidade de um processo civil ou judicial, entre elas está o afastamento imediato do agressor do domicílio e de outros lugares de convivência com a mulher agredida, garantindo a permanência da mulher no seu ambiente familiar, comunitário e de trabalho. O juiz poderá também suspender ou

4 Nesta época, os movimentos feministas lançaram dois *slogans* que simbolizaram a luta pelo fim da violência e publicização da mesma: “Quem ama não mata” e “O silêncio é cúmplice da violência”.

5 Esta lei presta uma homenagem à farmacêutica Maria da Penha Fernandes, que foi, por muito tempo, violentada pelo seu companheiro, além de quase ter sido assassinada por ele. No entanto, o agressor, embora tenha sido condenado a dois julgamentos, não foi preso. Em virtude disso, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos pressionou o Estado brasileiro por seu descaso em relação à violência contra a mulher. Com isso, fruto dessas pressões, bem como das lutas do movimento feminista, foi sancionada em 07 de agosto de 2006 a Lei Maria da Penha.

6 Referimos-nos principalmente à Lei nº 9.099/95, cuja pena para os agressores era não restritiva de liberdade, causando uma enorme sensação de impunidade para as mulheres em situação de violência. Vale salientar que com o advento da Lei Maria da Penha não se aplica mais a Lei nº 9.099/95, conforme prevê o art. 41, para os crimes de violência doméstica e familiar.

restringir o porte e a posse de armas, fixar limite mínimo de distância entre a mulher, seus filhos e o agressor, além de restringir ou suspender visitas aos dependentes menores em casos de risco de homicídio.

A conceituação da violência contida nesta Lei permite a tipificação de diversos tipos de violência contra a mulher, dentre os quais: a violência moral, a patrimonial, psicológica, sexual e a física.

A Lei Maria da Penha traz ainda algumas importantes inovações: determina que a violência doméstica contra a mulher independe de sua orientação sexual; a mulher somente poderá renunciar à denúncia perante o juiz; ficam proibidas as penas pecuniárias (pagamento de multas ou cestas básicas); bem como é vedada a entrega da intimação pela mulher ao agressor.

Entretanto, para que seja interrompido o ciclo da violência contra a mulher, é necessário que exista além da proteção jurídica expressa na Lei Maria da Penha, uma rede de serviços de apoio às mulheres em situação de violência que atenda às suas necessidades de segurança, habitação, educação, saúde, emprego, assistência social, transporte e salário digno. A cidadania da mulher agredida deve ser resgatada, o que implica o reconhecimento da mesma como sujeito autônomo e portador de direitos.

O fenômeno da violência contra a mulher é inerente ao padrão das organizações desiguais de gênero que, por sua vez, é tão estrutural quanto à divisão da sociedade em classes sociais. (SAFFIOTI, 2004) Vale salientar que as relações patriarcais de gênero⁷ contribuem significativamente para a invisibilidade e naturalização das diversas formas de violência contra a mulher seja nos espaços públicos ou privados.

Segundo pesquisa realizada pelo Serviço Social do Comércio (SESC) em parceria com a Fundação Perseu Abramo divulgada em 2011,⁸ a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas violentamente no Brasil. Com base nas amostras, os(as) pesquisadores(as) apresentam a estimativa de que 7,2 milhões

7 O sistema patriarcal constitui-se num sistema de relações sociais que garante a subordinação das mulheres aos homens. É anterior ao sistema capitalista, contudo, tal sistema mantém e acentua, ao longo da história, a opressão das mulheres, bem como perpetua diversos preconceitos e discriminações contra este segmento. (QUEIROZ, 2008)

8 Pesquisa realizada em 2010 com 1.181 homens e 2.365 mulheres, em 25 estados. Os principais temas abordados foram: feminismo e machismo; divisão sexual do trabalho e tempo livre; corpo, mídia e sexualidade; saúde reprodutiva e aborto; violência doméstica; e democracia, mulher e política.

de mulheres com mais de 15 anos já sofreram agressões, 1,3 milhão delas nos 12 meses que antecederam a pesquisa. O estudo traz ainda uma análise comparativa dos dez anos em relação à última pesquisa realizada em 2001. Naquela época oito mulheres eram agredidas a cada dois minutos. Essa pequena redução do número de mulheres vitimadas pela violência entre os anos pesquisados pode ser atribuída, em parte, à sanção da Lei Maria da Penha, mas que por si só não tem sido suficiente para erradicar esse tipo de violência.

Esses dados, a princípio poderiam ser mais significativos se os serviços públicos que atendem a estas mulheres não fossem pontuais, frágeis e incipientes, além do que, apesar de alguns avanços falta uma integração mais incisiva entre serviços nas áreas de saúde, segurança, educação, assistência social, cultura e justiça, que possam potencializar para que as mulheres rompam verdadeiramente com o ciclo da violência.

Além desta negligência para com as mulheres, a justiça não pune devidamente a violência doméstica e familiar contra a mulher e quando vai julgar os crimes praticados contra este segmento é três vezes mais lenta do que quando julga crimes praticados contra homens, reiterando que a opressão às mulheres é reforçada por todas as instituições da sociedade.⁹

Também denominada de violência doméstica ou conjugal, a violência contra a mulher, é um fenômeno que atinge as mulheres de todas as classes sociais, raças/etnias, gerações e orientações sexuais. Em geral é praticada na esfera das relações interpessoais e o agressor comumente mantém laços de afetividade com a vítima. (QUEIROZ, 2008)

O fato desta violência ocorrer frequentemente no âmbito do espaço doméstico, não lhe retira o caráter político e, portanto, público, devendo ser enfrentada por intermédio de políticas públicas, bem como ser repudiada por todos(as) que lutam por uma cidadania plena que inclua a igualdade entre os gêneros. As violências exercidas contra as mulheres em razão de seu sexo são multiformes. Elas englobam todas as ações que pela ameaça, força ou discriminação, as atingem, na vida privada ou pública, com a intenção de intimidar, punir e humilhar, ferindo sua integridade física e subjetiva.

9 Dados fornecidos pelo site: www.cepia.org.br da ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia) (2004).

Segundo a historiadora norte-americana Scott (1989), até onde é possível retroceder no tempo, nunca existiram sociedades igualitárias sob o aspecto das relações sociais de gênero. Ao contrário, foram todas, e são as atuais, marcadamente patriarcais. Ou seja, as diferenças entre homens e mulheres têm sido sistematicamente convertidas em desigualdades em detrimento do gênero feminino.

Neste sentido, fruto das diferenças que são transformadas em desigualdades, é que se dão as várias expressões do poder dos homens sobre as mulheres, sendo, a nosso ver, a violência exercida contra a mulher, sua face mais cruel.

Apesar das inúmeras experiências de violência e de maus tratos que podem levar as mulheres a buscar recurso e apoio nas DEAMs, percebe-se que a maioria dos(as) agentes policiais não está apta a compreender a dinâmica destes atos violentos.¹⁰ De maneira geral, os(as) profissionais têm dificuldade em lidar com fenômenos dessa natureza por estarem inseridos(as) na mesma estrutura social e cultural de relações e de simbolizações entre os gêneros, origem de variados tipos de violência contra as mulheres. (BANDEIRA; ALMEIDA, 2005) É exatamente essa estrutura desvalorizadora das mulheres que norteia as concepções e práticas de muitos profissionais.

Ressaltamos, contudo, a importância das ações do movimento feminista de reivindicar, mediante a efetivação de várias estratégias e em diferentes esferas, os direitos de cidadania e de igualdade de condições de vida e de tratamento às mulheres. Neste sentido, uma análise sobre a problemática da violência contra a mulher requer a compreensão da trajetória de luta do movimento feminista vinculada a esta questão.

Passadas mais de três décadas de protagonismo das mobilizações feministas contra a violência praticada às mulheres percebe-se que esta problemática ultrapassou as preocupações de pequenos grupos ao estabelecer interlocuções significativas, tanto na sociedade civil, como no Estado.

Poderíamos dizer que no espaço público ganhou outro estatuto político, apesar de, no âmbito das relações interpessoais, ainda se revelar como uma prática extremamente arraigada nas relações entre homens e mulheres ancoradas no sistema patriarcal/capitalista.

10 Dados produzidos pela pesquisa: Políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher no Estado do Rio Grande do Norte (2006-2008), realizada pela equipe do Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir da universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Políticas públicas para mulheres em situação de violência

No caldo da cultura neoliberal, a luta pela ampliação de direitos, igualdade de gênero, raça/etnia, geração e classe, perdem cada vez mais sentido para a lógica das saídas individuais pela via do mercado. Essa cultura sustenta a ideia da mercantilização dos direitos que se articula com as dimensões estruturais e ideologias difundidas pelo sistema patriarcal-capitalista, de que mulheres, pobres e negras, não devem ter direitos, sendo culpabilizadas por sua situação.

A luta feminista pela ampliação e garantia dos direitos como igualdade no mundo do trabalho, maior participação política, não exploração do corpo, por uma vida sem assédio moral, violência sexual é uma das formas de enfrentamento ao modelo neoliberal nas políticas públicas e também ao pensamento cultural deste modelo e suas implicações políticas.

Apesar da equiparação entre homens e mulheres garantidos na Constituição Federal de 1988, a dimensão estrutural e ideológica do patriarcado ainda subsiste. Ainda que as mulheres tenham conquistado alguns avanços – no mercado de trabalho, na política, na esfera privada etc. – a base material do patriarcado não foi destruída (SAFFIOTI, 2004), pois sua inserção no mundo do trabalho e em outros espaços da vida social se dá de forma precarizada e subordinada aos homens. As atividades desenvolvidas pelas mulheres, em sua maioria, estão voltadas à dimensão da prestação de serviço a outrem, têm um caráter complementar ao trabalho dos homens, o que lhes confere pouco prestígio além da baixa remuneração em relação ao trabalho masculino.¹¹

Essa assimetria que perpassa a condição de vida e trabalho das mulheres em relação aos homens tem contribuído para um processo denominado “feminização da pobreza”.¹² É importante ressaltar que este fenômeno está ligado diretamente ao modo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, por meio de trabalhos de caráter parcial ou em regime temporário, de menor qualificação ou na economia informal. (NOVELLINO, 2004) Tal condição agudiza-se por determinantes como uma maior proporção de famílias chefiadas por mulheres tendo que sustentar os(as) filhos(as) sem um cônjuge; redução dos

11 Segundo dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres ganhavam em média 71% do rendimento da população masculina.

12 Segundo Novellino (2004), o conceito “feminização da pobreza” representa a ideia de que as mulheres vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens.

investimentos do Estado nos serviços sociais e aumento da violência urbana, incluindo o envolvimento dos(as) filhos(as) com o narcotráfico. (FARIA, 2005)

Dessa forma, apesar de alguns avanços na redução das desigualdades de gênero, as diferenças entre os sexos ainda permanecem e são agravadas pela dimensão da raça e etnia, apontando que a caracterização da pobreza no Brasil tem cor e sexo. Diante desta realidade, alguns elementos colocam-se como desafios para o enfrentamento pelo poder público, a princípio um deles é o combate às formas de discriminação presentes em nossa sociedade. Para tanto, é necessário que se compreenda essas determinações de variáveis como gênero, raça/etnia, geração e orientação sexual.

Ademais, o que se materializa na contemporaneidade são políticas públicas focalizadas dirigidas aos mais pobres. Simultaneamente a pobreza passa de um enfoque econômico, para um problema social, no qual pobres são considerados aqueles que não se inserem na dinâmica do sistema capitalista, sendo tratados como uma patologia social. (FARIA, 2005)

Nessa direção, é importante compreender, mesmo que sucintamente, como essas políticas sociais surgiram e se desenvolveram. Segundo Behring (2006), a existência das políticas sociais está associada à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do modo capitalista de produzir e reproduzir-se.

Como um tipo particular de política pública, as políticas sociais se constituem num campo contraditório, pois, ao mesmo tempo em que garantem o atendimento de necessidades concretas da população usuária, configuram-se como um instrumento que assegura a reprodução do capital mediante a garantia da força de trabalho, amenizando os conflitos de classe. Desta forma, se constituem nas respostas do Estado frente às demandas dos trabalhadores, expondo suas necessidades e expressando seu poder de pressão no sentido de publicizar tais necessidades. Ou seja, são estratégias criadas pelo Estado para amenizar as situações mais graves, de modo a enfrentar qualquer tipo de ameaça posta.

Para o entendimento acerca das políticas sociais partimos do princípio de que as mesmas se expressam na intervenção do Estado frente às expressões da questão social, que segundo Iamamoto (2009, p. 258) se situam “nos marcos da expansão urbana e da progressiva hegemonia do capital industrial e do capital que rende juros”.

Vale destacar que essa intervenção na questão social via políticas sociais será nos marcos capitalista, sempre uma intervenção fragmentada. Como

afirma Netto (2006) a questão social passa a ser recortada em problemáticas específicas a serem atingidas pelas políticas sociais.

É importante destacar que o surgimento da expressão “questão social” em uma abordagem histórico-conceitual, foi empregada para denominar o processo de politização da desigualdade social fundada na consolidação da sociedade burguesa. Manifestada por intermédio da emergência do capitalismo e à pauperização dos trabalhadores, em relação à dimensão política, ela se concretizou a partir do século XIX “como resultado das lutas operárias, protagonizada pela classe trabalhadora que torna público as suas precárias condições de vida e trabalho, expondo as contradições fundamentadas na relação entre o capital e o trabalho”. (MOTA, 2010, p. 35)

Além desses aspectos já ressaltados acerca da unidade de contrários que caracteriza as políticas sociais, acrescenta-se que ela, por um lado, se apresenta como uma ferramenta de atuação junto às parcelas mais fragilizadas da sociedade e por outro legitima a hegemonia capitalista, validando o seu poder político e econômico.

Segundo Yazbek (2008 p. 3), “o que pode ser constatado é que a Política Social estatal surge a partir de relações sociais, que peculiarizaram a sociedade brasileira nos anos 30 do século passado, representando uma estratégia de gestão social da força de trabalho”, decorrentes do protagonismo dos trabalhadores, de suas lutas, por melhores condições de vida e trabalho.

Nessa perspectiva se constituíram e desenvolveram as Políticas Sociais na sociedade capitalista contemporânea, atrelada ao movimento de constituição da mesma como política pública de responsabilidade do Estado.

Tendo como mote essa perspectiva as políticas públicas surgem com decisões de Estado mediante o empenho em buscar saídas para os problemas enfrentados pelos sujeitos e comunidades. Com efeito, podemos considerar que a gênese das políticas públicas está no processo de permanente conflito entre os diversos componentes da sociedade e resulta de resposta do Estado a tais movimentos.

Para Pereira (2008, p. 92),

A política pública faz parte do ramo de conhecimento denominado *policy science* que, segundo Howlett e Ramesh (1995, p. 12) surgiu nos Estados Unidos e na Europa, no segundo pós-guerra.

O aparecimento desse novo ramo se deu quando pesquisadores procuraram entender a dinâmica das relações entre governos e cidadãos, extrapolando o estrito apego às tradicionais dimensões normativas e morais e às minúcias do funcionamento de instituições específicas.

A relação entre Estado e sociedade civil, manifesta sob a forma de complexificação, diversificação e fragmentação tem sido o palco de grandes debates e inquietações na contemporaneidade advindas de uma perspectiva dual que se estabeleceu no desenvolvimento capitalista das últimas décadas. Segundo Simionato (2008, p. 1), a utilização dessas categorias vem no intuito tanto de fortalecer a “participação política da sociedade quanto para justificar os programas de ajuste neoliberal nas diferentes agendas governamentais e despolitizar as ações dos grandes sujeitos históricos que funcionavam como vetores de unificação social”.

Pereira (2008, p. 92) aponta que no sentido recente e restrito as políticas públicas caracterizam-se pela interferência do Estado face às demandas e necessidades sociais da sociedade, desde que o mesmo se tornou intervenor, englobando a política social, que para a referida autora “é uma espécie do gênero da política pública”. Contudo, nessa acepção a autora aponta que política pública não é sinônimo de política estatal, ou seja, pública não identifica-se exclusivamente com o Estado. Para elucidar esse ponto de vista ela acrescenta que a palavra pública que acompanha política,

Não tem identificação exclusiva com o Estado. Sua maior identificação é com o que em latim denomina de *res publica*, isto é, *res* (coisa), *publica* (de todos), e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo. (PEREIRA, 2008, p. 94)

Importa ressaltar que no cenário brasileiro a gestão democrática das políticas públicas se constituiu no contexto político da década de 1990 na perspectiva da formulação, gestão e controle social. Portanto, materializa-se a

expectativa de constituição de espaços públicos que viabilizem a participação de novos sujeitos sociais.

Contudo, vários limites têm sido postos como desafio para a consolidação das representatividades, os próprios contornos da relação entre Estado e sociedade civil de consequências por vezes contraditórias e complexas, cujo rebatimento repercute na concretização de uma gestão pública descentralizada e participativa.

Sobretudo pelos reflexos atuais das políticas públicas que se apresentam marcadas pela falta de universalidade advinda da transferência na oferta dos serviços para a sociedade civil, desenvolvidas por ONG e outros setores organizados, bem como para o mercado que passa a assumir a promoção de alguns bens e serviços, gerando a livre concorrência, o lucro exorbitante, ou seja, a mercantilização dos direitos sociais. O interesse do Estado é ocultar as contradições que permeiam a sociedade capitalista fundada numa política neoliberal que tem como característica primordial a individualização das responsabilidades com o bem-estar e a fragilização das relações sociais resultando, desse modo, na promoção de serviços públicos de qualidade inferior para a população.

Ademais, a reforma do Estado e das políticas públicas insere-se no contexto de crise do capitalismo que intensifica a hegemonia dos países de capitalismo central sobre os dependentes expressa por intermédio de relações de poder fundadas na coerção, “que vão desde a ameaça de retaliação e embargos em várias áreas, a incentivos econômicos e financeiros”. (SIMIONATO, 2008, p. 1) Sob a orientação das agências de cooperação internacional, especialmente o Banco Mundial, as políticas têm se dado sistematicamente pela perspectiva da focalização, seletividade no atendimento à pobreza, descentralização com responsabilização local na execução e financiamento, responsabilização da sociedade civil e desresponsabilização do Estado via privatização e mercantilização dos serviços.

Os dados do Instituto Patrícia Galvão¹³ acerca dos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência apontam que o Brasil tem mais de 5.500 municípios e apenas: 190 Centros de Referência (atendimento social, psicológico e orientação jurídica); 72 Casas Abrigo, 466 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 93 Juizados Especializados e Varas adaptadas;

13 Dados fornecidos pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2011).

57 Defensorias Especializadas; 21 Promotorias Especializadas; 12 Serviços de Recuperação e Reeducação do Agressor; 21 Promotorias/Núcleos de Gênero no Ministério Público.

Em nível da realidade do estado do Rio Grande do Norte¹⁴ os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência são incipientes e precários, segundo dados produzidos nas pesquisas supracitadas. O Estado dispõe de cinco DEAM.¹⁵ Vale salientar que nenhuma destas delegacias funciona em sistema de plantão 24h e nos finais de semana, dias e horários os quais as mulheres mais sofrem violência. Apenas a DEAM de Natal¹⁶ dispõe de equipe multidisciplinar formada por advogada, assistente social e psicóloga.

Em todo o Estado existe somente uma casa abrigo em Natal,¹⁷ dois centros de referência com atendimento social, psicológico e jurídico, localizados em Natal e Mossoró.¹⁸

O Rio Grande do Norte possui somente dois juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher localizados em Natal e Mossoró, os quais dispõem de uma incipiente estrutura física e poucos profissionais para o atendimento da grande demanda que ali chega diariamente. Em sua grande maioria, os profissionais não são do quadro do judiciário, mas cedidos de outros órgãos, sendo urgente a realização de concurso público para suprir as necessidades de mais profissionais.

Vale salientar que grande parte dos(as) profissionais que trabalham nestas instituições não foram capacitados para atuarem com mulheres em situação

14 Estado no qual residimos, trabalhamos e desenvolvemos pesquisas na área. Ver relatório das pesquisas financiadas pelo CNPq e SEPM – *Políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher no Estado do Rio Grande do Norte (2006-2008)* e *Aplicação da Lei Maria da Penha no Estado do Rio Grande do Norte: possibilidades e limites ao combate à violência contra a mulher (2008-2010)*, ambas coordenadas por Fernanda Marques de Queiroz.

15 Uma em Mossoró, uma em Parnamirim, uma em Caicó e duas em Natal (zona norte e zona sul).

16 Capital do estado do Rio Grande do Norte. É conhecida como a “Cidade do Sol” ou “Noiva do Sol” por ser uma das localidades com o maior número de dias de sol no Brasil, chegando a aproximadamente 300 dias. Segundo Censo do IBGE de 2010 sua população é de 803.311 mil habitantes.

17 Casa Abrigo Clara Camarão, que também recebe mulheres do município de Parnamirim, município que compõe a região metropolitana de Natal.

18 Segunda cidade mais populosa do estado do Rio Grande do Norte, distando 285km da capital Natal. Localiza-se na região oeste do estado. Segundo dados do IBGE do censo de 2010, possui uma população de 259.886 mil habitantes.

de violência, fato reconhecido por eles(as) como uma necessidade urgente, de acordo com as entrevistas realizadas na pesquisa supracitada, além dos serviços mencionados funcionarem desarticuladamente.

Fica evidente, portanto, que enquanto algumas localidades contam com serviços de apoio às mulheres em situação de violência já há alguns anos, outras ainda não têm implantados serviços básicos como DEAM.

É importante destacar que avaliar a trajetória brasileira no trato à violência contra a mulher é uma tarefa bastante complexa, principalmente se levarmos em consideração a disparidade tanto do ponto de vista da distribuição no território nacional, como pelas diversas realidades e processos que cada uma das regiões do país tem construído nos últimos anos para a abordagem da referida problemática.

Um primeiro desafio a ser enfrentado no processo de elaboração e implementação de políticas públicas e na organização geral das gestões de governo é interferir na pretensa “neutralidade” destas como articuladoras e propositoras de uma ação política.

Vale ressaltar que estamos nos referindo a esta suposta “neutralidade” sob uma perspectiva patriarcal de gênero. Ou seja, se cabe ao poder público minimizar as desigualdades sociais. Para tal, é necessário garantir que esta alteração seja organizada sob um ponto de vista da construção de relações igualitárias de gênero, alterando relações de poder e o acesso a direitos em sua dimensão social, política e econômica.

Outra dimensão bastante relevante para a análise dos limites das políticas públicas de atendimento às mulheres em situação de violência diz respeito à não articulação da rede de serviços de prevenção e combate à violência contra a mulher que até então tem se dado como algo abstrato sem formalidade dos operadores na construção de um espaço verdadeiramente multidimensional.

Ao nosso ver, a rede não é uma entidade abstrata, esta deve pressupor uma rotina articulada institucionalmente estabelecendo relações entre os serviços de saúde, educação, assistência social etc. extrapolando as dimensões internas das ações particulares.

A ruptura com padrões culturais que reproduzem e personalizam os serviços é indiscutivelmente um limite a ser superado, sob o risco dessa falta de convergência entre as ações, enfraquecer as políticas de enfrentamento e combate à violência contra a mulher.

Considerações finais

De acordo com Silveira (2004), propor políticas públicas pela igualdade de gênero exige estabelecer o sentido das mudanças, se estas são pretendidas com um caráter emancipatório. Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupõem-se práticas de cidadania ativa para a concretização da justiça de gênero, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza, poder, entre regiões, classes, raças e etnias, entre mulheres e homens. É necessário indagar se as propostas, programas, instâncias visam alterar a lógica das desigualdades que colocam as mulheres em papel subordinado, se implica o resgate das mulheres como sujeito das políticas.

É preciso indagar também o modo como são construídas e a quem beneficiam, além de observar a lógica tradicional do poder público que tende à fragmentação das ações. Os processos hegemônicos em nível mundial têm gerado uma globalização excludente que vem aprofundando as desigualdades sociais, potencializando e se alimentando das desigualdades entre mulheres e homens e entre raças e etnias.

Outro desafio é encontrar apoio em diversas esferas de governo e garantir uma intervenção intersetorial para impulsionar o alcance das ações, para além da reparação das discriminações mais gritantes. É legítimo atuar pensando em uma lógica de políticas que pensem no impacto diferenciado para homens e mulheres e também reconheçam legitimidade a ações específicas voltadas para o fortalecimento das mulheres que, enquanto coletivo social, estão sob a condição de opressão na sociedade.

O combate à pobreza das mulheres permite pensar em geração de renda para este segmento, superando a reprodução da tradicional divisão sexual do trabalho, sobretudo quanto ao reforço de trabalhos tidos como “de mulheres” oferecendo opções restritas para gerar renda, tais como, reunir as mulheres em grupos de geração de renda apenas de costura, cozinha ou artesanato.

Falar em reduzir desigualdades de gênero não significa negar a diversidade. Trata-se de reconhecer a diversidade e a diferença, mas atribuindo a ambos “igual valor”, reconhecendo, portanto, que suas necessidades “específicas” e nem sempre “iguais” devem ser igualmente contempladas pela sociedade e pelo poder público.

É preciso um novo olhar para que se possa perceber que a desigualdade entre os gêneros em nossa sociedade se reflete em pequenas e grandes discriminações em seu cotidiano, materializadas nas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, em dificuldades de acesso a serviços, na dupla jornada de trabalho, bem como nas diversas violências às quais as mulheres estão submetidas cotidianamente nos espaços públicos e privados.

As ações governamentais, as políticas públicas e os programas desenvolvidos pelos governos podem exercer um papel importante diante deste quadro de desigualdades ou podem também, inclusive, reforçá-las, o que ocorre na maioria das vezes, pelo fato dos mesmos não estarem atentos a essa assimetria entre os gêneros. Mais do que isto, em decorrência também da própria sociedade não estar atenta a esta problemática. Assim, é urgente que o combate às assimetrias de gênero seja incorporado à agenda dos governos nas três esferas, junto com o combate a “outras desigualdades”, identificando como e onde estas se manifestam e quais seus impactos, para que se possa planejar estratégias de ação para minimizar o quadro de opressão às mulheres em nosso país.

É importante termos em mente que o combate à violência contra a mulher não se restringe a tornar as medidas jurídico-legais contra os agressores mais severas. A partir deste entendimento, a Lei Maria da Penha também estabelece medidas de assistência social e educativas, a exemplo, da inclusão da mulher em situação de risco no cadastro de programas assistenciais nas três esferas de governo. Também inclui informações básicas sobre o tema violência contra a mulher nos conteúdos escolares, dentre outras ações.

Existem ainda muitos desafios a enfrentar até colhermos os frutos conquistados com a Lei Maria da Penha. Entre elas a expansão, a interiorização e o funcionamento dos serviços em rede, a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher e da equipe de atendimento multidisciplinar, a implementação de programas e ações nos planos governamentais nas várias esferas de poder, bem como a mudança de cultura e de valores dos(as) profissionais que trabalham nesta área e de toda a sociedade.

Neste sentido, a ação política do movimento feminista nos processos de reivindicação e planejamento das políticas públicas governamentais de prevenção e combate à violência contra a mulher é fundamental, pois a partir da sanção da Lei Maria da Penha, a mesma estabelece ao Estado a responsabilidade de implementar políticas de prevenção, assistência e repressão à violência

capazes de promover mudanças para a superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Os desafios ora encontrados para a implementação dos serviços de prevenção e combate à violência contra a mulher previstas na Lei Maria da Penha, apesar de terem especificidades regionais e locais, estão situados numa conjuntura maior de não investimento nas políticas públicas voltadas às mulheres e se tornam barreiras que impedem que a referida lei saia do papel e se constitua uma realidade na vida das brasileiras.

Referências

- BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. (org.). *Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMS da região centro-oeste*. Rio de Janeiro: AGENDE, 2005.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jan. 2018.
- BRASIL. *Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 14 jan. 2018.
- BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.
- FARIA, Nalu; POULIN, Richard (org.). *Desafios do livre mercado para o feminismo*. São Paulo: SOF, Cadernos Sempreviva, 2005.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1999.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2009.
- IBGE. *Censo demográfico de 2010*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 de out. 2011.
- IPEA. *Desigualdades entre homens e mulheres no Brasil*. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 10 de out. 2011.
- O'DONNELL, Guillermo. Democracia Delegativa? *Novos Estudos* - CEBRAP, São Paulo, SP, n. 31, p. 25-40, 1991.

MOREIRA, Fabrício Calado. Governo federal aumentou gastos, mas alguns programas sociais tiveram redução, diz IPEA. *UOL Notícias*, São Paulo, 25 ago. 2011. Caderno Política. Disponível em: www.uol/Noticias/com.br. Acesso em: 15 nov.11. 2011.

MOTA, Ana Elisabete. Questão social e serviço social: um debate necessário. In: MOTA, Ana Elisabete (org.). *O mito da assistência social: ensaio sobre estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2006.

NOVELLINO, Maria Salete Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambú. *Anais [...]*. Caxambú: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara Moraes et al. (org.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 95.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. *Não se rima amor e dor: cenas repetitivas de violência contra a mulher*. Mossoró: Edições UERN, 2008.

QUEIROZ, Fernanda Marques de; DINIZ, Maria Ilidiana; LIMA, Marwyla Gomes de et al. *Políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher no estado do Rio Grande do Norte*. Mossoró: CNPq; SEPM, 2008. Relatório final de pesquisa.

QUEIROZ, Fernanda Marques de; DINIZ, Maria Ilidiana; LIMA, Marwyla Gomes de et al. *Aplicação da Lei Maria da Penha no estado do Rio Grande do Norte: possibilidades e limites ao combate à violência contra a mulher*. Mossoró: CNPq; SEPM, 2010. Relatório final de pesquisa.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Capacitação em serviço social e política social*. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais: Módulo 03. Brasília, DF: CFESS; ABEPSS; CEAD; UNB, 2000. p. 17-39.

ROSA, Renata Adriana. Impasses e desafios para a implantação de políticas públicas pela igualdade de gênero: a participação de Belo Horizonte no programa Localizando os Objetivos do Milênio. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 3., 2007, São Luís. *Anais [...]*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Aramo, 2004.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução: Christiane Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989. Título original: *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*.

SILVEIRA, Maria Lúcia. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau (org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 65-76. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8)

SIMIONATTO, Ivete. Estado e sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolitização? *Katálysis*, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 19-30, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6910/6375>. Acesso em: 4 jul. 2010.

SIMIONATTO, Ivete. *Reforma do estado e políticas públicas*: implicações para a sociedade civil e para a profissão. Florianópolis: UFSC, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e políticas sociais: elementos históricos e debate atual. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, RJ, v. 18, n. 1, p. 2-22, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/753>. Acesso em: 24 nov. 2011.

**A necessidade das
transversalidades de gênero e raça**
*um estudo sobre a violência institucional no âmbito
dos serviços de saúde do Recôncavo da Bahia*

FLÁVIA DA SILVA CLEMENTE
MÁRCIA DA SILVA CLEMENTE
VALÉRIA DOS SANTOS NORONHA

Introdução

Trata-se de um estudo que demarca a importância de pensarmos sobre as transversalidades de gênero e raça/etnia nas políticas de saúde, evidenciando essa urgência quando nos deparamos com possíveis situações de violência institucional no âmbito dos serviços de saúde. O artigo centra-se no debate acerca do acesso e da utilização dos serviços de saúde, buscando mapear possíveis evidências de violência institucional e seus efeitos no âmbito do Recôncavo Sul da Bahia, região onde está localizada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A pesquisa foi realizada no universo dos hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) nas cidades de Cachoeira e São Francisco do

Conde, localizadas na região. Os municípios estudados caracterizam-se pelo predomínio da população negra e empobrecida, evidenciando a necessidade de adoção de ações que realizem um enfrentamento direto à violência institucional e suas expressões no contexto das Unidades Hospitalares, dentre elas: discriminação, preconceito, racismo e negligência.

A proposta metodológica esteve pautada pela utilização da abordagem quantitativa e qualitativa, numa perspectiva de triangulação,¹ ou seja, de projetar vários olhares sobre uma mesma situação. Foram feitas 143 entrevistas no período de outubro a dezembro de 2014 com a população usuária e seus familiares atendidos pelos serviços hospitalares. Ainda, foi realizado um grupo focal com profissionais de saúde, buscando indicar proposições ou recomendações políticas para maior qualificação da assistência à saúde no interior do sistema de saúde, prevenção e enfrentamento da violência institucional materializada no acesso e na utilização dos serviços de saúde.

É importante reforçar que em todas as entrevistas com usuários/usuárias, seus familiares e no grupo focal com profissionais de saúde dos hospitais estiveram sendo utilizados Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a autorização prévia de concessão dos dados pelos sujeitos participantes da pesquisa. Também foi adotado um Termo de Autorização para Concessão de Imagem durante a realização do grupo focal com os profissionais de saúde, pois, a partir do encontro com os profissionais, foi construído um vídeo educativo abordando a questão da violência institucional e suas expressões no sistema de saúde. Para fins de garantia de sigilo foram atribuídos aos depoimentos dos usuários/usuárias e seus familiares nomes de flores e pedras para manter o anonimato. A utilização da técnica de análise de conteúdo nesta pesquisa foi representacional e demandou a construção de quatro eixos definidos, dentre eles:

1. Acesso aos serviços de saúde;
2. Utilização dos serviços de saúde;
3. Violência Institucional;
4. Direitos

1 A triangulação possibilita a iluminação da realidade sob vários ângulos, permitindo a combinação de múltiplas técnicas de pesquisa.

Os eixos registrados acima foram extraídos após processo de transcrição das entrevistas e material ligado ao grupo focal partindo das “falas” dos sujeitos participantes da pesquisa. A realização deste estudo certamente constituiu um desafio pois todo movimento de descobertas pressupõe limites e resistências. Os limites da pesquisa estiveram relacionados aos fatores existentes no cotidiano da institucionalidade, tais como: greve de trabalhadores, falta de “agenda” dos gestores para participação no processo da presente investigação, situação de instabilidade dos profissionais de saúde gerando desmotivação para participação em projetos de pesquisa, entre outros elementos.

Esta proposta emerge estando vinculada à necessidade de demarcar a relevância das transversalidades de gênero e raça/etnia no contexto das políticas de saúde, pensando particularmente a realidade do sistema de saúde. A pretensão foi criar um estudo propositivo no âmbito da região do Recôncavo do estado da Bahia, local onde está situada a UFRB,² direcionando seus esforços para conhecer como se realiza o acesso e a utilização aos serviços de saúde prestados pelos hospitais públicos, verificando a existência de possíveis evidências de violência institucional configuradas em estabelecimentos hospitalares do SUS.

2 A denominação “Recôncavo Baiano” é uma ampla região que compreende 92 municípios em cinco regiões econômicas do estado da Bahia (Região Metropolitana de Salvador, Região Litoral Sul, Região Litoral Norte, Região do Paraguaçu e Região do Recôncavo Sul) e apresenta larga diversidade econômica, social, cultural e ambiental. A UFRB com sede no município de Cruz das Almas e com mais três *campi* nos municípios de Cachoeira, Santo Antônio de Jesus e Amargosa está inserida na região econômica denominada Recôncavo Sul. O Recôncavo Sul reúne 33 municípios: Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas da Margarida, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaíra e Varzedo. Juntos esses municípios ocupam uma área de 10.662 km², correspondendo a 1,8% da superfície total do Estado (564.692,67 km²). No tocante ao setor de serviços (setor terciário), a disponibilidade destas atividades está diretamente ligada ao desenvolvimento das atividades agrícolas e industriais da região. Destacam-se as atividades de comércio, bancárias, comunicação (ferrovias rodovias correios e telégrafos), hospitais e escolas de nível fundamental, médio e superior. Apesar do setor de serviços compor a parcela mais importante da economia regional, o desenvolvimento setorial é bastante limitado, posto que, mesmo com pequeno crescimento da população, ocorreu uma redução sensível na oferta de serviços bancários e uma estabilidade na oferta de outros serviços, tais como telefonia, radiofonia e TV, rede hoteleira e correios. Pode-se ainda registrar como uma importante atividade o turismo desenvolvido regionalmente, a partir da beleza natural dos diversos sítios, da riqueza cultural demonstrada através dos eventos artísticos e religiosos e do grande patrimônio histórico.

Tais evidências poderão ser caracterizadas pelas práticas de racismo, homofobia, tratamento grosseiro, negligência, abuso de poder e maus-tratos destinados à população atendida nos serviços de saúde da região. Em um contexto mais geral, o compromisso a ser estabelecido com a elaboração deste estudo vislumbra a possibilidade de resgatar a importância do reconhecimento dos determinantes sociais da saúde na formulação, implementação e desenvolvimento de políticas de saúde, prevenção/enfrentamento da violência institucional e seus desdobramentos no interior do sistema de saúde. A relevância e pertinência da proposta está relacionada a alguns elementos, tais como: a) entre os principais problemas identificados no SUS estão identificados os que se relacionam com a temática da discriminação, racismo institucional, entre outras práticas; b) as peculiaridades culturais, históricas, sociais da região do Recôncavo exigem respostas eficazes pelos gestores de saúde para o atendimento de uma população eminentemente empobrecida e afrodescendente; e c) coloca-se como desafio discutir no campo das políticas de saúde a categoria da violência, sobretudo, da violência institucional, expressão de violência produzida no escopo das instituições.

Neste sentido, é preciso cada vez mais propor estudos e pesquisas em níveis nacional e internacional voltados para a identificação de práticas que caracterizam a chamada violência institucional com a finalidade de propiciar a prevenção e o enfrentamento dos atos de violência, fortalecendo o princípio de promoção da equidade no acesso e na utilização dos serviços de saúde. A originalidade do estudo está centrada no entendimento da violência institucional e em um maior aprofundamento sobre práticas de saúde realizadas no âmbito dos hospitais públicos e de que modo a violência institucional emerge no contexto das instituições hospitalares localizadas nas cidades de Cachoeira e São Francisco do Conde, levando em consideração as particularidades econômicas, sociais, culturais, étnico-raciais e políticas vinculadas à região. Essas duas cidades foram selecionadas na pesquisa devido à sua relevância estratégica para o estudo, reunindo elementos fundamentais, são eles:

O município de Cachoeira é o local onde está situado o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB. Cachoeira é um município que fica localizado no Recôncavo Baiano. Situado às margens do Rio Paraguaçu, predomina o clima tropical, com estações bem definidas, situa-se numa região composta por vales e montanhas. Está distante cerca de 120km da capital Salvador.

Segundo o IBGE, 2010, sua população era estimada em 32.026 habitantes (15.453 homens e 16.573 mulheres). Possui uma área de 395.223km². Cachoeira preservou a sua identidade cultural e histórica, e é um dos principais roteiros turísticos históricos do estado. Também conhecida como Cidade Monumento Nacional e Cidade Histórica devido à sua participação nas lutas pela independência do Brasil, Cachoeira é considerada Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). Destaque para a predominância da população negra e pobre no município, incluindo a presença de 14 comunidades quilombolas.³ Com relação ao sistema de saúde, a cidade possui um total de 24 estabelecimentos SUS (incluindo Atenção Básica-Unidades de Saúde da Família, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), contando apenas com um hospital filantrópico conveniado com o SUS denominado Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira.

Quanto ao município de São Francisco do Conde temos uma população onde 98% é negra, correspondendo a 33.183 habitantes, constituída por 16.203 homens e 16.980 mulheres, segundo dados do IBGE (2010). Dados de 2011 apontam Conde como o 21º maior PIB *per capita* do país e o terceiro da região Nordeste. Grande parte deve-se à arrecadação municipal de impostos ligados à produção e refino de petróleo pela refinaria Landulpho Alves da Petrobrás. Em maio de 2014, foi inaugurado no município um *campus* da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), única instituição com este perfil. É importante frisar os investimentos feitos pela gestão pública no que tange às políticas de saúde: o território vem adotando na rede de saúde um sistema de educação permanente em saúde com ênfase nos determinantes sociais, visando melhorar os indicadores sociais no campo da assistência a saúde. Sua rede de saúde está configurada pela existência de 22 estabelecimentos de saúde SUS – compreendendo Atenção Básica, Unidades em Saúde da Família, um Centro de Referência em Saúde da Mulher (Cresam), CAPS – possuindo um Hospital Municipal Docente Assistencial Célia Almeida Lima/Centro de Especialidades Médicas, onde são oferecidos os serviços de média e alta complexidade.

3 Cachoeira possui 14 comunidades quilombolas que estão em torno da Bacia e Vale do Iguape, distribuídos nos distritos de Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu, isto é: Kaonge, Kalemã, Kaimbongo Velho, Kalole, Dendê, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Tombo, Engenho Novo, Engenho da Cruz e Brejo.

Diante das características apresentadas de cada localidade, verifica-se a complexidade regional e a necessidade de pensar a violência institucional em um território tão marcado pela desigualdade e exclusão social, além da precariedade dos seus recursos.

Para pensar a violência institucional é necessário primeiramente refletir acerca do conceito de violência e sua tipologia, pois o que ocorre no contexto das instituições no que tange à violência é apenas um reflexo das ações materializadas no ambiente social. Mas o que pode ser definido como violência? O que pode ser classificado como violência institucional?

De acordo com Minayo (2003), o vocábulo violência deriva da palavra *vis*, de origem latina, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso de superioridade física sobre o outro. Eventos violentos se referem a conflitos de autoridade, a luta pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas, segundo normas sociais mantidas por usos e costumes naturalizados ou por aparatos legais da sociedade. Mutante, a violência se designa, pois, de acordo com épocas, locais e circunstâncias. Há violências toleradas e há violências condenadas.

A tipologia da violência proposta para classificação da violência que acompanha o Relatório Mundial da Organização Mundial da Saúde (OMS), caracteriza o fenômeno a partir de suas manifestações empíricas: a) violência dirigida pela pessoa contra si mesma: autoinfligida; b) violência nas relações: interpessoal; e c) violência no âmbito sociedade: coletiva. (MINAYO, 2005)

As violências interpessoais podem ser de dois tipos: intrafamiliar e comunitário. A intrafamiliar é aquela que acontece entre parceiros íntimos e entre os membros da família, principalmente no ambiente de casa acometendo crianças, mulheres, idosos, caracterizada por algum tipo de abuso e outras formas de violência.

A violência comunitária se materializa no ambiente social entre conhecidos e desconhecidos através de atos de violência juvenil, agressões físicas, estupros, ataques sexuais, incluindo a violência institucional que ocorre nas escolas, nos presídios, asilos, no ambiente de trabalho e nas instituições de saúde.

Neste sentido, compreende-se a violência institucional como um processo de violência que ocorre no contexto institucional, caracteriza-se por atos e/ou práticas discriminatórias, de agressão verbal, agressão física, negligência, maus-tratos, assumindo formas diversas nos diferentes serviços.

Em especial, na área da saúde, a qualidade e a humanização do cuidado tornaram-se elementos fundamentais na conformação de modelos de gestão e de assistência capazes de possibilitar um acesso e uma utilização dos serviços de modo mais integral e equânime. Entender como funciona o sistema de saúde público nas cidades estudadas, em especial nos hospitais foi de extrema relevância para a produção da informação acerca do modo como vem sendo ofertado o atendimento, considerando que sua população é eminentemente negra e empobrecida, daí reside a importância de identificar as formas de prestação da assistência à saúde e possíveis evidências de violência institucional.

Nesta direção, a primeira parte do trabalho está centrada na apresentação das principais reflexões sobre as transversalidades e sua importância no contexto das políticas de saúde. Posteriormente, é feita a discussão teórica e conceitual evidenciando os principais resultados. Por último, seguem os apontamentos conclusivos sobre o estudo, demonstrando os desafios e perspectivas relacionadas à temática da violência institucional nos hospitais públicos das cidades de Cachoeira e São Francisco do Conde.

Conhecendo a violência institucional no âmbito dos serviços de saúde das cidades de Cachoeira e São Francisco do Conde no Recôncavo da Bahia – pensando a necessidade da transversalidade de gênero e raça nas políticas de saúde

Refletir sobre as transversalidades de gênero e raça na contemporaneidade constitui um grande desafio, em decorrência de uma conjuntura em que a saúde pública, universal, equânime e que promova a integralidade está ameaçada. Desta forma, nos parece salutar resgatar essas categorias e demarcar a importância deste debate no âmbito das políticas de saúde.

Para tanto, o gênero e a raça são conceitos que contribuem na compreensão das desigualdades sociorraciais, culturais e econômicas existentes na sociedade. No que concerne ao gênero, corroboramos com a compreensão descrita a seguir.

[...] no plano teórico, o conceito de gênero não substitui a categoria social mulher, tampouco torna irrelevante pesquisas, intervenções e reflexões sobre mulheres enquanto um grupo social

discriminado. Ao contrário, permite que se pense essa categoria como uma construção social historicamente específica e como essa construção legitima a situação 'real' de discriminação, exploração e subordinação das mulheres. Ao mesmo tempo, a categoria gênero dá conta da diversidade da condição e experiência femininas em sociedades distintas, no tempo e espaço e, ressalte-se, inclusive no seu interior, ao possibilitar a análise de como os recortes de classe, raça e idade, dentre outros, permeiam as vivências de gênero, de sorte a resultarem em experiências femininas bastante distintas. Nessa perspectiva, portanto, é possível pensar as relações entre os sexos (entre mulheres e homens, bem como entre mulheres e entre homens), ou seja, as relações de gênero, no plano das relações sociais e, assim, como relações determinadas não 'naturalmente' pela biologia dos sexos, mas sim por forças sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas, historicamente específicas. (SARDENBERG, 2010, p. 45-46)

Nesse sentido, o gênero é um conceito importante que, dissociado da raça e do racismo, em nossa análise, não tem sentido. No Brasil, cujas desigualdades estruturais são latentes, fica-nos evidente que gênero, classe e raça são essenciais na explicação das mazelas que atingem o povo negro.

Por esse motivo, quando abordamos raça pensamos o mesmo como um conceito constituído de poder e dominação.

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. [...] Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou 'raças sociais' que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2003, p. 6)

O fenômeno do racismo se constitui e é operacionalizado cotidianamente em nossa sociedade, considerando ainda, que é neste universo que

diferenciações depreciativas, em que as características fenotípicas, sobretudo, a cor da pele é exaltada para o exercício da inferiorização dos sujeitos alvos. Nesta perspectiva, podemos conceituar racismo da seguinte forma:

É um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor da pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual tenta se impor como única e verdadeira. (GOMES; MUNANGA, 2006, p. 179)

O racismo atua no Brasil, conforme citado anteriormente, num ambiente marcado por uma sofisticada estratégia ideológica de mascaramento da realidade que, por sua vez, dificulta sobremaneira o entendimento da problemática. O mito da democracia racial⁴ é perverso e permanece atuando em nosso cotidiano.

Nesse contexto, a transversalização de gênero e raça se faz necessária na realidade brasileira, já expressa em acordos internacionais que se comprometeram com essa tarefa.

Ao endossar a Plataforma de Ação formulada durante a IV Conferência Internacional da Mulher, realizada em Beijing, China, em 1995, o Brasil comprometeu-se a levar adiante o processo de transversalização do enfoque de gênero como estratégia fundamental para a construção da equidade de gênero e empoderamento das mulheres. Da mesma forma, como signatário da Declaração de Durban e do Plano de Ação resultante da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Formas de Intolerância Correlatas (realizada em 2001 em Durban, África do Sul), o Brasil também se comprometeu a avançar no combate às desigualdades raciais. Isso significa que o Estado brasileiro se comprometeu a incorporar a perspectiva de gênero e igualdade racial em todas as políticas, programas

4 De acordo com Paixão (2003, p. 68): “a força do mito da democracia racial, para além das características intrínsecas do modo de funcionamento da sociedade brasileira, em grande parte, retirou suas energias da falta de informação estatísticas e demográficas sobre a realidade das desigualdades raciais no Brasil”.

e ações desenvolvidas, nas diferentes áreas governamentais.
(COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 102)

Após anos de avanços, como por exemplo, a implementação da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Secretaria de Políticas para as Mulheres, identifica-se que, a partir do ano de 2015, temos assistido retrocessos de direitos socioassistenciais, trabalhistas e previdenciários no Brasil, cujas resultantes ampliam significativamente as dificuldades nas condições de vida das mulheres, sobretudo as não brancas, considerando a multirraciedade que marca nossas relações, oprimindo essa parcela feminina, pobre, negra e oriunda dos povos nativos das Américas, conhecidos como índios.⁵

Dizemos isso, haja vista termos acompanhado a aprovação pelo Congresso Nacional (comprometido com os interesses da burguesia nacional e internacional), do impedimento de Dilma Rousseff⁶ para dar continuidade ao segundo mandato na presidência da República. O que temos assistido cotidianamente nos principais veículos de comunicação do país é o seguinte:

[...] desprezo visceral pelas formas de vida e cultura das classes subalternas permanecerá como um dos elementos de continuidade mais centrais do conservadorismo contemporâneo, particularmente expressado pelo ódio e pelo preconceito de classe. De passagem, cumpre frisar que esse fenômeno encontra um paralelo histórico no jogo político brasileiro dos anos 2010. Um dos pilares unificadores do discurso antipetista, realizado pela oposição de direita e extrema-direita, ancora-se no argumento

5 “[...] a invisibilidade das mulheres indígenas é um caso específico da invisibilidade dos próprios índios, categoria étnica e racial ainda atrelada, na visão do senso comum, a representações enraizadas em fontes remotas, e cuja elaboração inicial recua aos primeiros séculos da colonização do Novo Mundo”. (LASMAR, 1999, p. 3)

6 Primeira Presidenta do Brasil eleita para o período entre 2010-2014 e reeleita no pleito eleitoral seguinte. Sofreu perseguições de gênero, não raramente tendo sua figura associada a estereótipos depreciativos, por sua condição feminina pela oposição. [...] Entre todas as polêmicas envolvendo este segundo mandato, o preconceito de gênero disfarçado de visão política une os dois polos. Enquanto os críticos ao governo se valem de expressões de baixo calão para pedir sua saída, o que foi repudiado pela ONU Mulheres, apoiadores enxergam na imagem do ex-presidente Lula, um homem, a solução para todos os problemas que circundam Dilma, algo exposto por Luíza Erundina, Há alguns meses, a mesma presidenta recebeu o conselho de “fazer mais sexo” de um jornalista publicado no site da revista *Época*, para quem a solução da crise seria se Dilma se apresentasse de forma “mais erotizada”. (CARTA CAPITAL, 2016)

de que o Partido dos Trabalhadores representaria uma suposta decadência moral, de caráter ‘comunista’, que levaria o país à falência econômica e à ‘desordem’ moral e política. O mesmo argumento compareceu historicamente em relação do presidente João Goulart, e o que sucedeu foi o golpe empresarial-civil-militar de 1964. (SOUZA, 2016, p. 126-127)

Os argumentos históricos das forças conservadoras de nossa sociedade se renovam. O discurso do combate à corrupção é alçado pelas diferentes mídias, a luta central pela qual toda sociedade deve se voltar e, envolvidos nessa aparente solução, os/as brasileiros/as estão tendo tomados de assalto seu território, seu trabalho, suas vidas.

Tendo assumido o poder executivo central, após o golpe infligido na ex-presidente pelo Congresso Nacional e centros decisórios do Poder Judiciário, Michel Temer – vice-presidente e representante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – leva adiante o programa de governo do partido citado, *Uma ponte para o futuro*, que começa a ser implementado. Vejamos alguns trechos descritos no texto do programa como fundamentais. É válido lembrar que não foi o projeto de sociedade aprovado nas urnas, nas eleições de 2014.

a) construir uma trajetória de equilíbrio fiscal duradouro, com superávit operacional e a redução progressiva do endividamento público; b) estabelecer um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, através de lei, após serem eliminadas as vinculações e as indexações que engessam o orçamento; [...] d) executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência; e) realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles [...] h) estabelecer uma agenda de transparência e de avaliação de políticas públicas, que permita

a identificação dos beneficiários, e a análise dos impactos dos programas. O Brasil gasta muito com políticas públicas com resultados piores do que a maioria dos países relevantes; i) na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos [...] k) promover a racionalização dos procedimentos burocráticos e assegurar ampla segurança jurídica para a criação de empresas e para a realização de investimentos, com ênfase nos licenciamentos ambientais que podem ser efetivos sem ser necessariamente complexos e demorados. (PMDB, 2015, p. 18-19)

Como podemos vislumbrar esse é um projeto voltado aos interesses da iniciativa privada e do capital internacional. A reforma trabalhista, aprovada em 11 de julho de 2017, prevê a alteração de mais de 100 artigos de Lei trabalhista anterior, dentre elas a prevalência do acordado sob o legislado, mudanças na forma de contratação e perda do poder de negociação dos sindicatos.

A abertura econômica ao capital internacional, sobretudo aos países de capitalismo central da exploração das riquezas nacionais, autorizando-se regimes de concessão para exploração do Petróleo, incluindo a exploração do pré-sal (reserva petrolífera do Brasil). Com as novas rodadas de leilões tendo tido início em maio de 2017, em que foram oferecidos 287 blocos do pré-sal, na 14ª rodada. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017)

Outro dado é o corte amplo de benefícios socioassistências como o Bolsa Família, em pleno acordo com o pautado em *Uma ponte para o futuro*:

O governo de Michel Temer passou a tesoura no Bolsa Família; em julho deste ano, o número de beneficiários do programa teve o maior corte em relação a um mês anterior desde seu lançamento, em 2003: o número de benefícios encolheu em 543 mil famílias; o corte inclui suspensões para avaliação e cancelamentos; o número de bolsas pagas foi o menor desde julho de 2010, quando foram pagas 12.582.844 bolsas; se compararmos julho de 2014 com o mesmo mês de 2017, houve uma redução de 1,5 milhão de bolsas pagas. (MADEIRO, 2017, p. 1)

Também foi aprovada a Emenda Constitucional nº 55, que versa sobre o teto dos gastos públicos, incluindo saúde e educação que terão seus gastos

praticamente “congelados” por 20 anos. Um exemplo disso é o fechamento das farmácias populares, ocorrido em abril de 2017.

O governo decidiu fechar as farmácias do programa popular que são mantidas com recursos federais. Os pacientes agora vão ter que recorrer às farmácias conveniadas. O problema é que nem todos os remédios estão disponíveis nessas farmácias. As conveniadas oferecem 25 medicamentos de graça ou com preços baixos. Nas farmácias que serão fechadas – as do governo federal – são oferecidos 125 remédios. Foi para economizar dinheiro a decisão de não repassar mais verba para manter as farmácias abertas. O governo diz que a maioria das pessoas que buscam essas farmácias quer medicamentos que são encontrados também nas farmácias conveniadas. (FARMÁCIAS..., 2017)

Analisando todas essas mudanças e o que temos dialogado sobre a questão racial até aqui, não nos restam dúvidas que os impactos e consequências negativas recairão drasticamente sobre a população feminina e não branca desse país, dentre elas, as(os) negras(os). Essa população majoritariamente feminina e pobre que é alvo preferencial do desemprego, que necessita dos benefícios socioassistenciais, da educação pública e da saúde.

O censo do IBGE (2010) indica que, dos 191 milhões de brasileiros, 91 milhões se classificaram como brancos, 15 milhões como pretos, 82 milhões como pardos, 2 milhões como amarelos e 817 mil como indígenas.⁷ Se considerarmos pretos e pardos no mesmo universo, sobrepõem-se o universo daqueles que se denominam brancos. Somos, assim, um país de pessoas negras.

Em relação à quantidade de mulheres e homens, o censo 2010 indica que o “Brasil tem 97.342.162 mulheres e 93.390.532 homens, o que significa que há 95,9 homens para cada cem mulheres”. (CASTRO, 2010, p. 1)

Aprofundando a análise dos dados, verifica-se que, de acordo com a publicação *A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações*, as negras correspondiam a 51,8% da população feminina e 27,7% da população brasileira total. São 59,4 milhões de mulheres negras no Brasil

7 Destacamos que, de acordo com Osório (2003, p. 7, 8), no sistema classificatório de cor ou raça do IBGE, são empregados simultaneamente os métodos de autoatribuição (o próprio sujeito da classificação escolhe o grupo do qual se considera membro) e heteroatribuição de pertença (outra pessoa define o grupo do sujeito). Em virtude de nosso racismo estrutural e da permanência da prevalência do mito da democracia racial no país, os dados obtidos no censo de 2010, sobre “cor” ou “raça” possivelmente refletem essa especificidade do racismo no Brasil.

que se encontram majoritariamente concentradas na região norte (75,2% das mulheres) e nordeste do país (70,7%).

O documento revela ainda que as mulheres negras são as mais pobres, pois apenas 26,3% delas viviam entre os não pobres, ao contrário das mulheres brancas (52,5%) e dos homens brancos (52,8%).

Também são as mulheres negras que se configuram na maioria das chefes de família (53,6%), e dessas (63,4%) estão ocupadas no trabalho doméstico, recebendo 86% dos rendimentos das mulheres brancas na mesma função. As mulheres negras são também a maioria das desempregadas, ao longo dos anos e das diferentes situações econômicas do país.

No que concerne aos espaços de poder e decisórios, o documento demonstra a ausência ou mesmo uma ínfima presença de mulheres negras nos órgãos públicos e privados no Brasil. Indica como exemplo a ausência de homens ou mulheres negras no Supremo Tribunal Federal (STF) e o dado que confirma que elas ocupam apenas 0,5% das diretorias das 500 maiores empresas do país em 2010, atentando que são mulheres pardas, de pele clara.

No que tange aos homicídios, as mulheres negras se destacam, considerando que em todo o país a taxa de morte de mulheres negras é 2,25 maior do que a taxa de homicídios de mulheres brancas.

No sistema de justiça, o fenômeno se repete. O documento revela que dois em cada três presos são negros (homens e mulheres), e que o encarceramento das mulheres cresceu 570% nos últimos anos.

Nas taxas de mortalidade materna os índices são alarmantes, vez que são as mulheres negras as maiores vítimas, chegando a 62%. Não por acaso isso acontece, segundo publicação do Grupo de Trabalho do Ministério Público de Pernambuco – *No País do Racismo Institucional – dez anos das ações do GT Racismo do MPPE*. Pesquisa de Maria Inês da Silva Barbosa (2013, p. 93) sobre preconceito racial na saúde e impacto na população negra feminina identifica que:

[...] Pesquisas mostram que médicos brancos tocam menos nas mulheres negras. Por quê? Porque esses profissionais se pautam por representações sociais estruturadas pelo racismo. Estudos desenvolvidos em São Paulo, nas unidades de saúde, demonstram que no caso de miomas, a postura do médico muda de acordo com a raça da mulher. Em geral, para as mulheres negras são indicadas medidas irreversíveis – por exemplo, tirar o úte-

ro. Isso tem a ver diretamente com a imagem que o profissional de saúde faz das mulheres negras, de sua vida reprodutiva etc. Outros dados vão mostrar que nós, as negras, temos menos chances de ter uma consulta ginecológica completa.

Esses dados demonstram a seriedade das problemáticas que atingem as mulheres negras que são vitimadas pelo racismo institucional nos atendimentos na rede de saúde pública e demais órgãos públicos e privados.

Frente a essa realidade, o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a transversalidade de gênero e raça se mostram essenciais.

[...] transversalizar gênero e raça no âmbito institucional implica ‘ajustar’ as instituições para as mulheres e não-brancos, o que requer ‘sensíveis mudanças institucionais’. É preciso rotinizar formas equiparadas de interação social entre os gêneros, contestar a legitimidade das formas de organização social que discriminam mulheres e negros, e fornecer estratégias para fazer da equiparação entre gêneros uma rotina das organizações em questão. (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 8)

Esse é um desafio que está posto para o Brasil, hoje, que desde 2009 instituiu a Política Nacional de Saúde da População Negra, que tem como objetivo geral “Promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS”. Diante desse quadro, vamos conhecer adiante as experiências de saúde da população negra nos municípios de Cachoeira e São Francisco do Conde no Recôncavo da Bahia.

Pensando o Recôncavo da Bahia e as possíveis evidências de violência institucional no sistema de saúde: quando o reconhecimento das transversalidades de gênero e raça/etnia torna-se necessário?

A Região do Recôncavo encontra-se no estado da Bahia, quinto estado do país em extensão territorial, localizado na região Nordeste do Brasil, compreendendo 564.692,67 km², o que corresponde a 6,64% do território e a 36,34%

da região Nordeste. De acordo com o Censo Demográfico de 2000 realizado pelo IBGE, é o quarto estado mais populoso do país, com uma população de 13.070.250 habitantes (8.772.348 na zona urbana e 4.297.902 na zona rural), correspondendo a 27,38% da população do Nordeste brasileiro e a 7,70% da população do país, como também o estado nordestino mais industrializado e um dos mais dinâmicos em termos econômicos, contando com o maior contingente de habitantes rurais do país, ou seja, cerca de 33% da população baiana e 13% e 29% das populações rurais brasileira e nordestina, respectivamente.

Pelo novo conceito de regionalização que vem sendo implantado no estado da Bahia com a utilização de um recorte geográfico denominado “Territórios de Identidade”⁸ considera-se que a Região do Recôncavo congrega 20 municípios a saber: Cabaçeiros do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

Essa região, que tinha como principal referência econômica o município de Cachoeira e cujo papel no processo histórico e de produção do Espaço Baiano diz muito da sua importância geográfica, encontra-se decadente, não por força de qualquer processo de valorização ambiental e sociocultural da região em si, mas pelo efeito conjunto de vários fatores. Em primeiro lugar, uma herança social, fundada no escravismo e na grande propriedade monocultora, que lhe deixou uma estrutura muito rígida e estéril; em segundo, uma industrialização altamente concentrada e especializada – petróleo e derivados –, totalmente desapojada por programas de reestruturação regional e de valorização social; e, por fim, determinações de mercado e uma política governamental que desviaram da região as melhores opções de articulação desta com o resto do país.

8 Um novo padrão de regionalização está sendo implantado no estado da Bahia utilizando o conceito de territórios de identidade. Território é aqui entendido como a base geográfica da existência social, espaço simbólico em que a população constrói a sua identidade, exprime sentimentos de pertença e cria seu patrimônio cultural. Esta regionalização deverá orientar a formulação de políticas públicas democráticas na área da cultura, descentralizando as tomadas de decisão, consultando a sociedade civil e criando instâncias intermediárias entre o poder municipal e o estadual. Esta divisão difere da divisão regional estabelecida pelo IBGE. Pela divisão proposta pelos Territórios de Identidade, o Estado da Bahia concentra 26 territórios entendendo as suas especificidades sociais e culturais como 'base geográfica de existência social'. (DUARTE, 2003)

Como consequência, tem-se um quadro atual de profunda depressão socioeconômica, agravada pela falta de dinâmica das atividades locais e da estagnação sociocultural.

Segundo os dados do DATASUS (abril de 2010) e trabalhando com a noção de Territórios de Identidade, a região do Recôncavo hoje conta com 279 estabelecimentos públicos de saúde, onde a rede assistencial com tipo de atendimento de internação corresponde a dez hospitais somente públicos prestando atendimento à população. Essa oferta de leitos de internação ainda é bastante limitada para atender a toda a área territorial, não expressando um aumento significativo na criação de unidades hospitalares.

Outra questão interessante a ser ressaltada é a pouca literatura e produção de informações encontrada sobre a totalidade do sistema de saúde da região. Neste sentido, a existência e criação da UFRB em 2005 é absolutamente estratégica e essencial tanto para produzir o desenvolvimento regional como para incentivar os pesquisadores e docentes para a proposição de pesquisas que tenham como foco a melhoria da qualidade de vida da população e o fortalecimento das políticas públicas no atendimento de suas demandas sociais.

Com isso, a pesquisa se constituiu partindo das necessidades e especificidades da região, onde a informação sobre as condições de atendimento à população é pouco produzida, sistematizada e conhecida. Uma região que predominantemente é afrodescendente e possui em seu espaço uma grande concentração de terreiros e de comunidades quilombolas.⁹ Seu passado revela a resistência de uma terra marcada pelo escravismo e pela exploração. A investigação fortaleceu a centralidade e a demanda por investimentos em ações e

9 O Projeto de Mapeamento dos Espaços de Religião de Matriz Africana no Território de Identidade do Recôncavo foi lançado no dia 21 de janeiro de 2010, com o fomento da Secretaria de Promoção da Igualdade (Sepromi) e Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Abrangendo os espaços religiosos dos Territórios de Identidade do Recôncavo Baiano e do Baixo Sul, os dados coletados estão disponibilizados em uma publicação e na internet. As pesquisas coletaram informações sobre origem e história dos espaços, nação a que pertencem, tempo de fundação, trajetória de resistência, perfil das autoridades religiosas, condições físicas e infraestrutura, recursos ambientais, além de levantar subsídios para construção de ações governamentais. Quanto as áreas de quilombolas espalhadas por todo o país, em 24 dos 27 estados da federação. Somam mais de mil comunidades, segundo a Comissão Pró-Índio. Mas, em algumas regiões, a concentração deles é maior. *Na Bahia, os maiores agrupamentos de quilombolas estão concentrados no Recôncavo Baiano, nos municípios de Cachoeira, Maragogipe e Santo Amaro.*

programas específicos para a identificação da violência institucional, das práticas discriminatórias; pelas possibilidades de elaboração e implementação de mecanismos e estratégias de não discriminação, combate e prevenção da violência institucional, incluindo o racismo e intolerâncias correlatas, apontando a relevância da sensibilização e capacitação de profissionais; pelo compromisso em priorizar a formulação e implementação de medidas de redução das disparidades e promoção da equidade, principalmente em uma região cujo passado expressa tantas lutas no campo étnico-racial. As duas cidades escolhidas para o aprofundamento da pesquisa constituem territórios complexos e diferenciados, não arriscaríamos na presente investigação uma análise comparativa, pois não seria o objetivo deste estudo, mas pretendemos demarcar elementos identificados no processo de observações e visitas de campo relacionados à percepção da violência institucional nos hospitais, registrando a forma como é atendida a população, seus enfrentamentos, os desafios, as relações profissionais e os flancos que se abrem para novas maneiras de prestar o cuidado – uma assistência que poderia ser mais humanizada, de valorização do saber popular e especificidades culturais visando a ruptura do racismo institucional e discriminação no interior dos estabelecimentos de saúde.

As entrevistas realizadas forneceram dados sobre a captação da demanda atendida nas Unidades Hospitalares de saúde, permitindo conhecer no período de outubro a dezembro de 2014 um pouco do perfil da população atendida. O perfil delineado demonstra que na cidade de Cachoeira 53% da população atendida é negra, 39% parda, 6% branca e 2% enquadra-se na categoria outros. Em São Francisco do Conde 52% da população é negra, 40% parda, 5% branca, 2% outros e 1% não quis informar. Conhecer as informações relacionadas à cor/raça pode subsidiar e fortalecer ações e políticas específicas que atendam a essa população com garantia de equidade. A ausência do recorte racial/étnico na elaboração e planejamento das políticas sociais e nas ações de saúde contribui para a manutenção da situação de subalternidade e exclusão desse grupo social, pois camufla as particularidades e diversidades raciais existentes no País. Nascimento e Sacramento (2011) apontam que as análises de questões atinentes à saúde da população brasileira têm sido enriquecidas nos últimos anos pelo crescente aporte de informações sobre a identificação racial ou da cor permitindo, inclusive, que diferentes perfis epidemiológicos sejam estabelecidos. Em muitas situações, a desagregação de dados por raça/cor revela que

as pessoas negras exibem piores condições de saúde quando comparadas às brancas, seja em relação ao risco de adoecer e morrer, seja em relação às oportunidades de acesso ao cuidado.

Em relação ao sexo dos sujeitos entrevistados, ambas as cidades demonstram mesmo percentual cuja população feminina corresponde à 73% e a população masculina à 27%. No conjunto, as mulheres utilizam mais os serviços de saúde do que os homens. Travassos e Castro (2008) acreditam que essa diferença, explica-se, em parte, pelas variações no perfil das necessidades de saúde entre homens e mulheres, incluindo a utilização associada à gravidez e ao parto. As mulheres tendem a referir mais problemas de saúde do que os homens, o que pode indicar diferença na percepção de doença e na procura por cuidados de saúde. Predominantemente, os hospitais atendem a uma população na sua fase adulta nas duas cidades estudadas. Em Cachoeira, predomina a prestação do cuidado direcionada aos jovens de 25 a 29 anos. Em São Francisco do Conde, este perfil se diferencia, pois, a predominância do atendimento nos hospitais está voltada com maior frequência para a população que se localiza na faixa-etária dos 30 aos 34 anos.

Estudos de Barros e Santos (2008) apontam que, apesar de os adultos apresentarem maior número de internações hospitalares, as pessoas a partir de 80 anos de idade são responsáveis por um índice de gasto com hospitalização cinco vezes maior, aproximadamente. No entanto, devemos observar como os idosos estão sendo captados nos hospitais, se estão conseguindo adentrar, se suas demandas são atendidas e consideradas. Minayo e colaboradores(as) (2011) realizam uma análise significativa sobre o idoso a partir do olhar do outro, revelando que este segmento da população é retratado pela imprensa especialmente como “pobre e como problema social”. Ou seja, ficou muito clara no estudo das autoras, a visão constatada por Peixoto (2000) na literatura francesa de que, nas sociedades modernas, o “idoso é visto como problema”, é parte da situação da classe trabalhadora em geral, acirrando-se nos seus segmentos mais miseráveis. Os velhos considerados “problemas” são os mesmos que usam os serviços públicos da saúde, que dependem da aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou não têm direito à aposentadoria, e os que usam os serviços de assistência social pública.

Quanto ao local de moradia, a população atendida é majoritariamente proveniente do próprio município: 92,5% dela é atendida no hospital de São

Francisco do Conde e reside na cidade; 85,4% dos usuários e usuárias atendidos em Cachoeira habitam no território e, as demais cidades identificadas geograficamente encontram-se muito próximas do local de atendimento.

No que diz respeito à participação política em espaços de controle social, 71% da população atendida e entrevistada na Unidade Hospitalar de Cachoeira revelaram não participar de quaisquer espaços de participação, sejam eles: conselhos, associações, fóruns e 29% afirmaram participar dos espaços coletivos. Em São Francisco do Conde, 88% da população mencionaram não participar de organizações da sociedade civil e 12% sinalizaram que participam dos espaços de controle social.

Em um estudo de extrema relevância, Vianna e colaboradores(as) (2009) discutem o conceito de participação resgatando a seguinte indagação: De que participação estamos falando? Que processos devem ser considerados como participatórios: a escolha de representantes (e por quais vias) ou a expressão direta de demandas (individuais ou coletivas)? Que dimensões da vida social devem ser destacadas para que se identifique a ação participativa? Enfim, em termos teóricos, como definir participação? Gascón, Tamargo e Carles (2005) admitem a existência de um absoluto consenso em relação a uma definição genérica, segundo a qual participação seria a capacidade que têm os indivíduos de intervir na tomada de decisões em todos aqueles aspectos de sua vida cotidiana que os afetam e envolvem. Também reconhecem que participação é um conceito através do qual se percebem transformações nos contextos históricos, econômicos, políticos e sociais. Pois, maior ou menor participação social está ligada a distintas matizes em relação à amplitude ou restrição de direitos.

Discutir acesso a políticas voltadas para grupos específicos é procurar apreender a concepção de equidade. Equidade em saúde é compreendida como diretriz de organizar ações e serviços de saúde distintos e direcionados para grupos populacionais desiguais socialmente, com forte traço de “discriminação positiva” para superar estas desigualdades injustas através da formulação e implementação de determinadas ações.

Sorj (2004), contrariando tal expectativa, faz um alerta decisivo no balizamento de ações inclusivas: a demanda de direitos realizada pelas novas identidades coletivas, quando associada a reivindicações distributivas, apresenta risco de despolitização e da erosão do espaço público, pois essas identidades questionam a política como produção de uma utopia comum e transformam o

sistema de representação em um processo de agregação de interesses de fragmentos sociais. Contudo, para algumas situações de risco, a própria evolução agressiva da patologia, ou o grande potencial de contágio, exige condições de acesso aos serviços de saúde diferenciados, como é o caso de pessoas portadoras de Doenças Sexualmente Transmissíveis, infecção por vírus HIV/AIDS e hanseníase que necessitam de diagnóstico e intervenção precoce. Outras patologias, mesmo crônicas como a diabetes mellitus e a hipertensão arterial sistêmica necessitam de diferenciação positiva devido às graves consequências. Ainda, destacam-se as especificidades da população feminina, negra, indígena, idosa e muitos outros segmentos que demandam políticas com uma formatação e direcionamento construídos pelos sujeitos demandantes coletivamente e que consigam incluir ações propositivas baseadas nas diferenças.

Com relação ao acesso nos municípios estudados, as dificuldades concentram-se em conseguir o primeiro atendimento, na mobilidade da população, na realização de exames de apoio e diagnóstico de maior complexidade. Os relatos evidenciam que a população ressalta que sente “uma certa dificuldade de ser atendida aqui e na demora do encaminhamento”. (Divina, São Francisco do Conde) “Alguns exames foram pagos e outros pelo SUS, mas são precários”. (Pétala, Cachoeira) Os problemas evidenciados retratam o que frequentemente ocorre nas situações de acesso ao sistema de saúde, o encontro com as barreiras e as disparidades entre oferta e procura. Segundo Travassos e Castro (2008), o acesso é o fator que intermedeia a relação entre procura e a entrada no serviço. Refere-se às características da oferta dos serviços de saúde que facilitam ou obstruem a sua utilização por potenciais usuários e exprime a capacidade da oferta de produzir serviços e de responder às necessidades de saúde da população. Andersen (1995) prioriza o termo acesso. Em uma das versões iniciais do seu clássico modelo de utilização de serviços de saúde, acesso é apresentado como um dos elementos dos sistemas de saúde, dentre aqueles ligados à organização dos serviços, que se refere à entrada e à continuidade do tratamento e cuidados subsequentes.

Quanto à utilização dos serviços de saúde nos municípios pesquisados foram levantadas informações quanto ao processo de atendimento, tempo de espera, tempo de duração do atendimento, dificuldades no processo, existência de escuta atenta às demandas apresentadas no decorrer do atendimento. Grande parte dos relatos apresentou situações de descaso, negligência, relação

entre o médico e a população usuária (des)humanizada sem compartilhamento de saberes e troca na prestação do cuidado.

Cheguei às 7 da manhã e até às 9 ainda não fui atendida.
(Dandara, 2014, São Francisco do Conde)

Pego ficha e tenho que esperar até 11 horas ou 13 horas, tem que ter paciência, mas não tem jeito, tem que esperar mesmo. (Flor de Liz, 2014, Cachoeira)

Durante o atendimento me senti humilhado. (Louva Deus, 2014, Cachoeira)

O médico não explica, só passa remédio, quem fala é a enfermeira.
(Dália, 2014, Cachoeira)

Os médicos deveriam conversar mais com os pacientes, dar mais atenção. (Violeta, 2014, SFC)

Algumas vezes fui bem atendida, outras o médico nem tocou em mim. (Lírio, 2014, Cachoeira)

Existe muita demora porque a demanda é muito grande, ultimamente a saúde é precária em todo o lugar. (Margarida, 2014, São Francisco do Conde)

De acordo com Travassos e Martins (2004), a utilização dos serviços de saúde representa o centro do funcionamento dos sistemas de saúde. O conceito de uso compreende todo contato direto – consultas médicas, hospitalizações – ou indireto – realização de exames preventivos e diagnósticos – com os serviços de saúde. O processo de utilização dos serviços de saúde é resultante da interação do comportamento do indivíduo que procura cuidados e do profissional que o conduz dentro do sistema de saúde. A utilização dos serviços de saúde nas localidades selecionadas no estudo, como foi visto através dos relatos evidencia graves dificuldades, a busca pelos serviços de saúde se configura pelo desejo de tratar a doença, não identificando um processo de promoção da saúde contínuo e, ainda ressaltamos como uma das preocupações centrais o “distanciamento” dos profissionais e as práticas de violência explícitas nos ambientes institucionais.

Ceccim (2005) afirma que para produzir mudanças de práticas de gestão e de atenção, é fundamental que sejamos capazes de dialogar com as práticas e concepções vigentes, que sejamos capazes de problematizá-las – não

em abstrato, mas no concreto do trabalho de cada equipe – e de construir novos pactos de convivência e práticas, que aproximem os serviços de saúde dos conceitos da atenção integral, humanizada e de qualidade, da equidade e dos demais marcos dos processos de reforma do sistema brasileiro de saúde, pelo menos no nosso caso. Cresce a importância de que as práticas educativas configurem dispositivos para as análises das experiências locais; da organização de ações em rede/em cadeia; das possibilidades de integração entre formação, desenvolvimento docente, mudanças na gestão e nas práticas de atenção à saúde, fortalecimento da participação popular e valorização dos saberes locais.

Com relação à violência institucional nos serviços de saúde, as falas demonstram elementos que caracterizam racismo institucional e a discriminação (que são expressões do campo da violência institucional no âmbito dos serviços de saúde), incluindo as várias dimensões de gênero, orientação sexual, cor/raça, geração, classe social entre outras. Os relatos abaixo apresentam tais configurações de violência institucional, são eles:

Chegou um senhor de 45 anos ele era escuro bem escuro acho que ele tratou a recepcionista mal ou ela foi grossa com ele e não quis fazer a ficha dele. Eu aguardei o resultado, chegou o parente do senhor (sobrinho dele que estava bem vestido aí num instante ele foi atendido). Eu acho que ele tinha um padrinho mais aí ele disse que foi discriminado. (Estrela, 2014, Cachoeira)

Um branco que chega arrumado é tratado melhor que um negro. (Bela, 2014, Cachoeira)

Já sofri discriminação. A discriminação é mais por condições, as pessoas com maiores condições são bem mais tratadas do que as pessoas com menos condições, a discriminação também acontece muito. (Jade, 2014, Cachoeira)

Já vi muitas situações de discriminação principalmente com os homossexuais. (Linda, 2014, São Francisco do Conde)

Já vi com pobres e negros. (Ametista, 2014, São Francisco do Conde)

Gomes e colaboradores(as) (2008) apontam que a violência institucional no contexto hospitalar se tornou naturalizada (por meio de normas e disciplinas rígidas e sistematizadas) e investida de invisibilidade. E as relações sociais

assumem a forma de tutela, dependência e favor- obediência à hierarquia dominante. Para essas autoras, o poder hegemônico no hospital é instituído e cristalizado pelo menos por quatro formas distintas de imposição sobre o paciente:

1. Uma ideologia institucional autoritária;
2. Normas, regras, rotinas e protocolos;
3. Condições físicas decadentes; e.
4. Estigmas que discriminam. São tipos de violência que reproduzem a desigualdade como algo natural, abrigando-a na ordem legal institucional do hospital.

O que chama a atenção é que as cidades estudadas constituem territórios com predominância da população negra e pobre, ocorrendo significativos atos de discriminação por raça/cor e classe social nos espaços institucionais pesquisados. Foi verificado que a maioria dos profissionais de saúde são negros/pardos e acabam discriminando uma população usuária da mesma cor/etnia. Como pensar em estratégias de enfrentamento da violência institucional nos serviços de saúde? Que ações podem ser implementadas para sua eliminação?

Ao perguntar para a população usuária dos hospitais acerca das melhores estratégias para a eliminação da violência institucional, os relatos apontaram que existe a necessidade de uma educação permanente dos trabalhadores da saúde e que o debate da violência institucional merece ser aprofundado, reque-rendo maiores estudos e pesquisas. As falas retratam que:

Não depende do gestor do município e sim dos gestores maiores de Brasília, para que a lei seja cumprida e que a burocracia seja diminuída e que a lei venha a beneficiar a sociedade. (Gerânio, 2014, Cachoeira)

Capacitação Continuada. (Margarida, 2014, Cachoeira)

Trabalho Educativo. (Louva Deus, 2014, Cachoeira)

Aula de etiqueta, de educação. (Clara, 2014, Cachoeira)

Educação, paciência, procurar entender as outras pessoas. (Vitória, 2014, São Francisco do Conde)

Respeitar os direitos das pessoas é necessário respeitar as leis.
(Shiva, 2014, São Francisco do Conde)

Se vai colocar um secretário de saúde ele tem que ser apto para o cargo e não parente. (Clementina, 2014, São Francisco do Conde)

No que tange aos direitos, os usuários dos serviços afirmam que para um sistema de saúde ser resolutivo e equânime existe a necessidade do “bom” atendimento, com capacitação dos profissionais de saúde e valorização das suas condições de trabalho. A relação profissional-usuário no contexto do SUS tem sido identificada como um dos fatores determinantes para a consolidação da assistência integral à saúde, o que implica a adoção de práticas que endereçam o cuidado como campo privilegiado de atuação profissional. (ALVES, 2005; SOUZA et al., 2008) Ao indagarmos sobre tal categoria, a população ressalta que:

Quero ter direito de ser bem atendido. (Gerânio, 2014, Cachoeira)

Quero o direito de procurar o atendimento do hospital e ser bem atendido. (Verbena, 2014, São Francisco do Conde)

Os profissionais precisam de boa remuneração, um local apropriado de trabalho. (Louva Deus, 2014, Cachoeira)

Os profissionais necessitam de muitas coisas: boa remuneração, diminuição da carga horária. (Beija-Flor, 2014, São Francisco do Conde)

Quanto à organização política da população usuária dos municípios estudados, pode-se dizer que procuram as instâncias do governo (as Secretarias de Saúde) no sentido de “resolver” situações de conflito, desconhecendo outros canais de participação para o enfrentamento dos problemas que afetam o cotidiano dos serviços de saúde, tais como: a violência institucional que se configura via descaso, negligência, discriminação e racismo nos hospitais. Entretanto, precisamos compreender que a participação dos sujeitos está condicionada por uma série de fatores culturais – como idade (geração), sexo, camada social, grau e tipo de instrução – e psicossociais – como normas e valores. De acordo com Bobbio, Matteuci e Pasquino (2004), a socialização política, ou seja, a maneira pela qual os indivíduos desde a infância até a adolescência aprendem

direitos, deveres e orientações políticas, assim como o caráter mais ou menos “autoritário” das relações entre os indivíduos na sociedade civil também condiciona a participação social.

No que diz respeito aos principais resultados do grupo focal e suas contribuições, pode-se dizer que o encontro com profissionais de saúde propiciou identificar timidamente “os olhares” dos sujeitos que prestam os serviços de saúde sobre a violência institucional e suas expressões.

Com relação à primeira pergunta que abordou o acesso e a utilização da população usuária aos serviços hospitalares, os profissionais de saúde apontaram que o processo de hierarquização do SUS com a adoção da Estratégia em Saúde da Família e fortalecimento da atenção básica favoreceu uma organização mais competente da rede de serviços. Embora, alguns profissionais mencionaram a influência da cultura hospitalocêntrica na busca por serviços, dificultando a regulação. Revelaram que muitas demandas atendidas nos hospitais possuem uma natureza que deveria ser atendida pela Unidade Básica de Saúde.

Em seguida, os profissionais de saúde aprofundaram o debate na segunda questão que esteve centralmente dirigida para problematizar a violência institucional e suas expressões. Houve certa dificuldade no trato da questão, ou seja, reconhecer que existe violência, racismo, discriminação, descaso é um movimento, muitas das vezes, difícil para o profissional que em seu cotidiano pode perceber, naturalizar ou negar essa realidade.

O debate foi marcado por falas ligadas à temática da discriminação racial no interior dos hospitais, tais como: a inexistência de médicos negros e médicas negras, a autodiscriminação dos negros e negras da região, a negação da identidade racial, a discriminação racial vivenciada pelos e entre os próprios profissionais. Acerca da relação profissional de saúde x população usuária no que tange à prestação do cuidado e a ruptura/eliminação das formas de violência produzidas no contexto institucional, os profissionais acreditam nas potencialidades de educação permanente em saúde como estratégia para sensibilizar e discutir temas que possibilitem agregar conhecimentos e recriar práticas de saúde com base no reforço dos vínculos desmistificando estigmas e processos discriminatórios.

Andrade e colaboradores(as) (2011) consideram que no setor da saúde, a Educação Permanente é um conceito pedagógico utilizado para expressar as relações entre ensino, ações e serviços, articulando docência e atenção à saúde.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) ampliou esse conceito, que passou a designar também as relações entre a formação e a gestão setorial, desenvolvimento institucional e controle social em saúde.

Além de todos os elementos já suscitados pelo grupo de profissionais de saúde inseridos nos hospitais merecem destaque “falas” que estiveram direcionadas para que a eliminação da violência institucional e suas expressões se tornasse uma proposta de política com ações definidas, tendo como um dos seus eixos a valorização dos determinantes sociais na produção e promoção da saúde.

O fim é o começo: apontamentos conclusivos da pesquisa

O papel da pesquisa consiste em propiciar descobertas que constroem e desconstróem conceitos, práticas e sistematizações fazendo descortinar os nossos olhares diante da realidade estudada.

Problematizar a importância das transversalidades de gênero e raça/etnia, tal como, o reconhecimento da sua necessidade no âmbito da saúde, a partir da identificação da violência institucional constituiu um desafio, pois existe ainda uma escassez de produções científicas no que diz respeito a esse tipo de violência.

A violência institucional é uma das muitas expressões da violência estrutural. Seus efeitos ainda são pouco conhecidos. Neste sentido, o estudo reafirma a importância da prevenção e combate dos atos de violência cometidos no contexto das instituições de saúde, especialmente no âmbito dos hospitais.

Ter estudado a violência institucional em dois hospitais públicos, situados em duas cidades localizadas no interior do Estado da Bahia, sem dúvida, provocou muitas inquietações, questionamentos e reflexões, reconhecendo que, consolidada nesses espaços, ela está intimamente relacionada às condições sociais e materiais de uma população pobre e majoritariamente negra.

Comumente, identifica-se a violência institucional na saúde como “violência obstétrica” ou descaso e negligência médica. Entretanto, a violência institucional está muito mais disseminada e se constitui a partir de suas múltiplas expressões, tais como: atos discriminatórios, preconceitos, abandono, racismo dentre outras.

A medida da violência institucional não é algo fácil e dado na realidade. A produção da violência institucional ocorre através do estabelecimento das relações sociais e subjetivas e dos mecanismos de poder entre os sujeitos envolvidos na prestação do cuidado e inseridos nas instituições de saúde.

As proposições de políticas públicas devem incluir em suas diretrizes e estratégias a ruptura com a violência institucional. Na saúde, é preciso que se tenha um eixo norteador das políticas baseado no reconhecimento dos determinantes sociais da saúde e suas intersecções.

É óbvio que é necessário ampliar o debate e criar uma nova institucionalidade com clareza de responsabilidades. Propor educação permanente em saúde, gestão participativa, fortalecimento do controle social, reforço da integralidade constitui uma dinâmica fundamental, mas há de se ter em mente que esses elementos são possíveis a partir das mediações, articulações e negociações políticas envolvendo avanços, retrocessos e resistências.

Há muito ainda para se realizar neste campo, a universidade e as instituições de saúde exercem um papel fundamental para estimular novos estudos e pesquisas com caráter propositivo, visando eliminar a violência institucional na saúde, desejando que a população usuária, seus familiares, profissionais de saúde e gestores sejam respeitados, consolidando sua dignidade e cidadania.

Referências

- ALVES, Vânia Sampaio. Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 9, n. 16, p. 39-52, fev./set. 2005.
- ANDERSEN, Ronald Max. Revisiting the behavioral model and access to medical care: does it matter? *Journal of Health and Social Behavior*, v. 36, n. 1, p. 1-10, mar. 1995.
- ANDRADE, Selma Regina; MEIRELLES, Betina Hörner Schindwein; LANZONI, Gabriela Marcellino de Melo. Educação permanente em saúde: atribuições e deliberações à luz da Política Nacional e do Pacto de Gestão. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 373-381, 2011.
- BEHRING, Elaine Rosseti. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.). *Capitalismo em crise: política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília, DF: UNB, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS*. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- CASTRO, Juliana. Censo 2010 revela que cresceu a diferença do número homens e mulheres. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 29 nov. 2010. Caderno Política. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/politica/cento-2010-revela-que-cresceu-diferenca-do-numero-de-homens-mulheres-2918121#ixzz4dDJTUune>. Acesso em: 3 abr. 2017.
- CARDOSO, Clarice. Quando a misoginia pauta as críticas ao governo Dilma. *Carta Capital*, São Paulo, 2 abr. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/quando-a-misoginia-pauta-as-criticas-ao-governo-dilma>. Acesso em: 16 out. 2017.
- CECCIM, Ricardo Burg. Educação permanente em saúde: descentralização e disseminação da capacidade pedagógica na saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 975-986, 2005.
- COSTA, Ana Alice Alcantra; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. A transversalização de gênero e raça no plano nacional de qualificação: análise e diretrizes. *Revista SER Social*, Brasília, DF, v. 10, n. 23, p. 101-138, jul./dez. 2008.
- DUARTE, José Carlos Silveira. Territórios de identidade e multiterritorialidade: paradigmas para a formulação de uma nova regionalização da Bahia. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 5., 2009, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.
- GASCÓN, Silva; TAMARGO, María del Carmen; CARLES, Mónica. *Marco Conceptual Y Metodológico sobre Participación Ciudadana en Salud en el MERCOSUR Ampliado*. Fundacion I SALUD, primer informe de avance, fev. 2005.
- GOMES, Annatália Meneses de Amorim; NATIONS, Marilyn Kay; LUZ, Madel Therezinha. Pisada como pano de chão: experiência de violência hospitalar no Nordeste brasileiro. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2008.
- GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.
- MADEIRO, Carlos. Bolsa família tem o maior corte da história: 543 mil famílias em 01 mês. *BRASIL 247*, Rio de Janeiro, ago. 2017. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/311247/Bolsa-Fam%C3%ADlia-tem-maior-corte-da-hist%C3%B3ria-menos-543-mil-fam%C3%ADlias-em-1-m%C3%AAs.htm>. Acesso em: 14 out. 2017.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1992.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 7-18, 1994. Suplemento 1.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 513-531, 1997.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência: um velho desafio para a atenção à saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 55-63, jun./abr. 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de, CONSTANTINO, Patrícia; SANTOS, Nilton César dos. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves; SOUZA, Edinilsa Ramos de (org.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 71-103.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1259-1267, 2006. Suplemento.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. O idoso sob o olhar do outro. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JÚNIOR, Carlos Everaldo Alvares (org.). *Antropologia, saúde e envelhecimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. p. 191-209.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto Pereira (org.). *Cadernos PENESB: Programa de Educação sobre Negro na Sociedade Brasileira*, n. 10. Niterói: Editora UFF, 2004. p. 15-34.
- FARMÁCIAS populares serão fechadas pelo governo: Pacientes agora vão ter que recorrer às farmácias conveniadas, que não dispõem de todos os medicamentos oferecidos pelo programa popular. *Bom Dia Brasil*, Rio de Janeiro, 11 abr. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/04/farmacias-populares-serao-fechadas-pelo-governo.html>. Acesso em: 14 out. 2017.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE. Brasília, DF: IPEA, 2003. (Texto para Discussão, n. 996) Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4212. Acesso em: 15 out. 2017.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (Coleção Políticas da Cor).

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula; CARVANO, Luiz M. (org.). *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2007-2008*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro, 2000. p. 15-17.

MORAES, Fabiana. *No país do racismo institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE*. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

PMDB. Fundação Ulysses Guimarães. *Uma ponte para o futuro*. Brasília, DF: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

SACRAMENTO, Amália Nascimento do; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. Racismo e saúde: representações sociais de mulheres e profissionais sobre o quesito cor. *Revista Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1142-1149, 2011.

SANTOS, Juliana Siqueira; BARROS, Maria Dilma de Alencar. Idosos do município do Recife, estado de Pernambuco, Brasil: uma análise da morbimortalidade hospitalar. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, DF, v. 17, n. 3, p. 177-186, 2008.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: SCHEFLER, Maria de Lourdes Vasquez; AQUINO, Petilda Serva; ALVES, Silvia de; DUARTE, Ívia Iracema (org.). *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2010. (Coleção Bahianas, 12).

SORJ, Bernardo. *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

TRAVASSOS, Cláudia; MARTINS, Mônica. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 190-198, 2004. (Suplemento 2).

TRAVASSOS, Cláudia; CASTRO, Mônica Silva Monteiro de. Determinantes e desigualdades sociais no acesso e na utilização dos serviços de saúde.

In: GIOVANELLA, Lúcia et al. (org.). *Políticas e sistema de saúde no Brasil*.

Rio de Janeiro: Fiocruz; Salvador: CEBES, 2008. p. 215-243.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck; CAVALCANTI, Maria de Lourdes;

CABRAL, Marta de Pina. Participação em saúde: do que estamos falando? *Sociologias*, Porto Alegre, RS, n. 21, p. 218-251, jun. 2009.

WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza (coord.). *A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violência e violações*. São Paulo: Géledes Instituto da Mulher Negra; Rio de Janeiro: Criola Organização de Mulheres Negras. Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Dossie-Mulheres-Negras-.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2017.

Participação e controle social na construção das políticas públicas em educação do campo

MAGALY NUNES DE GOIS

Introdução

A participação dos(as) trabalhadores(as) nos processos decisórios do Estado, configurados pelo envolvimento de organizações governamentais, não governamentais, movimentos sociais e sindicais na formulação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas é prevista na Constituição de 1988.¹ Para além do marco legal, assegurar a participação e o envolvimento dos(as) trabalhadores(as) nas ações do Estado exige a criação de novos espaços públicos que viabilizem a inclusão de novos sujeitos políticos e o exercício do controle social sobre a ação do Estado.

¹ A participação popular está garantida em vários dispositivos da Carta de 88: nos artigos 14 e 29, inciso XIII; artigo 37, parágrafo 3º; artigo 74, parágrafo 2º; artigo 198, inciso III; artigo 204, inciso II; artigo 206, inciso VI; artigo 216, parágrafo 1º; artigo 227, parágrafo 1º (BRASIL, 1988).

Nesse cenário surgem os conselhos, os fóruns, os comitês, os colegiados e as conferências como instâncias de participação e de controle social na gestão governamental e espaço de articulação e interlocução entre a sociedade civil e o Estado. Esses espaços se configuram, em tese, como um mecanismo privilegiado de participação dos(as) trabalhadores(as) no campo de ação das políticas públicas e sociais, com a tarefa de compartilhar responsabilidades no que tange à formulação, operacionalização, avaliação e controle social destas. As instâncias de participação e controle social criadas no bojo do projeto democrático popular se traduzem na

possibilidade de que reivindicações dos movimentos sociais, no contexto da luta democrática de finais dos anos de 1979, pudessem penetrar o espaço estatal através de canais de participação ativa da sociedade civil na definição do funcionamento do Estado e na gestão das ações estatais [...] Vai ganhando força a ideia de que os espaços de construção e gestão das políticas sociais devem ser alargados para abrigar a presença ativa de novos sujeitos sociais. A perspectiva era não apenas participar da definição e do controle social das políticas públicas, mas também da partilha do poder estatal, interferindo nas decisões sobre prioridades, conteúdos e direção política que deveriam tomar. (RAICHELIS, 2011, p. 22)

Apesar dos conselhos serem frutos de propostas construídas numa conjuntura de mobilização da sociedade civil com a intencionalidade de ser um espaço de expressão e inserção dos interesses dos(as) trabalhadores(as) de vigilância permanente do poder popular sobre as decisões do poder público em todas as fases e/ou etapas das políticas públicas – concepção, execução, monitoramento, avaliação e redirecionamento das ações –, a implementação ocorreu “a partir dos anos 1990, num cenário de regressão dos direitos sociais e de destruição das conquistas históricas dos trabalhadores em nome da defesa do mercado e do capital”. (BRAVO; MENEZES, 2012, p. 274)

A participação dos(as) trabalhadores(as) nos processos decisórios do Estado, configurados pelo envolvimento de organizações governamentais, não governamentais, movimentos sociais e sindicais na formulação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas é prevista na Constituição

de 1988.² Para além do marco legal, assegurar a participação e o envolvimento dos/as trabalhadores(as) nas ações do Estado exige a criação de novos espaços públicos que viabilizem a inclusão de novos sujeitos políticos e o exercício do controle social sobre a ação do Estado.

Nesse cenário surgem os conselhos, os fóruns, os comitês, os colegiados e as conferências como instâncias de participação e de controle social na gestão governamental e espaço de articulação e interlocução entre a sociedade civil e o Estado. Esses espaços se configuram, em tese, como um mecanismo privilegiado de participação dos/as trabalhadores/as/as no campo de ação das políticas públicas e sociais, com a tarefa de compartilhar responsabilidades no que tange à formulação, operacionalização, avaliação e controle social destas. estratégia de transferir para a sociedade a atribuição de realizar uma série de atividades próprias do Estado, e através dos formatos organizacionais previstos busca-se uma fusão entre sociedade civil e Estado, anulando a autonomia desta, inclusive a possibilidade do exercício de controle social, pois as próprias entidades passarão a ser executoras de serviços que deveriam ser controlados [...]. (TEIXEIRA, 2002, p. 82)

A participação e o controle social são tratados na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) sob a denominação de gestão democrática. Neste sentido, o Título III - Do Direito à Educação e do Dever de Educar, Art. 9º, § 1º do Inciso IX prevê a criação do Conselho Nacional de Educação (com funções normativas e de supervisão e atividade permanente) e os Incisos I e II do Art. 14º determinam que a gestão democrática do ensino público na educação básica tem que assegurar a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes, respectivamente.

A Educação do Campo não foge a essa regra, pois as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituída pela Resolução CNE/CEB nº 01/2002, preveem no item IV, art. 8º - “Controle social da qualidade da

2 A participação popular está garantida em vários dispositivos da Carta de 88: nos artigos 14 e 29, inciso XIII; artigo 37, parágrafo 3º; artigo 74, parágrafo 2º; artigo 198, inciso III; artigo 204, inciso II; artigo 206, inciso VI; artigo 216, parágrafo 1º; artigo 227, parágrafo 1º. (BRASIL, 1988)

educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade do campo” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002) com vistas a assegurar a oferta, a qualidade dos programas e projetos e o acesso dos povos do campo à educação por meio da gestão democrática. Segundo Munarim (2011, p. 56), “A participação efetiva da comunidade [...] constitui forte eixo norteador na Educação do Campo. Essa participação é preconizada desde as definições das políticas junto aos órgãos gestores até o cotidiano da escola do campo”.

Problematizar sobre a participação e o controle social na construção e implementação de políticas públicas em Educação do Campo a partir das pesquisas bibliográfica e documental – marco legal da Educação e da Educação do Campo e arquivo do Comitê Estadual de Educação do Campo de Sergipe (EDUCAMPO) –, constitui o objetivo do presente artigo.

Participação e controle social na construção das políticas públicas em educação do campo

Com a concepção de que a educação é um direito e a “escola é necessária à luta”³ trabalhadores(as) rurais, representados(as) por movimentos sociais e sindicais, vêm desde a década de 1950 lutando para superar a educação rural e para construir e consolidar uma educação socialmente referenciada nas realidades e nos interesses dos mesmos, em contraposição ao adestramento, disciplinarização, treinamento e docilização dos indivíduos, características da educação formal, tanto urbana como rural, que tem sido historicamente ofertada aos(as) trabalhadores(as).

Assim, movimentos sociais e sindicais do campo e da cidade almejam uma educação que é meio e instrumento de formação técnica, política e revolucionária, uma Educação do Campo, “capaz de valorizar os saberes e práticas sociais oriundas da cultura de quem vive e trabalha no campo, por meio de aprendizagem e não subalternidade do campo à cidade”. (JESUS, 2008, p. 155)

A Educação do Campo parte da concepção do campo “como um lugar de vida, de morar, de trabalhar, de ser feliz, lugar de construção de identidades (que tem particularidades e referências identitárias)” (SILVA, 2010, p. 80); tem

3 A exemplo de Rubneuz Leandro de Souza, membro do coletivo nacional de educação do MST, em entrevista realizada em 11 de abril de 2016. Disponível em: www.mst.org.br.

por princípios político-pedagógicos: escola para a intervenção social; educação como emancipação dos sujeitos; educação para o desenvolvimento sustentável e solidário; educação como ação cultural; produção, socialização e confronto de saberes; descentralização, transparência e gestão compartilhada.

Para viabilizar e assegurar a participação dos(as) trabalhadores(as) na construção e implementação da Educação do Campo foram realizadas duas Conferências Nacionais por uma Educação Básica do Campo em 1998 e 2004; constituída a Articulação Nacional por uma Educação do Campo em 2004; criados a partir de 2004 os Fóruns e/ou Comitês Estaduais de Educação do Campo, em cumprimento às *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*, a Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC),⁴ em 2007, por meio da Portaria MEC nº 674/2013 (BRASIL, 2013a), e o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) em 2010.

Segundo Santos (2004, p. 17), a Articulação Nacional por uma Educação do Campo é fruto

Da mobilização dos movimentos sociais do campo em conjunto com as universidades brasileiras e com setores da Igreja. Contamos ainda com o apoio de organismos internacionais, como UNESCO e UNICEF, que se mobilizam em torno de dois princípios fundamentais. O primeiro está assegurado na Constituição: educação, direito de todos. O segundo tem a ver com o campo. Para nós, o campo não é apenas espaço para a produção, para o agronegócio, referência de balança comercial, mas, sim, espaço para reprodução de todas as formas de vida. Por isso, tratamos de educação do campo e não de educação rural. Não se trata apenas de realidade regional. O campo é um território onde a vida acontece. Esse é o princípio da Articulação Nacional para uma Educação do Campo, no que

4 Órgão colegiado de caráter consultivo, formado por 20 representantes: 11 do Estado - MEC, FNDE, INEP, MDA, Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), universidades federais, UNDIME, CONSED e UNCME, e nove da sociedade civil - Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS), CONTAG, CPT, FETRAF, MAB, MMC, MST e RESAB e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), com a função de assessorar o MEC na formulação de políticas públicas para a educação do campo, capazes de assegurar acesso ao ensino de qualidade a povos que incluem pesqueiros, ribeirinhos, agricultores, caiçaras, quilombolas entre outros.

se refere à educação. Porque, se educação é direito de todos, a educação no campo tem a ver com o lugar onde realizamos experiências humanas.

Assim como a Articulação Nacional, o Fonec também é uma iniciativa de 13 movimentos sociais e sindicais que atuam no campo⁵ e 14 Instituições de Ensino Superior (IES),⁶ concebida por esses sujeitos como uma articulação coletiva, pautada, segundo sua Carta de Criação, pelo princípio da autonomia em relação ao Estado com as seguintes intencionalidades:

Exercício da análise crítica, constante, severa e independente acerca de políticas públicas de Educação do Campo; bem como a correspondente ação política com vistas à implantação, à consolidação e, mesmo, à elaboração de proposições de políticas públicas de Educação do Campo [...] caberá ao Fórum Nacional de Educação do Campo primar, antes de tudo, pelo cumprimento do direito humano inalienável e indivisível à educação de qualidade, a todos os que vivem no e do campo, salvaguardadas, sempre, a diversidade cultural e as especificidades sociais e ambientais da vida e do trabalho dos povos do campo. (FONEC, 2010)

Para Bravo e Menezes (2012) o controle democrático pelas classes trabalhadoras exige “a articulação das forças políticas que representam os interesses dessas classes em torno de um projeto para a sociedade que tenha como horizonte o rompimento com a sociabilidade do capital” (BRAVO; MENEZES, 2012, p. 290) e, para Taffarel e Junior (2011, p. 2002), apesar da existência de leis e resoluções normatizando a oferta da Educação do Campo, a “constatação

5 CPT, CONTAG, Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGS), Fórum Catarinense de Educação do Campo (FOCEC), Fórum Paraense de Educação do Campo do Pará (FPEC), MMC, MOC, MAB, MPA, MST, RESAB, Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), UNEFAB (FONEC, 2010).

6 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IBF), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), UNB, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), UFBA, UFPB, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), UFMG, UFSC, UFPA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Tocantins (UFT) (FONEC, 2010).

da não implementação dessas normativas no âmbito dos sistemas educacionais [...] é um campo fértil para a organização de fóruns nacionais e estaduais como o FONEC”.

A não vinculação do Fonec à estrutura orgânica do Estado, a adoção do princípio da autonomia desde sua criação, a realização de análises críticas e propositivas sobre a Educação do Campo,⁷ a elaboração de notas e manifestos sobre a conjuntura brasileira e a Educação do Campo⁸ (2012) e o lançamento da Campanha “Educação é Direito. Não é Mercadoria” (2016) configuram estratégias referentes à resistência contra a mercantilização da política educacional, ao processo de extinção da Educação do Campo e à redução da participação dos(as) trabalhadores(as) e dos movimentos sociais e sindicais aos limites impostos pelo Estado, ou seja, a institucionalização e engessamento da participação nas instâncias de participação e controle social.

Os programas direcionados à Educação do Campo também possuem em seus fluxogramas instâncias de participação e de controle social. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) conta com a Comissão Pedagógica Nacional (CPN), enquanto espaço de participação, análise e aprovação de projetos político-pedagógicos, formada por representantes de movimentos sociais e sindicais do campo, de universidades públicas e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com as seguintes atribuições: a) participar da coordenação das atividades didático-pedagógicas do Programa; b) definir e propor indicadores de desempenho e instrumentos de avaliação; c) identificar, discutir, desenvolver e avaliar metodologias e instrumentos pedagógicos pertinentes aos pressupostos teórico-metodológicos do Programa; d) apoiar e orientar os colegiados executivos estaduais; e) emitir parecer técnico-pedagógico sobre propostas de trabalho e/ou projetos; f) acompanhar e avaliar, em conjunto com as Superintendências Regionais do Incra, as ações do programa nos estados e nas regiões; g) articular em conjunto

7 Realizada por meio de encaminhamento de solicitação de audiência com o Ministro da Educação para discutir sobre PNE e a Educação do Campo (2010), Seminário Nacional de Educação do Campo (2012), Oficina de planejamento e Relatório síntese (2013), Seminário Nacional dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo e de audiência pública na Câmara dos Deputados, n. 5 (2016).

8 Seminário Nacional realizado em 2012 que gerou a elaboração de dois documentos políticos e propositivos: Nota para análise do momento atual da Educação do Campo e Manifesto à Sociedade Brasileira (www.gepec.ufscar.br).

com as unidades regionais da autarquia, governos estaduais e municipais e instituições de ensino públicas e/ou sem fins lucrativos para promover a ampliação e implementação das ações do Programa nos estados e regiões; h) participar, a convite do Incra, de eventos para representação do Programa.⁹

Assim como no Fonec, o exercício da participação pelos movimentos sociais e sindicais no âmbito do Pronera é mais possível e real por diversas razões: nasce a partir das lutas populares pela reforma agrária; é uma demanda dos(as) trabalhadores(as) do campo; a participação dos movimentos sociais e sindicais é um princípio e uma condicionalidade para a existência do programa e dos cursos; os movimentos sociais e sindicais estão presentes na gestão, execução, monitoramento e avaliação do programa, pois a coordenação foi historicamente ocupada por técnicos comprometidos com a Educação do Campo e com as lutas dos(as) trabalhadores(as).

Ressalto que a presença dos movimentos sociais e sindicais na CPN assegura a permanência e continuidade do Pronera – mesmo que com menor expressividade e relevância –, a oferta de cursos de maior *status* social, a exemplo de Agronomia, Direito, Jornalismo e Medicina Veterinária, ou seja, ultrapassar o limite da oferta de cursos de formação de professores(as) – as licenciaturas – e a construção da matriz político-pedagógica das licenciaturas em Educação do Campo, porém, não consegue impedir a judicialização de diversos cursos por meio de Ações Cíveis Públicas movidas pelo Ministério Público Federal sob a alegação de ferimento do princípio da legalidade e da isonomia (Direito ofertado pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2007, Medicina Veterinária ofertado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) em 2008 e pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sergipe (Aease) contra o funcionamento do curso de Engenharia Agrônoma ofertado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 2004, com base no argumento de ilegalidade e ferimento do princípio constitucional da isonomia e a morosidade na aprovação e na implementação dos cursos. (SOUZA, 2012)

O Programa Escola Ativa, atual Escola da Terra, prevê, segundo o Projeto Base Brasil (2010b), a criação de duas instâncias de participação e controle

9 Segundo Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o Pronera (Art. 16 e 17) (BRASIL, 2010a); Portaria nº 214, de 19 de maio de 2015, emitida pelo Incra com o objetivo de designar os membros para compor a CPN do Pronera - Art. 1º (INCRA, 2015a) e Carta da Comissão Pedagógica Nacional do Pronera (2016).

social: comitês ou comissão de Educação do Campo e o Colegiado Estudantil. Os comitês têm como finalidade discutir, à luz da especificidade do campo, os problemas, as possíveis soluções e as experiências da Educação do Campo, no sentido de promover a construção de um projeto político-pedagógico que articule ações em políticas públicas, como forma de concretização das orientações preconizadas nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo. O Colegiado Estudantil, concebido como um espaço de formação política e de aprendizagem do compromisso da escola com a comunidade, tem por objetivos o fortalecimento da gestão democrática, a participação dos estudantes e da comunidade, o estímulo à auto-organização dos estudantes, a tomada de decisões coletivas e a cogestão.

O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) não prevê a criação de instância de participação e controle social, porém, determina que os projetos e as ações devem acontecer de forma articuladas com os movimentos sociais e sindicais do campo e com os Comitês Estaduais de Educação do Campo.

O Programa Educação dos Quilombos também prevê a participação e o controle social na organização e gestão das escolas e da educação escolar. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica estabelecida pela Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, a participação deve ocorrer por meio do envolvimento e consulta às comunidades e lideranças (Art. 6º- Inciso IV,¹⁰ 8º - Inciso IX¹¹ e 39 – Incisos I, II, III, IV e V¹²) e da realização de ações colaborativas entre União, estados e municípios com envolvimento dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação (Art. 58).

Assim como os demais programas de Educação do Campo, o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) – instituído pela Portaria

10 Assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos desses territórios considerem o direito de consulta e a participação da comunidade e suas lideranças, conforme o disposto na Convenção 169 da OIT.

11 Efetivação da gestão democrática da escola com a participação das comunidades quilombolas e suas lideranças.

12 A Educação Escolar Quilombola deve atender aos princípios constitucionais da gestão democrática que se aplicam a todo o sistema de ensino brasileiro e deverá ser realizada em diálogo, parceria e consulta às comunidades quilombolas por ela atendidas.

nº 86/2013 – incluiu em sua estratégia de operacionalização a participação das comunidades e dos movimentos sociais e sindicais no controle social de suas ações, indicando no Art. 3º, Inciso V que “são princípios da educação do campo e quilombola: [...] controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo”. Segundo o Art. 10 da referida portaria, “o controle social das ações do PRONACAMPO será acompanhado pela Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC) [...] em articulação com as instâncias colegiadas locais dos estados e do Distrito Federal [...]” (BRASIL, 2013b), incluindo os comitês estaduais de Educação do Campo.

Além da CONEC, o Ministério da Educação (MEC) institui em 2015 o Grupo de Trabalho de Políticas de Fortalecimento da Educação do Campo por meio da Portaria MEC nº 948, de 21 de setembro de 2015, composto por oito membros oriundos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), Fonec, Conec e universidades federais,¹³ sendo dois representantes por entidade, com a finalidade de “construir critérios técnicos para assegurar uma distribuição territorial das escolas do campo, propor o aperfeiçoamento pedagógico das escolas do campo e melhorar a articulação entre a Educação Superior e a Educação Básica, por meio do desenvolvimento de um programa de residência docente nas escolas do campo”. (BRASIL, 2015)

Apesar da existência da Conec, a efetivação dessa participação no âmbito do MEC é problemática porque esse ministério não tem tradição de articulação com os movimentos sociais e sindicais; a estrutura é muito engessada; pela pouca compreensão dos gestores sobre a Educação do Campo e pela forte presença de secretarias do MEC na Comissão, realidade que dificulta e/ou impossibilita a negociação e a deliberação de propostas oriundas dos(as) trabalhadores(as), à exceção do Procampo que ainda assegura a participação por meio da realização de encontros com movimentos sociais e sindicais e IES para discutir sobre as dificuldades e contradições enfrentadas cotidianamente por este programa.

Além desses espaços específicos e de discussão exclusiva sobre a Educação do Campo, esta é também discutida nos conselhos de desenvolvimento rural

13 Os representantes das universidades são indicados pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) (Art. 2, inciso IV).

sustentável e nos colegiados territoriais, instâncias de discussão e de controle social das políticas públicas, programas e projetos sociais direcionadas ao campo.

Recentemente, a Educação do Campo também foi incorporada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), com a criação de um grupo temático que tem como atribuição a promoção de estudos para o fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável, a realização de eventos e a formulação de subsídios para os conselhos estaduais e municipais, entre outras. (MOLINA, 2004; JESUS, 2008, p. 67)

Cabe lembrar que a caminhada de construção da Educação do Campo tem também como protagonistas os Comitês e/ou Fóruns Estaduais, cuja criação é prevista no marco legal da Educação do Campo e estimulada/induzida pelo MEC/Secadi. O Caderno MEC/Secad 2 - Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas aponta para a necessidade de constituição dos comitês, porém não contém orientações e/ou instruções normativas para a criação destes.

Para dar continuidade ao processo, institucionalizar, fortalecer e enraizar esse novo paradigma em todas as esferas de governo, foram criados, durante os Seminários, os Comitês Estaduais de Educação do Campo, os quais passaram a subsidiar a implementação da política de Educação do Campo nos estados e a atuar em parceria com o MEC para disseminá-la junto aos municípios. (BRASIL, 2007, p. 24)

Confirmando que a criação dos comitês e dos fóruns foi uma iniciativa do MEC/Secadi, portanto, do Estado e, a inexistência de instrução normatizando o processo de criação, os 25 comitês e/ou fóruns existentes foram criados a partir dos Seminários Estaduais de Educação do Campo, realizados no período de 2004 a 2006,¹⁴ promovidos pela Secadi/MEC e possuem instrumentos diferenciados de criação, visto que a decisão de fórum e/ou comitê foi tomada pelos estados com base na autonomia do sistema educacional, na realidade

14 Ressalta-se que apenas em São Paulo e no Distrito Federal não foram implantados fórum ou Comitê de Educação do Campo, segundo informações do Comitê Estadual de Educação do Campo de Sergipe (Educampo) extraídas do quadro Dados dos Comitês e Fóruns de Educação do Campo (EDUCAMPO, 2015).

vivenciada pelos mesmos e respeitada pelo MEC/Secadi, resultando na criação dessas instâncias por meio de Portaria e/ou Resolução das Secretarias Estaduais de Educação (Seduc), Decreto Estadual e regimento interno.

Aliado às questões acima, Munarim (2006, p. 11) afirma, no texto “Elementos para uma política pública de Educação do Campo”, que a criação dos comitês, assim como do GTP de Educação do Campo fazem parte de um dos eixos estratégicos adotados pela Coordenação Geral de Educação do Campo – Construção de uma nova base epistemológica, Construção de esfera pública e Estado em ação – em sua prática de trabalho, o eixo Construção de esfera pública.

Duas atividades da Coordenação-Geral de Educação do Campo podem ser inscritas como típicas e específicas desse eixo estratégico: o Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GTP), da SECAD/MEC, e os grupos executivos estaduais de educação do campo ou fóruns estaduais [...] já os Comitês Estaduais de Educação do Campo, com o mesmo tipo de representação que ocorre na esfera federal, e com os mesmos objetivos, são articulações no âmbito dos estados federados, que, via de regra, mas não necessariamente, acontecem no escopo das secretarias de estado da educação. São resultados de seminários estaduais de educação do campo realizados em cada um dos estados. (MUNARIM, 2006, p. 11-12)

Os comitês e fóruns constituem instâncias de abrangência estadual com participação de representantes do Estado e da sociedade civil com a finalidade de assessorar os estados e municípios na construção e implementação da Educação do Campo, atribuição que exige o envolvimento dos mesmos na divulgação das Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo e construção das diretrizes estaduais.

As representações do Estado e da sociedade civil são diferenciadas, pois, dependem das articulações, da presença e da força dos movimentos sociais e sindicais e da história de construção da Educação do Campo vivenciada pelos estados, porém, todas as instâncias estaduais têm em suas composições as secretarias estaduais de educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), os Conselho Estadual de Educação (CEE) e as universidades federais representando o Estado e como representantes da sociedade

civil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as federações estaduais de trabalhadores(as) rurais.

No universo das 25 instâncias estaduais, em cinco estados há fóruns (Acre, Alagoas, Bahia, Pará e Tocantins), sendo que o estado do Pará possui, além do fórum estadual, fóruns regionais; um possui fórum e comitê (Santa Catarina); dois têm comissões estaduais (Minas Gerais e Piauí) e 17 contam com comitês: Amapá, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul e Sergipe.

Considero importante ressaltar que até o ano de 2010 os comitês tinham maior visibilidade e protagonismo frente ao MEC/Secadi, materializados pela realização de eventos como o I Encontro com os Comitês e Fóruns Estaduais de Educação do Campo (2007), I Encontro Nacional de Coordenadores(as) Estaduais de Educação do Campo e representantes dos Comitês/Fóruns de Educação do Campo (2008) e o II Encontro Nacional de Comitês de Educação do Campo (2009).

Além desses eventos, isso também se fez pela criação da Comissão Nacional dos Fóruns/Comitês Estaduais de Educação do Campo (2008), composta por representantes dos comitês dos estados de Sergipe, Pernambuco, Ceará, Mato Grosso, Maranhão e Goiás, com o objetivo de assegurar a participação das organizações da classe trabalhadora no fortalecimento e consolidação da Educação do Campo e no controle social sobre as ações de Educação do Campo desenvolvidas pelo Estado. As consultas feitas aos mesmos e a troca de informações e diálogos estabelecidos entre o MEC/Secadi e comitês sobre os programas e projetos da Educação do Campo também contribuíram para essa visibilidade.

Ademais, sabemos que a existência das instâncias de participação e de controle social são conquistas da classe trabalhadora na luta por participação no âmbito da esfera do Estado, com a intencionalidade de construção de políticas públicas universais e socialmente referenciadas na realidade da classe trabalhadora. Essa participação vem ocorrendo exclusivamente nas organizações governamentais, ou seja, por dentro do Estado e sob o controle dos gestores públicos, portanto, nos marcos e nos limites previamente estabelecidos pelo Estado Capitalista e a serviço da nova sociabilidade do capital conduzida pelos organismos financeiros multilaterais. (MARTINS, 2009; TEIXEIRA, 2002; TONET, 2012a, 2012b)

As forças neoliberais passaram a reconhecer que a participação popular poderia ser considerada como articuladora da nova sociabilidade e não um fenômeno nocivo a ser contido, ou mesmo reprimido, como recomendado pelo pensamento hayekiano ortodoxo e praticado por vários governos eleitos pelo voto popular no centro e na periferia. Cada vez mais foi se tornando evidente a necessidade de recomposição da base social para se assegurar a manutenção das relações de poder estabelecidas [...] a consolidação de um suposto modelo capitalista de ‘face humana’ e um conformismo capaz de assegurar a coesão social [...] Temas como ‘participação’ e ‘diálogo’, que até então não se constituíam como preocupações da agenda política dos organismos internacionais, passaram a figurar como referências para suas ações diretas [...] Visavam com essa medida incentivar a mobilização comunitária na solução dos próprios problemas. A noção de ‘participação da sociedade civil’ na promoção do desenvolvimento econômico e social tornou-se o grande mote das ações desses organismos [...] Trata-se de uma participação que não tem a pretensão de alterar substantivamente o projeto de sociedade, mas sim proceder a certas adequações pontuais de acomodação e atualização do disciplinamento político e social dos dominados. (MARTINS, 2009, p. 60-62, 133)

O reconhecimento da importância da participação deve-se ao entendimento de que esta é necessária à consolidação do projeto de conciliação de classe desenvolvido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), à continuidade dos governos democráticos populares, além de ser um elemento articulador da nova sociabilidade, desde, é claro, que ocorra dentro dos limites estabelecidos e autorizados pelo Estado e que não altere o projeto do capital.

Neste sentido, o poder dos conselhos, comitês, fóruns e colegiados – sejam deliberativos ou consultivos – criados a partir da estratégia de participação e de descentralização previstas nas políticas públicas neoliberais fica limitado ao que está posto nos marcos legais das políticas públicas, transformando essas instâncias em instrumentos a serviço do Estado e do Capital, pois, segundo Marx (2011, p. 63) e Lustosa (2012, p. 265-266), respectivamente:

O caráter peculiar da social-democracia se resumia aos seguintes termos; reivindicavam-se instituições republicanas democráti-

cas, não como meio de suprimir dois extremos, o capital e o trabalho assalariado, mas como meio de atenuar a sua contradição e transformá-la em harmonia. Quaisquer que sejam as medidas propostas para alcançar esse propósito, por mais que ele seja ornado com concepções mais ou menos revolucionárias, o teor permanece o mesmo. Esse teor é a modificação dentro dos limites da pequena-burguesia [...].

Na sociedade contemporânea, as estratégias pós-modernas preconizam o apelo à participação da sociedade civil no Estado, valorizam as microdimensões como a família, os indivíduos, como vias de maior integração com a burocracia. Tais relações se assemelham ao sistema hegeliano, para qual não há indivíduos fora do Estado, todos se integram a ele, numa espécie de convivência plena, desprovida de contradições [...].

Lembro que o Estado neoliberal, ao propor e regulamentar a participação e o envolvimento dos(as) trabalhadores(as) nas políticas públicas, tinha pelo menos duas intenções: “democratizar a democracia” e construir uma identidade entre o povo e o governo. (MARTINS, 2009) Para tanto,

Em linhas gerais, a proposta consiste em criar espaços restritos de participação popular subordinados ao Poder Executivo, como forma de legitimar os modelos institucionais de organização do poder sem qualquer tipo de ameaça às relações de força estabelecida. Trata-se de mecanismo para assimilar essas organizações na órbita da influência do bloco no poder, assegurando dessa forma a governabilidade [...]. (MARTINS, 2009, p. 256)

É sempre bom lembrar que a relação entre a sociedade civil e o Estado é permeada de conflitos e contradições, de poucos avanços e grandes recuos, pois, como bem afirma Seganfredo (2014, p. 146),

Enquanto o movimento revolucionário se organiza na sociedade, a classe dominante cria mecanismos de cooptação, mecanismos de absorção, como, por exemplo, respondendo a pequenas demandas da sociedade civil e desarticulando as organizações, pois todo movimento histórico acontece sempre em uma constante correlação de forças.

A entrada de lideranças e/ou representações de movimentos sociais e sindicais na esfera do Estado, como gestores ou executores de políticas, programas e projetos sociais não significa necessariamente uma conquista para a classe trabalhadora, pois ao adentrarem na esfera estatal assumem duas posições: defensores dos interesses dos(as) trabalhadores(as) por meio do atendimento de pequenas demandas – postura necessária à manutenção e reprodução da liderança e da submissão dos liderados, ou seja, da base – e defensores dos interesses do Estado, condição imprescindível à permanência na condição de servidor público a serviço do gestor público e do projeto do capital e à cristalização desse novo *status quo*.

As lideranças e representações também assumem o papel de intelectuais orgânicos dos(as) trabalhadores(as) e de formadores de novos intelectuais orgânicos a serviço tanto da classe trabalhadora como do Estado, visto que a partir dos anos 2000, com a assunção dos denominados governos democráticos populares, as organizações da classe trabalhadora adentram o Estado, assumindo papéis na gestão das políticas públicas, dentro dos limites estabelecidos e permitidos pelos defensores dos interesses do Estado capitalista neoliberal com poucas ou nenhuma possibilidade de transformação do *status quo*, como afirma Martins (2009, p. 258),

Os Conselhos Nacionais, Conferências e Fóruns não mudaram na essência as diretrizes e estratégias que nortearam as políticas sociais no governo Lula da Silva. A participação das organizações da sociedade civil de diferentes origens se deu no limite permitido pelos interesses do bloco no poder. Mas como a hegemonia é uma relação pedagógica, verificamos que esses espaços serviram a três objetivos: assimilação de organismos inteiros dentre da nova hegemonia; formação de intelectuais orgânicos – organizadores do consenso em diferentes níveis de atuação – e legitimação da nova sociabilidade, a partir da difusão capilar de preceitos de cidadania, de políticas sociais e de Estado, como propostos pelo programa neoliberal da Terceira Via.

Deste a criação das primeiras instâncias de participação e de controle social - os conselhos e as conferências vinculados às políticas de Saúde e Assistência Social - nos anos iniciais da década de 1990, que o exercício da participação dos/as trabalhadores/as e do controle social sobre as ações do Estado ocorrem de forma consentida, limitada e dentro da formalidade e burocracia do Estado.

No caso específico da Educação do Campo essa situação é mais crítica em função de: 1) inexistência de obrigatoriedade legal de consulta e/ou deliberação das instâncias de participação e de controle social quando da formulação e implementação dos programas e projetos de Educação do Campo; 2) algumas instâncias de participação e de controle social – Conec, Grupo de Trabalho de Políticas de Fortalecimento da Educação do Campo – fazem parte da estrutura orgânica do MEC e são totalmente vinculadas ao Estado; 3) a criação dos comitês estatuais foi estimulada pelo Estado/MEC na perspectiva de garantir a participação dos(as) trabalhadores(as) na formulação e implementação da Política Pública de Educação do Campo; 4) o caráter não consultivo e deliberativo dos comitês dificulta e/ou inviabiliza o exercício do controle social, contribui para a invisibilidade destes junto ao MEC e Secretarias Estaduais de Educação e para pouca participação e/ou ausência de algumas entidades nas ações e atividades desenvolvidas pelos comitês, realidade vivenciada pelo Educampo/SE.

O arrefecimento dos movimentos sociais e sindicais e/ou de suas lideranças nas ações de enfrentamento e contraposição ao Estado, após a inserção destes na estrutura estatal e na gestão das políticas públicas faz parte do conjunto de estratégias planejadas e adotadas pelo Estado neoliberal na implantação do denominado novo estado democrático, que tinha a perspectiva de “possibilitar um tipo de socialização da participação política para assegurar uma coesão que continue permitindo a realização do capital [...] os ‘atores’ só entrariam em cena se abdicassem de sua condição de ‘sujeitos históricos’ [...]”. (MARTINS, 2009, p. 78)

Mészáros (1989, 2009) e Tonet (2012a, 2012b), ao problematizarem sobre a participação e o controle social do Estado pelos(as) trabalhadores(as) asseveraram que o Estado capitalista não se deixa controlar, que o controle social que historicamente existe é do Estado sobre os(as) trabalhadores(as) e que a definição pelo Estado de que as instâncias oficiais de participação e controle social são os espaços privilegiados de negociações de políticas públicas tem um efeito muito perverso para a classe trabalhadora porque ela foi “substituindo o confronto e a defesa do sistema democrático foi desbancando a luta pelo socialismo. Como consequência, toda a luta da classe trabalhadora foi restringida a embates no interior do sistema capitalista [...]”. (TONET, 2012b, p. 59-61)

É impossível impor ao capital e ao Estado capitalista uma lógica diferente daquela que historicamente ele vem utilizando para se reproduzir, gerando

resultados fantásticos para os capitalistas. O capital sempre encontra meios e modos de superar os obstáculos, desvios e limites que lhe são impostos, “basta ver o que aconteceu nos países ditos socialistas quanto nos próprios países capitalistas” (TONET, 2012a, p. 30) porque a

propalada participação social refere-se, na verdade, ao envolvimento de segmentos sociais na implementação de projetos já definidos por técnicos, com vistas à obtenção de ‘consenso’ e acompanhamento social e à busca de fontes extras de financiamento, de forma complementar aos recursos públicos. (HIDALGO, 2013, p. 220)

Assim, a tônica das lutas e dos embates que ocorrem nessas instâncias

não é o enfrentamento do modo capitalista de produção para superá-lo, mas apenas para obter ganhos que não desbordam a sua lógica [...] A luta apenas por melhorias e pela ampliação do ordenamento democrático se tornou o objetivo das lutas sociais e, inclusive, das lutas da classe trabalhadora. Não obstante se fale em reformismo revolucionário, a verdade é que a reforma está ocupando todo o espaço, deixando para a revolução apenas um discurso vazio. (TONET, 2012b, p. 59)

Dar continuidade às reflexões sobre as possibilidades, as contradições e os desafios, sem perder de vista as fragilidades que permeiam o exercício da participação e do controle social na Educação do Campo e, a concepção de que quando ocorrem, são “dentro do limite do capital” (MOREIRA, 2011, p. 69), constitui a tarefa do próximo item.

Participação e Controle Social na Construção da Educação do Campo: possibilidades e desafios

O Estado assegura do ponto de vista constitucional e legal a participação, porém dentro da direção social e política e da defesa dos interesses historicamente defendidos pelo Estado capitalista, portanto, dentro dos limites estabelecidos pelo capital.

No capitalismo atual, o combate pela instauração de conselhos populares, a luta das Organizações Não Governamentais (ONGs), o movimento contra a ‘globalização’ capitalista, além dos esforços pela aplicação dos chamados ‘instrumentos’ de democracia direta indicam o propósito de se conquistar uma democracia mais substantiva do ponto de vista da representação, do exercício e do controle do poder [...]. (MARTORANO, 2011, p. 25)

Neste sentido, ao dar materialidade a essa demanda, prevê criação de instâncias estreitamente vinculadas às instituições governamentais, burocráticas, e com pouca ou nenhuma autonomia, cuja sobrevivência depende exclusivamente do Estado, “[...] expressão de uma cultura arredia à participação social marcada pelo excesso de peso do poder público local”. (SOUZA, 2006, p. 81)

Instâncias em que a participação da classe trabalhadora é regulamentada, consentida, institucionalizada, tutelada, parcial,¹⁵ restringida, ritualista, instrumental, estabilizadora¹⁶ e vazia de conteúdo e sentido político transformador (ABBATE, 2006; MARTORANO, 2011; MÉSZÁROS, 1989, 2009), portanto, com possibilidades de interferir, tão somente em reformas que atendam minimamente às demandas da classe trabalhadora, porque esta, quando ocorre, é por dentro do Estado e assegura a reprodução do *status quo*.

Não podemos nem devemos esquecer que, como afirma Mészáros (1989, 2008, 2009, 2015), o Estado capitalista não se deixa controlar e que

no decurso do desenvolvimento humano, a função de controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição [...]. (MÉSZÁROS, 2009, p. 55)

Martorano (2011, p. 164-168) afirma na obra *Conselhos e Democracia: em busca da participação e da socialização* que

15 Porque o membro das instâncias de controle social não tem igual poder de decisão sobre o resultado final do que se delibera, podendo apenas influenciar na decisão. (MARTORANO, 2011)

16 Participação direcionada a preservação de uma determinada estrutura social, econômica e política. (MARTORANO, 2011)

Os conselhos não estão imunes a fenômenos como o do seu esvaziamento ou de sua burocratização. Na verdade, tais fenômenos costumam ser manifestação da mudança de seu papel, na medida em que deixam de desempenhar o papel originário e passam a desempenhar um outro que o contraria [...] assim, tão logo uma organização se institucionalize, ela mudaria de caráter: em vez de lutar pela emancipação de seus membros e apoiadores, ela passaria exigir deles um comportamento passivo adequado à sua subordinação [...].

Considerando os mais de 20 anos da ditadura empresarial militar, anos de total inexistência de possibilidades de participação da população nas discussões sobre as políticas públicas e interferência nas ações do Estado; as particularidades da formação sócio histórica do Brasil; a nossa pouca experiência de participação; a reforma do Estado e as contrarreformas das políticas públicas em curso desde os anos de 1990; a resistência que “o poder público e os setores dominantes da sociedade têm a qualquer forma de controle e participação dos cidadãos [...]” (SILVA, 2006, p. 2015); a atual conjuntura de retrocesso no campo dos direitos e das políticas públicas e de recrudescimento do conservadorismo do Estado e da sociedade, aliada à exacerbação da repressão contra as lutas e movimentos sociais, a existência de conselhos, comitês, fóruns e colegiados e a realização de conferências não deixa de ser espaço de resistência contra as perdas de direitos e os retrocessos conduzidos pelo Estado e possibilidades postas à classe trabalhadora na constante luta pela construção e/ou reconstrução da democracia e de políticas públicas socialmente referenciadas, mesmo que nos marcos do capital.

Os movimentos sociais e sindicais e as instâncias de participação e controle social vivenciam em suas práticas cotidianas algumas possibilidades e conquistas, muitas contradições e limites a serem superados e um conjunto, quase que infinito, de desafios a serem enfrentados na perspectiva de ultrapassar a democracia formal que tem por marcas a institucionalidade, as questões de natureza técnica e operacional, a impermeabilidade da participação efetiva e transformadora e o esvaziamento dos conflitos existentes no interior da sociedade.

A presença dos movimentos sociais e sindicais na luta pela Educação do Campo é a única e real possibilidade de participação dos(as) trabalhadores(as) nos programas e projetos; de fazer contraposição ao que está posto pelo Estado, representado pelo MEC e Seduc; de dar sentido de existência aos Comitês, por

serem fruto da luta dos/as trabalhadores(as) por espaços de participação, de construção de diálogo entre o Estado e a classe trabalhadora e de negociação de interesses coletivos, apesar do processo de invisibilização, esvaziamento e de desvalorização desta instância pelo Estado.

Enfim, considero que a maior possibilidade presente na existência e funcionamento das instâncias de participação e de controle social é a capacidade de resistência para manter-se vivo, frente aos limites, desafios e contradições inerentes às políticas públicas e ao exercício da participação e do controle social pela classe trabalhadora sobre a ação do Estado.

Uma primeira contradição é que apesar da criação dos comitês e fóruns ser produto de uma ação do Estado, no caso do MEC/Secadi e Secretarias Estaduais de Educação, estes não reconhecem, não valorizam e nem consideram a existência desses como espaço de diálogo, negociação e construção de uma Política Pública de Educação do Campo.

Ouso afirmar que os maiores desafios postos aos movimentos sociais e sindicais e às instâncias de participação e de controle social na Educação do Campo são: retomar o caminho percorrido, as estratégias e táticas adotadas na luta pela construção de uma Educação do Campo, antes de sua entrada no MEC e da existência dos comitês e fóruns, mesmo em uma conjuntura de retrocesso das políticas sociais e da Educação do Campo; restrição da participação e de refluxo dos movimentos sociais e sindicais; e distanciamento das bandeiras, intencionalidades e lutas pela construção de uma política contra hegemônica por parte dos movimentos sociais e sindicais ao se inserirem na gestão das políticas públicas, incluindo a Educação do Campo.

Mas, o que fazer diante dessa conjuntura? Sugiro com base nos achados junto às pesquisas bibliográfica e documental, adotarmos o “otimismo da vontade sem esquecermos do pessimismo da razão”, nos termos gramscianos, e retomarmos velhas trilhas e construirmos novas, essenciais à construção e efetivação de uma política de Educação do Campo, pública, de qualidade, socialmente referenciada, presencial, de responsabilidade do Estado e, principalmente, direcionada à formação de um ser revolucionário, por meio da utilização de práticas educativas participativas e emancipatórias.

Isso é possível? Não tenho dúvidas que sim e aponto alguns caminhos. Todos eles conduzidos pelos movimentos sociais e sindicais e em parceria com o Estado, com a certeza de que o Estado está em disputa, o capital está

dentro do Estado se apropriando dos fundos públicos e o Estado implementa, no máximo, ações reformistas, na direção da modernização conservadora, ou seja, “mudar para manter”, “modernizar para conservar” e de que reformas são, ainda, o que temos para hoje, porém, sem perder de vista o tamanho da montanha que temos para escalar e que devemos conquistar, parafraseando Mészáros, na constante luta pela construção de um outro projeto de educação e de sociedade para além do capital.

Por fim, retomo algumas questões já sinalizadas: os(as) trabalhadores(as), representados(as) pelos movimentos sociais e sindicais lutaram e continuam lutando por espaços de participação e de controle social com a intencionalidade de interferir nas decisões do Estado na perspectiva de construção de políticas públicas, para além do constitucional e institucional, de enfrentar o processo de privatização e mercantilização do Estado e mercadorização das políticas sociais, visto que as responsabilidades do Estado, dos entes públicos estão em franco processo de transferência para a esfera privada, para a esfera do mercado, transformando-se, sem nenhum pudor ou restrições, em mercadoria, denominada de “serviços” acessíveis a quem puder comprar e pagar, ou seja, o “cidadão consumidor”, o “cidadão cliente”.

Por fim, mais algumas considerações

A participação dos movimentos sociais e sindicais é um elemento central na construção e efetivação das políticas públicas, em particular a Educação do Campo, cujas intencionalidades, princípios e características foram construídos no interior e no cotidiano dos movimentos, tendo em vista a concepção desta como ferramenta essencial à luta pelo acesso e democratização da terra, construção de um projeto de Reforma Agrária e de sociedade contra hegemônicos à lógica e direção econômica, política, social, cultural e ambiental impostas pelo Estado e pelas sociedades capitalistas.

A existência de instâncias de participação e de controle social em todos os programas e projetos de Educação do Campo, da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, dos fóruns e comitês estaduais, da Conec e do Fonec; a participação e o envolvimento dos movimentos sociais e sindicais nos mesmos; a realização da I e II CNEC, dos Seminários Estaduais e a influência

destes na construção do marco legal e dos programas e projetos são conquistas alcançadas na luta pela construção da Educação do Campo.

A inexistência de um marco legal que normatize o controle social sobre a Educação do Campo, mesmo que nos marcos do Estado capitalista; o caráter não deliberativo da maioria dos comitês; a invisibilização dos comitês estaduais pelo Estado – apesar de terem sido criados por iniciativa MEC/Secadi – materializada pela ausência na formulação e execução dos programas e projetos; a existência de comissões e conselhos nos programas e projetos desarticulados dos comitês; realização pelos movimentos sociais e sindicais de ações de Educação do Campo sem consulta aos comitês; diminuição da participação dos(as) trabalhadores(as) nos programas e projetos, em particular no Pronacampo; o esvaziamento dos espaços públicos e das instâncias de participação e/ou de controle social são contradições/limites/desafios que dificultam e/ou impossibilitam o exercício da participação na construção da Educação do Campo.

As contradições, limites e desafios presentes na construção da Educação do Campo são demonstrações do tamanho da montanha, trilhas e encruzilhadas que os movimentos sociais e sindicais, Fonec, comitês e fóruns têm que escolher e escalar para superar a Educação Rural (política ainda hegemônica e defensora dos interesses do Estado liberal ou neoliberal) e construir a Política Nacional de Educação do Campo em uma perspectiva contra hegemônica, formadora de um ser político e revolucionário.

Escalar e conquistar a montanha da Educação do Campo exige dos(as) trabalhadores(as), movimentos sociais e sindicais, Fonec, comitê e fóruns, ao se depararem com encruzilhadas, escolher as seguintes trilhas:

1. Ter consciência que não é possível transformar por dentro do Estado;
2. Intensificar a luta pela Reforma Agrária – estratégia de acesso à terra e aos direitos e de contenção do avanço do agronegócio e do capitalismo no campo –, pois, não existe razão para ter Educação do Campo se o campo não tem gente e se a gente do campo vai responder exclusivamente à demanda das atividades capitalistas do campo e da cidade. Para isso basta a Educação Rural;
3. Aglutinar as diversas instâncias de participação existentes nos programas e projetos fortalecendo a luta e as possibilidades do exercício da

participação e do controle social, mesmo que nos marcos do capital, ou seja, do real possível;

4. Construir alternativas coletivas de enfrentamento da minimização e desresponsabilização do Estado quanto à oferta das políticas públicas e ao processo de privatização, mercantilização e mercadorização dos direitos e da Educação do Campo.

Por fim, o tamanho da montanha, a diversidade de trilhas e encruzilhadas e o processo de (des)construção da Educação do Campo não anulam as conquistas alcançadas nos 19 anos de luta pela sua construção nem as possibilidades de formulação de um projeto de Educação no e do Campo contra hegemônico.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, [1996].

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação do campo: diferenças mudando paradigmas*. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2007. (Cadernos SECAD, 2).

BRASIL. *Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a política de educação do campo e o programa nacional de educação na reforma agrária - PRONERA. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 5 nov. 2010a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Escola ativa: projeto base*. 2. ed. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2010b.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Ministerial nº 674, de 1 de agosto de 2013. Institui a comissão nacional de educação do campo. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 21, 02 ago. 2013a. Disponível em: http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30805393/do1-2013-08-02-portaria-n-674-de-1-de-agosto-de-2013-30805380. Acesso em: 15 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 86, 4 de fevereiro de 2013. - Institui o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 28, 04 fev. 2013b. Disponível em: http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30292369/do1-2013-02-04-portaria-n-86-de-1-de-fevereiro-de-2013-30292365. Acesso em: 9 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 948, de 22 de setembro de 2015 – Institui grupo de trabalho de políticas de fortalecimento da educação do campo. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 15, 21 set. 2015.

BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. (org.). *Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos*. São Paulo: Cortez, 2012.

CLARAMUNT ABBATE, Adela. *Participación en políticas sociales descentralizadas: el impacto en los actores sociales*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 26, 21 nov. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução CNE/CEB nº 01, de 3 de abril de 2002. Institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 32, 9 abr. 2002.

EDUCAMPO. *Memórias das reuniões ordinárias e extraordinárias 2005 a 2015*. Aracaju: Arquivo EDUCAMPO, 2015.

FONEC. *Carta de criação do Fórum Nacional de Educação do Campo*. Brasília, DF: FONEC, 2010.

FONEC. *Oficina de planejamento 2013-2014 – Relatório síntese das conclusões e recomendações*. Brasília, DF: FONEC, 2013.

FONEC. *Relatório do Seminário Nacional*. Brasília, DF: FONEC, 2012.

HIDALGO, Ângela Maria. De “educação para responsabilização individual” para “educação e consciência de classe”. In: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (org.). *Educação e lutas de classes*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 125-138.

INCRA. Portaria nº 214, de 19 de maio de 2015. Designar para compor a Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. *Diário Oficial da União*: seção 2, Brasília, DF, p. 52, 20 maio 2015a.

- JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. Princípios teóricos da proposta curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo: UFS e UNB. In: CRUZ, Maria Helena Santana (org.). *Múltiplos enfoques e espaços plurais da pesquisa no campo da educação*. Aracaju: Editora UFS, 2008. p. 153-183.
- LUSTOSA, Maria das Graças Osório Pitombeira. *Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza*. São Paulo: Cortez, 2012.
- MARTINS, André Silva. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.
- MARTORANO, Luciano Cavini. *Conselhos e democracia: em busca da participação e da socialização*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MÉSZÁROS, István. *A necessidade de controle social*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1989.
- MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Azevedo Santos de (org.). *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por uma Educação do Campo, 5).
- MOREIRA, Marinete Cordeiro. Potencialização das representações do Conjunto CFESS/CRESS nos Conselhos de Políticas e de Direitos. In: ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS, 36.; SEMINÁRIO NACIONAL “O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito”, 2008, Brasília. *Anais [...]*. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2008.
- MUNARIM, Antônio. Educação do campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 24, n. 85, p. 51-63, abril 2011. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2485/2442>. Acesso em: 14 jan. 2018.
- MUNARIM, Antônio. Elementos para uma política pública de Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

RAICHELIS, Raquel. O controle social democrático na gestão e orçamento público 20 anos depois. In: ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS, 36.; SEMINÁRIO NACIONAL “O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito”, 2008, Brasília. *Anais [...]*. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2008.

SANTOS, Clarice Aparecida. Mesa especial de abertura. In: BRASIL. *Uma política pública para a Educação no Campo*: seminário. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2004.

SEGANFREDO, Kátia Aparecida. *Comitê Estadual de Educação do Campo: a materialização da luta política no âmbito da educação do campo no Paraná*. 2014. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVA, Carolina Sanches Guizelin Galdino da. Crianças e adolescentes, sujeitos de quê? In: SOUZA, Donaldo Bello de (org.). *Acompanhamento e controle social da educação*: fundos e programas federais e seus conselhos locais. São Paulo: Xamã, 2006. p. 209-222.

SILVA, Maria do Socorro. Tentativa de construir uma teoria pedagógica sistêmica para impregnar o mundo de sentido: saber, querer, sentir e poder. In: LUNAS, Alessandra da Costa; ROCHA, Eliene Novaes. (org.). *Práticas pedagógicas e formação de educadores(as) do campo*: caderno pedagógico da educação do campo. Brasília, DF: Dupligráfica, 2010. p. 73-108.

SOUZA, Donaldo Bello de (org.). *Acompanhamento e controle social da educação*: fundos e programas federais e seus conselhos locais. São Paulo: Xamã, 2006.

SOUZA, Maria Antônia de. *Educação do campo*: propostas e práticas pedagógicas do MST. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TAFFAREL, Celi Zulke; SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. Diretrizes curriculares para a educação do campo: uma contribuição ao debate. In: VENDRAMINI, Célia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira (org.). *Escola e movimento social*: a experiência em curso no campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 183-216.

TEIXEIRA, Ana Cláudio Chaves. A atuação das organizações não-governamentais: entre o estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, Evelina (org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 105-142.

TONET, Ivo. *Educação contra o capital*. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.

TONET, Ivo. Educação e revolução. In: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Susana (org.). *Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012b. p. 51-64.

Sobre as(os) autoras(es)

Ana Taynara do Rosario Silva

Bacharela em Serviço Social formada pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: tay.agape@hotmail.com

Andrea Pacheco de Mesquita

Assistente Social, mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutora em Estudos Interdisciplinares em Gênero, Mulher e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e líder do Grupo de Pesquisa Frida Kahlo – Estudos de Gênero, Feminismos e Serviço Social. E-mail: dandreapacheco@gmail.com.

Angela Ernestina Cardoso de Brito

Professora adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Raça/etnia, Política Social e Família e do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Gênero, Raça/Etnia e Geração (NEPGREG/UFBA). Organizou o livro: *Serviço Social e população negra: a encruzilhada*, coordenadora da pesquisa Mulheres Negras no Ensino Superior: desigualdades de raça e gênero na UFBA. E-mail: angelafro@yahoo.com.br.

Daniela dos Santos Gouveia

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO). E-mail: santosgou5@gmail.com

Édsina Izabel de Almeida Melo

Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO). E-mail: bel.edsina@gmail.com

Fernanda Marques de Queiroz

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós doutora em Sociologia pela Université de Paris VII. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Sociais de Gênero e Feminismo (GEF). Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Sociais e Direitos Sociais (PPGSSDS/UERN). E-mail: fernandamarquesdequeiroz@gmail.com.

Flávia da Silva Clemente

Assistente Social formada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), especialista em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Mestre em Serviço Social pela UFPE. Professora, em regime de dedicação exclusiva do Departamento de Serviço Social da UFPE. Atualmente se encontra vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, na condição de doutoranda. E-mail: flaviaclemente2000@yahoo.com.br.

Henrique Cunha Junior

Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Arquitetura e Cidades. 2017. Pós-doutor em Tecnologia pela Technischen Universität Berlin. Livre docente Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Engenharia Institut National Polytechnique de Lorraine (INPL) – Nancy – França. Escritor-autor de *Tear Africano* e *Negros na Noite*. E-mail: hcunha@ufc.br.

Jane Soares

Assistente Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); técnica em Serviço Social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS-Acre). E-mail: janesoaresoliveira@hotmail.com

Josimara Delgado

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ), pós-doutorado junto ao Núcleo de Pesquisa Cultura urbana, sociabilidade e identidade social (NUSIS), do PPGSS-UFRJ, professora adjunta do Curso de Serviço Social e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), ambos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Líder do Grupo de Pesquisa Desigualdades Sociais, Políticas

Públicas e Serviço Social (UFBA-CNPq). Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA). Membro das diretorias do CRESS-BA-5ª Região (gestão 2017-2020) e da ABEPSS-regional NE (2019-2020). E-mail: josimaradelgado@gmail.com.

Laura Oliveira Costa

Psicóloga pela Universidade Tiradentes. Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO). E-mail: lauraocosta13@gmail.com

Livia Roberta Silva Teles Costa

Bacharela em Serviço Social. Mestre em Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO/UFS). E-mail: liviaroberta_tell@yahoo.com.br

Magaly Nunes de Gois

Graduada em Serviço Social, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), membro do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação (NETE) e dos grupos de Estudo e Pesquisa Educação e Movimentos Sociais; Trabalho, Questão Social e Movimentos Sociais (GETEQ). Assistente Social da Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe (PRONESE). E-mail: magalyngois@gmail.com.

Márcia da Silva Clemente

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), especialista em direitos humanos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrado em Serviço Social pela UFPE. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE. Atualmente é professora do curso de Serviço Social do Centro de Artes Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: marcia_sclemente@yahoo.com.br.

Marcia Ribeiro Silva

Bacharela e mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO). E-mail: marcia_tkpm@hotmail.com

Márcia Santana Tavares

Assistente social, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pós-doutoranda na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora do Curso de Serviço Social e do Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social (UFBA-CNPq). E-mail: marciatavares1@gmail.com.

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

Assistente Social, docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS), doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO). E-mail: licavasconcelos@gmail.com

Maria Ilidiana Diniz

Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Sociais de Gênero e Feminismo da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (GEF/UERN) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética, Trabalho e Direitos (GEPTED/UFRN). Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Sociais e Direitos Sociais (PPGSSDS/UERN). E-mail: ilidianadiniz@gmail.com.

Raissa Nothafft

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciência Política e bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com formação complementar, l'Attestation d'Études Politiques, pelo Institut d'Études Politiques - Sciences Po Rennes. Pesquisadora associada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS) e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero (NUSSERGE/UFSC). E-mail: raissajnothafft@gmail.com.

Tereza Cristina Santos Martins

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS), doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente e graduação em Serviço Social ambos pela UFS. Atualmente coordena a Pós-Graduação em Serviço Social (PROSS/UFS). Participa da gestão da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na Coordenação de Pós-Graduação regional (Nordeste). Coordena o Grupo do diretório de

Pesquisa do CNPq: Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Trabalho e Movimentos Sociais. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão. Orienta trabalhos de Conclusão de Curso na Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. E-mail: trzamarttins@gmail.com

Teresa Kleba Lisboa

Graduada em Serviço Social e mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pós-doutora pelo Programa Universitário de Estudos de Gênero da Universidade Autónoma de México (2009). Professora do Departamento de Serviço Social da UFSC, coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC) e coordenadora do Doutorado Interinstitucional (Dinter) - Convênio entre o PPGICH/UFSC e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e coordenadora do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero (DSS/UFSC). E-mail: tkleba@gmail.com

Valéria dos Santos Noronha

Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sanitarista e especialista em Gestão Hospitalar pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz), e graduação em Serviço Social pela

Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos Maria Quitéria (NUPEQ). E-mail: valerianoronha@gmail.com

Vera Núbia Santos

Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS), na graduação e pós-graduação em Serviço Social. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO) e do Grupo de Pesquisa Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero. E-mail: venus_se@uol.com.br

Este livro foi produzido em formato 170 x 240 mm e utiliza as tipografias Practice e Brandon Text, com miolo em papel Alta Alvura 75g/m² capa em Cartão Supremo 300g/m², impressa na Cian Gráfica.
Tiragem: 400 exemplares.

A presente coletânea reúne artigos que abordam temas atuais e relevantes para o Serviço Social e que, contudo, são ainda pouco explorados pela literatura profissional. Traz um conjunto de artigos que buscam transversalizar, no debate profissional, enfoques específicos, tais como os estudos de gênero e feministas, os debates sobre etnia e raça, sexualidade e violência, a categoria geração, bem como buscam considerar as especificidades regionais do trabalho, da pesquisa e da formação em Serviço Social.

Ao socializarmos esses trabalhos pretendemos fortalecer a articulação de uma proposta teórico-política partilhada pelas autoras, frente ao quadro desafiador vivenciado pelo Serviço Social na contemporaneidade no que tange à precarização do trabalho e da formação profissional, ao desmonte das políticas públicas, crescente retrocesso de direitos respaldado em uma cultura conservadora e liberal-individualista.

Márcia Tavares
Josimara Delgado

ISBN 978-85-232-1897-3



9 788523 218973